



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS (FFC)
– CAMPUS DE MARÍLIA –
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

AUGUSTO JÚNIOR MACUCULE

**APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
ESTUDO DE CASO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GERADA
E DISSEMINADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E
ECONÔMICOS DE MOÇAMBIQUE**

**Marília
2025**

AUGUSTO JÚNIOR MACUCULE

**APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
ESTUDO DE CASO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GERADA E
DISSEMINADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E
ECONÔMICOS DE MOÇAMBIQUE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, nível de Doutorado, como parte das exigências para a obtenção do título de doutor.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim

**Marília
2025**

M175a	Macucule, Augusto Júnior Apropriação social do conhecimento científico : estudo de caso sobre a produção científica gerada e disseminada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos de Moçambique / Augusto Júnior Macucule. -- Marília, 2025 277 f. : il., tabs. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Marta Lígia Pomim Valentim 1. Apropriação Social do Conhecimento. 2. Produção Científica. 3. Disseminação do Conhecimento. 4. Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. 5. Moçambique. I. Título.
-------	---

BENEFÍCIOS E IMPACTOS DA PESQUISA À SOCIEDADE

As sociedades são representadas por diversas e distintas organizações, desde o primeiro, segundo ao terceiro sector, bem como de organizações públicas, privadas, religiosas, filantrópicas, comunitárias e, sobretudo, de grupos sociais distintos. O impacto visível deste produto de investigação científica, no âmbito do campo de estudo da Ciência da Informação, proporcionou alargar as discussões teóricas e conceituais em curso sobre a comunicação científica, divulgação científica e popularização da ciência e tecnologia. Com isso, o primeiro impacto desta pesquisa centra-se na contribuição científica sobre a temática voltada à apropriação social do conhecimento científico no âmbito do ensino superior.

A presente pesquisa examina de forma aprofundada sobre a literatura das Ciências Sociais e Humanas que abordam a temática apropriação social do conhecimento, discorre sobre conceitos centrais do campo de estudo, quais sejam informação, conhecimento e inteligência organizacional, analisa as políticas públicas de ciência e tecnologia de Moçambique e, por último, aborda exaustivamente sobre a produção, disseminação, uso e apropriação social do conhecimento científico gerado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) junto aos graduandos de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Eduardo Mondlane.

Desta feita, destaca-se o impacto social da pesquisa, a partir, do quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), denominado de Educação de Qualidade, principalmente no que concerne a garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, por meio da Educação. Os aspectos, listados no objetivo específico quatro ponto sete do ODS quatro, nomeadamente, estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e da não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável, compreendem os objetivos da apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo IESE, bem como da abordagem geral da presente pesquisa, que entende que a apropriação social do conhecimento se efetiva, por meio, do acesso, coleta, organização, disseminação e uso da informação científica pelos graduandos de Ciências Sociais e Humanas da UEM.

Ademais, a pesquisa atinge os seguintes ODS: nono objetivo que discorre sobre a indústria, inovação e infraestrutura, concretamente, no quesito fortalecer a investigação científica; decimo sexto ODS, que aborda sobre a paz, justiça e instituições eficazes, sobretudo, garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, de acordo com a legislação nacional e acordos internacionais; e o decimo sétimo ODS que aborda sobre as parcerias para a implantação dos objetivos, com destaque para melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados. Os ODS abordados destacam o impacto econômico, paz e parcerias necessárias para o alcance dos objetivos.

BENEFITS AND IMPACTS OF RESEARCH ON SOCIETY

Societies are represented by diverse and distinct organizations, from the first, second, and third sectors, as well as public, private, religious, philanthropic, and community organizations, and, above all, distinct social groups. The visible impact of this scientific research product, within the field of Information Science, has allowed discussions to be broadened into the ongoing theoretical debate on scientific dissemination and the popularization of science and technology. Therefore, the primary impact of this research focuses on the scientific contribution to the topic of social appropriation of scientific knowledge in higher education.

This research examines in-depth literature in the Social Sciences and Humanities that addresses the topic of social appropriation of knowledge. It discusses core concepts in the field, namely information, knowledge, and organizational intelligence. It analyzes Mozambique's public science and technology policies. Finally, it comprehensively addresses the production, dissemination, use, and social appropriation of scientific knowledge generated by the Institute of Social and Economic Studies (IESE) among undergraduate Social Sciences and Humanities students at Eduardo Mondlane University.

This study highlights the social impact of research, based on the fourth Sustainable Development Goal (SDG), Quality Education, particularly with regard to ensuring that all students acquire the knowledge and skills necessary to promote sustainable development through education. The aspects listed in specific objective four, point seven, of SDG four, namely, sustainable lifestyles, human rights, gender equality, promotion of a culture of peace and non-violence, global citizenship and appreciation of cultural diversity and the contribution of culture to sustainable development, comprise the objectives of the social appropriation of scientific knowledge generated and disseminated by IESE, as well as the general approach of this research, which understands that the social appropriation of knowledge is effective through access, collection, organization, dissemination and use of scientific information by undergraduate students of Social Sciences and Humanities at UEM.

BENEFICIOS E IMPACTOS DE LA INVESTIGACIÓN EN LA SOCIEDAD

Las sociedades están representadas por organizaciones diversas y diferenciadas, del primer, segundo y tercer sector, así como por organizaciones públicas, privadas, religiosas, filantrópicas y comunitarias, y, sobre todo, por distintos grupos sociales. El impacto visible de esta investigación científica, en el campo de las Ciencias de la Información, ha permitido ampliar el debate teórico sobre la difusión científica y la popularización de la ciencia y la tecnología. Por lo tanto, el principal impacto de esta investigación se centra en la contribución científica al tema de la apropiación social del conocimiento científico en la educación superior.

Esta investigación examina en profundidad la literatura en Ciencias Sociales y Humanas que aborda el tema de la apropiación social del conocimiento. Aborda conceptos fundamentales en este campo, como la información, el conocimiento y la inteligencia organizacional. Analiza las políticas públicas de ciencia y tecnología de Mozambique. Finalmente, se aborda de forma integral la producción, difusión, uso y apropiación social del conocimiento científico generado por el Instituto de Estudios Sociales y Económicos (IESE) entre los estudiantes de grado de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Eduardo Mondlane.

Este estudio destaca el impacto social de la investigación, basado en el cuarto Objetivo de Desarrollo Sostenible (ODS), Educación de Calidad, en particular en lo que respecta a garantizar que todos los estudiantes adquieran los conocimientos y las competencias necesarias para promover el desarrollo sostenible a través de la educación. Los aspectos enumerados en el objetivo específico cuatro, punto siete, del ODS cuatro, a saber, estilos de vida sostenibles, derechos humanos, igualdad de género, promoción de una cultura de paz y no violencia, ciudadanía global y valoración de la diversidad cultural, y la contribución de la cultura al desarrollo sostenible, comprenden los objetivos de la apropiación social del conocimiento científico generado y difundido por el IESE, así como el enfoque general de esta investigación, que entiende que la apropiación social del conocimiento se hace efectiva a través del acceso, la recopilación, la organización, la difusión y el uso de la información científica por parte de los estudiantes de grado de Ciencias Sociales y Humanidades de la UEM.

AUGUSTO JÚNIOR MACUCULE

**APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO:
ESTUDO DE CASO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GERADA E DISSEMINADA
PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DE MOÇAMBIQUE**

Tese apresentada à UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP), FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS, Cidade de Marília, para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Data da defesa: 20/08/2025

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim
Presidente e Orientadora
Universidade Estadual Paulista (Unesp) Campus de Marília

Profa. Dra. Tamara de Souza Brandão Guaraldo
Membro Titular Interno
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Profa. Dra. Ieda Pelógia Martins Damian
Membro Titular Interno
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Profa. Dra. Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares
Membro Titular Externo
Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Ana Livia Cazane
Membro Titular Externo
Universidade de Marília (UNIMAR)

Dedico este trabalho aos meus progenitores, minha esposa e meus filhos: Augusto Bege Macucule (em memória) e Helena Pedro Mazuze Macucule; Priscilla Nasson Mateus Nasson Macucule e meus filhos Kateku Aupri Macucule, Eliézer Aupri Macucule, Emmanuel Aupri Macucule e Augusto Neto Macucule.

AGRADECIMENTOS

Este é um espaço especial da tese, não há fundamentação teórica, debate conceitual, muito menos análise e discussão de dados. Começo por agradecer a Deus, por me ter guiado e guardado nesta viagem acadêmica, desde o processo seletivo até a defesa da tese de doutorado.

À minha querida esposa Priscilla Nasson Mateus Nasson Macucule pela responsabilidade, paciência, dedicação à família e comprometimento com a causa acadêmica e familiar. Os alicerces desta caminhada formativa e performativa repousam nos seus ombros largos. O seu apoio incondicional, mesmo em momentos adversos, construíram pontes e estradas que facilitaram a minha caminhada acadêmica no doutorado. Obrigado pelo companheirismo, acadêmico, intelectual e social.

À minha querida orientadora Professora Doutora Marta Lígia Pomim Valentim, pela entrega, paciência, dedicação ao ensino, pesquisa, extensão e orientação de excelência que me proporcionou conhecer o campo de pesquisa em Ciência da Informação, por meio das disciplinas de: Epistemologia da Ciência da Informação; Cultura de inovação na Ciência da Informação; Informação, Conhecimento e Complexidade; Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional; Recuperação de Informação: técnicas e tecnologias; Métodos de Pesquisa Aplicados à Ciência da Informação; A Ciência da Informação e o Ciclo de Vida dos Dados; Tópicos Especiais: Contribuição da Ciência da Informação no Âmbito de Políticas Públicas de Ciência Tecnologia e Inovação; e Tópicos especiais em prática científica: indicadores e bases de dados, lecionadas com zelo, excelência, dedicação e amor à ciência.

A orientação não se restringiu apenas à produção do projeto de doutorado ou tese de doutorado, foi além dessa formalidade, contemplou a escolha de disciplinas, redação de artigos, capítulos de livro, bem como a orientação humana, profissional, acadêmica, intelectual e espiritual. A epopeia doutoral iniciou na disciplina de Epistemologia da Ciência da Informação e culminou com a defesa da tese de doutorado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço a Direção da Escola Superior de Jornalismo (ESJ) pela oportunidade que me concederam para continuar com os estudos e aos colegas da instituição pelo incentivo, ensinamentos e debates, demonstrados ao longo da minha formação. Obrigado inspiração divina pelo encontro comigo mesmo, norteadora da produção intelectual, humana e espiritual.

Aos membros da banca: Profa. Dra. Tamara de Souza Brandão Guaraldo, Profa. Dra. Ieda Pelógia Martins Damian, Profa. Dra. Lillian Maria Araújo Rezende Alvares e Profa. Dra. Ana Livia Cazane, pelas riquíssimas contribuições para a tese.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) pela formação acadêmica de excelência. Aproveito a oportunidade ímpar e indelével para agradecer aos colegas do PPGCI, aos membros do Grupo de Pesquisa ‘Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional’, pela simpatia, acolhimento, amparo, solidariedade e fraternidade demonstrada ao longo da minha estadia no Brasil.

Aproveito estas linhas para agradecer aos meus filhos, Kateku Aupri Macucule, Eliézer Aupri Macucule, Emmanuel Aupri Macucule e Augusto Neto Macucule, flores do meu jardim, pela paciência, inspiração e força. Filhos sejam guardiões e amantes da sabedoria. Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos meus irmãos, sobrinhos, primos, tios e família no geral, pelo companheirismo e apoio incondicional. Obrigado família. Não se zanguem, não conseguirei citar a todos, para não omitir nomes e ferir os vossos sentimentos. Acredito que se lembram, citei cada um de vós, sem delongas, na monografia de licenciatura, o meu sentimento não mudou, continua o mesmo, espero citar cada um de vocês com delongas em livros e manuais didáticos.

O conhecimento emerge da ignorância, tal como a luz emerge das trevas (Bachelard, 2006, p. 126).

MACUCULE, Augusto Júnior. **Apropriação social do conhecimento científico**: estudo de caso sobre a produção científica gerada e disseminada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos de Moçambique. 2025. 277f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Marília, 2025.

RESUMO

A apropriação social do conhecimento científico tem sido discutida no âmbito das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação em vários países, e caracterizam-se por uma diversidade conceitual e semântica. Todavia, na literatura das Ciências Sociais e Humanas os conceitos, teorias e indicadores sobre a apropriação social do conhecimento científico estão inseridos numa amálgama de variantes disciplinares, entretanto, a apropriação social do conhecimento científico compreende os estudos teóricos, práticos e de indicadores de avaliação. O foco principal desta pesquisa é analisar a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos de Moçambique, por parte de graduandos de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Eduardo Mondlane. Quanto aos procedimentos metodológicos, a natureza da pesquisa é qualiquantitativa, do tipo descritiva, exploratória e documental. O método de pesquisa aplicado se refere ao Estudo de Caso Múltiplo, cuja população alvo é constituída pelos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente os Cursos de Sociologia, Ciência Política, Administração Pública e Economia, bem como pelos coordenadores dos referidos Cursos e os docentes da Universidade Eduardo Mondlane com vínculo empregatício no Instituto de Estudos Econômicos e Sociais, fundadores e Diretores do Instituto. Os dados coletados e analisados sugerem que a produção científica gerada e disseminada pelo Instituto é pouco contemplada nos projetos pedagógicos dos cursos analisados, entretanto, ocorre à apropriação social do conhecimento científico multivariada, a partir das aulas, estratégias de ensino e aprendizagem, formas de avaliação, acesso, uso, participação em eventos, valorização do conhecimento e aprendizagem de assuntos chave, por meio da leitura da literatura gerada e disseminada pelo Instituto, através do professor, recorrendo ao *website*, biblioteca da universidade, bases de dados acadêmicas, fontes de informação disponibilizadas nas disciplinas ministradas pelos pesquisadores do Instituto ou por docentes favoráveis a literatura nacional. Conclui-se que os discentes de Sociologia se enquadram na apropriação social do conhecimento inexistente (nunca) e pré-existente (raramente); os discentes de Economia se enquadram na apropriação social do conhecimento inexistente (nunca) e pré-existente (raramente); enquanto que os discentes do curso de Administração pública se enquadram entre a apropriação social do conhecimento pré-existente (raramente) e existente (frequentemente); por último, os discentes de Ciência Política se enquadram na apropriação social do conhecimento existente (frequentemente).

Palavras-Chave: Apropriação Social do Conhecimento; Produção Científica; Disseminação do Conhecimento; Instituto de Estudos Sociais e Econômicos; Moçambique.

MACUCULE, Augusto Júnior. **Social appropriation of scientific knowledge**: case study on the scientific production generated and disseminated by the Institute of Social and Economic Studies of Mozambique. 2025. 277f. Thesis (Doctorate Degree) - Postgraduate Program in Information Science, Faculty of Philosophy and Sciences (FFC), Sao Paulo State University (Unesp), Marília, 2025.

ABSTRACT

The social appropriation of scientific knowledge has been discussed within the scope of public science, technology, and innovation policies in several countries and is characterized by conceptual and semantic diversity. However, it is commonly accepted in the literature on Social Sciences and Humanities that theoretical and conceptual attempts at the social appropriation of scientific knowledge center on an amalgam of disciplinary variants. However, the social appropriation of scientific knowledge encompasses theoretical, practical, and indicator-based studies. The main focus of this research is the social appropriation of scientific knowledge from the scientific production generated and disseminated by the Institute of Social and Economic Studies of Mozambique, by undergraduate students in Social Sciences and Humanities at Eduardo Mondlane University. Regarding the methodological procedures, the research is qualitative and quantitative, descriptive, exploratory, and documentary. The research method applied is a Multiple Case Study, whose target population consists of undergraduates in the Social Sciences and Humanities programs, specifically in Sociology, Political Science, Public Administration, and Economics, as well as the coordinators of these programs and Eduardo Mondlane University faculty employed by the Institute of Economic and Social Studies, who are the Institute's founders and directors. The data collected and analyzed suggest that the scientific production generated and disseminated by the Institute fosters a critical culture among users of this information, fostering the social appropriation of multivariate scientific knowledge. This process involves classes, teaching and learning strategies, assessment methods, access, use, participation in events, knowledge appreciation, and learning about key topics. This process involves reading the literature generated and disseminated by the Institute, through professors, and through the website, university library, academic databases, and information sources provided in courses taught by Institute researchers or by faculty who favor national literature. It is concluded that Sociology students fall into the category of social appropriation of non-existent (never) and pre-existing (rarely) knowledge; Economics students fall into the category of social appropriation of non-existent (never) and pre-existing (rarely) knowledge; while Public Administration students fall into the category of social appropriation of pre-existing (rarely) and existing (frequently) knowledge; finally, Political Science students fall into the category of social appropriation of existing (frequently) knowledge.

Keywords: Social Appropriation of Knowledge; Scientific Production; Knowledge Dissemination; Institute of Social and Economic Studies; Mozambique.

MACUCULE, Augusto Júnior. **Apropiación social del conocimiento científico**: estudio de caso sobre la producción científica generada y difundida por el Instituto de Estudios Sociales y Económicos de Mozambique. 2025. 277f. Tesis (Doctorado) - Programa de Posgrado en Ciencias de la Información, Facultad de Filosofía y Ciencias (FFC), Universidad Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Marília, 2025.

RESUMEN

La apropiación social del conocimiento científico se ha discutido en el ámbito de las políticas públicas de ciencia, tecnología e innovación en varios países y se caracteriza por una diversidad conceptual y semántica. Sin embargo, es comúnmente aceptado en la literatura sobre Ciencias Sociales y Humanidades que los intentos teóricos y conceptuales de apropiación social del conocimiento científico se centran en una amalgama de variantes disciplinarias. No obstante, la apropiación social del conocimiento científico abarca estudios teóricos, prácticos y basados en indicadores. El foco principal de esta investigación es la apropiación social del conocimiento científico a partir de la producción científica generada y difundida por el Instituto de Estudios Sociales y Económicos de Mozambique, por estudiantes de pregrado en Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Eduardo Mondlane. En cuanto a los procedimientos metodológicos, la investigación es cualitativa y cuantitativa, descriptiva, exploratoria y documental. El método de investigación aplicado es un Estudio de Casos Múltiples, cuya población objetivo está compuesta por estudiantes de pregrado de los programas de Ciencias Sociales y Humanidades, específicamente en Sociología, Ciencias Políticas, Administración Pública y Economía, así como por los coordinadores de estos programas y el profesorado de la Universidad Eduardo Mondlane empleado por el Instituto de Estudios Económicos y Sociales, quienes son los fundadores y directores del Instituto. Los datos recopilados y analizados sugieren que la producción científica generada y difundida por el Instituto fomenta una cultura crítica entre los usuarios de esta información, impulsando la apropiación social del conocimiento científico multivariante. Este proceso involucra clases, estrategias de enseñanza y aprendizaje, métodos de evaluación, acceso, uso, participación en eventos, apreciación del conocimiento y aprendizaje sobre temas clave. Este proceso implica leer la literatura generada y difundida por el Instituto, a través de profesores, y a través del sitio web, biblioteca universitaria, bases de datos académicas y fuentes de información proporcionadas en cursos impartidos por investigadores del Instituto o por profesores que favorecen la literatura nacional. Se concluye que los estudiantes de Sociología caen en la categoría de apropiación social de conocimiento inexistente (nunca) y preexistente (raramente); los estudiantes de Economía caen en la categoría de apropiación social de conocimiento inexistente (nunca) y preexistente (raramente); mientras que los estudiantes de Administración Pública caen en la categoría de apropiación social de conocimiento preexistente (raramente) y existente (frecuentemente); Finalmente, los estudiantes de Ciencias Políticas se enmarcan en la categoría de apropiación social del conocimiento existente (con frecuencia).

Palabras-Clave: Apropiación Social del Conocimiento; Producción Científica; Difusión del Conocimiento; Instituto de Estudios Sociales y Económicos; Mozambique.

LISTA DE GRÁFICOS

	P.
Gráfico 1 - Número de estudantes matriculados e novos ingressos por faculdade/escola.....	38
Gráfico 2 - Distribuição dos discentes por gênero e área de formação.....	113
Gráfico 3 - Distribuição dos discentes por idade e gênero.....	114
Gráfico 4 - Distribuição dos discentes por idade e área de formação.....	115
Gráfico 5 - Curso de Sociologia UEM - Disciplinas frequentadas pelos discentes.....	127
Gráfico 6 - Curso de Sociologia UEM - Meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente.....	129
Gráfico 7 - Curso de Sociologia UEM - Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas.....	130
Gráfico 8 - Curso de Sociologia UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM.....	131
Gráfico 9 - Curso de Sociologia UEM - Relação entre tipo de acesso e participação em eventos do IESE.....	133
Gráfico 10 - Curso de Sociologia UEM - Relação entre a importância do conhecimento e uso da literatura gerada pelo IESE.....	134
Gráfico 11 - Curso de Economia UEM - Disciplinas frequentadas pelos discentes.....	146
Gráfico 12 - Curso de Economia UEM - Meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente.....	147
Gráfico 13 - Curso de Economia UEM - Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas.....	149
Gráfico 14 - Curso de Economia UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM.....	150
Gráfico 15 - Curso de Economia UEM - Relação entre acesso e uso da literatura do IESE.....	151
Gráfico 16 - Curso de Economia UEM - Relação entre tipo de acesso e a participação em eventos do IESE.....	152
Gráfico 17 - Curso de Economia UEM - Relação entre a importância do	153

	conhecimento do IESE e uso da literatura do IESE.....	
Gráfico 18	- Curso de Administração UEM - Disciplinas frequentadas pelos discentes.....	164
Gráfico 19	- Curso de Administração UEM - Meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente.....	165
Gráfico 20	- Curso de Administração UEM - Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas.....	167
Gráfico 21	- Curso de Administração UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM.....	168
Gráfico 22	- Curso de Administração UEM - Relação entre acesso e uso da literatura do IESE.....	169
Gráfico 23	- Curso de Administração UEM - Relação entre tipo de acesso e participação em eventos do IESE.....	170
Gráfico 24	- Curso de Administração UEM - Relação entre a importância do conhecimento e uso da literatura do IESE.....	171
Gráfico 25	- Curso de Ciência Política UEM - Disciplinas frequentadas pelos discentes do Curso.....	182
Gráfico 26	- Curso de Ciência Política UEM - Meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente.....	183
Gráfico 27	- Curso de Ciência Política UEM - Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas.....	184
Gráfico 28	- Curso de Ciência Política UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM.....	185
Gráfico 29	- Curso de Ciência Política UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM.....	186
Gráfico 30	- Curso de Ciência Política UEM - Relação entre tipo de acesso e a participação em eventos do IESE.....	188
Gráfico 31	- Curso de Ciência Política UEM - Relação entre a importância do conhecimento e uso da literatura do IESE.....	189
Gráfico 32	- Disciplinas frequentadas pelos discentes dos cursos da UEM.....	201
Gráfico 33	- Meios de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente.....	203
Gráfico 34	- Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas.....	204

Gráfico 35	- Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM.....	205
Gráfico 36	- Relação entre tipo de acesso e a participação em eventos do IESE.	210
Gráfico 37	- Relação entre importância do conhecimento e uso da literatura do IESE.....	212

LISTA DE QUADROS

	P.
Quadro 1 - Protocolo de revisão sistemática da literatura.....	40
Quadro 2 - Produção científica recuperada.....	42
Quadro 3 - Fontes de evidências: pontos fortes e pontos fracos.....	45
Quadro 4 - Vantagens e desvantagens do instrumento de coleta de dados – questionário.....	50
Quadro 5 - Relação de documentos coletados.....	51
Quadro 6 - Conceitos associados à apropriação social do conhecimento.....	62
Quadro 7 - Definições de apropriação social do conhecimento e apropriação social da C&T.....	63
Quadro 8 - Documentos da OCDE e da UNESCO que mencionam o termo apropriação social da C&T.....	66
Quadro 9 - Promoção do compartilhamento de conhecimento na Política Pública de CT&I de Moçambique.....	81
Quadro 10 - Promoção da apropriação do conhecimento na Política Pública de CT&I de Moçambique.....	83
Quadro 11 - Correlação entre compartilhamento e apropriação do conhecimento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique.....	86
Quadro 12 - Estrutura organizacional e capital humano da UEM.....	96
Quadro 13 - Institutos públicos de investigação e Ministérios de Tutela.....	96
Quadro 14 - Centros de investigação públicos e instituições de tutela e subordinação.....	98
Quadro 15 - Laboratórios de investigação públicos.....	100
Quadro 16 - Unidades de investigação públicos.....	101
Quadro 17 - Resumo das instituições de investigação públicas.....	102
Quadro 18 - Institutos privados e não-governamentais de investigação.....	103
Quadro 19 - Áreas de investigação do IESE.....	105
Quadro 20 - Entrevistas realizadas no IESE, na FLCS e na FE/UEM.....	111
Quadro 21 - Questionários aplicados aos docentes dos Cursos de Economia, Administração Pública e Ciência Política da FE e da FLCS/UEM.....	112
Quadro 22 - Matriz curricular do primeiro ano do Curso de Sociologia.....	120
Quadro 23 - Matriz curricular do segundo ano do Curso de Sociologia.....	122
Quadro 24 - Matriz curricular do terceiro ano do Curso de Sociologia.....	122
Quadro 25 - Matriz curricular do quarto ano do Curso de Sociologia.....	123
Quadro 26 - Número de referências presentes nos projetos pedagógicos dos Cursos de Sociologia.....	125
Quadro 27 - Curso de Sociologia UEM – Análise do tipo de acesso e uso da literatura do IESE.....	131
Quadro 28 - Matriz curricular do primeiro ano do Curso de Economia.....	139
Quadro 29 - Matriz curricular do segundo ano do Curso de Economia.....	140

Quadro 30	- Matriz curricular do terceiro ano do Curso de Economia.....	141
Quadro 31	- Matriz curricular do quarto ano do Curso de Economia.....	143
Quadro 32	- Número de referências presentes no projeto pedagógico do Curso de Economia.....	145
Quadro 33	- Matriz curricular do primeiro ano do Curso de Administração Pública.....	158
Quadro 34	- Matriz curricular do segundo ano do Curso de Administração Pública.....	159
Quadro 35	- Matriz curricular do terceiro ano do Curso de Administração Pública.....	160
Quadro 36	- Matriz curricular do quarto ano do Curso de Administração Pública.....	161
Quadro 37	- Número de referências nos projetos pedagógicos do Curso de Administração Pública.....	163
Quadro 38	- Matriz curricular do primeiro ano do Curso de Ciência Política.....	177
Quadro 39	- Matriz curricular do segundo ano do Curso de Ciência Política.....	178
Quadro 40	- Matriz curricular do terceiro ano do Curso de Ciência Política.....	179
Quadro 41	- Matriz curricular do quarto ano do Curso de Ciência Política.....	180
Quadro 42	- Número de referências nos planos temáticos do Curso de Ciência Política.....	181
Quadro 43	- Número de referências presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública e de Ciência Política da UEM.....	195
Quadro 44	- Objetivos dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública, Ciência Política vinculados ao IESE.....	198
Quadro 45	- Áreas de Investigação dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública, Ciência Política vinculados ao IESE.....	199
Quadro 46	- Apropriação social do conhecimento a partir dos assuntos relatados pelos discentes de Ciências Sociais e Humanas vinculados a áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE.....	218
Quadro 47	- Indicadores de apropriação social do conhecimento no ensino superior.....	231

LISTA DE TABELAS

		P.
Tabela 1	- Distribuição dos discentes por ano cursado.....	112
Tabela 2	- Relação entre acesso, uso da literatura e importância do conhecimento do IESE.....	135
Tabela 3	- Relação entre acesso e uso da literatura e a importância do conhecimento do IESE.....	154
Tabela 4	- Relação entre acesso e uso da literatura e a importância do conhecimento do IESE.....	172
Tabela 5	- Relação entre acesso e uso da literatura e a importância do conhecimento do IESE.....	190
Tabela 6	- Análise do tipo de acesso e uso da literatura do IESE.....	208
Tabela 7	- Relação entre acesso e uso da literatura e importância do conhecimento do IESE.....	214

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACM	- Academia de Ciências de Moçambique
ADER	- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
AHM	- Arquivo Histórico de Moçambique
ANCIB	- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
AQUA	- Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental
ARPAC	- Instituto de Investigação Sócio-Cultural
C&T	- Ciência e Tecnologia
CAGRE	- Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais
CAP	- Centro de Análise de Políticas
CB	- Centro de Biotecnologia
CDH	- Centro de Direitos Humanos
CE	- Centro de Ecologia
CEA	- Centro de Estudos Africanos
CEC	- Centro de Estudos de Comunicação
CECAGE	- Centro de Coordenação dos Assuntos do Género
CEDIR	- Centro de Estudos sobre o Direito da Integração Regional da SADC
CEE	- Centro de Estudos em Engenharia
CEEI	- Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
CEF	- Centro de Experimentação Florestal
CEISA	- Centro de Estudo Industriais Segurança e Ambiente
CEMO	- Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais
CEPAM	- Centro de Pesquisa de Águas Marinhas e Pescas
CEPE	- Centro de Estudos de Políticas Educativas
CESAB	- Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança
CETBARN	- Centros de Estudos de Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais

CFJJ	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
CI	- Ciência da Informação
CIAMM	- Centro de Investigação Agrária de Mapupulo – Montepuez
CIDE	- Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica
CIIE	- Centro de Investigação Interdisciplinar e Extensão
CIP	- Centro Internacional da Batata Doce de Polpa Alaranjada
CISM	- Centro de Investigação em Saúde de Manhica
CITSC	- Centro de Investigação e Treino em Saúde de Chókwé
CITT	- Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Comunitário
CLPA	- Centro de Liderança e Pesquisa do Arroz
CM/GM	- Conselho de Ministros (Governo de Moçambique)
CNBB	- Centro Nacional de Biotecnologia e Biociências
CNCTM	- Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia de Moçambique
CPC	- Centro de Pesquisa do Chókwé
CRDS	- Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário
CRM	- Constituição da República de Moçambique
CSOGET	- Centro Regional de Excelência em Estudos de Engenharia e Tecnologia de Petróleo e Gás
CT&I	- Ciência, Tecnologia e Inovação
CZC	- Centro Zonal Centro
CZN	- Centro Zonal Nordeste
CZS	- Centro Zonal Sul
DH	- Departamento de História
EAG	- Estação Agrária de Gúrué
EAS	- Estação Agrária de Sussundenga
ECTIM	- Estratégia de Ciência e Tecnologia e Inovação de Moçambique
EGUM	- Estudos Gerais Universitários de Moçambique
EIB	- Escuela Interamericana de Bibliotecología

EM	- Estudos Moçambicanos
EZA	- Estação Zootécnica de Angónia
FUNDES	- Fundação para o Ensino Superior Monsenhor Abraham Escudeiro Montoya
GC	- Gestão de Conhecimento
GI	- Gestão da Informação
GT	- Grupo de Trabalho
IAM	- Instituto do Algodão de Moçambique
ICRAF	- Conselho Internacional para a Investigação em Agro-silvicultura (ICRAF): Programa Regional da África Austral
ICRHC	- Centro Internacional Para Saúde Reprodutiva
IES	- Instituições de Ensino Superior
IESE	- Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IIAM	- Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
IICM	- Instituto de Investigação Científica de Moçambique
IIP	- Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
IITA	- International Institute of Tropical Agriculture
IIVNM	- Instituto de Investigação Veterinária de Moçambique
INAHINA	- Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação
INAM	- Instituto Nacional de Meteorologia
INDE	- Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação
INE	- Instituto Nacional de Estatística
INNOQ	- Instituto Nacional de Normalização e Qualidade
INOM	- Instituto Oceanográfico de Moçambique
INS	- Instituto Nacional de Saúde
INTIC	- Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação
IPHLLN	- Instituto de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional
ISP	- Instituto Superior Pedagógico
ISRI	- Instituto Superior de Relações Internacionais

LB	- Laboratório de Biotecnologia
LEM	- Laboratório de Engenharia de Moçambique
LSC	- Laboratórios de Sementes de Chókwè
LV	- Laboratório Veterinário
MADER	- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MCTES	- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MHN	- Museu de História Natural
MIC	- Ministério da Indústria e Comércio
MICO	- Ministério dos Combatentes
MICULTUR	- Ministério da Cultura e Turismo
MIHER	- <i>Mozambique Institute for Health Education and Research</i>
MIMAIP	- Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MIMAIP	- Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MINEC	- Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação
MINED	- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MIREME	- Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MISAU	- Ministério da Saúde
MJCR	- Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
MNG	- Museu Nacional de Geologia
MTA	- Ministério da Terra e Ambiente
MTC	- Ministério dos Transportes e Comunicações
NIOP	- Núcleo de Investigação Operacional de Pemba
OCDE	- Organização para a cooperação e desenvolvimento económico
OMR	- Observatório do Meio Rural
P&D	- Pesquisa & Desenvolvimento
PAN	- Posto Agronómico de Nhacoongo
PANUA	- Posto Agronómico de Ntengo Umodzi -Angónia

PCTEI	- Política de Ciência e Tecnologia e sua Estratégia de Implementação
PCTM	- Parque de Ciência e Tecnologia da Maluana
RDM	- República de Moçambique
RPM	- República Popular de Moçambique
RSL	- Revisão Sistemática de Literatura
SC	- Sociedade do Conhecimento
SciELO	- <i>Scientific Electronic Library Online</i>
SECI	- <i>Socialization, Externalization, Combination, Internalization</i>
SI	- Sociedade da Informação
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	- Tecnologias de Informação e Comunicação
UdeA	- Universidad de Antioquia
UEM	- Universidade Eduardo Mondlane
UFICS	- Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
UJC	- Universidade Joaquim Chissano
ULM	- Universidade de Lourenço Marques
UNESCO	- Organização das nações unidas para educação, ciência e a cultura
UP	- Universidade Pedagógica
UP-Maputo	- Universidade Pedagógica de Maputo
WoS	- <i>Web of Science</i>

SUMÁRIO

	P.
1 INTRODUÇÃO.....	29
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
2.1 Revisão Sistemática da Literatura.....	40
2.2 Método de Pesquisa.....	42
2.3 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados.....	44
3 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA NO PERÍODO DE 2002-2022....	53
3.1 Apropriação Social do Conhecimento: um ponto de partida para a emancipação social ou um esquema político científico para a dominação dos saberes periféricos?.....	58
4 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE COMPARTILHAMENTO E APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MOÇAMBIQUE.....	75
4.1 Literatura sobre Processos de Compartilhamento e Apropriação Social do Conhecimento Científico em Políticas Públicas.....	76
4.2 Análise dos Resultados sobre Processos de Compartilhamento e Apropriação do Conhecimento Científico em Políticas Públicas.....	79
5 POR UMA ARQUEOLOGIA INSTITUCIONAL DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS.....	91
5.1 Configuração das Instituições de Investigação de Moçambique.....	93
5.2 Trajetória Organizacional e Funcionamento do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos.....	104
5.3 Mapeamento da Produção Intelectual dos Pesquisadores Permanentes do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (2010-2023).....	106

6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	111
6.1	Resgate Histórico do Curso de Sociologia da FLCS/UEM.....	116
6.2	Estrutura e Funcionamento do Curso de Economia da FE/UEM.....	135
6.2.1	<i>Análise dos Questionários Aplicados aos Discentes de Economia da FE/UEM.....</i>	143
6.3	Estrutura do Curso de Administração Pública da FLCS/UEM.....	155
6.3.1	<i>Análise dos Questionários Aplicados aos Discentes de Administração Pública da FLCS/UEM.....</i>	161
6.4	Análise das Dinâmicas Estruturais do Curso de Ciência Política da FLCS/UEM.....	174
6.4.1	<i>Análise dos Questionários Aplicados aos Discentes de Ciência Política da FLCS/UEM.....</i>	181
7	APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO GERADO E DISSEMINADO PELO IESE JUNTO AOS GRADUANDOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UEM.....	194
7.1	Análise dos Objetivos dos Cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública e Ciência Política vinculados ao IESE.....	194
7.2	Organização e Funcionamentos dos Cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública e Ciência Política da UEM: disciplinas, compartilhamento e fontes de informação usadas nos cursos.....	200
7.3	Apropriação Social do Conhecimento Científico: produção, disseminação, acesso, uso, participação, importância da literatura do IESE e desenvolvimento de habilidades nos graduandos da UEM.....	205
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
	REFERÊNCIAS.....	238
	APÊNDICE A - Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE na Série Desafios para Moçambique.....	247
	APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Diretor.....	260
	APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Fundadores.....	262

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Coordenadores de Cursos.....	264
APÊNDICE E - Questionário aos docentes das Faculdades de Economia e de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.....	266
APÊNDICE F - Questionário Aplicado aos Discentes da Faculdade de Economia e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane.....	271
APÊNDICE G - Roteiro de Observação.....	275
APÊNDICE H - <i>Checklist</i> de verificação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Administração Pública, Ciências Políticas, Sociologia e Economia da Universidade Eduardo Mondlane.....	276
APÊNDICE I - <i>Checklist</i> de verificação dos TCC dos Cursos de Administração Pública, Ciências Políticas, Sociologia e Economia da Universidade Eduardo Mondlane.....	277

1 INTRODUÇÃO

A apropriação social do conhecimento científico se estabelece nas políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) dos vários países do globo. O termo apropriação social do conhecimento é entendido em países falantes de língua inglesa, tais como, Estados Unidos da América e Inglaterra, por exemplo, como compreensão pública da Ciência, apesar de conceitualmente se correlacionar o compartilhamento da Ciência, por meio de uma linguagem comum para a sociedade em geral e a natureza pedagógica da apropriação. Existem vários termos arrolados na literatura sobre apropriação social do conhecimento que são considerados parte da família de palavras da apropriação social do conhecimento, que demonstram o estágio inicial da discussão acadêmica sobre esta temática nas Ciências Sociais e Humanas, bem como nas Ciências da Saúde e Ambientais. Discorrer sobre a apropriação social do conhecimento requer um arcabouço teórico, metodológico e conceitual multidimensional e somente com correlações disciplinares é que será possível encontrar consenso com relação ao conceito de apropriação social do conhecimento na área das Ciências Sociais e Humanas.

A presente pesquisa materializa as diretrizes estabelecidas nas políticas públicas de CT&I de Moçambique, estabelecidas na *‘Política de Ciência e Tecnologia e a Estratégia de sua Implementação’* (PCTEI) e na *‘Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique’* (ECTIM) 2022-2032. O sistema de CT&I de Moçambique é composto por diversas instituições governamentais, públicas e privadas, incluindo as instituições de ensino superior e instituições de investigação. Assim sendo, os fundamentos relacionados ao compartilhamento e apropriação social do conhecimento constituem os alicerces para a eficiência e eficácia do sistema. Outrossim, o estudo de caso sobre a produção científica gerada e disseminada pelo *Instituto de Estudos Sociais e Económicos* (IESE) de Moçambique pode ser visualizada no produto mais importante do Instituto, nomeadamente a série *‘Desafios para Moçambique’*, que conta atualmente com mais de uma dezena de livros publicados no formato físico e disponíveis na base digital da Instituição e disseminada gratuitamente em seu website. A publicação é constituída por 4 (quatro) seções, quais sejam: Política; Económica; Sociedade; Moçambique no Mundo. Estas seções podem ser associadas às áreas de investigação do IESE, nomeadamente, Cidadania e Governação, Economia e Desenvolvimento, Pobreza e Proteção Social e Moçambique no Mundo.

Tendo como base os recursos de disseminação usados pelo IESE, no que tange a sua preocupação em tornar os cidadãos atores do processo de tomada de decisão sobre questões candentes da sociedade moçambicana, o IESE se constitui a partir da modalidade epistêmica e de capital humano de docentes e pesquisadores da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), concretamente do Centro de Estudos Africanos (CEA), da Faculdade de Economia (FE) e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), um elemento contribuidor da construção e disseminação de conhecimento.

O ponto de partida para esta pesquisa decorre da constatação segundo a qual, os recursos informacionais disponibilizados pelo IESE no seu papel de responsabilidade social é de “[...] organização, realização e promoção de investigação de qualidade, interdisciplinar, pluralista, heterodoxa e relevante sobre questões e problemáticas do desenvolvimento social, político e económico de Moçambique e África Austral” (Francisco; Sugahara, 2013, p.9), nos últimos sete anos tem desempenhado um papel ativo no cenário moçambicano e internacional. Entretanto, a partir dos relatórios de atividade do IESE, constata-se que existe uma preocupação, de se fazer presente no debate público nacional, nas temáticas de economia, desenvolvimento social e político sobre Moçambique e o seu enquadramento na África Austral e no mundo.

A promoção de um debate pluralista, interdisciplinar e heterodoxo parece estar centrado no meio urbano escolarizado, isto é, as plataformas utilizadas pelo IESE para disseminar seu produto, que é o conhecimento, são marcadamente as tradicionais, conferências abertas ao público; seminários internos com pesquisadores internacionais; participação na mídia tradicional e nos mídias digitais (através do *YouTube*, *X*, *Facebook*); seminários de divulgação de livros; *webinars* regulares centrados em temas candentes da sociedade moçambicana; venda de livros e distribuição gratuita de livros às instituições governamentais, bibliotecas públicas e privadas de instituições de ensino superior; disponibilização no *website* institucional na base digital de livros, boletins informativos (resumo de trabalhos de pesquisa em curso), cadernos de pesquisa, entre outros materiais didáticos de forma gratuita.

No lugar de instituição de pesquisa, orientada para a construção de entendimentos no debate público nacional, presume-se que a proposta de Habermas no texto publicado em

1976¹, sobre a pragmática universal, em que define pragmática como função de “[...] identificar e reconstruir condições universais de possível compreensão mútua” (Habermas, 2002, p.14), conjugado com a competência em informação do campo da Ciência da Informação, pretende-se explorar a maneira como o IESE constrói conhecimento e como este é apropriado socialmente. A centralidade das questões levantadas por Habermas (2002) no livro supracitado parece coincidir com algumas normas expostas pela competência em informação.

A competência em informação é entendida como a “[...] mobilização e a integração de conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitam o uso inteligente das informações registradas nos variados suportes, permitindo a atuação crítica e ativa dos sujeitos nos diversos setores da sociedade da informação” (Santos; Simeão; Nascimento, 2016 *apud* Silva; Cardoso, 2020, p.14). Para Habermas (2002) o objetivo de se conseguir um entendimento é chegar-se a uma concordância que possibilite a mutualidade intersubjetiva de compreensão recíproca, o conhecimento partilhado, a confiança mútua e a concordância entre os ouvintes e falantes. Nem sempre este quesito é alcançado, os participantes do processo de entendimento mútuo, podem se resvalar na falta de compreensão ou má interpretação, a falta de sinceridade intencional.

No intuito de analisar a apropriação social do conhecimento disseminada pelo IESE junto aos graduandos em Ciências Sociais e Humanas da UEM de Moçambique, destaca-se o problema da pesquisa: de que maneira ocorre a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo IESE nos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM?

A tese defendida nesta pesquisa centra-se na relação entre os pesquisadores do IESE enquanto docentes na UEM e a apropriação social do conhecimento científico por parte dos estudantes de graduação, no que tange à informação científica gerada e disseminada pelo IESE. Defende-se que a apropriação social do conhecimento científico, por um lado, depende da predisposição dos estudantes de graduação em Ciências Sociais e Humanas da UEM em conhecer a produção científica gerada e disseminada pelo IESE, por meio do compartilhamento de produtos e serviços referentes à investigação científica de seus pesquisadores permanentes, associados e outros pesquisadores, quais sejam: publicações

¹ HABERMAS, Jürgen. **Communication and the evolution of society**. London: Heinemann, 1976.

de livros, cadernos, boletins, conferências, seminários, entre outros. Por outro lado, os pesquisadores do IESE que atuam como docentes na UEM precisam disseminar os produtos e serviços oriundos das pesquisas científicas realizadas no âmbito do IESE à comunidade acadêmica, por meio das disciplinas ministradas, promovendo desse modo a inter-relação entre pesquisa e ensino.

Como objetivo geral, estabeleceu-se: analisar o processo de apropriação social do conhecimento produzido e disseminado pelo IESE junto aos graduandos em Ciências Sociais e Humanas da UEM de Moçambique. No que se refere aos objetivos específicos: a) analisar as teorias e conceitos sobre apropriação social do conhecimento presentes na literatura da área das Ciências Sociais e Humanas; b) verificar os conteúdos programáticos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM no que concerne a produção científica gerada pelo IESE; c) verificar a relação entre a produção², disseminação, acesso e uso do conhecimento gerado pelo IESE, como fatores preponderantes na apropriação social do conhecimento pelos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM; d) avaliar como ocorre o processo de apropriação social do conhecimento dos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM.

Em um contexto de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais advindas do processo de globalização por um lado, e pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), existe a necessidade de se compreender os processos de produção, organização e gestão da informação difundida nas várias plataformas, das tradicionais às digitais. As IES nacionais precisam introduzir disciplinas que desenvolvam a competência em informação, visando desenvolver habilidades nos docentes e discentes que possibilitem o acesso, a seleção e o uso de informações relevantes, distribuídas em diferentes plataformas, garantindo assim o alargamento do conhecimento desses atores. Os conteúdos sobre competência em informação não devem ser exclusivos à CI, ao contrário devem ser alargados para outras disciplinas. A partir deste estudo, pretende-se alargar o âmbito da pesquisa em CI e propor a sua integração nos diversos cursos de Ciências Sociais e Humanas.

A produção de conhecimento especializado em Moçambique remonta o período colonial, mas o interesse ideológico naquele momento estava voltado para a dominação

² A produção está vinculada às áreas de investigação e projetos de pesquisa do IESE.

colonial e a subalternização dos sujeitos moçambicanos no que concerne ao acesso ao conhecimento, em especial sobre a realidade social do País, bem como em relação ao acesso ao ensino, elemento essencial para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. O desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas voltadas aos problemas moçambicanos, isto é, como sujeitos do seu destino, ocorreu a partir da independência de Moçambique, em 1975.

A partir do fim do colonialismo se descoloniza o conhecimento, com definição constitucional de que a educação era um direito e dever de todos os moçambicanos, sem distinção de raça, religião e etnia. Nesse contexto, inicia-se um processo de luta contra o analfabetismo, nos finais da Década de 1980, com as primeiras políticas públicas de educação emanadas pela *'Directivas Económicas e Sociais'*, documento de política pública do partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), movimento que conquistou a independência de Moçambique, pela via armada. Este documento de política pública está inserido em um contexto monopartidário e Estado centralizado.

Os primeiros passos de introdução de centros de pesquisas e de universidades que proporcionaram a formação dos primeiros graduados no subsistema de ensino superior em Moçambique pós independente, principalmente na área de Ciências Sociais e Humanas foram na UEM, nas suas diferentes unidades e centros de pesquisa. O desenvolvimento de pesquisa especializada e de qualidade com a participação de pesquisadores e docentes de origem moçambicana foram desenvolvidos no CEA e no Departamento de História (DH) da mesma Universidade. Participaram das atividades de investigação, docência e divulgação de conhecimento sobre Moçambique e da Região Austral Africana, moçambicanos e internacionalistas oriundos de vários países do mundo, inclusive do Brasil que tinham interesse em contribuir para a consolidação do projeto socialista do Estado Moçambicano.

Os trabalhos sobre a produção de conhecimento no CEA foram desenvolvidos, nomeadamente em: Geffray (1988); Fernandes (2017); Darch (2017); Cahen (2019). Contudo, esta pesquisa não pretende retomar as pistas trilhadas por estes autores, todavia, os tomará como princípio e aporia metodológica para dar corpo ao trabalho que se pretende desenvolver no campo da Ciência da Informação. O principal objeto da pesquisa se refere à produção e disseminação do conhecimento do IESE, um dos mais prestigiados centros de pesquisa de Moçambique na atualidade, com significativa projeção no meio intelectual

africano e internacional, destacando os diversos participantes das conferências realizadas entre 2009 e 2023, bem como as publicações em livros, cadernos de pesquisa, boletins e outros formatos e meios de divulgação.

O IESE figura-se hoje como o herdeiro do CEA da UEM, não só porque os seus fundadores foram integrantes do CEA Socialista, mas herdou o uso do paradigma de economia política, bem como o “[...] desenvolvimento de um tipo particular de pesquisa científica, orientado para análise e recomendação de políticas públicas, que tendo sido estreado pelo CEA, o IESE consolidou e radicalizou” (Fernandes, 2017, p.2). Ressalta-se que até 1990 em Moçambique não existia sequer uma instituição de pesquisa ou de ensino, exterior ao poder vigente. O surgimento do IESE desencadeou uma ruptura no debate público nacional, já não era o Estado o centro de produção de conhecimento, iniciava-se uma nova forma de se fazer Ciência, a partir do exterior do poder estatal e com recursos financeiros externos ao aparelho do Estado.

Os principais financiadores internacionais são, na sua maioria, agências de desenvolvimento do ocidente, governos dos países nórdicos e embaixadas com interesses nas temáticas de desenvolvimento e gestão política na África. Estabelecidas em Moçambique começaram a financiar instituições que estavam fora do alcance do regime governamental. Como o IESE, surgem outras instituições de pesquisa e de consultoria, rede de pesquisadores, ativismo social e editoras de literatura científica. Segundo Fernandes (2017), muitas das instituições de pesquisa independente surgidas em Moçambique se viram envolvidas em consultorias como estratégia de sobrevivência, mas o IESE se manteve firme na produção de conhecimento e consolidou o seu capital social e intelectual localmente e internacionalmente.

Em relação aos procedimentos metodológicos (estão mais bem detalhados na Seção 6 desta pesquisa), a natureza da pesquisa é qualiquantitativa, do tipo descritiva, exploratória e documental. O método de pesquisa aplicado se refere ao ‘Estudo de Caso Múltiplo’ (Yin, 2015). O universo da pesquisa se refere ao IESE e à UEM. A população alvo é constituída pelos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM, nomeadamente os Cursos de Sociologia, Ciência Políticas, Administração Pública e Economia, bem como pelos coordenadores dos referidos Cursos.

As técnicas de coleta de dados a serem aplicadas abrangem: a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), visando o levantamento, seleção, leitura e fichamento da literatura relevante sobre o tema pesquisado; as entrevistas a serem aplicadas nos coordenadores dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas; os questionários aplicados aos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas; a análise de documentos institucionais como, por exemplo: os projetos pedagógicos dos Cursos e os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Os instrumentos de coleta de dados a serem aplicados se referem a: protocolo de RSL; roteiro de entrevista; questionário aplicando-se a Escala de Likert; *Checklist* de verificação dos projetos pedagógicos dos Cursos; *Checklist* de verificação dos TCC.

Para a análise de dados aplicar-se-á a triangulação de dados, inter-relacionando a revisão da literatura, as entrevistas, os questionários e a análise dos documentos, de modo a analisar: a) as convergências entre a apropriação social do conhecimento gerada e disseminada pelo IESE e o acesso e uso do conhecimento pelos graduandos; b) a complementaridade entre os conteúdos programáticos da produção gerada e disseminada pelo IESE presentes nos projetos pedagógicos dos cursos e a apropriação social do conhecimento pelos graduandos; c) as divergências entre a diversificação de fontes de informação nas disciplinas dos cursos de graduação de Ciências Sociais e Humanas da UEM e a apropriação social do conhecimento dos estudantes gerada e disseminada pelo IESE.

A presente pesquisa está estruturada da seguinte maneira: na primeira seção aborda-se a introdução geral, problemática, justificativa, e objetivos da tese; a segunda seção descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; a terceira seção discorre sobre a produção científica e a apropriação social do conhecimento científico no âmbito das Ciências Sociais e Humanas – uma revisão da literatura no período de 2002 a 2022; a quarta seção aborda a análise dos processos de compartilhamento e apropriação do conhecimento científico em políticas públicas de CT&I de Moçambique; a quinta seção aborda sobre uma arqueologia institucional do IESE; a sexta seção discorre sobre a análise e discussão de resultados; a sétima seção aborda sobre a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo IESE junto aos graduandos de Ciências Sociais e Humanas da UEM. A última seção sintetiza o trabalho a partir da apresentação das considerações finais da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de construção de conhecimento científico tem no método o seu sustentáculo, por isso o sucesso de qualquer empreendimento científico depende da manipulação do método e de sua adequação ao campo de pesquisa envolto a questões científicas. O campo de pesquisa da CI privilegia a interdisciplinaridade no que tange a compreensão de seu objeto de estudo, de suas teorias, métodos, entre outros substratos da estrutura epistemológica do campo. Sendo a interdisciplinaridade característica inerente ao campo de pesquisa em CI, se faz necessário à cooperação entre o campo e outras disciplinas no quadro dos métodos e, por conseguinte, a cooperação metódica visando contribuir mutuamente para o fortalecimento das disciplinas cooperantes. Não constitui preocupação da presente pesquisa fundamentar a interdisciplinaridade no campo de pesquisa da CI, mas é frequente o campo ser associado à interdisciplinaridade, por parte de estudiosos consagrados, tais como: Borko (1968), Le Coadic (1996), Saracevic (1996), Pinheiro (1997; 1998; 2005; 2006), Araújo (2014; 2018; 2022), entre outros.

Os propósitos da Ciência contemplam a investigação, produção, publicação e apropriação da informação disseminada por instituições de ensino e de pesquisa, por meio de diversas plataformas institucionais que alicerçam a veiculação de informações científicas para a comunidade científica e sociedade em geral. O produto do trabalho das IES, bem como de instituições de pesquisa pode ser recuperado nos diversos sistemas de informação, a partir das bibliotecas, centros de informação e/ou documentação, bancos e bases de dados disponíveis na rede Internet em acesso aberto ou fechado, entre outros canais que facilitam o acesso à informação.

Tendo como base os recursos de disseminação usados pelo IESE, no que tange a sua preocupação em tornar os cidadãos atores do processo de tomada de decisão sobre questões candentes da sociedade moçambicana, e com vista a analisar a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo IESE junto aos graduandos em Ciências Sociais e Humanas da UEM de Moçambique, resgata-se o problema da pesquisa: de que maneira ocorre a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo IESE nos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM?

De mesmo modo, resgata-se o objetivo geral, em que se estabeleceu: analisar o processo de apropriação social do conhecimento produzido e disseminado pelo IESE junto aos graduandos em Ciências Sociais e Humanas da UEM de Moçambique.

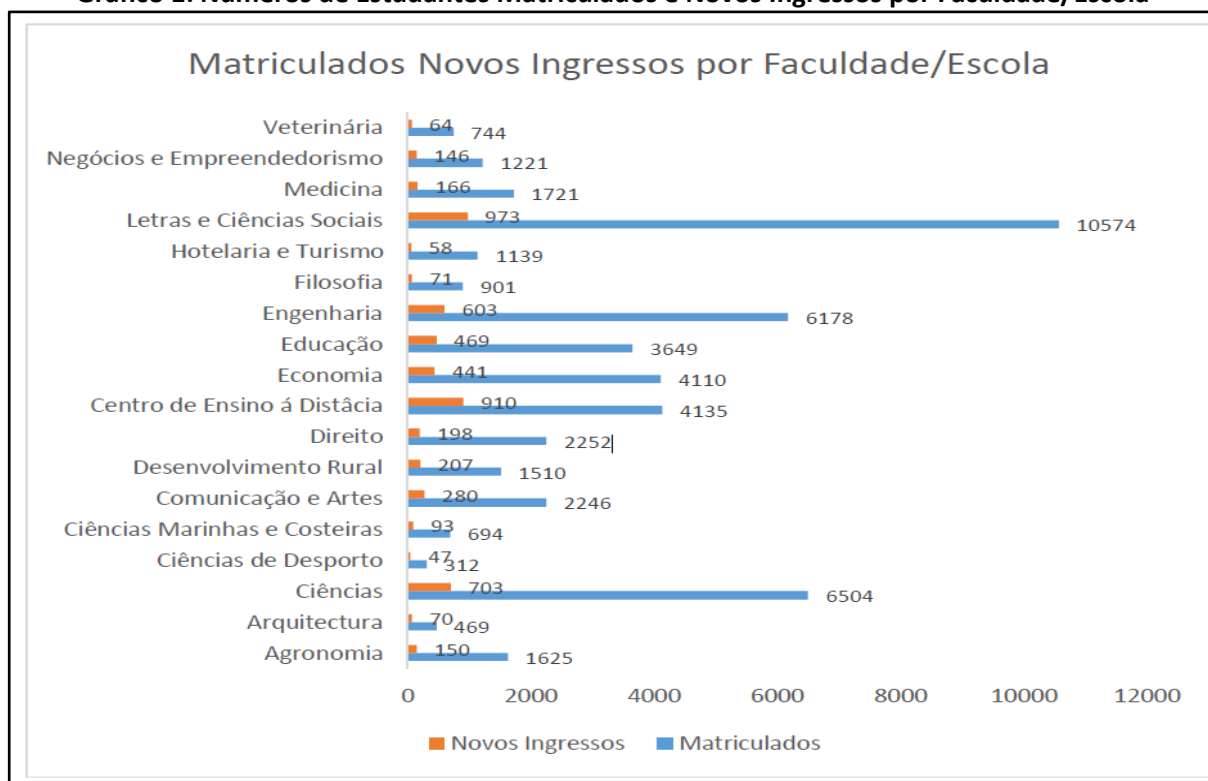
Em relação aos procedimentos metodológicos, a natureza da pesquisa é qualiquantitativa, do tipo descritiva, exploratória e documental. O cruzamento entre pesquisas de natureza qualitativas e quantitativas tem sido comum no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. A prática epistemológica que possibilita este cruzamento já se institucionalizou na metodologia da pesquisa científica, uma vez que conta com periódicos científicos, eventos científicos, e é abordada como conteúdo em disciplinas de metodologia da pesquisa científica e ou em disciplinas de métodos de pesquisa. O cunho metodológico da presente pesquisa possibilita o cruzamento dessas perspectivas, por conta do tipo de método; das técnicas de coletas de dados; dos instrumentos de coleta de dados; das técnicas de análise de dados; e dos instrumentos de análise de dados.

O tipo de pesquisa considerado nesta pesquisa compreende o tipo descritivo, exploratório e documental. Em pesquisas que utilizam o método de 'Estudo de Caso' é comum o uso complementar de outros tipos de pesquisa, quais sejam, estudos exploratórios e descritivos. Yin (2001) é favorável à combinação da abordagem qualitativa e quantitativa com o complemento do tipo de pesquisa descritivo-exploratório. Nesta pesquisa, para além da utilização do método proposto por Yin, considerou-se a inclusão do tipo de pesquisa do tipo documental.

O pilar de ensino da UEM é suportado por Faculdades, Escolas e Centro de Ensino a Distância. O Gráfico 1 apresenta o número de Faculdades e Escolas da UEM e a distribuição de estudantes matriculados e novos ingressantes nas Faculdades e Escolas, cujo número representa os estudantes de graduação dos períodos diurno e noturno. O pilar de ensino é distribuído por 11 (onze) faculdades; 6 (seis) escolas e 1 (um) centro de ensino a distância, conforme segue: Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal; Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico; Faculdade de Ciências; Faculdade de Direito; Faculdade de Economia; Faculdade de Educação; Faculdade de Engenharia; Faculdade de Filosofia; Faculdade de Letras e Ciências Sociais; Faculdade de Medicina; Faculdade de Veterinária; Escola de Comunicação e Artes; Escola Superior de Ciência de Desporto; Escola Superior de Hotelaria e Turismo; Escola Superior de Negócio e Empreendedorismo; Escola Superior de

Desenvolvimento Rural; Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras; e Centro de Ensino A Distância.

Gráfico 1: Números de Estudantes Matriculados e Novos Ingressos por Faculdade/Escola



Fonte: Universidade Eduardo Mondlane: Estatísticas de 2022 (2023, p. 133).

O universo da pesquisa se refere ao IESE e à UEM, conforme descrito nas Seções anteriores. A população alvo é constituída pelos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM, nomeadamente os Cursos de Sociologia, Ciências Políticas, Administração Pública e Economia, bem como pelos coordenadores dos referidos Cursos.

A Faculdade de Letras e Ciências Sociais conta com 17 (dezessete) cursos de graduação: Administração Pública; Antropologia; Arqueologia e Gestão Patrimonial e Cultural; Ciências Políticas; Ensino de Francês; Ensino de Língua, Cultura e Literatura Chinesa; Ensino de Inglês; Linguística; Literatura Moçambicana; Ensino de Línguas Bantu; Ensino de Português; Geografia; História; Sociologia; Serviços Sociais; Tradução e Interpretação Inglês/Português e Tradução Português/Francês. A Faculdade de Economia possui 3 (três) cursos de graduação: Contabilidade e Finanças; Economia e Gestão.

A população alvo da presente pesquisa se refere aos estudantes de graduação dos Cursos de Administração Pública, Ciências Políticas, Sociologia e Economia, das Faculdades

de Letras e Ciências Sociais e Faculdade de Economia, respectivamente. Quanto aos sujeitos de pesquisa são constituídos por: docentes dos cursos de graduação arrolados acima com vínculo empregatício no IESE e na UEM, bem como os coordenadores dos cursos e os fundadores e Diretores do IESE (Carlos Nuno Castel-Branco, Luís de Brito, Antonio Francisco, Salvador Cadete Forquilha e Sérgio Chichava) com passagem na UEM enquanto docentes.

Do ponto de vista quantitativo, o Curso de Administração Pública conta com 200 (duzentos) estudantes distribuídos nos quatro níveis da graduação; o Curso de Ciências Políticas também conta com 200 (duzentos) estudantes, distribuídos nos quatro níveis do Curso; o Curso de Sociologia conta com 192 (cento e noventa e dois) estudantes; e o Curso de Economia também conta com 200 (duzentos) estudantes, distribuídos nos quatro níveis da graduação. Importa ressaltar que os cursos de graduação da UEM têm a duração de 4 anos letivos, com exceção dos Cursos de Medicina e Arquitetura e Planejamento Físico, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico, respectivamente.

Os graduandos que responderam ao questionário compreendem a amostra estratificada de 10 (dez) estudantes por nível de formação, ou seja, do primeiro ao quarto ano, conforme segue:

- Curso de Administração Pública: 40 (quarenta) estudantes;
- Curso de Ciências Políticas: 40 (quarenta) estudantes;
- Curso de Sociologia: 40 (quarenta) estudantes;
- Curso de Economia: 40 (quarenta) estudantes;
- Total da amostra: 160 (cento e sessenta) estudantes de graduação em Administração Pública, Ciências Políticas, Sociologia e Economia da UEM.

Os cursos de graduação são coordenados por ‘Diretores de Curso’, assim sendo, como parte da população-alvo da presente pesquisa, foram entrevistados 2 (dois) diretores de curso, 1 (um) de Economia e outro de Sociologia; também, entrevistou-se 2 (dois) chefes de departamentos acadêmicos, nomeadamente: chefe de departamento de Administração Pública e Ciência Política e chefe de departamento de Sociologia.

Em relação aos dados históricos, importa informar que os Cursos de Administração Pública, Ciência Política e Sociologia foram constituídos no âmbito da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), criado no início da Década de 1990, com início de

atividades em 1995. Assim sendo, os cursos tiveram início no ano de 1995. Por outro lado, o Curso de Economia se constitui no contexto da era colonial moçambicana, em 1970, cujas atividades tiveram início em 1971.

2.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

A pesquisa adotou a RSL, a partir da coleta de documentos em bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais, abrangendo o período entre 2002 e 2022. Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa se referem à aplicação do Protocolo RSL (Quadro 1), a partir de sua aplicação nas bases de dados internacionais, quais sejam: WoS, SCOPUS e SciELO.

A seleção das referidas bases de dados foram consideradas pertinentes e representativas para a aplicação do Protocolo RSL, visto que contemplam os campos das Ciências Sociais e Humanas e, assim, proporcionam uma pesquisa mais aprofundada sobre a temática em discussão, pois abrange parte da produção científica de disciplinas consideradas interdisciplinares à CI. Observou-se questões técnicas que se fazem integrativas nos campos de busca sejam elas, a existência de mecanismos de busca por meio de título, resumo e palavras-chave, e a disponibilidade de artigos científicos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola disponíveis para recuperação.

Quadro 1: Protocolo de revisão sistemática da literatura

Protocolo da RSL	Características
Objetivo Geral	Compreender as variações conceituais sobre a apropriação do conhecimento científico no âmbito das Ciências Sociais e Humanas
Fontes pesquisadas	Bases de dados Internacionais: WoS; SCOPUS e SciELO.
Restrições	Apenas textos publicados no período de 2002 a 2022 no campo de pesquisa em Ciências Sociais e Humanas
Critérios de inclusão e exclusão	Inclusão: Artigos e artigos de revisão publicados em periódicos científicos revisados por pares; e artigos escritos nos idiomas inglês, espanhol e português. Exclusão: Livros, capítulos de livro, textos publicados em anais de eventos, editoriais, resenhas e relatos de pesquisa.
Dados extraídos dos seguintes campos	Título Resumo Palavras-Chave
Palavras-chave utilizadas na busca	<i>Social Appropriation of Knowledge</i> Apropriação Social do Conhecimento <i>Apropiación social del conocimiento</i>
Processo de Seleção	Textos completos para <i>download</i> que cumpriram as restrições e os critérios de inclusão e exclusão supracitados

Protocolo da RSL	Características
Estratégias de extração da informação	A partir das expressões de busca e aplicação nos campos e fontes de informação supracitada, aplicou-se os critérios relativos às restrições e critérios de inclusão e exclusão. A partir da seleção dos textos que atenderam a primeira estratégia, realizou-se a leitura do título, resumo e palavras-chave do documento visando verificar o real alinhamento ao objetivo da pesquisa. Os textos selecionados a partir da segunda estratégia foram lidos integralmente visando à análise e atendimento do objetivo da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria (2023).

As expressões de busca foram geradas, a partir da combinação das expressões chave usadas na literatura sobre apropriação social do conhecimento, e possíveis peculiaridades das bases de dados acadêmicas. Para as bases de dados WoS, SCOPUS e SciELO a expressão de busca utilizada foi: '*Social appropriation of Knowledge*'; '*Apropriação social do conhecimento*'; e '*Apropiación social del conocimiento*'. Optou-se pelo uso do termo nas três línguas, uma vez que, boa parte dos artigos indexados nas bases de dados acadêmicas contém o título, resumo e palavras-chave nestas línguas. Com a aplicação do Protocolo RSL recuperou-se 71 (setenta e um) artigos científicos, dos quais 25 (vinte e cinco) na SCOPUS; 15 (quinze) na WoS; e 31 (trinta e um) no SciELO (Quadro 2). A partir da retirada dos textos duplicados e leitura de resumos em correlação com o objetivo geral da pesquisa, obteve-se um total de 17 (dezessete) artigos para leitura integral, isto é, constituíram a base para a discussão da tese.

Quadro 2: Produção científica recuperada

Base de dados	Recuperada	Excluída	Excedente	Leitura Integral
WoS	15	12	3	3
Scopus	25	20	5	5
SciELO	31	21	9	9
Total	71	53	17	17

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023).

Vale destacar que a base de dados SciELO forneceu grande parte dos artigos para a pesquisa, uma vez que a temática sobre apropriação social do conhecimento foi marcadamente discutida no contexto da América Latina e foi majoritariamente escrita em espanhol, principalmente no contexto colombiano. Isso atesta que geograficamente esta temática ocupa a mente de pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas da América Latina, bem como se constitui em um espaço de construção de uma identidade

conceitual da temática, apesar da polissemia em volta do conceito de apropriação social do conhecimento.

2.2 MÉTODO DE PESQUISA

O estudo de caso é comumente aplicado em uma grande variedade de campos de conhecimento, tais como: Sociologia, Administração, História, Serviço social, Educação e Ciência da Informação, entre outros (Yin, 2005). Os fundamentos epistemológicos da avaliação das teorias científicas, dependem do rigor metodológico aplicado nos testes efetuados por cientistas e pesquisadores em diversas áreas de conhecimento. A validade de um procedimento metodológico em uma área do conhecimento, pode ser demonstrada pela utilização do método em pesquisas relacionadas à produção do conhecimento de pesquisadores, docentes e discentes. O método ‘Estudo de Caso Múltiplo’ (Yin, 2005) adotado nesta pesquisa se fundamenta pela escolha dos objetos empíricos, considerados como construtos adequados para avaliar o compartilhamento de conhecimento produzido nas IES e/ou de pesquisa científica de Moçambique, no que se refere a sua relação com os processos de apropriação social do conhecimento científico pelos graduandos da FLCS e FE da UEM.

O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos. [...] o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si (Stoecker, 1991 *apud* Yin, 2005, p.33) [...] mas uma estratégia de pesquisa abrangente (Yin, 2005, p.33).

No âmbito conceptual é comumente referenciado que “[...] Os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (Yin, 2001, p.19). No âmbito do método ‘Estudo de Caso’, as perguntas contempladas, qual sejam: “como?” e “por que?” propostas por Yin (2001), podem ser acrescidas às perguntas propostas por Marconi e Lakatos (2008) nomeadamente: “com quê?”, “onde?” e “quando?”.

Ademais, o enquadramento metodológico da pesquisa que contempla o Estudo de Caso como método de pesquisa, responde, sobretudo, aos critérios definidos pelo Yin (2001). “[...] questões do tipo “como” e “por que” são mais explanatórias, podem

provavelmente levar ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas” (Yin, 2001, p.25). No desenvolvimento de uma pesquisa que envolve o estudo de um caso é mais provável que sejam admitidas as questões “como?” e “por que?”. Apesar de ser preciso ajustar a *priori* as questões que se adequam a natureza de cada pesquisa.

Conforme anteriormente mencionado, Yin (2001) é favorável à aplicação de pesquisas que combinam a vertente quantitativa e qualitativa com o método de estudo de caso: “[...] independentemente de se favorecer a pesquisa qualitativa ou quantitativa, há uma grande e importante área comum entre as duas” (Yin, 1994 *apud* Yin, 2001, p.34). Para a presente pesquisa consideram-se as duas perspectivas de maneira integrada. Yin (2001 *apud* Yazan, 2016, p.164) “[...] sugere aos pesquisadores utilizarem seis fontes de evidência: documentação, registros em arquivo, entrevistas, observações diretas, observações participantes e artefatos físicos, cada qual com seus pontos fortes e fragilidades na comparação umas com as outras”.

O método de pesquisa aplicado nesta pesquisa se refere ao ‘Estudo de Caso Múltiplo’ (Yin, 2015). Assim sendo, trata-se de “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p.32). O proponente do método ‘Estudo de Caso’ considera três aspectos na investigação de um estudo de caso, nomeadamente:

Enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, D beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (Yin, 2001, p.32-3).

As técnicas de coleta de dados realizadas abrangem as seguintes fontes de evidência: os documentos oriundos da literatura, selecionados a partir da aplicação do Protocolo de RSL, visando o levantamento, seleção, leitura e fichamento da literatura relevante sobre o tema pesquisado; as entrevistas realizadas com os coordenadores dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas; os questionários aplicados aos investigadores do IESE com atividade docente na UEM; os questionários aplicados aos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas; a análise de documentos institucionais como, por exemplo: os projetos

pedagógicos dos Cursos e os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), bem como os planos estratégicos e relatórios de atividade do IESE.

Os instrumentos de coleta de dados aplicados se referem a: Protocolo de RSL (Quadro 2); roteiro de entrevista com os diretores (Apêndice B); roteiro de entrevista com fundadores (Apêndice C); roteiro de entrevista com os coordenadores de cursos (Apêndice D); questionário aplicado aos discentes da FE e da FLCS da UEM (Apêndice F); Roteiro de Observação (Apêndice G); *Checklist* de verificação dos projetos pedagógicos dos Cursos (Apêndice H); *Checklist* de verificação dos TCC (Apêndice I).

O questionário foi elaborado a partir da aplicação da Escala de Likert; *Checklist* de verificação dos projetos pedagógicos dos Cursos; *Checklist* de verificação dos TCC.

Para a análise de dados foi aplicada a triangulação que se refere à “combinação de diferentes fontes e métodos de coleta de dados, em que a análise desses dados é feita em conjunto, e não considerando dados individuais” (Davidson, 2005). A triangulação no âmbito da análise de dados é bastante apregoada por Yin, conforme explica (Yazan, 2016, p.163): “Yin se torna o defensor da combinação de fontes de evidência quantitativa e qualitativa, porque ele as equaliza como instrumentos”.

A triangulação de dados possibilita uma análise cruzada inter-relacionando a revisão da literatura, as entrevistas, os questionários e a análise dos documentos, de modo a analisar: a) as convergências entre as competências em informação dos graduandos e a apropriação da informação gerada pelo IESE; b) a complementaridade entre os conteúdos programáticos presentes nos projetos pedagógicos dos cursos e a apropriação da informação pelos graduandos; c) as divergências entre as competências em informação dos graduandos e a apropriação da informação gerada pelo IESE.

2.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os métodos científicos empregados pela Ciência são validados pela comunidade científica, a partir dos mecanismos de vigilância epistemológica emanados pelas micro comunidades e macro comunidades epistêmicas. A orientação epistemológica de um grupo de pesquisa, linha de pesquisa, programa de pós-graduação, curso de graduação, associação profissional e acadêmica, periódico científico, reguladores e avaliadores das micro comunidades e macro comunidades consubstanciadas nos *rankings* universitários

internacionais que desencadeiam as relações dos instrumentos de avaliação de programas de pós-graduação, cursos de graduação, pesquisadores, docentes e discentes em âmbito de nações ou países, se fundamentam por meio de orientações epistemológicas. Por conseguinte, o processo de construção de técnicas e instrumentos de coleta de dados se manifesta a partir de inclinações epistemológicas e orientações disciplinares de pesquisadores, docentes e discentes. “Quanto aos instrumentos de coleta de dados, a tradição epistemológica assumida influencia a seleção e a concepção do processo de coleta de dados” (Yazan, 2016, p.163).

A complexidade dos fenômenos, teorias, conceitos no âmbito dos programas de pesquisa estabelecidos por pesquisadores e docentes com capital científico, além de determinarem o comportamento epistemológico, também propiciam o uso de métodos com alicerces técnicos e instrumentos de coleta de dados consentâneos com o contexto político, científico, cultural, econômico e social. Por isso, Yin (2005) sugere aos pesquisadores a utilização de seis fontes de evidência (Quadro 3).

Quadro 3: Fontes de evidências: pontos fortes e pontos fracos

Fontes de Evidência	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Documentação	Estável - pode ser revisada inúmeras vezes; discreta - não foi criada como resultado do estudo de caso; exata - contém nomes, referências e detalhes exatos de um evento; ampla cobertura - longo espaço de tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos.	Capacidade de recuperação - pode ser baixa; seletividade tendenciosa, se a coleta não estiver completa; relato de visões tendenciosas - reflete as ideias preconcebidas (desconhecidas) do autor; acesso - pode ser deliberadamente negado.
Registros em arquivos	[Os mesmos mencionados para documentação]; precisos e quantitativos.	[Os mesmos mencionados para documentação]; acessibilidade aos locais graças a razões particulares.
Entrevistas	Direcionadas - enfocam diretamente o tópico do estudo de caso; perceptivas - fornecem inferências causais percebidas.	Visão tendenciosa devido a questões mal elaboradas; respostas tendenciosas; ocorrem imprecisões devido à memória fraca do entrevistado; reflexibilidade - o entrevistado dá ao entrevistador o que ele quer ouvir.
Observações diretas	Realidade - tratam de acontecimentos em tempo real; contextuais - tratam do contexto do evento.	Consumem muito tempo; seletividade - salvo ampla cobertura; reflexibilidade - o acontecimento pode ocorrer de forma diferenciada porque está sendo observado; custo - horas necessárias pelos observadores

		humanos.
Observação participante	[Os mesmos mencionados para observação direta]; perceptiva em relação a comportamentos e razões interpessoais.	[Os mesmos mencionados para observação direta]; visão tendenciosa devido à manipulação dos eventos por parte do pesquisador.
Artefatos físicos	capacidade de percepção em relação a aspectos culturais; capacidade de percepção em relação a operações técnicas.	seletividade; disponibilidade.

Fonte: Elaborado a partir de Yin (2005, p. 108).

A utilidade dos instrumentos de evidências propostos por Yin (2005) demonstra o caráter positivista (fontes de evidência quantitativas e qualitativas devem ser combinadas) dos procedimentos metodológicos do método ‘Estudo de Caso’, assim como a literatura existente sobre o método ‘Estudo de Caso’ contempla o papel ativo do pesquisador como sendo fundamental para a consecução dos propósitos estabelecidos nos objetivos da pesquisa, bem como na formulação coerente do problema de pesquisa, consequentemente do sucesso de um projeto de pesquisa com o uso adequado do método.

Enfatiza-se que a análise não depende exclusivamente dos instrumentos de coleta de dados, mas sim da capacidade e habilidades de análise e comprometimento do pesquisador. As habilidades de um pesquisador no ato de execução de um projeto de pesquisa envolvendo o estudo de caso devem espelhar os seguintes aspectos: a) o pesquisador deve ser capaz de fazer boas perguntas e interpretar as respostas; b) o pesquisador deve ser um bom ouvinte e não ser enganado por suas próprias ideologias e preconceitos; c) o pesquisador deve ser capaz de ser adaptável e flexível, de modo que as situações recentemente encontradas possam ser vistas como oportunidades, não ameaças; d) o pesquisador deve ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas, mesmo que seja uma orientação teórica ou política, ou que seja de um modo exploratório; e) o pesquisador deve ser imparcial em relação a noções preconcebidas, incluindo aquelas que se originam de uma teoria (Yin, 2001, p.81).

Ademais, para a aplicação e condução do método ‘Estudo de Caso’ o pesquisador se vale de protocolo como instrumento de coleta de dados e deve apresentar as seguintes fases:

Uma visão geral do projeto do estudo de caso (objetivos e patrocínios do projeto, questões do estudo de caso e leituras importantes sobre o tópico

que está sendo investigado). Procedimentos de campo (credenciais e acesso aos locais do estudo de caso, fontes gerais de informações e advertências de procedimentos). Questões do estudo de caso (as questões específicas que o pesquisador do estudo de caso deve manter em mente ao coletar os dados, uma planilha para disposição específica de dados e as fontes em potencial de informações ao se responder cada questão). Guia para o relatório do estudo de caso (resumo, formato de narrativa e especificação de quaisquer informações bibliográficas e outras documentações) (Yin, 2001, p.89; 91).

Os protocolos adotados na presente pesquisa são: protocolo de RSL, roteiros de entrevista, roteiro de observação, questionário aplicando-se a Escala de Likert; *checklist* de verificação dos projetos pedagógicos dos Cursos; *checklist* de verificação dos TCC. Contudo, o protocolo indicado acima faz menção a leitura de documentos sobre o tópico em estudo, isto é, compreende a RSL a fim de compreender as teorias, conceitos, métodos, técnicas e instrumentos de coleta de dados na literatura da temática da pesquisa.

Após o levantamento bibliográfico, fichamento, análise e síntese das proposições teóricas do tópico em estudo se segue para a fase de trabalho de campo, uma vez que os instrumentos de coleta de dados se forjam a partir da teoria, pergunta de partida ou problema de pesquisa, objetivos e hipóteses estabelecidas no projeto de pesquisa. Outrossim, o trabalho de campo acontece mediante a formalização da pesquisa nas unidades de análise ou organizações, em que o pesquisador apresenta as credenciais emitidas na instituição de origem. Assim, feito o credenciamento, este está livre para realizar a coleta de dados, a partir dos instrumentos desenvolvidos anteriormente. Por último, o pesquisador deve redigir o relatório do estudo de caso.

As entrevistas são fontes essenciais de informação para os estudos de caso. As entrevistas podem ser classificadas da seguinte maneira: informais, focalizadas, por pautas e formalizadas (Marconi; Lakatos, 2003; Yin, 2005; Gil, 2008). Yin (2005, p.118) explica que “As entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para o estudo de caso, já que a maioria delas trata de questões humanas”. Importa ressaltar que a entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, nominados como parte integrante da natureza da pesquisa associada aos estudos descritos nos estudos de caso. Na entrevista focalizada o entrevistador possibilita ao entrevistado falar livremente sobre o assunto. A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação. A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados (Gil, 2008, p.113).

A aplicação deste instrumento incidiu, nos 4 (quatro) coordenadores dos cursos de Economia, Sociologia, Ciência Política e Administração Pública da FE e FLCS da UEM no intuito de perceber a fundo algumas questões relacionadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão como ferramenta imprescindível para a apropriação social do conhecimento pelos graduandos dos cursos mencionados. Além dos coordenadores, também foram aplicados aos 2 (dois) antigos diretores e fundadores dos grupos de investigação do IESE, nomeadamente: Luís de Brito e Salvador Forquilha e o atual diretor do IESE (Euclides Gonçalves), no intuito de colher dados sobre o IESE enquanto organização e sua contribuição no panorama de pesquisa em Ciências Sociais e Humanas em Moçambique, bem como a sua contribuição para a formação da cidadania e emancipação social dos moçambicanos em relação às ações de apropriação social do conhecimento implementadas pelo IESE, sem estabelecer parâmetros cronológicos.

Os sujeitos de pesquisa supracitados possibilitam a construção de uma rede de pesquisadores, por estes constituírem-se como dominantes no campo de pesquisa em que atuam. Os três principais pesquisadores do IESE, Carlos Nuno Castel-Branco, Luís de Brito e Antônio Francisco atuavam em programas de pesquisa, linhas de investigação, disciplinas, projetos de pesquisa, áreas de investigação relacionadas à ‘Economia e Desenvolvimento’, ‘Cidadania e Governança’, ‘Pobreza e Proteção Social’, respectivamente. Ademais, importa referir que os pesquisadores dominantes do IESE constituíram micro comunidades científicas nos campos de pesquisa em que atuam.

Como mencionado anteriormente, Yin (2001; 2005) evidencia parte das técnicas de coleta de dados consideradas adequadas para a condução de um estudo de caso. As fontes de evidências inscritas por Yin (2005) corroboram com os demais teóricos que abordam os procedimentos metodológicos no quadro da produção intelectual técnica e didática, tais como Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2008). Nesta pesquisa definiu-se como pertinente a utilização de técnicas consideradas válidas por pesquisadores da área de CI, uma vez que a produção de teses e dissertações do campo de pesquisa da área adotam os pressupostos de Yin (2001; 2005) oferecendo resultados coerentes que asseveram a validação do método, das técnicas e dos instrumentos relacionados ao método ‘Estudo de Caso’.

As comunidades científicas estabelecidas a partir de disciplinas reconhecidas como científicas, por possibilitarem a sua falseabilidade como proposto por Popper (2013) e

coerência metodológica, teórica e conceitual constituem o espaço mais adequado para a validação e avaliação de um método, técnicas e instrumentos de coleta de dados. Para efeitos desta pesquisa optou-se pela utilização da técnica de coleta de dados denominada 'observação'. "A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade" (Marconi; Lakatos, 2003, p.190).

Há diversidade de técnicas e instrumentos sobre a observação enquanto técnica e instrumento de coleta de dados, por um lado Yin (2001; 2005) discorre sobre a observação direta e observação participante como instrumentos complementares no processo de coleta de dados nas unidades de análise, sejam indivíduos ou organizações. Yin (2005, p.120) menciona que "[...] as observações podem variar de atividades formais a atividades informais de coleta de dados".

Para Selltitz (1965, p.233 *apud* Marconi; Lakatos, 2003, p.191):

[...] a observação torna-se científica à medida que: a) convém a um formulado plano de pesquisa; b) é planejada sistematicamente; c) é registrada metodicamente e está relacionada a proposições mais gerais, em vez de ser apresentada como uma série de curiosidades interessantes; d) está sujeita a verificações e controles sobre a validade e segurança.

Nas disciplinas científicas são empregadas diversas técnicas e instrumentos de observação, nomeadamente: a) segundo os meios utilizados, podem ser – observação não estruturada (assistemática), observação estruturada (sistemática); b) segundo a participação do observador – observação não-participante, observação participante; c) segundo o número de observações – observação individual, observação em equipe; d) segundo o lugar onde se realiza – observação efetuada na vida real (trabalho de campo), observação efetuada em laboratório (Ander-Egg, 1978, p.96 *apud* Marconi; Lakatos, 2003, p.192).

Os tipos de técnicas de observação arrolados por Ander-Egg (1978) contemplam as de evidência de observação participante e direta de Yin (2005), entretanto a observação direta de Yin (2005) se assemelha ao tipo de observação na vida real, cunhada por Ander-Egg (1978), por ambas afirmarem que elas acontecem em tempo real. Nesta pesquisa adotou-se a observação direta e observação participante como proposto por Yin (2005).

A observação foi efetuada nas salas de aulas dos cursos de Economia, Administração Pública, Ciência Política e Sociologia, da FE e FLCS da UEM, nas disciplinas ministradas pelos docentes com vínculo empregatício no IESE, em ambientes de compartilhamento de

informação e de conhecimento, tais como: conferências, seminários e outros eventos de partilha de informação e de conhecimento realizadas pelo IESE e pela UEM que seja possível observar o comportamento dos estudantes em relação à apropriação social do conhecimento.

Os procedimentos elencados por Yin (2005) em torno das técnicas e instrumentos de coleta de dados não mencionam o questionário como fonte de evidência para o estudo de caso, entretanto Yin (2005) demonstra abertura para o uso de várias técnicas de coleta de dados, uma vez que é favorável a utilização da abordagem qualiquantitativa da pesquisa.

Esta pesquisa considera que o “[...] questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (Marconi; Lakatos, 2003, p.201). Este instrumento possibilita que o respondente tenha controle no ato de preenchimento, bem como este tipo de instrumento deve ser associado a outros instrumentos de coleta de dados de modo que possa ser útil para a consolidação dos outros.

Quadro 4: Vantagens e desvantagens do instrumento de coleta de dados - questionário

Autores	Vantagens	Desvantagens
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados.	Percentagem pequena dos questionários que voltam.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Atinge maior número de pessoas simultaneamente.	Grande número de perguntas sem respostas.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Abrange uma área geográfica mais ampla.	Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo.	Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Obtém respostas mais rápidas e mais precisas.	A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato.	Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas.	A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização.

Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador.	O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Há mais tempo para responder e em hora mais favorável.	Nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento.	Exige um universo mais homogêneo.
Marconi e Lakatos (2003, p.201-202)	Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.	

Fonte: Marconi e Lakatos (2003, p. 201-202).

Conforme mencionado anteriormente, o questionário como instrumento de coleta de dados foi aplicado aos discentes da FE e da FLCS da UEM, mais especificamente dos Cursos de Economia (40 discentes), Sociologia (40 discentes), Ciência Política (40 discentes), e Administração Pública (40 discentes); e nos docentes das duas faculdades com vínculo empregatício no IESE (todos docentes com vínculo com o IESE, totalizando 5 (cinco) pesquisadores, no intuito de colher dados referentes à apropriação social do conhecimento que envolve os docentes e discentes dessas faculdades.

A técnica de análise de documentos é importante para todas as fases do método ‘Estudo de Caso’. Yin (2005, p.112) destaca os seguintes documentos como elementos relevantes para a coleta e análise: a) cartas, memorandos e outros tipos de correspondências; b) agendas, avisos e minutas de reuniões, e outros relatórios escritos de eventos em geral; c) documentos administrativos – propostas, relatórios de avaliação e outros documentos internos; d) estudos ou avaliações formais do mesmo local sob estudo; e) recortes de jornais e outros artigos que aparecem na mídia de massa ou em informativos de determinadas comunidades. Para efeitos desta pesquisa, coletaram-se documentos governamentais, relacionados aos dados estatísticos de IES e de institutos de investigação, legislação do ensino superior e de institutos de investigação, legislação de CT&I e relacionadas.

Quadro 5: Relação de documentos coletados

Descrição	Ano	Qtde.
-----------	-----	-------

Governo de Moçambique		
Dados estatísticos de instituições do Ensino superior e Institutos de Investigação	2003-2015	8
Legislação do Ensino Superior	2023	4
Legislação de ciência, tecnologia e inovação de Moçambique	2003	4
Universidade Eduardo Mondlane		
Estatuto orgânico da Universidade Eduardo Mondlane	1998	
Plano de investigação da UEM	2007	1
Plano estratégico da UEM	2018-2028	1
Regulamento pedagógico e científico	2020	2
Projetos pedagógicos	2012-2013	2
Instituto de Estudos Sociais e Económicos		
Plano estratégico do IESE	2016-2025	1
Mid-term review	2008-2011 2012-2015 2016-2025	3
Balanço de atividade do IESE	2007-2008	1
Relatório de atividades	2009-2021	12
Desafios para Moçambique	2010-2023	14

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No que concerne às unidades de análise do presente estudo de caso, o Quadro 5 indica os documentos coletados no campo. Em relação a UEM são considerados dados relevantes para a presente pesquisa, os seguintes documentos: Estatuto Orgânico da UEM; Plano de Investigação da UEM; Plano Estratégico da UEM; Regulamento Pedagógico e Científico; Projetos Pedagógicos dos cursos de Economia e Sociologia. Para o caso do IESE, foram coletados os seguintes documentos institucionais: Plano Estratégico do IESE; Mid-term Review; Balanço de Atividades do IESE; Relatório de Atividades; e a série 'Desafios para Moçambique' 2010-2023.

3 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA NO PERÍODO DE 2002-2022³

A comunidade científica se congrega em distintas universidades, institutos de pesquisa, faculdades, departamentos, cursos de graduação, programas de pós-graduação, disciplinas, grupos de pesquisa, linhas de pesquisa, associações profissionais e acadêmicas, eventos nacionais e internacionais com temáticas definidas em um complexo de ideias complementares e distintas umas das outras. O principal objetivo do presente estudo se centra na compreensão das variações conceituais sobre a apropriação social do conhecimento científico nas Ciências Sociais e Humanas, a partir da produção intelectual sobre esta temática disponível nas bases de dados, entre 2002 e 2022, nomeadamente: Web of Science (WoS), SCOPUS e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A produção intelectual sobre apropriação social do conhecimento científico compreende aspectos de natureza universal, regional, nacional e disciplinar e interdisciplinar. O conceito de ‘apropriação social’ tem origem nas Ciências Sociais e é configurada como consequência da popularização do conhecimento, da divulgação dos resultados de investigações nas diversas áreas do conhecimento (Giraldo Gutiérrez *et al.*, 2020a).

No âmbito internacional existem programas políticos, econômicos, sociais e culturais que criam sustentáculos para o patrocínio de atividades, projetos e políticas públicas centradas na apropriação social do conhecimento científico produzido pelas universidades e centros de pesquisa científica. Instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e UNESCO estão na vanguarda de instauração de políticas públicas de Ciência e Tecnologia (C&T) em todo mundo, a partir de seus braços institucionais estabelecidos em vários países do globo (Escobar, 2018).

Parte da literatura recuperada nas bases de dados que aborda o processo de ligação entre Ciência e sociedade como a apropriação social do conhecimento, principalmente no contexto da América Latina, cujas bases epistêmicas evidenciam um discurso unificado e engajado na produção de políticas públicas mais consentâneas com a realidade dos países

³ Artigo publicado no periódico *Iberoamerican Journal of Science Measurement and Communication*. Macucule, A. J.; VALENTIM, M. L. P. Scientific production about social appropriation of scientific knowledge within the scope of Social and Human Sciences: A literature review in the period 2002-2022. **Iberoamerican Journal of Science Measurement and Communication**, v.3, n.3, p.1-18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47909/ijsmc.68>. Acesso em: 15 jul. 2025.

desta parcela do globo. Em contextos em que a educação está mais consolidada como nos Estados Unidos, Inglaterra e boa parte da Europa o conceito que faz a ligação entre Ciência e sociedade é entendido como compreensão pública da Ciência. Esta variação tem em conta processos educacionais e culturais dos diversos países signatários de convenções internacionais sobre C&T.

Existe no imaginário social uma preocupação com o produto do devir dos acadêmicos, intelectuais e pesquisadores. O vocabulário da Ciência é entendido como segregacionista, elitista e hierárquico. A produção científica sobre a temática central deste trabalho na África é enunciada a partir da temática compreensão pública da Ciência e percepção pública da Ciência, marcadamente mais consolidada na África do Sul (Gastrow *et al.*, 2018), país com um sistema de educação de matriz britânica à semelhança do país vizinho Zimbabuê. Suas universidades constam nos rankings universitários internacionais e africanos como as melhores do continente.

As instituições consideradas do setor primário no que tange a produção de conhecimento sistematizado são as universidades e os institutos de pesquisa, cuja força de trabalho: docentes, pesquisadores e discentes participam da consolidação e manutenção das suas áreas disciplinares e de pesquisa, produzindo artigos, livros, capítulos de livros, com revisão de pares; também participam em eventos ligados às suas disciplinas e interesses de pesquisa, avaliam a produção dos pares, compõem bancas públicas de avaliação de teses, dissertações, monografias, de cursos de vários subsistemas, de concursos públicos e de consultorias relacionadas ao seu campo de atuação na universidade e nas instituições de pesquisa.

Apesar do campo de pesquisa sobre apropriação social do conhecimento se centrar mais na relação entre o conhecimento científico e a sociedade, por meio de projetos estatais e de organizações não governamentais, a tese defendida no presente estudo, evidencia que a apropriação primária deve acontecer na comunidade científica, por meio da produção e apropriação de teorias, conceitos, métodos, entre outros, nas diferentes disciplinas e comunidades científicas, no seu núcleo interno, uma vez que a rapidez da comunicação científica dentro da comunidade científica nacional e internacional vem crescendo vertiginosamente. Ademais, pode-se destacar a inter-relação entre distintas comunidades científicas com a sociedade em geral, através de conferências públicas, comunicação social

especializada em divulgação científica, feiras científicas, museus de ciência, bibliotecas híbridas, livros populares e extensão universitária comprometida com a disseminação de informação científica a públicos heterogêneos.

A comunicação científica é anterior à apropriação social do conhecimento. Entretanto, a apropriação social do conhecimento científico está relacionada ao processo de produção de conhecimento nas unidades de produção, tais como: os diversos subsistemas de ensino, instituições de pesquisa; que, por sua vez, são executados por docentes, discentes e pesquisadores.

Refletir sobre a apropriação social do conhecimento necessita correlacionar conceitos dispersos, mas complementares como, por exemplo, produção de conhecimento, comunicação científica, entre outros. A apropriação pode ocorrer no espaço acadêmico, isto é, nos diversos subsistemas de ensino, nas diversas comunidades acadêmicas, na sociedade, empresas públicas e privadas dos diversos setores da economia. Entretanto, abordar sobre a popularização e/ou divulgação científica pode significar tornar público o produto do devir dos pesquisadores, docentes e discentes para um público não especializado, através dos órgãos de comunicação social de massas, ao que se denomina de jornalismo científico, cuja dosagem científica é reduzida para que o vocabulário da Ciência possa ser entendido por um público não especializado.

Existem outras maneiras de disseminação do conhecimento ou da Ciência apresentadas na literatura sobre a temática, nomeadamente: popularização da Ciência, divulgação científica, vulgarização da Ciência, difusão social da Ciência, entre outras, que por sua vez atendem a inter-relação entre os centros de produção do conhecimento e a sociedade. A falta de consenso no uso de conceitos faz parte da História da Ciência, e se constitui em um desafio epistemológico para as disciplinas científicas encarregadas de avaliar o produto da investigação científica disciplinar e transdisciplinar.

As organizações públicas, privadas, filantrópicas, religiosas, organizações de base comunitária, as comunidades e a sociedade em geral, congregam indivíduos dotados de conhecimentos e saberes diversificados. Parte desses indivíduos pertencem a várias organizações ao longo de suas vidas, em que são transmitidos valores, maneiras de agir e de pensar, que são exteriores ao indivíduo (Durkheim, 1974). As formas de conhecer são

exteriores ao indivíduo, por isso este sofre uma coerção cultural na ótica de Durkheim (1974); e violência simbólica na ótica de Bourdieu e Passeron (2012).

Assim sendo, a análise na esfera das Ciências Sociais e Humanas requer um aparato metodológico capaz de assegurar um ponto de partida para a compreensão segura de conceitos complexos e polêmicos como a apropriação social do conhecimento, por isso o artefato analítico nomeado por Weber (2001) como sendo o tipo ideal, representa um “[...] conceito limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada” (Weber, 2001, p.140). O tipo ideal de Weber se constitui em uma ferramenta metodológica que possibilita conjecturar o desconhecido, a partir de elementos construídos artificialmente por modos anteriores de conhecer e possibilitam a falseabilidade das interpretações anteriores sobre uma determinada realidade estudada e vivenciada pela experiência dos indivíduos nas suas diversas dimensões.

O conceito idealizado por diversos estudiosos da temática sobre apropriação social do conhecimento parte de realidades políticas, epistêmicas, de geografias educacionais diferentes, assim como de culturas científicas carregadas de variáveis socialmente e historicamente construídas. A preocupação de instituições universais constituídas para responder às demandas de vários países assolados pela devastação no pós-Segunda Guerra, e de instituições continentais, regionais e nacionais comprometidas com a eliminação das desigualdades e da miséria no globo terrestre, nos continentes e países, constitui fator preponderante para a instauração de políticas públicas sobre C&T, focalizando a transferência do conhecimento científico produzido nas universidades e institutos de pesquisa para a sociedade e diversas organizações públicas e privadas.

O argumento que fundamenta a presente pesquisa está relacionado à apropriação social do conhecimento científico produzido e disseminado por universidades e instituições de pesquisa para um público em formação nas universidades e egressos. O processo de apropriação social do conhecimento científico deve acontecer na universidade, por meio de políticas curriculares, científicas, pedagógicas e de extensão, consentâneas com a produção de conhecimento na sala de aulas, no produto do devir dos atores sociais da universidade e de instituições de pesquisa e da apropriação do conhecimento disseminado pelo docente para os estudantes.

Vale destacar que o estudante universitário passa por vários subsistemas de ensino, desde o fundamental, médio, técnico até chegar à universidade. Para a ligação dos subsistemas de ensino é necessário a participação ativa do Estado, a partir das instituições ligadas à educação e à C&T, através de políticas públicas e de apoio financeiro a projetos referentes ao ensino, pesquisa e extensão universitária. A sociedade participa do processo de edificação do Estado e da Nação, por meio da contribuição via impostos, sendo que o retorno deste investimento deve ser, entre outros, no campo da popularização da Ciência, através da extensão universitária coordenada por docentes e discentes que também são parte da sociedade.

O grupo social que constitui a universidade é formado por docentes, pesquisadores e discentes que, por sua vez, representam vários grupos sociais fora da universidade. É também um grupo social heterogêneo, representante de distintas classes sociais.

O processo de produção do conhecimento científico não está esvaziado da realidade social. A necessidade de devolver o conhecimento científico à sociedade a partir de projetos encabeçados por instituições governamentais, da sociedade civil organizada e demais organizações filantrópicas reitera o papel social das universidades e instituições de pesquisa. A universidade e os institutos de pesquisa são os pilares centrais da produção e apropriação do conhecimento científico. Os docentes, pesquisadores e discentes representam a força de trabalho produtora de conhecimento e apropriação primária dos resultados de pesquisa disseminados pelos docentes nas salas de aulas, revistas e livros científicos, eventos científicos e demais instrumentos de comunicação científica.

A força de trabalho supracitada pode assumir o papel de disseminadora da informação científica na sociedade, a partir das políticas pedagógicas no qual se inscrevem os currículos disciplinares. As políticas de extensão universitárias devem ser voltadas aos discentes na sua relação com o meio ambiente da universidade e no seu espaço habitacional, de modo que a extensão universitária possa de fato participar da resolução de problemas, sem dissociar-se do conhecimento endógeno. Os trabalhos dos graduandos referentes à finalização de disciplinas e trabalhos de conclusão de curso devem estar articulados com as políticas de extensão das universidades. O docente, além das atividades de ensino e pesquisa, deve prestar serviços de extensão nas comunidades que fazem parte

do ambiente externo da universidade, transmitindo teorias, conceitos, métodos e técnicas, cumprindo assim o seu papel social.

A universidade como espaço pluralista das mais diversas disciplinas e especialidades deve fazer a ligação entre a Ciência e a sociedade, por meio de mecanismos de disseminação e extensão universitária, uma vez que atualmente as universidades deixaram de exercer o seu papel de mediação entre o conhecimento científico e o senso comum, delegando tacitamente essa responsabilidade a instituições políticas e econômicas que não estão alinhadas às convenções científicas de produção de conhecimento, gerando desconfiança generalizada na comunidade científica e na sociedade.

Os instrumentos de disseminação do conhecimento científico à sociedade devem considerar os conhecimentos praticados fora da universidade, bem como garantir que a produção de conhecimento na universidade e nas instituições de pesquisa interaja com os saberes periféricos, garantindo que ambos se enriqueçam mutuamente, porque a Ciência não é a única forma racional de compreensão da realidade.

3.1 APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO: UM PONTO DE PARTIDA PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL OU UM ESQUEMA POLÍTICO CIENTÍFICO PARA A DOMINAÇÃO DOS SABERES PERIFÉRICOS?

Ao discorrer sobre os textos recuperados nas bases de dados selecionadas, este estudo faz uma dupla avaliação: por um lado os processos de seleção de textos científicos, a partir de palavras-chave traduzem o papel do historiador das ciências conforme explica Bachelard (2006, p. 168): “[...] o historiador das ciências no âmbito da sua pesquisa recolhe documentos e inventariá-los, tomando as ideias como factos”, ou seja, na recuperação de textos científicos que abordam no título, resumo e palavras-chave a temática sobre apropriação social do conhecimento científico, existe o risco de se considerar todos os documentos recuperados como fatos pelos quais se constituiu o processo evolutivo do estudo da temática, mesmo que os fatos tenham sido mal interpretados pelos pesquisadores da temática. Por outro lado, cabe ao espírito científico através do ofício do epistemólogo, fazer a triagem dos textos inventariados pelo ofício de historiador das ciências, através do sistema de representação das bases de dados, julgando-os do ponto de vista da razão. Assim, “[...] o epistemólogo tem de tomar os fatos como ideias, inserindo-os num sistema de pensamento” (Bachelard, 2006, p.168).

A dupla função que se perpetua na análise da variação conceitual sobre apropriação social do conhecimento científico se enquadra na distinção entre epistemólogos e historiadores das ciências feita por Bachelard (2006). Vale destacar que tanto o ofício do historiador das ciências, bem como o ofício do epistemólogo são úteis para compreender com profundidade a variação conceitual sobre apropriação social do conhecimento científico.

Ao avançar no pensamento de Bachelard (2006, p.168) que destaca:

[...] o epistemólogo deve, pois, esforçar-se por captar os conceitos científicos em sínteses psicológicas efetivas, isto é, em sínteses progressivas, estabelecendo, a propósito de cada noção, uma escala de conceitos e mostrando como um conceito produziu outro, se ligou a outro.

Desse modo, é possível vencer a dificuldade ou o pensamento científico instituído por meio da discussão sobre apropriação social do conhecimento científico por instituições e estudiosos da temática, a superação do obstáculo pode ser ultrapassada, na medida em que os conceitos estabelecidos são falseados pelo instrumento metodológico instaurada por Bachelard (2006, p.168), pois afirma: "Numa mesma época, a mesma palavra exprime conceitos tão diversos".

A tentativa de se criar alicerces para o entendimento conceitual sobre apropriação social do conhecimento científico discutido por diversos pesquisadores e instituições, parece necessário se olhar com atenção o plano metodológico proposto por Bachelard (2006, p.200) quando discorre em torno das armadilhas da linguagem: "A linguagem pode ser tão falaciosa nas ciências físicas como nas ciências psicológicas para espíritos desprevenidos, para espíritos que não estão atentos à própria evolução da linguagem científica". Faz-se necessário avaliar as variações conceituais da linguagem empregada por instituições internacionais como a UNESCO e a OCDE, continentais como a União Europeia, nacionais e regionais alicerçadas nas políticas de C&T, bem como de estudiosos inseridos nas universidades, instituições de pesquisa e demais interessados na temática sobre apropriação social do conhecimento e conceitos que constituem parceiros ou análogos a este. Porque como afirma Bachelard (2006, p.200) "[...] a linguagem da ciência está em estado de revolução semântica permanente", portanto, "[...] é necessário repor constantemente as expressões novas na perspectiva das teorias que as imagens e as fórmulas resumem".

O Quadro 2 que apresenta os textos recuperados sobre o tema e considerados pertinentes para este estudo, evidencia que o conceito sobre apropriação social do conhecimento começa a ser discutido no âmbito acadêmico na Década de 2000, entretanto na Década de 1990 inicia-se um movimento político na América Latina que institui a apropriação social de conhecimento como política pública voltada à C&T, conforme mencionam Massarani, Silva e Rocha (2021) ao destacarem o exemplo da Colômbia, onde foi utilizada pela primeira vez no contexto daquele país a expressão apropriação social do conhecimento, com a inauguração em 1993 da *Misión de Ciencia, Educación y Desarrollo*.

Valença de Veizaga e Moncada Patiño (2007) dissertam sobre a apropriação social do conhecimento como sendo o quarto elemento na avaliação que fazem, acerca dos grupos de pesquisa da *Escuela Interamericana de Bibliotecología* (EIB), da *Universidad de Antioquia* (UdeA) em que destacam três elementos, nomeadamente: o nível de formação dos pesquisadores; produção de novos conhecimentos; e formação em pesquisa de forma sequenciada. Os grupos de pesquisa analisados pelos autores supracitados se enquadram na estrutura e políticas do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia. A pesquisa científica efetuada pelos grupos de pesquisa sediados em universidades propicia a geração de novos conhecimentos que ajudam a alavancar as atividades de ensino, extensão e intervenção social por parte dos pesquisadores, docentes e discentes.

Nessa perspectiva, a apropriação social do conhecimento é entendida no âmbito da divulgação da atividade científica dos grupos de pesquisa, centrada nos artigos de reflexão, livros e capítulos de divulgação, documentos de trabalho, memórias de eventos e apresentações em memórias (Valencia de Veizaga; Moncada Patiño, 2007, p.195).

Ademais, para além da divulgação de conhecimento entre pares, destaca-se a necessidade da devolução dos resultados de pesquisa às comunidades e instituições que constituem objeto de estudo da Ciência ou parte envolvida no processo de investigação científica levada a cabo por universidades e instituições de pesquisa, por meio dos grupos de pesquisa, pesquisadores, docentes e discentes.

Assim sendo, a apropriação social do conhecimento faz parte de um sistema integrado, que inicia com a organização do capital humano das universidades e instituições de pesquisa, tendo em conta a formação acadêmica, infraestrutura adequada para formação em pesquisa, geração de novo conhecimento, a partir da pesquisa empírica ou teórica e sua

divulgação, possibilitando que a comunidade científica se aproprie do conhecimento gerado e, posteriormente, este ser apropriado no espaço acadêmico e transferido para a sociedade, através de livros populares, feiras de ciência, museus de ciência, bem como conferências públicas, que aproximem os produtores de conhecimento da sociedade em geral.

Vale mencionar que não basta somente divulgar o conhecimento científico para a sociedade é necessário que os pesquisadores tenham um compromisso ético com as instituições e comunidades envolvidas no processo de investigação científica, aplicando os novos conhecimentos na resolução de problemas enfrentados.

Ainda no contexto de disciplinas consideradas interdisciplinares à CI, caso concreto da Arquivologia, destaca-se Marín Agudelo (2012) que considera os arquivos como lugares de apropriação social do conhecimento sociocultural, a partir da recuperação da memória, cuja difusão possibilita a construção de um sentido de identidade e cidadania. Nesse contexto, compreende-se a apropriação do conhecimento como sendo um processo pelo qual o conhecimento científico e tecnológico é disponibilizado a um público fora da comunidade científica, por meio de disposições linguísticas comuns a sociedade, e que o conhecimento disseminado possa ser utilitário para o ser humano nas suas variadas atividades e usos (Marín Agudelo, 2012, p.57).

O conhecimento científico pode ser disseminado no espaço digital em duas modalidades, acesso restrito e acesso aberto, isso gera uma desigualdade no acesso e usos do conhecimento científico entre os distintos segmentos da uma mesma sociedade, países, instituições e comunidades no geral. Em vez de o conhecimento promover o bem-estar das comunidades, quando partilhado comercialmente gera desigualdades e elitização do conhecimento científico. Por isso, a apropriação social de conhecimento compreende a democratização do acesso e uso do conhecimento científico produzido e disseminado por universidades e institutos de pesquisa que alimenta os periódicos científicos que, por sua vez, disseminam para públicos restritos, por meio de assinaturas de contratos, gerando desigualdades no acesso e usos do conhecimento.

Roatta Acevedo (2013) estabelece que a apropriação social da C&T enquanto temática, presente nas políticas de C&T, mais especificamente em relação ao que se estabelece entre a transferência de C&T dos centros de produção de conhecimento para a sociedade. Massarani, Silva e Rocha (2021, p.268) mencionam que a “Apropriação social da

ciência (e da tecnologia) ou apropriação social do conhecimento é amplamente utilizada na Colômbia, constituindo-se como uma estratégia de transformação social e cultural voltada para a promoção da cultura científica e da reflexão crítica”.

Nesse contexto, os mediadores tradicionais do processo de disseminação da C&T são os museus de C&T e as feiras de ciência. Ademais, a temática sobre apropriação social da C&T como é entendida no contexto da América Latina se estabelece a partir da formulação de políticas públicas, reflexões teóricas e outras ações consideradas parte integrante das relações conceituais nesta temática, tais como: popularização da Ciência, divulgação científica, comunicação pública da Ciência e cultura científica que se preocupam com a circulação do conhecimento científico em espaços fora das unidades de produção de conhecimento científico, universidades, institutos de pesquisa, entre outros.

Quadro 6: Conceitos associados à apropriação social do conhecimento

Conceitos Associados	Características Principais
Divulgação científica	“[...] abrangeria uma área multidisciplinar que tem como objetivo comunicar conteúdos científicos a um público amplo, contextualizando os saberes para torná-los o mais acessível possível” Mora e Mora (2003 <i>apud</i> Massarani; Silva; Rocha, 2021, p.269).
Popularização da Ciência	“‘Popularização’ se utiliza como sinônimo de ‘divulgação’ em alguns países de língua espanhola” (Massarani; Silva; Rocha, 2021, p.269).
Comunicação pública da Ciência	“[...] seria a transmissão de conhecimento científico da fonte a um público-alvo heterogêneo e com diferentes níveis educacionais” (Massarani; Silva; Rocha, 2021, p.269).
Cultura científica	“[...] seria o mínimo de conhecimento científico que o cidadão deveria saber” Mora e Mora (2003 <i>apud</i> Massarani; Silva; Rocha, 2021, p.269).

Fonte: Adaptado de Massarani, Silva e Rocha, (2021).

As políticas públicas de C&T como um sistema de formulação de políticas públicas, produção e apropriação de conhecimento, articuladas com as universidades e institutos de pesquisa públicos e privados propiciam que o conhecimento gerado e disseminado na comunidade científica seja apropriado pela sociedade, por meio da divulgação, popularização, difusão, valorização e alfabetização no âmbito dos museus de C&T, feiras de ciência e tecnologia, livros populares, conferências públicas, meios de comunicação social, entre outros (Romero Rodríguez *et al.*, 2020).

Quadro 7: Definições de apropriação social do conhecimento e apropriação social da C&T

Autor(es)	Conceito(s)
Marín Agudelo (2012, p.61)	“A apropriação social do conhecimento promove a integração dos diferentes setores da sociedade com o objetivo de promover espaços de discussão e <i>feedback</i> sobre o conhecimento científico e tecnológico, por meio de estratégias de difusão e divulgação, bem como de educação formal e informal, que busca a interiorização da representação da ciência, tecnologia e inovação”.
Bensaude Vincent (2001 <i>apud</i> Roatta Acevedo, 2013, p.436)	“Ao longo da história, a apropriação social da ciência e tecnologia foi entendida, principalmente, como uma atividade secundária de tradução da linguagem tecnocientífica para uma linguagem comum. [...] Subjacente a essa ideia de tradução está a noção de uma lacuna existente entre a ciência e o público”.
Colciencias (2004) Departamento Nacional de Planeación (2006, p.302 <i>apud</i> Escobar, 2018, p.44)	“Apropriação social da ciência e tecnologia: Atividades que contribuam para a consolidação de uma cultura científica e tecnológica no país, ou seja, que a comunidade científica e tecnológica, os tomadores de decisão sobre ciência e tecnologia, a mídia e o público em geral, se apropriem do conhecimento e desenvolvam uma maior capacidade de análise crítica da ciência, tecnologia e suas relações com a sociedade e a natureza”.
Colciencias (2010, p. 22 <i>apud</i> Escobar, 2018, p.45)	“A apropriação social do conhecimento é entendida como um processo de compreensão e intervenção nas relações entre a tecnociência e a sociedade, construída a partir da participação ativa dos diversos grupos sociais geradores de conhecimento”.
Escobar (2018, p.45-46)	“Ao analisar a definição de apropriação social da ciência e tecnologia à luz dos documentos de política de ciência e tecnologia da Colômbia, destaca que é problemática, por conta de: o termo simplesmente não é definido, como se fosse transparente, mas ainda é amplamente utilizado em diferentes contextos. Embora seja geralmente enquadrado em hierarquias em que depende de algo e outras coisas dependem dele, tais hierarquias se rompem sem qualquer justificativa quando passamos de um documento de política de ciência, tecnologia e inovação para outro. Assume-se que a definição dada para outros termos, como ‘apropriação social do conhecimento’, funciona igualmente bem para a ‘apropriação social da ciência e tecnologia’, o que levanta dúvidas sobre a concepção geral de ciência e tecnologia na qual esses documentos se baseiam”.
Olivé (2011, p.114 <i>apud</i> Lazos Ramírez <i>et al.</i> , 2018, p.209)	“Duas formas de apropriação social da ciência e tecnologia: a apropriação fraca, que consiste na ampliação do horizonte das representações científicas e tecnológicas na cultura dos diferentes membros da sociedade; A apropriação forte vai além da incorporação das representações científicas e tecnológicas na cultura daqueles que as carregam, dita apropriação, para abranger - o que é mais importante - várias práticas sociais (por exemplo, higiene, saúde, produção ou educação) dentro das quais se realizam ações dessas práticas que são guiadas por representações científicas e tecnológicas do mundo e, para certa medida, por normas e valores também provenientes da ciência e da tecnologia”.
Díaz-López, Tarango e Contreras (2019, p.222 <i>apud</i> Kamoche <i>et al.</i> ,	“Apropriação social do conhecimento: este conceito tem uma definição ampla, podendo se referir aos sinônimos que são usados na literatura científica, tais como a apropriação do conhecimento, tecnologia e inovação; a comunicação pública da ciência, tecnologia e a disseminação da ciência e tecnologia (Escobar & García, 2013),

Autor(es)	Conceito(s)
2014)	e, acredita-se que o primeiro conceito era disseminação científica. Em todo caso, existe uma forte relação entre tecnologia e inovação como um mecanismo de geração de cultura científica, pesquisa de mecanismos através dos quais as comunidades científicas geram, divulgam e protegem o conhecimento”

Fonte: Elaboração própria (2023)

A produção de conhecimento sobre transmissão de conhecimento científico, tecnológico e inovação entre as unidades de produção de conhecimento e a sociedade se apresenta a partir de conceitos que pertencem ao mesmo universo linguístico (Escobar, 2018). Ancorado aos pressupostos teóricos conceituais de Godin (2009) em que defende que alguns conceitos ou palavras em algumas áreas do conhecimento surgem como *buzzword*, ou seja, palavras ou expressões vazias de significado e, que por sua vez, são utilizadas para impressionar leigos em uma área do conhecimento e/ou na sociedade em geral.

Escobar (2018) traduz a palavra para o espanhol e considera os termos da moda como sendo “*slogan*”. Contudo, apesar da resistência em aceitar o conceito como oriundo de estratégias forjadas no campo político e econômico é necessário dotá-lo de significado operando uma virada paradigmática nos estudos sobre apropriação social do conhecimento. Escobar (2018) defende a tese segundo a qual, termos como apropriação social da C&T se conformam com a categorização avançada por Godin (2009) em relação a outros termos com o mesmo comportamento ideológico.

Este posicionamento sobre a categorização do termo apropriação social da C&T como *slogan* pode ter a ver com a juventude do termo. A expressão supracitado tem origem na Colômbia e na Espanha e só depois vai se espalhando para outras latitudes. Entretanto, em outros contextos geográficos o conceito pode ser compreendido, de acordo com a sua finalidade, isto é, disseminação da C&T para a sociedade, bem como a compreensão pública da Ciência em voga na Europa Ocidental, Estados Unidos da América e África do Sul.

As expressões e/ou termos se multiplicam e, por isso, alguns como ‘popularização científica’, ‘divulgação da ciência’, ‘comunicação científica’, ‘divulgação tecnocientífica’, ‘jornalismo científico’, ‘comunicação pública’, ‘comunicação social da ciência’, ‘comunicação pública da ciência e tecnologia’, ‘apropriação social do conhecimento’, ‘apropriação social da ciência, tecnologia e inovação, entre outros, são usados indistintamente. Em todos os casos, reconhece-se que essas e outras expressões e/ou termos pertencem ao mesmo universo

linguístico e conceitual. No entanto, ao mesmo tempo, tenta-se ser mais preciso em alguns deles do que em outros, ao tentar determinar os elementos desse universo (Escobar, 2018, p.32).

A imprecisão na usabilidade desses conceitos se constitui em um obstáculo epistemológico, e requer o ofício do epistemólogo nomeado por Bachelard (2006) para organizar as expressões e/ou termos de acordo com uma classificação dialógica relacionada à realidade das unidades de produção de conhecimento científico, tecnológico e inovação que são as universidades e institutos de pesquisa e a sua relação com a sociedade em geral.

No campo científico é comum abordar a comunicação científica ou a Ciência, que ocorre dentro do campo científico, ou seja, a interação entre os pesquisadores, docentes, discentes, ocorre no âmbito das disciplinas, salas de aulas, conferências, seminários científicos, periódicos científicos, grupos de pesquisa, associações profissionais e acadêmicas nacionais e internacionais. Enquanto que a interação que vincula os produtores do conhecimento nas universidades e institutos de pesquisa com a sociedade heterogênea que se encontra fora do universo científico é feita através da popularização científica, divulgação científica, difusão científica, jornalismo científico, por estes se confirmarem com as estratégias políticas, científicas de devolver à sociedade o produto do devir das unidades de produção de conhecimento para onde os recursos coletados, por meio de impostos são canalizados para a sociedade e organizações que participam como objeto de estudo e financiadores da despesa de investigação científica.

O trabalho de Escobar (2018) analisa documentos institucionais da OCDE e da UNESCO reunidos nos *site* das instituições, que contém o termo apropriação social da C&T, a partir do uso de palavras-chave em espanhol e inglês, nomeadamente: ‘apropiación social’, ‘apropiación social de la ciencia’, ‘apropiación social de la tecnología’, ‘apropiación social de TIC’, ‘apropiación social de la ciencia y la tecnología’; e ‘social appropriation’, ‘social appropriation of science’, ‘social appropriation of technology’, ‘social appropriation of ICT’ y ‘social appropriation of science and technology’. Este procedimento retornou 14 (catorze) documentos institucionais que mencionam o termo apropriação social da C&T (Quadro 8).

Quadro 8: Documentos da OCDE e da UNESCO que mencionam o termo apropriação social da C&T

TÍTULO DO DOCUMENTO	ORIGEM
Documentos OCDE	
“Antioquia, Colombia: Informe de auto-evaluación” (2015) - http://www.oecd.org/edu/imhe/49183012.pdf	Colômbia
“Evaluación del Programa ARAUCARIA de la Cooperación Española para la conservación de la biodiversidad y el desarrollo sostenible en Iberoamérica” (2007) - https://www.oecd.org/countries/bolivia/46779773.pdf	Espanha
“Promoting the development of local innovation systems: The case of Medellin, Colombia” (2015) - https://www.oecd.org/cfe/leed/OECD%20LEED%20Policy%20Review_Medellin_EN_.pdf	Colômbia
“Promoviendo el desarrollo de sistemas locales de innovación: el caso de Medellín, Colombia” (2015) - https://www.oecd.org/cfe/leed/OCDE%20LEED%20ESTUDIO%20DE%20POL%C3%8DTICA%20_Medellin_ES.pdf	Colômbia
“Happy to connect” (2007) - www.oecd.org/edu/ceri/38337720.pps	Itália
“Evaluation of EU’s cooperation with Bolivia: Final Report” (2014) - http://www.oecd.org/derec/ec/Evaluation-cooperation-ec-bolivia-annexes-en.pdf	União Europeia
“Children and computers: What they know, what they do” (2007) - http://www.oecd.org/edu/ceri/38360913.pdf	Itália
“Agri-environmental soil quality indicator in the European perspective” (s.d.) - http://www.oecd.org/tad/sustainable-agriculture/44808284.pdf	União Europeia
“Higher education in regional and city development: Antioquia, Colombia” (2012) - http://www.oecd.org/edu/antioquia.pdf	Colômbia
“Tertiary education in Colombia” (2012) - https://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/Reviews%20of%20National%20Policies%20for%20Education%20Tertiary%20Education%20in%20Colombia%202012.pdf	Colômbia
Documentos UNESCO	
“Ley general de educación” (2008) - http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Uruguay/Uruguay_Ley_educacion_18437.pdf	Uruguai
“Proposed standard practice for surveys on science, engineering, technology and innovation (SETI) policy instruments, governing bodies, legal framework and policies: Template for a country policy profile (PCP)” (s.d.) - http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Dakar/pdf/GO-SPINSurvey-November2012.pdf	Mundial
“Training professors for Masters programmes in the Andean region with emphasis on strategic use and social appropriation of ICTs” (2012) - http://www.unesco-ci.org/ipdcprojects/content/training-professors-masters-programmes-andean-region-emphasistrategic-use-and-social	Colômbia / Equador

TÍTULO DO DOCUMENTO	ORIGEM
"National information society policy: A template" (2009) - http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187135e.pdf	Mundial

Fonte: Adaptado de Escobar (2018, p.38).

Ao fazer este levantamento constata-se a centralidade da OCDE e da UNESCO na promoção da expressão 'apropriação social da C&T' nos documentos programáticos, o que também reforça o predomínio da expressão no contexto Ibero-americano, porque boa parte dos documentos tem origem nesses países. Mesmo assim, existem documentos que são de dimensão mundial, mas o impacto desses documentos recai sobre as políticas de C&T dos países da América Latina, em que existem vários programas e projetos ligados ao processo de apropriação social da C&T, bem como uma extensa produção de conhecimento sobre esta temática. "A apropriação social do conhecimento científico e tecnológico é um processo que pode ser considerado como um fator emancipatório da dominação, assimetrias e desigualdades" (Dávila Rodríguez, 2020, p.142).

Numa outra perspectiva se encontra o trabalho de Lazos Ramírez *et al.* (2018) que contextualiza o conceito de apropriação social do conhecimento dentro de uma lógica analítico-prática, uma vez que aplica a abordagem desenvolvida por Olivé (2011) que considera duas formas de apropriação social do conhecimento, nomeadamente: a apropriação social do conhecimento fraca e a apropriação do conhecimento forte. Assim sendo, os autores supracitados apresentam experiências práticas de apropriação social do conhecimento, destacando que para o alcance de uma apropriação social do conhecimento científico forte é necessário que se efetive a educação científica, a comunicação da Ciência, e a criação de uma participação ativa em redes sociais de inovação. As redes sociais de inovação devem atender a seguinte agenda:

Dirigir-se expressamente ao estudo de problemas específicos e propor soluções para eles; apropriar-se dos conhecimentos previamente existentes (científicos, tecnológicos e de outro tipo) necessários para compreender o problema e propor soluções; ser capaz de gerar conhecimento que não está construído antecipadamente, que não está disponível, e que é necessário para compreender e resolver os problemas que se colocam; ter capacidade para recuperar, promover e aproveitar o conhecimento local e tradicional, e ao mesmo tempo ter a capacidade de protegê-lo contra possíveis desvios; ter uma estrutura que evite a ordem hierárquica e permita o desdobramento das capacidades de todos os participantes para contribuir para a geração do conhecimento de interesse, bem como as ações

adequadas para resolver o problema (Olivé, 2014 *apud* Lazos Ramírez *et al.*, 2018, p.210).

Nessa perspectiva, o conhecimento produzido nas unidades de produção primária do conhecimento científico, nas universidades e institutos de pesquisa, deve dialogar com outros tipos de saberes criando condições para que não haja uma hierarquização no processo de transmissão do conhecimento científico à sociedade heterogênea. Para que o processo de apropriação social do conhecimento seja efetivo, tanto na comunidade científica, bem como na sociedade em geral, devem ser considerados os processos de produção do conhecimento nos dois contextos, só assim é que ambos os setores de produção podem se enriquecer mutuamente. Na perspectiva de Lazos Ramírez *et al.* (2018, p.210-211), as redes sociais de inovação possibilitam o diálogo do conhecimento, por meio do desenvolvimento de processos que oferecem:

1. Seguir o princípio da equidade epistêmica para evitar a imposição de um quadro teórico comum que reduza a diversidade de perspectivas sobre um problema;
2. Construir o diálogo entre diferentes saberes, conhecimentos e perspectivas como elemento essencial para a inovação, para romper com o lastro que o diálogo com os pares significa como condição para a construção do conhecimento;
3. Gerar novos conhecimentos localizados nos contextos das comunidades de redes sociais de inovação;
4. Promover a forte apropriação da C&T pelas comunidades que se unem para problematizar e construir novas respostas para velhos problemas.

Giraldo Gutiérrez *et al.* (2020b) também enunciam várias dimensões de apropriação, nomeadamente: apropriação social do conhecimento, apropriação da C&T e apropriação da inovação como conceitos distintos e sequenciais.

A apropriação social do conhecimento, por meio de ferramentas digitais e dispositivos tecnológicos pode dar contribuições substanciais para a análise do processo de comunicação digital pelos usuários, isso com o propósito de nos aproximar de uma análise dos processos significativos que estão estabelecidos no ato comunicativo (Jauregui Caballero, 2020).

No contexto da realidade virtual encontra-se o trabalho de Díaz-López, Tarango e Contreras (2019) em que abordam as estratégias para uma educação inclusiva e segura na realidade virtual no âmbito da biblioteca digital. De acordo com estes autores o impacto social do processo de educação no âmbito da realidade virtual deve ser medido por meio de resultados de três condições concatenadas: 1. apropriação social do conhecimento: em que

existe uma forte relação entre tecnologia e inovação como mecanismo de geração de cultura científica; 2. ciência cidadã: que consiste no desenvolvimento de pesquisa científica levada a cabo, por meio de projetos colaborativos ou cooperativos e cocriados entre as comunidades científicas e cidadãos; 3. inovação social: mecanismos práticos e autênticos que contribuem na melhoria de causas ou assuntos sociais relevantes (Díaz-López; Tarango; Contreras, 2019; Ortega Hoyos; Marín Verhelst, 2019).

Acrescenta-se também a ciência aberta como fator preponderante para o acesso e uso do conhecimento gerado por unidades de produção de conhecimento, que se encontram alojados nas bases de dados acadêmicas digitais, que possibilitam a produção de novo conhecimento para o bem da comunidade científica e para a sociedade em geral. A apropriação social do conhecimento implica que existam canais que fortaleçam a democratização do acesso e uso do conhecimento (Jauregui Caballero; Ortega Ponce, 2020).

O processo de avaliação da eficácia das políticas públicas de C&T nos vários países do globo é mediado por instituições públicas com estrutura organizacional que possibilita fazer sondagens sobre a percepção pública da Ciência. A literatura sobre apropriação social do conhecimento, ainda, não produziu elementos coerentes, que propiciem estabelecer indicadores precisos no que concerne a avaliação da percepção pública sobre a Ciência, principalmente em países onde o sistema educacional não se encontra consolidado.

Países como o Brasil, Colômbia, África do Sul, entre outros têm levado a cabo iniciativas governamentais e de projetos de pesquisa para fomentar a cultura de avaliação da percepção pública sobre a Ciência, entretanto, os resultados variam de acordo com a eficácia dos instrumentos de avaliação. Escobar (2018) ao analisar três sondagens feitas na Colômbia sobre a percepção pública sobre a Ciência, evidencia que uma maneira de evitar a arbitrariedade que se dá na medição da percepção pública da Ciência seria ter indicadores de apropriação social da C&T bem delimitada, fator que ajudaria a diferenciar este conceito de outros semelhantes, o que possibilita medições coerentes com aspectos referentes ao conteúdo do termo.

Para caracterizar uma experiência de apropriação social do conhecimento com mais eficácia, Daza Caceido *et al.* (2017) estabeleceram 10 (dez) indicadores para sua identificação, a saber: 1. interesse em C&T; 2. aprendizagem em C&T; 3. participação na esfera pública; 4. inclusão; 4. inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade; 5.

fortalecimento das práticas educativas escolares; 6. intercâmbio e coprodução de conhecimento; 7. incentivo às vocações científicas; 8. tomada de decisão informada; 9. geração de inovações a partir da C&T; 10. capacitação para a apropriação social da C&T. Segundo Romero Rodríguez (2020) esses indicadores estão situados na mesma linha de argumentação de *Colciencias*, em que a apropriação social do conhecimento é um fator chave de incentivo ao conhecimento científico, à participação cidadã e à inovação social.

A universidade é considerada o centro principal de produção de conhecimento científico e apropriação primária do conhecimento por parte de sua própria comunidade. Portela Huertas, Guarnizo Ante e Poveda Aguja (2021) analisam o processo de apropriação social do conhecimento de egressos de um curso de Psicologia, tendo como parâmetro a correlação entre os TCC e o perfil de ocupação profissional oferecido pelo programa da Fundação para o Ensino Superior Monsenhor Abraham Escudero Montoya (FUNDES) no período de 2007-2019, por meio de uma análise documental de 140 (cento e quarenta) TCC, enfocando as oportunidades referentes aos processos de apropriação social do conhecimento, que são extensas tendo em conta o perfil, áreas de atuação, abrangendo desde a psicologia clínica, organizacional, educacional, social, comunitária e jurídica. A análise revelou que 96,4% dos TCC são compatíveis com o perfil de formação profissional oferecido pelo programa (Portela Huertas; Guarnizo Ante; Poveda Aguja, 2021).

Existe um pluralismo conceitual em relação aos termos mais relevantes para se referir à relação entre Ciência e sociedade, assim como ao longo de décadas se constitui uma comunidade acadêmica emergente em torno da produção científica sobre a temática. A variação dos significados atribuídos ao termo apropriação é geralmente determinada pelo campo científico, disciplina e perspectiva a partir da qual a expressão é usada (Dávila Rodríguez, 2020).

A apropriação social do conhecimento e/ou da C&T aparece em políticas públicas referentes à C&T, principalmente na América Latina como parte integrante das estratégias de devolução do conhecimento científico produzido nas unidades de produção de conhecimento para um público não especializado. Estudar a relação estabelecida entre universidades, institutos de pesquisa e seus públicos internos e externos requer uma abordagem coerente com a natureza ou função social das unidades de produção de conhecimento científico, uma vez que a produção científica carrega consigo um vocabulário

estranho para a sociedade não especializada e que este deve ser traduzido para uma linguagem comum para facilitar a apropriação social do conhecimento, sem que isto não constitua uma substituição hegemônica dos saberes periféricos pelo conhecimento produzido nas unidades de produção de conhecimento. Ademais, importa referir que políticas públicas de C&T precisam reger-se de princípios claros sobre os modelos de apropriação e, acima de tudo, deve-se ter atenção aos públicos parte do contexto acadêmico e de públicos fora do contexto dos espaços de produção de conhecimento científico.

Considera-se que a variação conceitual e a imprecisão em defini-los cientificamente tem raízes nas políticas públicas de C&T, bem como no fato de se transferir um conceito com raízes da cultura científica ocidentais, ou seja, apesar de se fazer referência às organizações internacionais como sendo central na disseminação da temática nos países latino-americanos, a expressão carrega resquícios da compreensão pública sobre Ciência, que per si se constitui em um contexto cuja cultura científica dos cidadãos nos Estados Unidos da América, Inglaterra e demais países ocidentais e falantes da língua inglesa consolidaram ao longo da sua história. Apesar de se referir ao conceito de compreensão pública da Ciência como sendo não científico, o que o capacita como eficaz é a existência de periódicos científicos que discorrem sobre a temática em países como os Estados Unidos da América e Inglaterra, por exemplo.

A existência de periódicos científicos legitimam um conceito ou temática e se constitui a partir de uma comunidade multidisciplinar interessada na discussão. Na perspectiva de Mejía Saldarriaga, Londoño Rivera e Quintero Quintero (2021) é possível afirmar que os conceitos de ‘apropriação social do conhecimento’, ‘apropriação social da C&T’ e ‘apropriação social da CT&I’ se enquadram em uma pluralidade de discursos que os definem e utilizam em diferentes maneiras, tanto no campo político internacional, através de organizações, como a OCDE e a UNESCO, no campo político nacional através de políticas públicas de C&T de governos nacionais, bem como no campo científico ou acadêmico, a partir dos detentores do capital intelectual, que ditam as tendências teóricas, conceituais e metodológicas de uma comunidade científica.

No âmbito da administração pública colombiana, Urrego Estrada, Jurado Zambrano e Gutiérrez Ossa (2022, p.85) defendem que:

[...] a apropriação social do conhecimento para a administração pública é baseada na potencialização não só do capital humano formado na

disciplina, mas também na possibilidade de formular agendas de investigação que possibilitem o diálogo, a transferência de conhecimentos para a sociedade civil para estabelecer mecanismos de diálogo entre o Estado e a comunidade, a fim de gerar uma relação social para definir e atender os objetivos públicos e institucionais.

A apropriação social do conhecimento como agenda política e científica, implica que as universidades e os institutos de pesquisa devem rever suas políticas de extensão e estruturas organizacionais para participarem ativamente do processo de produção coletiva do conhecimento científico, sendo a vanguarda da Ciência, mas propiciando um diálogo cordial com as comunidades e os atores sociais envolvidos na produção de conhecimento, isto é, se trata de um desafio epistemológico e cultural das unidades de produção de conhecimento científico (Noriega, 2022).

Contudo, vale destacar que as unidades de produção de conhecimento científico e apropriação primária do conhecimento são constituídas de grupos sociais heterogêneos que representam as diferentes classes sociais de um país, por isso faz-se necessário compreender a gestão, organização, recuperação, disseminação e uso do conhecimento científico no âmbito da ciência aberta, ferramenta imprescindível para o uso ótimo da informação e do conhecimento gerado no campo científico, social, político e religioso.

A análise da variação conceitual sobre a apropriação do conhecimento científico no âmbito das Ciências Sociais e Humanas é essencial para compreender o conceito. Para tanto, elaborou-se um Protocolo RSL com a finalidade de recuperar textos científicos indexados em bases de dados acadêmicas representativas da área. Assim, foram selecionadas três bases de dados, nomeadamente WoS, SCOPUS e SciELO. Do total recuperado, selecionou-se 17 (dezessete) textos para leitura integral e, portanto, se constituíram na base teórica para a elaboração desta Seção.

Evidenciou-se que há uma variação conceitual, cujas expressões mais presentes nos textos avaliados foram: ‘apropriação social do conhecimento’, ‘apropriação social da C&T’, ‘apropriação social da CT&I’. As referidas expressões estão inter-relacionados às políticas públicas de C&T encabeçadas por governos nacionais e/ou a governança global e regional, bem como pelo engajamento social dos mediadores da apropriação social do conhecimento na sua relação com as comunidades científicas, nas empresas, no estado, nas comunidades e na sociedade civil organizada. A expressão apropriação social tem relação com a promoção

da participação ativa do cidadão na geração, uso e circulação do conhecimento científico e tecnológico (Quevedo Pinzón; Franco Avellaneda, 2022).

Compreender a variação conceitual das expressões e/ou termos associados à apropriação valeu-se da concepção Bachelardiana no quesito ofício do historiador da Ciência e Epistemologia. O ofício do historiador da Ciência compreende a inventariação dos fatos, neste caso dos textos recuperados nas bases dados, classificados de acordo com o objetivo geral da presente pesquisa. O ofício do epistemólogo constituiu-se a partir da avaliação do universo de palavras associadas à apropriação social, que vão desde popularização, difusão, divulgação, vulgarização da ciência ou científica, jornalismo científico, cultura científica, bem como comunicação científica.

Evidencia-se, entretanto, que existem termos associados ao contexto de tornar público o conhecimento científico e tecnológico, produzido nas unidades de produção, sejam universidades ou institutos de pesquisa, para um público não especializado, em que constam expressões como: divulgação científica, vulgarização do saber, vulgarização da ciência, divulgação da ciência, popularização da ciência, difusão social da ciência, alfabetização científica, cultura científica, jornalismo científico, entre outros, que se constituem como elo entre a CT&I e a sociedade.

Por outro lado, expressões como ‘comunicação científica’ e ‘disseminação da ciência ou do conhecimento’ são marcadamente associados à comunidade científica, em que pares produzem, disseminam e se apropriam do conhecimento gerado nas disciplinas científicas. Neste caso, o processo de produção de conhecimento possibilita a construção de uma consciência crítica e emancipatória, tanto no campo científico, quanto no campo social e político.

Abordar aspectos relacionados a apropriação social do conhecimento, apropriação social da C&T, apropriação social da CT&I depende da competência em informação de quem recebe o conhecimento, tecnologia ou inovação e, por sua vez, vai depender da competência comunicativa de quem medeia a relação entre a CT&I com a sociedade ou público não especializado.

Contudo, o docente, pesquisador, bem como os discentes ancorados em políticas de extensão universitária, e de responsabilidade social da universidade podem constituir-se como mediadores por excelência da relação entre o tripé conceitual de CT&I na sua relação

com públicos não especializados. Não basta existirem programas políticos de C&T, ou políticas universitárias de apropriação social do conhecimento científico, é necessário que a Ciência seja transmitida à sociedade a partir de um vocabulário que respeite as culturas, saberes e necessidades dos receptores do conhecimento científico, tecnológico e inovação.

Apesar da constituição de aporias conceituais pluralistas existentes no campo de discussão da temática sobre apropriação, considera-se necessário ampliar o escopo da análise com a integração de elementos de medição da apropriação no âmbito acadêmico, social, político e cultural. Não existe consenso no uso das expressões e/ou termos relatados como parte do mesmo universo linguístico da apropriação. Contudo, faz-se necessário construir lógicas conceituais consentâneas com os ditames postulados em Weber (2001) com relação ao tipo ideal, marco metodológico para a compreensão da realidade empírica dos conceitos associados à comunicação entre a CT&I com a sociedade, bem como compreender as vicissitudes impostas por organizações coercitivas e hegemônicas que permeiam a organização da cultura e das dinâmicas sociais e políticas das nações a partir de desígnios intelectuais forjados por projetos educacionais constituídos como parâmetros sociais e culturais do comportamento profissional dos formadores de opinião pública.

Para tal, é necessário compreender a fundo as relações de forças estabelecidas no campo científico e a sua pretensão dominadora das outras formas de conhecimento. Teóricos como Bachelard (2006), Locke (2012), Gramsci (1979), Durkheim (1974), Habermas (1987), Bourdieu (2008), Popper (2013), Bourdieu e Passeron (2012), entre outros, se constituem em bússola para a compreensão das relações de poder entre a comunidade científica e a sociedade no geral.

4 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE COMPARTILHAMENTO E APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MOÇAMBIQUE⁴

A produção de conhecimento científico pela universidade e instituições de pesquisa, possibilita a geração de conhecimento novo, de fronteira e aplicado. Nesta senda, o conhecimento quando compartilhado com as organizações privadas e públicas e a sociedade em geral pode fomentar o desenvolvimento de serviços e produtos vinculados às áreas de atuação dos receptores do conhecimento, gerando desenvolvimento econômico, social, cultural e político. A sociedade como destino possível da Ciência produzida no âmbito das instituições de ensino superior e de pesquisa pode gerar controvérsias, por isso faz-se necessário clarificar nesta pesquisa, de que sociedade se trata, quando o assunto se refere a relação que se estabelece entre a Ciência e a sociedade.

Por conseguinte, importa indagar que instrumentos comunicacionais e informacionais são adequados para se fazer a ligação entre Ciência e sociedade; Ciência e empresas; Ciência e governos; Ciência e religião; Ciência e organizações da sociedade civil; Ciência e organizações comunitárias; Ciência e partidos políticos; Ciência e atores sociais; Ciência e cidadãos comuns. O termo sociedade em sentido amplo possibilita abarcar as instituições inter-relacionadas com a Ciência, contudo, faz-se necessário clarificar que o vínculo que os indivíduos estabelecem com organizações formais e informais, desde a família, o clube de futebol, a igreja, a escola, o sindicato, a empresa e o grupo de amigos pode representar a sociedade, uma vez que o indivíduo sofre coerção dessas organizações sociais e se adequa às normas estabelecidas por elas.

Os fundamentos que circundam o relacionamento estabelecido entre os produtores de conhecimento, sejam universidades e/ou institutos de pesquisa dependem do tipo de atores envolvidos e da relação que se estabelece na comunidade por meio da comunicação científica; entretanto, quando o relacionamento estabelecido entre o centro de produção de conhecimento científico se estabelece a partir da popularização da Ciência, divulgação científica, comunicação pública da Ciência, entre outros, os mecanismos políticos de constituição de bases orientadoras para as universidades e/ou institutos de pesquisa são emanados através de políticas públicas de CT&I de países signatários de políticas públicas

⁴ Artigo elaborado para a disciplina de Tópicos Especiais: Contribuição da Ciência da Informação no âmbito de políticas públicas de ciência tecnologia e inovação.

internacionais, estabelecidas como guia para o compartilhamento da Ciência aos diversos atores do sistema de inovação e para a sociedade no geral. Como precisou Durkheim (1974, p. xxiv) “[...] a sociedade é composta de indivíduos”.

As políticas públicas de CT&I de Moçambique se enquadram nos esforços internacionais patrocinados pela UNESCO, entretanto, a sua viabilização depende dos esforços empreendidos em cada país. Esta seção analisa as estratégias de CT&I como promotoras do compartilhamento e apropriação social do conhecimento científico produzido pelas universidades e/ou instituições de pesquisa de Moçambique. Nesse intuito, são analisados 2 (dois) documentos de política pública de CT&I de Moçambique, nomeadamente: Política de Ciência e Tecnologia de 2003; e a Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique 2006-2016.

Os pressupostos mencionados anteriormente em torno da classificação conceitual das expressões e/ou termos relacionados ao compartilhamento de conhecimento difundido na comunidade científica, bem como na relação entre os produtores de conhecimento, quais sejam, as universidades e/ou institutos de pesquisa, quando difundidos para a sociedade em geral, podem gerar controvérsias, por isso para efeito desta pesquisa considerou-se pertinentes agregar o entendimento semântico do termo ‘compartilhamento’ e seus sinônimos, assim como considerou-se necessário estabelecer critérios de validação de aspectos da política pública de C&T de Moçambique em três categorias, nomeadamente, compartilhamento de conhecimento, apropriação do conhecimento e correlação entre compartilhamento e apropriação do conhecimento nas políticas públicas de C&T de Moçambique. Esta categorização possibilitou visualizar os fundamentos estratégicos da política pública de C&T de Moçambique.

4.1 LITERATURA SOBRE PROCESSOS DE COMPARTILHAMENTO E APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

As práticas políticas instituídas nos contextos nacionais por políticas públicas globais encabeçadas por organismos internacionais, em torno da política pública de CT&I, podem ser analisadas a partir dos aportes teóricos descritos por Durkheim (1974, p. xxxii) ao teorizar sobre o conceito de sociologia, em que “[...] a sociologia seria então definida como a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento”. Ademais, com efeito, entende a instituição como toda a crença, todo comportamento instituído pela coletividade, sem

desnaturar o sentido da expressão. Os fundamentos históricos das políticas públicas de C&T de Moçambique estão inscritas nos documentos legais que institucionalizam e organizam o ecossistema nacional de CT&I.

As políticas públicas de CT&I de Moçambique compreendem um quadro normativo que se refere aos seguintes documentos, nomeadamente: PCTEI de 2003; e a ECTIM 2006-2016. Os instrumentos de política pública de C&T de Moçambique estão fora do período de vigência estabelecido, contudo, esses instrumentos continuam sendo aplicados na intervenção dos integrantes do sistema de CT&I de Moçambique, bem como constituem instrumentos imprescindíveis para estudos acadêmicos sobre CT&I de Moçambique.

O espaço científico-acadêmico determina uma certa obrigatoriedade dos pesquisadores, docentes e discentes da pós-graduação, IES e instituições de pesquisa a compartilharem conhecimento nos diversos suportes informacionais aceitos pela comunidade científica da área de atuação dos produtores da Ciência e das instituições a eles vinculadas. A produção de conhecimento científico na universidade e/ou nos institutos de pesquisa atende a uma cultura epistêmica constituída por ditames teóricos, metodológicos, conceituais definidos em uma determinada disciplina ou campo de conhecimento. Assim sendo, o pesquisador, docente e discente necessita compartilhar o conhecimento na comunidade científica a qual pertence, a partir de periódicos, livros, capítulos de livro, trabalhos em anais de evento, redes sociais acadêmicas e redes sociais, no intuito de responder aos postulados avaliativos das instituições de ensino e/ou de pesquisa, bem como as instituições de classificação universitárias nacionais e internacionais que determinam os critérios de avaliação dos pesquisadores, docentes e discentes universitários, bem como da própria instituição.

Dessa maneira, importa destacar o conceito de compartilhamento descrito por Davenport e Prusak (1998, p.115) segundo o qual se refere ao “[...] ato voluntário de colocá-las à disposição de outros”. Entretanto, este procedimento é comumente utilizado no âmbito organizacional, em que os colaboradores de modo voluntário compartilham informações com outros, construindo conexões que viabilizam a construção de conhecimento organizacional capaz de estimular a organização no âmbito da competitividade em seu segmento de atuação, bem como o conhecimento enquanto inteligência propicia a robustez da produção de produtos e serviços inovadores que

possibilitam o desenvolvimento dos ativos organizacionais e, por conseguinte, a manutenção da organização no mercado. É importante referir que o conceito de compartilhamento na esfera académica determina o crescimento e reconhecimento dos pesquisadores, docentes e discentes, consequentemente das instituições em que estão vinculados, propiciando o acesso a recursos financeiros para a execução de programas e/ou projetos de pesquisa coletivos que contribuam para a elevação do capital intelectual individual e institucional, bem como a reputação das universidades, programas de pós-graduação, instituições de pesquisa e demais instituições avaliadas por agências e ou fundações de fomento.

Ademais, apresentam-se achados relacionados ao compartilhamento e apropriação do conhecimento inter-relacionados às políticas públicas de CT&I de Moçambique, a partir dos seguintes documentos representativos, nomeadamente: PCTEI de 2003; e a ECTIM de 2006. A validação dos achados encontrados nestas políticas públicas sobre compartilhamento de conhecimento e apropriação do conhecimento produzido nas universidades e/ou instituições de pesquisa valeu-se dos conceitos de compartilhamento e de apropriação do conhecimento arrolados nesta pesquisa.

A definição de apropriação do conhecimento se permite a muitas interpretações e conceitos, isto pode alavancar o projeto intelectual de estudiosos da temática a rebuscar os fundamentos epistemológicos do processo de compartilhamento de conhecimento em uma perspectiva multidimensional, uma vez que a apropriação do conhecimento pode ser entendida de maneiras diferentes, o que atesta que esta temática está em construção. Assim sendo, pode-se entender a apropriação do conhecimento como um termo genérico que se aplica a comunicação científica na comunidade científica, bem como a divulgação ou popularização da Ciência em ambientes fora das universidades e/ou instituições de pesquisa através de uma linguagem comum e que possibilita o entendimento mútuo entre o produto do devir dos fazedores de Ciência e de grupos sociais heterogêneos e com distintas habilidades e competências intelectuais. Contudo, admite-se que a apropriação do conhecimento se constitui como sendo um processo pelo qual o conhecimento científico e tecnológico é disponibilizado a um público fora da comunidade científica, por meio de disposições linguísticas comuns a sociedade, e que o conhecimento disseminado possa ser útil para o ser humano nas suas variadas atividades e usos (Marín Agudelo, 2012, p.57).

Diante do exposto, entende-se que a apropriação do conhecimento nos remete ao uso de linguagem comum à comunidade no geral, sem com isso querer dizer que a apropriação se limite à disseminação de conhecimento e tecnologia produzido nas universidades e/ou instituições de pesquisa para uma sociedade homogênea. Apropriação do conhecimento ocorre em vários estágios da produção do conhecimento e tecnologia, isto é, quando um pesquisador elabora um projeto de pesquisa, em geral pretende preencher uma lacuna em uma determinada temática ou compreender um fenômeno existente na sociedade, compreendida enquanto conjunto de indivíduos estabelecidos em uma organização com objetivos individuais, coletivos e organizacionais.

Os pesquisadores se apropriam dos conhecimentos populares, por meio do método científico e ressignificam os conhecimentos populares em conhecimento científico munidos de concepções teóricas, conceituais e metodológicas aceites pela comunidade científica. Por isso, defende-se a tese segundo a qual a apropriação do conhecimento se constitui em um guarda-chuva, em que ocorre a construção de projetos de pesquisa, pesquisa de campo, de laboratório, conceitual ou teórica e, que por sua vez, o pesquisador se apropria de conhecimentos fora do âmbito acadêmico e acadêmico, criando uma simbiose concomitante com os objetivos hegemônicos da Ciência.

Também pode-se mencionar questões relacionadas ao compartilhamento que se constitui em um instrumento de comunicação científica e divulgação da Ciência, na comunidade científica e na sociedade no geral, respectivamente. A apropriação do conhecimento ocorre no processo de produção, comunicação e recuperação do conhecimento, tanto na comunidade científica, bem como na sociedade em geral. Assim como, se manifesta o ciclo de vida de dados no âmbito da CI, conforme mencionado anteriormente.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS SOBRE PROCESSOS DE COMPARTILHAMENTO E APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Os dados coletados sobre políticas públicas de CT&I de Moçambique, a partir das categorias: 1. promoção de compartilhamento do conhecimento; 2. promoção da apropriação do conhecimento; 3. correlação entre compartilhamento e apropriação do conhecimento científico nas Políticas Públicas de Moçambique compreendem várias formas de promoção do compartilhamento do conhecimento e apropriação do conhecimento. No

Quadro 10 destacam-se as variações das expressões e/ou termos voltados ao compartilhamento do conhecimento referentes à PCTEI (2003), dentre eles, o intercâmbio – que pressupõe a partilha de capacidades e habilidades científicas entre instituições do sistema nacional de CT&I de Moçambique; a partilha – que reveste-se de elementos que se referem ao relacionamento entre indivíduos da mesma organização ou de organizações diferentes; a cooperação – é outro modo que proporciona o compartilhamento de conhecimento entre instituições a nível regional, continental e internacional; disseminação – que possibilita que a sociedade tenha acesso ao conhecimento produzido nas IES e/ou de instituições de pesquisa; pode-se indicar a troca – de conhecimento e informação entre instituições do sistema de CT&I de Moçambique; gestão do conhecimento – pressupõe a coleta, organização, disseminação e uso do conhecimento na organização; comunicação do conhecimento científico – relacionado a comunidade científica, em que pares compartilham o produto do seu devir nos suportes informacionais, tais como: revistas, livros, capítulos de livro, trabalhos de anais de eventos, entre outros; fortalecer a ligação entre o sistema de investigação e a sociedade civil; centros tecnológicos – que permitem a transferência de tecnologia consentânea com as realidades em que os centros estão inseridos; fluxo de informação – que possibilita que a informação e o conhecimento sejam canalizados aos destinatários de forma eficiente e eficaz.

Em relação a ECTIM (2006) pode-se destacar os seguintes relações de termos voltados ao compartilhamento do conhecimento, nomeadamente: difusão – que se refere ao compartilhamento de conhecimento científico produzido nas universidades para os setores de produção, gerando inovação nos produtos e serviços por estes produzidos; promoção da divulgação dos resultados de pesquisa para o público fora da universidade. A promoção do compartilhamento do conhecimento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique destacam a importância das universidades e/ou das instituições de pesquisa como fundamentais para a produção de uma cultura de compartilhamento de conhecimento, que visa alavancar os setores industrial, agrícola, ambiental e de serviços alavancando a produção e a produtividade desses setores e, por conseguinte, o desenvolvimento sustentável do país.

Quadro 9: Promoção do compartilhamento de conhecimento na Política Pública de CT&I de Moçambique

Política Pública de CT&I de Moçambique	Promoção de compartilhamento do conhecimento
Política de Ciência e Tecnologia e a Estratégia da sua Implementação (2003)	É uma política de inovação, baseada no intercâmbio entre a capacidade científica nacional e internacional e no aproveitamento das vantagens comparativas (PCTEI, 2003, p.351).
	Princípio da partilha do conhecimento - a política baseia-se na convicção de que o intercâmbio científico e tecnológico contribui para o desenvolvimento das sociedades. Além da colaboração interna, e reconhecendo que a ciência e a tecnologia têm caráter universal, é importante promover a cooperação regional e internacional (PCTEI, 2003, p.352).
	A disseminação garante que a sociedade tenha acesso ao conhecimento, à tecnologia e aos seus benefícios, e alimenta os processos criativos e inovadores (PCTEI, 2003, p.352).
	[...] de articulação e coordenação, que se baseia principalmente na criação de procedimentos institucionais que permitam a troca de informação e ajustamento de ações entre os diversos atores que compõem o sistema de ciência e tecnologia nos diferentes campos de atuação (PCTEI, 2003, p.352).
	A política de ciência e tecnologia tem como objetivo geral desenvolver um sistema integrado de produção e de gestão do conhecimento virado para as necessidades nacionais de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável do país (PCTEI, 2003, p.352).
	Desenvolver um sistema de disseminação e comunicação do conhecimento científico e tecnológico, aproveitando também as novas tecnologias de informação e comunicação (PCTEI, 2003, p.352).
	[...] fortalecer a ligação entre o sistema de investigação e a sociedade civil. [...] criação de conselhos científicos setoriais e intersetoriais, onde estarão representados os investigadores, organizações dos produtores, a sociedade civil e o governo [...] (PCTEI, 2003, p.352).
	Criar, no país, centros tecnológicos de excelência - esta ação estratégica visa contribuir para apoiar iniciativas de transferência de tecnologia e inovação tecnológica com impacto no setor produtivo e nas comunidades, garantindo a qualidade a custo acessível (PCTEI, 2003, p.353).
	Tornar as instituições de ensino veículos de disseminação da ciência e tecnologia (PCTEI, 2003, p.353).
	Envolver o setor produtivo na gestão do sistema nacional de investigação - esta ação estratégica permitirá que os representantes do setor produtivo possam contribuir, em conselhos científicos setoriais e intersetoriais, para aumentar a relevância da investigação, colaborando na identificação das necessidades e prioridades dos assuntos a serem objeto de pesquisa (PCTEI, 2003, p.354).
	Promover a interação e o fluxo de informação científica e tecnológica entre os investigadores - esta ação estratégica prevê a criação de meios de divulgação de conhecimento científico e tecnológico, como revistas e jornais científicos, a realização de

Política Pública de CT&I de Moçambique	Promoção de compartilhamento do conhecimento
	eventos de natureza científica, como seminários, conferências, congressos, entre outros e o uso de tecnologias modernas de informação e comunicação (PCTEI, 2003, p.354).
Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (2006)	O MCT encorajará a difusão da C&T entre os setores, em estreita parceria com cada setor de linha onde essa difusão se mostre aplicável (ECTIM, 2006, p.86).
	[...] Devem ser estabelecidos mecanismos para promover a difusão do conhecimento científico que é desenvolvido nas universidades dentro da indústria, para que tal conhecimento possa ter um maior impacto na economia (ECTIM, 2006, p.97).
	Estabelecimento de mecanismos para a difusão e disseminação de informação sobre ciência e tecnologia (ECTIM, 2006, p.105).
	[...] os investigadores e/ou os seus institutos devem promover a divulgação dos resultados das suas pesquisas (ECTIM, 2006, p.57).
	Divulgação e disseminação do Código de Direitos de Propriedade Intelectual (ECTIM, 2006, p.112).

Fonte: Elaboração própria a partir da PCTEI (2003) e ECTIM (2006).

Os dados apresentados no Quadro 10 indicam elementos constitutivos da promoção da apropriação do conhecimento nas políticas públicas de CT&I extraídos dos seguintes documentos de política: PCTEI (2003) e a ECTIM (2006). A apropriação do conhecimento acontece no processo de produção do conhecimento científico, na relação entre os produtores da Ciência com a mediação do método científico, teorias e conceitos e a realidade de recolha de evidências. Assim sendo, esse processo que envolve a busca de informações relacionadas ao fenômeno estudado e/ou sujeitos de pesquisa proporciona ao pesquisador uma visão diferente da perspectiva científica, e isso contribui para a consolidação do conhecimento científico, proporcionando uma apropriação por parte do produtor que, por sua vez, possibilita que os resultados da pesquisa possam ser apropriados pela comunidade científica e pela sociedade em geral, utilizando linguagem comum a estes dois públicos.

O esquema arqueológico estabelecido na identificação de termos relacionados à apropriação do conhecimento científico encontrados nas políticas públicas CT&I de Moçambique proporciona visualizar a maneira como a expressão e/ou termo é empregado nas políticas públicas de CT&I de Moçambique. Assim, importa destacar os seguintes achados terminológicos relacionados a apropriação do conhecimento na PCTEI (2003), quais

sejam: transferência de tecnologia e de produção endógena; desenvolvimento de cultura de aprendizagem permanente; inovação garante a criação, a adoção e adaptação de novas tecnologias no processo de produção; apropriação de conhecimento científico e tecnológico do exterior; promoção da ligação entre atividade de investigação e o setor produtivo; estimulação, investigação e aproveitamento dos saberes locais; divulgação do conhecimento científico e tecnológico; promoção da interação entre as instituições de investigação e a sociedade; estimulação do desenvolvimento do jornalismo científico; capacitação de investigadores em técnicas de divulgação.

A ECTIM (2003) destaca elementos relacionados a expressão apropriação do conhecimento, nomeadamente: acesso e equidade na disponibilidade do uso da CT&I e TIC; promover uma cultura de inovação; promover a inovação popular e o uso das abordagens baseadas na C&T; promover a Pesquisa para o Desenvolvimento (P&D) e a inovação no setor produtivo; oferecer mecanismos para a criação da capacidade de absorver a C&T; e popularização da C&T em toda a sociedade moçambicana.

A apropriação do conhecimento tem relação efetiva com o uso da CT&I, com a cultura de inovação, com capacidades desenvolvidas em matérias relacionadas aos problemas enfrentados pela sociedade em geral, bem como com a popularização da C&T para a sociedade.

Quadro 10: Promoção da apropriação do conhecimento na Política Pública de CT&I de Moçambique

Política Pública de CT&I de Moçambique	Promoção da apropriação do conhecimento
Política de Ciência e Tecnologia e a Estratégia da sua Implementação (2003)	[...] fomentar a investigação, incentivar e promover competências específicas e tecnológicas, incluindo os saberes locais, e através da promoção de processos mais efetivos de transferência de tecnologia e de produção tecnológica endógena (PCTEI, 2003, p.351).
	A educação garante a criação dos alicerces para o pensamento científico e desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem permanente, necessária para a inovação tecnológica (PCTEI, 2003, p.352).
	A inovação garante a criação, a adoção e a adaptação de novas tecnologias no processo de produção pelos agentes económicos e assenta na capacidade criativa (PCTEI, 2003, p.352).
	[...] de produção e transferência, que diz respeito ao processo de invenção e inovação nacional e a apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos do exterior (PCTEI, 2003, p.352).

Política Pública de CT&I de Moçambique	Promoção da apropriação do conhecimento
	[...] promover a ligação entre a atividade de investigação e o setor produtivo. [...] a realização de projetos conjuntos poderá envolver instituições de investigação, pessoas singulares, pequenas e médias empresas, associações de produtores, entre outros (PCTEI, 2003, p.352).
	Estimular a investigação e o aproveitamento dos saberes locais - esta ação estratégica permitirá que os conhecimentos acumulados pelas populações ao longo dos séculos sejam estudados, sistematizados e desenvolvidos com vista ao seu aproveitamento pela sociedade (PCTEI, 2003, p.353).
	Estimular a realização de programas conjuntos entre as instituições de ensino e investigação – esta estratégia prevê a criação de meios de divulgação do conhecimento científico e tecnológico, como revistas e jornais científicos, a realização de eventos de natureza científica, como seminários, conferências, congressos, entre outros; e o uso de tecnologias modernas de informação e comunicação (PCTEI, 2003, p.353-354).
	Promover a interação entre as instituições de investigação e a sociedade - esta ação estratégica propicia reforçar a ligação entre as instituições de investigação e a sociedade, por exemplo, através da realização anual da Semana de Ciência, do reforço da componente científica e tecnológica em outros eventos, contribuindo para a relevância da investigação (PCTEI, 2003, p. 354).
	Estimular o desenvolvimento do jornalismo científico.
	Apoiar a capacitação de investigadores em técnicas de divulgação – esta ação estratégica possibilita que os investigadores adquiram conhecimentos sobre técnicas de comunicação e capacidade comunicativa, para que os resultados dos seus trabalhos atinjam um público mais vasto (PCTEI, 2003, p.354).
Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (2006)	Todos os moçambicanos têm o direito ao acesso e equidade na disponibilidade do uso da ciência, tecnologia, inovação e tecnologias de informação e comunicação com vista a acelerar o processo de criação de riqueza, da erradicação da pobreza e, deste modo, acelerar a melhoria da sua qualidade de vida (ECTIM, 2006, p.viii).
	Promover uma cultura de inovação em toda a sociedade moçambicana (ECTIM, 2006, p.ix).
	Promover a inovação popular e o uso das abordagens baseadas na ciência e tecnologia pobres e desfavorecidas (ECTIM, 2006, p.ix).
	Promover a Pesquisa para o Desenvolvimento (P&D) e a inovação no setor produtivo (ECTIM, 2006, p.ix).
	[...] Oferecer mecanismos para a criação da capacidade de absorver a C&T, rastrear e avaliar as tecnologias e mecanismos de difusão existentes para adaptá-los e ajustá-los às condições dos utilizadores locais e à implementação com eficácia de custos, para organizá-los de uma forma eficiente e atempada e avaliar as suas experiências e, assim, aprender delas (ECTIM, 2006, p.25).
	Popularização da ciência e tecnologia em toda a sociedade moçambicana, levando os moçambicanos a sentir confiança em participarem na economia global

Política Pública de CT&I de Moçambique	Promoção da apropriação do conhecimento
	orientada para o conhecimento e tecnologia (ECTIM, 2006, p.105).

Fonte: Elaboração própria a partir da PCTEI (2003) e ECTIM (2006).

O vocabulário da Ciência parece dificultar a apropriação da Ciência na comunidade científica em geral, isto é, as disciplinas científicas distribuídas em compartimentos precisam dialogar umas com as outras, uma vez que os problemas enfrentados nas disciplinas necessitam de teorias, conceitos e métodos desenvolvidos em outros campos para a sua compreensão. As disciplinas detêm um vocabulário específico, mas é possível um diálogo por meio de elementos comuns, quais sejam, o objeto de estudo e os problemas ou fenômenos inter-relacionados aos programas de pesquisa das disciplinas científicas. A comunidade científica partilha um paradigma (Kuhn, 1998), seja no âmbito de disciplinas ou de uma associação científica, assim como a sociedade fora da universidade partilha também paradigmas, formas de produção, partilha usos do conhecimento endógeno e técnico. Para que o conhecimento produzido e compartilhado na comunidade científica seja apropriado pela sociedade fora das universidades e/ou institutos de pesquisa é necessário que a linguagem utilizada nos suportes tradicionais da Ciência, sejam compartilhados por meio de uma linguagem comum à realidade linguística da sociedade em geral.

Nesse sentido, o Quadro 11 apresenta a correlação entre compartilhamento do conhecimento e apropriação do conhecimento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique. Os dados extraídos da PCTEI (2003), no que concerne a correlação entre estes dois elementos são representados da seguinte forma: produção, divulgação e benefícios do conhecimento científico e tecnológico; a investigação garante a produção de conhecimentos que constituem a base para o processo de inovação; capacitação, que visa dotar os intervenientes de capacidade científica e tecnológica; criar oportunidades e estimular o processo de transferência de tecnologia; e melhorar o acesso à informação científica e tecnológica.

O compartilhamento ocorre em ambientes onde os membros comungam dos mesmos ideais. Assim, as políticas públicas de CT&I promovem diretivas para a atuação de instituições arroladas na literatura como espaços apropriados para a divulgação da C&T, a partir de ferramentas e instrumentos consentâneos com a sociedade em geral, que detêm

competências diferentes da comunidade científica e, por isso, locais como jardins botânicos, museus de C&T, promovem o compartilhamento e a apropriação do conhecimento e da tecnologia. Ademais, suportes como folhetos, jornais, informação partilhada na Internet e nas redes sociais públicas possibilitam o compartilhamento, bem como a interação entre os produtores da Ciência e a sociedade. A correlação entre o compartilhamento e a apropriação do conhecimento na ECTIM (2006) destaca as seguintes funcionalidades: promover a transferência de tecnologia e do conhecimento; estimular a difusão e absorção do conhecimento para a redução da pobreza e o crescimento econômico; A disseminação de pesquisa, das universidades públicas e/ou dos institutos de pesquisa, através da publicação em diários internos ou folhetos; melhorar a coleta de dados, a sua transformação em informação e a subsequente comunicação, difusão, processamento e utilização; estimular os pesquisadores a compartilhar os seus achados de pesquisa usando métodos que propiciem uma comunicação eficaz com todos os segmentos da sociedade; e dar a conhecer às comunidades e outros segmentos da sociedade moçambicana, a divulgação e disseminação dos resultados de pesquisa.

Quadro 11: Correlação entre compartilhamento e apropriação do conhecimento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique

Política Pública de CT&I de Moçambique	Correlação entre compartilhamento e apropriação do conhecimento científico nas Políticas Públicas de Moçambique
Política de Ciência e Tecnologia e a Estratégia da sua Implementação (2003)	A política assenta na convicção de que todos os cidadãos moçambicanos, sem qualquer tipo de discriminação, devem ter acesso ao saber e podem, conforme as suas capacidades, participar na produção, divulgação e nos benefícios do conhecimento científico e tecnológico (PCTEI, 2003, p.352).
	A investigação garante a produção de conhecimentos que constituem a base para o processo de inovação (PCTEI, 2003, p.352).
	[...] de capacitação, que visa dotar os intervenientes de capacidade científica e tecnológica para realizarem com sucesso as suas atividades (PCTEI, 2003, p.352).
	Criar oportunidades e estimular o processo de transferência de tecnologia - esta ação estratégica permitirá a realização de eventos ao nível local, regional, nacional e internacional, destinados à demonstração de diferentes formas de inovação tecnológica (PCTEI, 2003, p.354).
	Melhorar o acesso à informação científica e tecnológica - esta ação estratégica prevê a criação de meios de divulgação da ciência e tecnologia, como sejam um sistema bibliotecário nacional com acesso eletrónico e físico, a rede nacional de museus de ciência e tecnologia, jardins botânicos, o desenvolvimento de conteúdos

Política Pública de CT&I de Moçambique	Correlação entre compartilhamento e apropriação do conhecimento científico nas Políticas Públicas de Moçambique
	para a internet, entre outros (PCTEI, 2003, p.354).
Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (2006)	Promover a transferência de tecnologia. A transferência de tecnologia deve ser sempre entendida não só como inclusão de tecnologia tangível, como também do conhecimento e perícias exigidas para adoptar, adaptar, manter e, quando aplicável, trazer valor acrescentado à tecnologia (ECTIM, 2006, p.x).
	Promover o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação para a boa governação e prestação de serviços a todos os cidadãos, e estimular a difusão e absorção do conhecimento para a redução da pobreza e o crescimento económico (ECTIM, 2006, p.x).
	A disseminação de pesquisa, das universidades públicas e dos institutos de pesquisa, acontece principalmente através da publicação em diários internos ou folhetos, uma vez que há poucos jornais científicos em Moçambique que observem a regra de avaliação (ECTIM, 2006, p.6).
	Uma infraestrutura apropriada de informação permite e melhora a coleta de dados, a sua transformação em informação e a subsequente comunicação, difusão, processamento e utilização. Mais do que isso, facilita a formação de redes sociais e organizacionais enquanto base de comunidades de conhecimento bem funcionais (ECTIM, 2006, p.19).
	Um sistema eficiente e eficaz de P&D necessita de bons canais de comunicação para que aqueles que se encontram dentro da comunidade de pesquisa como um todo, bem como os membros dos grupos mais especializados, possam compartilhar rápida e facilmente a informação. É por isso necessária uma infraestrutura de comunicações sólida e eficaz. Além disso, para os resultados da P&D que tenham maiores impactos, dever-se-iam estimular os pesquisadores a compartilhar os seus achados de pesquisa usando métodos que permitam uma comunicação eficaz com todos os segmentos da sociedade (ECTIM, 2006, p.97).
	[...] dar a conhecer às comunidades e outros segmentos da sociedade moçambicana, a divulgação e disseminação dos resultados de pesquisa, a aplicação de tecnologias e uso de inovação de uma maneira apropriada culturalmente. Um aspecto principal é reconhecer e levar a cabo investigações sobre os valores culturais das diferentes comunidades moçambicanas (ECTIM, 2006, p. 77).

Fonte: Elaboração própria a partir da PCTEI (2003) e ECTIM (2006).

A produção do conhecimento científico nas universidades e/ou nas instituições de pesquisa é feita por pesquisadores, docentes e discentes que fazem parte de várias organizações formais e informais, por isso os produtores do conhecimento apesar de possuírem instrumentos e ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas recebem influência das organizações que representam. Discutir sobre a apropriação do conhecimento depende do lugar ou setor de atividade em que o indivíduo está inserido, isto é, tanto o

pesquisador, docente, discente, bem como os indivíduos que estão fora das organizações produtoras de conhecimento científico possuem instrumentos e ferramentas que orientam as decisões sobre atividades a si associadas.

O pesquisador utiliza ferramentas aceitas na comunidade científica, o médico utiliza procedimentos aceitos na Medicina, o agricultor, o industrial ou o pequeno camponês podem atuar no mesmo setor, mas utilizam instrumentos e ferramentas de produção diferentes. Nesse contexto, pretende-se destacar que a apropriação do conhecimento ocorre desde a concepção do projeto de pesquisa, coleta de documentos para a fundamentação teórica, pesquisa de campo, produção do manuscrito, submissão do manuscrito em revistas e editoras científicas, comunicação do produto do devir através de periódicos, que pode ser amplamente discutido e incorporado pela comunidade científica ou esquecido por esta; do mesmo modo que a apropriação pode ocorrer na comunidade científica, ela também pode ocorrer pela sociedade em geral, a partir da troca de experiência, partilha, intercâmbio, cooperação e outros mecanismos de compartilhamento do conhecimento.

Desse modo, busca-se analisar as políticas públicas de CT&I como promotoras do compartilhamento e apropriação do conhecimento científico produzido pelas universidades e/ou instituições de pesquisa de Moçambique, a partir da PCTEI (2003) e a ECTIM (2006). Estes instrumentos de política pública da CT&I de Moçambique propiciam compreender o universo terminológico associado ao compartilhamento do conhecimento e à apropriação do conhecimento adotado nas políticas. O uso das expressões e/ou termos nas políticas públicas determina o estágio de evolução dos instrumentos jurídicos legais das estratégias e funcionamento do sistema de CT&I de Moçambique, visto que esses instrumentos são os primeiros documentos legais produzidos em Moçambique que estabelecem as bases para a organização e funcionamento de um sistema de CT&I no País.

A diversidade de termos relacionados ao compartilhamento do conhecimento e da apropriação do conhecimento inscritos nas políticas públicas analisadas nesta pesquisa proporcionaram visualizar as carências conceituais adotadas nos instrumentos. Contudo, o sistema de CT&I de Moçambique compreende instituições governamentais, IES públicas e privadas, institutos de investigação públicos e privados, bem como instituições de fomento à pesquisa, que se articulam através do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia de

Moçambique (CNCTM). Apesar de os instrumentos de política pública de C&T serem os primeiros e carecerem de atualização, Moçambique detém um sistema em funcionamento e com resultados encorajadores para se pensar um sistema integrado de geração de conhecimento e inovação, capaz de acelerar o desenvolvimento econômico e sustentável de Moçambique.

O método análise de conteúdo possibilitou extrair termos associados ao compartilhamento e apropriação do conhecimento com base em três categorias, nomeadamente: 1. promoção do compartilhamento do conhecimento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique; 2. promoção da apropriação do conhecimento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique; 3. correlação entre o compartilhamento do conhecimento e apropriação do conhecimento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique.

Com base nestas categorias, infere-se que as políticas públicas de CT&I de Moçambique promovem o compartilhamento e a apropriação do conhecimento científico produzido e disseminado pelas universidades e/ou instituições de pesquisa. Ademais, a expressão compartilhamento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique podem ser relacionados aos termos, intercâmbio; partilha; cooperação; disseminação; troca – de conhecimento e informação entre instituições do sistema de CT&I de Moçambique; gestão do conhecimento; comunicação do conhecimento científico; ligação entre o sistema de investigação e a sociedade civil; centros tecnológicos; fluxos de informação no âmbito da PCTEI (2003). Outrossim, em relação à ECTIM (2006) pode-se destacar as seguintes relações de termos voltados ao compartilhamento do conhecimento, nomeadamente: difusão e divulgação de resultados de pesquisa.

A promoção da apropriação do conhecimento nas políticas públicas de CT&I de Moçambique, concretamente na PCTEI (2003), se refere a expressões e/ou termos como: transferência de tecnologia e de produção endógena; desenvolvimento de cultura de aprendizagem permanente; apropriação de conhecimento científico e tecnológico do exterior; ligação entre atividade de investigação e o setor produtivo; investigação e o aproveitamento dos saberes locais; divulgação do conhecimento científico e tecnológico; interação entre as instituições de investigação e a sociedade; desenvolvimento do jornalismo científico; capacitação de investigadores em técnicas de divulgação. ECTIM (2003) destaca elementos relacionados a expressão apropriação do conhecimento, nomeadamente:

acesso e uso da CT&I e TIC; cultura de inovação; inovação popular e o uso das abordagens baseadas na C&T; criação da capacidade de absorver a C&T; e popularização da C&T em toda a sociedade moçambicana.

Em suma, entende-se que existe uma correlação entre o compartilhamento do conhecimento e a apropriação do conhecimento estabelecidos nas políticas públicas de CT&I de Moçambique, por meio da ligação conceitual ainda em construção no campo das Ciências Sociais e Humanas, uma vez que o compartilhamento do conhecimento aparece como parte integrante da apropriação do conhecimento científico e, por sua vez, os termos quando correlacionados propiciam uma compreensão mais cabal da expressão apropriação do conhecimento, sendo que também se encontra em uma fase de construção terminológica e precisão conceitual. Esta dificuldade consensual na definição da expressão apropriação do conhecimento se deve ao fato desta temática ser relativamente recente na esfera acadêmica e por ser maioritariamente definida a partir de políticas públicas nacionais e globais de CT&I.

5 POR UMA ARQUEOLOGIA INSTITUCIONAL DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

O IESE se constitui a partir da mobilidade epistêmica e de capital humano de docentes e pesquisadores da UEM, concretamente do CEA, da Faculdade de Economia (FE) e da FLCS, nomeadamente, Carlos Nuno Castel-Branco, António Francisco e Luís de Brito. Importa referir que os dois primeiros pesquisadores, atualmente docentes da UEM, foram estudantes do curso de Desenvolvimento, “[...] com duração de dois anos (1979-1980), no ano seguinte o curso foi reduzido para 1 (um) ano, o curso era destinado a jovens quadros do Estado e do Partido Frelimo” (Drach, 2017, p.118) no CEA e o último foi pesquisador do CEA.

O CEA foi criado em 1976, no seio do Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM), fundado mesmo antes da primeira universidade de Moçambique colonial, em 1955, um dos institutos de investigação da colónia de Moçambique. No período colonial existiam 3 (três) institutos de investigação em Moçambique, nomeadamente: IICM; Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), dedicado às questões da agricultura; Instituto de Investigação Veterinária de Moçambique (IIVM). No ano de 1976, um ano após a independência de Moçambique, para além do CEA foram criados mais 3 (três) centros de investigação, quais sejam: Centro de Estudos de Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais (CETBARN); Centro de Estudos de Comunicação (CEC); e, por último, o Centro de Ecologia (CE) (Brito, 2010, p.3; Brito, 2011).

O projeto era ambicioso e extremamente inovador para a época (os centros de pesquisa deveriam trabalhar de forma articulada, integrando a dimensão social, com a tecnologia, as questões do meio ambiente e a comunicação), mas acabou por não resultar, nomeadamente por falta de capacidade humana suficiente para o realizar, mas também por ter suscitado uma forte oposição política da parte de um sector do partido Frelimo dentro e fora da Universidade. Os detratores do Instituto acusavam os centros de elitismo e os investigadores de não participarem nas atividades do ensino, o que era totalmente falso, pois a maioria dos investigadores leccionava nas Faculdades de Letras, de Direito e de Economia, mas sobretudo consideravam que estes centros não seguiam devidamente a cartilha do “marxismo-leninismo”. O Instituto acabou por ser dissolvido em 1980, e o Centro de Estudos Africanos, que entretanto já tinha ganho uma forte dinâmica sob a direção de Aquino de Bragança e Ruth First, foi o único que sobreviveu, embora fosse, com o Centro de Estudos de Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais, o principal alvo das críticas (Brito, 2011, p.3).

No período pós-independência as instituições de pesquisa eram públicas por conta da ideologia marxista-leninista adotada pelo Partido Estado Frelimo, algumas estavam integradas na UEM e outras nos Ministérios de Tutela. Importa referir que o CEA era dirigido por Aquino de Bragança e Ruth First, Diretora de Investigação, ambos partidários do marxismo. Nesta senda, no primeiro número dos Estudos Moçambicanos (EM), primeira revista moçambicana de Ciências Sociais de Moçambique independente, Ruth First declara no editorial da revista que “[...] o estudo de Moçambique tem de ser efetuado, [...] através do método de economia política aplicada não só as condições específicas do Moçambique de hoje, como as de uma sociedade surgida das lutas do passado” (First, 1980, p.3).

Os fundamentos epistêmicos do CEA estavam vinculados ao marxismo, através da sua ferramenta metodológica na esteira da economia política, fomentada como método de análise política, econômica, social e cultural. Esses fundamentos foram inseridos no curso de Desenvolvimento estabelecido no CEA pela Diretora de Investigação Ruth First, curso este que serviu de alicerce pedagógico para propagar o marxismo enquanto ideologia do Estado e do partido Frelimo, por meio da formação de jovens inseridos no aparelho do Estado e no partido Frelimo como gestores.

[...] o marxismo era aqui entendido principalmente como um método de interrogação do social, como um conjunto de conceitos e ferramentas de análise capazes de produzir conhecimento novo, e não como uma receita acabada, um conjunto de dogmas sobre o que a sociedade teria sido no passado, era no presente, ou viria a ser no futuro (Brito, 2011, p.3).

O contexto histórico do surgimento do CEA e o seu desenvolvimento (1976-1986) proporcionou a consolidação de uma programa de Ciências Sociais e Humanas robusto e capaz de gerar profissionais, pesquisadores e docentes dotados de conhecimentos para fomentar uma cultura de trabalho coletivo e de formação contínua de capital humano nas instituições em que atuavam, ou seja, o CEA promoveu a organização e as bases fundamentais para o projeto de universidade e Estado Moçambicano de matriz socialista. Os pesquisadores do CEA eram oriundos de vários países africanos, europeus, latino-americanos, entre outros, incluindo moçambicanos, recrutados a partir do curso de História, favoráveis ao sistema socialista empregado por países africanos recém independentes.

A Economia Política Marxista, por seu turno, tornou-se (a partir de 1979), a disciplina preferida para compreender o legado histórico do modo de produção capitalista-colonial no Moçambique em transição para o socialismo, como também para ajudar o poder político na sua estratégia

socialista da transformação das relações de produção (Fernandes, 2017, p.4).

A transição ideológica de Moçambique independente da economia centralmente planificada para a economia de mercado se inicia em 1984, com as primeiras negociações com as instituições de *Bretton Woods* (1987 - *programa de reabilitação económica*), e só se materializa com a Constituição de 1990 que estabelece a economia de mercado e suas correlações com a democracia, multipartidarismo, liberdades, política, econômica, de expressão corroborando para abertura de Universidades privadas e institutos de investigação privadas. Este movimento inicia a institucionalização do sistema eleitoral que culmina com as primeiras eleições gerais independentes de Moçambique realizadas em 1994, e o primeiro governo democrático inicia suas atividades em 1995. A partir desse período assiste-se às primeiras iniciativas de institucionalização das primeiras universidades privadas e institutos de pesquisa privados. Entretanto, o IESE só é fundado em 2007 com o objetivo “[...] principal de realizar investigação científica, através dela, produzir conhecimento e capacidade intelectual e alimentar o debate público sobre questões do desenvolvimento econômico, social e político de Moçambique”⁵, por intelectuais com relação epistêmica do CEA marxista, denominação associada ao período 1976-1986, ano em que o primeiro Presidente de Moçambique independente Samora Moisés Machel morreu junto de outros membros da Comitativa Presidencial, incluindo o então diretor do CEA Aquino de Bragança, que também era conselheiro.

5.1 CONFIGURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

O CEA é considerado como o pioneiro na produção científica em Ciências Sociais e Humanas no Moçambique pós-independência, visto que foi no CEA que se desenvolveram as primeiras pesquisas sobre a realidade social, econômica, política e cultural de Moçambique e sua relação com a África Austral e o mundo, a partir de livros coletivos, tais como: “A questão Rodésiana” produzido em outubro de 1976, baseado na análise da literatura e informação disponível sobre a realidade da Rodésia, governado pelo regime minoritário liderado por Ian Smith (atual Zimbabwe), constituindo a primeira publicação coletiva do CEA, pelos seguintes pesquisadores: Luís de Brito, Kurt Madorin, Martha Madorin, Barry Munslow, Antonio Pacheco, David Wield e Marc Wuyts. O estudo feito pelo Centro

⁵ Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/sobre-iese/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

destinava-se a proporcionar ao Governo de Moçambique uma base para a definição de sua política na esfera das negociações internacionais sobre a questão rodesiana, Moçambique tinha então decidido fazer a aplicação integral das sanções preconizadas pelas Nações Unidas contra o regime rodesiano (Brito, 2011, p.4).

A segunda publicação coletiva do CEA subordinado ao tema “O Mineiro Moçambicano – Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra”, publicada em 1977, contou com a participação do grupo de investigação do CEA, constituído por membros e associados do Centro, que tinha como diretor do projeto que culminou com a redação da obra acima mencionada Ruth First, então Diretora de investigação do CEA, entre vários pesquisadores estrangeiros e nacionais, importa destacar a participação do pesquisador moçambicano Luís de Brito, no grupo de investigação de campo que originou o livro sobre o “Mineiro Moçambicano” que tratava “[...] de estudar o sistema de trabalho migratório para a África do Sul, não apenas do ponto de vista dos instrumentos legais da sua organização, mas igualmente nas suas dimensões económica e social, e as suas implicações para Moçambique, no contexto da Independência” (Brito, 2011, p.4).

Alguns pesquisadores do CEA estavam ligados à área de ensino, concretamente lecionaram na FLCS, na FE e na Faculdade de Direito da UEM. Esta cultura criou condições para a formação de novos pesquisadores, docentes e funcionários públicos moçambicanos, por meio da relação entre ensino e pesquisa. Assim sendo, importa referir que Carlos Nuno Castel-Branco e Antônio Francisco, pesquisadores e fundadores do IESE, foram estudantes de alguns pesquisadores do CEA na FE e participaram no curso ‘Estudos de Desenvolvimento’ do CEA, coordenado por Ruth First, entre 1979-1981. Vale destacar que os três pesquisadores fundadores (Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco e Antônio Francisco) do IESE lecionaram nas FE e FLCS da UEM, contudo, estes pesquisadores fundaram o IESE em 2007.

A UEM é a primeira e mais antiga universidade pública de Moçambique. Fundada no período colonial através do Decreto-Lei nº 44530, sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM). Em 1968, ascendeu à categoria de Universidade, tendo sido designada de Universidade de Lourenço Marques (ULM). Em 1975, foi renomeada como Universidade de Maputo (UP), e um ano depois da independência de Moçambique (25 de Junho de 1975), em 1976 foi designada de UEM em homenagem ao

nome do primeiro Presidente da Frelimo (1962-1969). Como Universidade pioneira, a UEM de 1975 a 1985 era a única universidade moçambicana, sendo depois criado o Instituto Superior Pedagógico (ISP), em 1985, sob a proposta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o objetivo de formar professores e pessoal da educação, renomeado como Universidade Pedagógica (UP) em 1995, ademais criou-se o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), em 1986, sob iniciativa do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), com o objetivo de formar diplomatas. No período pós-independência, entre 1975 e 1990, Moçambique contava com três IES, por conta do regime político estas eram públicas, assim como os centros de investigação também eram públicos. Com a Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990 o País adota o regime liberal e inaugura-se uma nova república, intitulada de República de Moçambique (RdM) em substituição da primeira República, denominada de República Popular de Moçambique (RPM), marcadamente socialista e com uma economia centralmente planificada e com a centralidade no Estado e na esfera política e econômica do País.

A partir de 1990, com a abertura da economia e das liberdades políticas, de expressão que se realizam as primeiras eleições multipartidárias independentes de Moçambique e em 1995 inicia-se a gestão do primeiro Governo democraticamente eleito e, neste âmbito, assiste-se a emergência de organizações político partidárias, IES privadas, instituições de investigação privadas e a expansão das IES públicas e privadas. Nesse momento, o País conta com 9 (nove) universidades públicas, 10 (dez) universidades privadas; 3 (três) academias superiores públicas; 4 (quatro) institutos superiores politécnicos públicos; 4 (quatro) institutos superiores públicos; 20 (vinte) institutos superiores privados; 2 (duas) escolas superiores públicas; 2 (duas) escolas superiores privadas, totalizando 54 (cinquenta e quatro) instituições de ensino superior públicas e privadas.

A UEM constitui parte integrante das unidades de evidência da presente pesquisa, a par do IESE. A UEM conta com um universo populacional de 48.306 (quarenta e oito mil e trezentos e seis) discentes, distribuídos pelas diversas faculdades e escolas da Universidade, sendo que o número de faculdades e escolas representa a magnitude e a grandeza desta Universidade pública moçambicana. Desse modo, a UEM conta com 17 (dezessete) faculdades e escolas; 18 (dezoito) centros de investigação; 204 (duzentos e quatro) cursos de graduação e pós-graduação. Os serviços administrativos são assegurados por 2.721 (dois mil,

setecentos e vinte e um) funcionários, as atividades de ensino, pesquisa e extensão estão a cargo de 1.682 (hum mil, seiscentos e oitenta e dois) docentes (Quadro 12).

Quadro 12: Estrutura organizacional e capital humano da UEM

Capital Humano		Estruturas de Ensino e Pesquisa	
Discentes	48.306	Faculdades e Escolas	17
Docentes	1.682	Cursos	204
Corpo técnico-administrativo	2.721		

Fonte: Elaborado a partir dos dados do *website* da UEM (2024)

Diante do exposto, a expansão das IES em Moçambique do período colonial, pós-independência e pós socialismo se confunde com a expansão das instituições de pesquisa. Contudo, vale ressaltar que a periodização da expansão do ensino superior e das instituições de pesquisa de Moçambique confirma os interesses políticos dos regimes colonial, pós-independência e pós socialismo, isto é, no período colonial o País contava apenas com 1 (uma) IES e 3 (três) instituições de pesquisa científica; no período pós-independência existiam 6 (seis) institutos de pesquisa (de 1975 a 1990), esta característica do período pós-independência pode ser associado às IES, porque como aludido acima, neste período existiam 3 (três) IES e a lógica de subordinação integrava instituições de pesquisa nas universidades e nos Ministérios governamentais.

O período pós socialismo, que se inicia a partir da Constituição de 1990, declara Moçambique como um Estado Liberal e, conseqüentemente, de economia de mercado que pressupõe a iniciativa privada, abrindo espaço para o surgimento de IES e de pesquisa privados, consolidado a expansão de ambas as tipologias de instituições. Nesse contexto, as instituições de pesquisa, tanto públicas quanto privadas, são concebidas e fomentadas por instituições públicas e privadas. O Quadro 13 ilustra o panorama atual dos institutos públicos de investigação e as respectivas tutelas.

Quadro 13: Institutos públicos de investigação e Ministérios de Tutela

Instituições de Investigação Científica Públicas		Siglas
I	Ministério da Saúde	MISAU
1	Instituto Nacional de Saúde	INS

Instituições de Investigação Científica Públicas		Siglas
II	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	MADER
2	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique	IIAM
3	Instituto do Algodão de Moçambique	IAM
III	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas	MIMAIP
4	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira	IIP
5	Instituto Oceanográfico de Moçambique	INOM
IV	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	MCTES
6	Instituto de Investigação em Águas	IIA
7	Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação	INTIC
8	Parque de Ciência e Tecnologia da Maluana	PCTM
9	Academia de Ciências de Moçambique	ACM
V	Conselho de Ministros (Governo de Moçambique)	CM/GM
10	Instituto Nacional de Estatística	INE
VI	Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC
11	Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação	INAHINA
12	Instituto Nacional de Meteorologia	INAM
VII	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	MINED
13	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação	INDE
VIII	Ministério da Cultura e Turismo	MICULTUR
14	Instituto de Investigação Sócio-Cultural	ARPAC
IX	Ministério da Indústria e Comércio	MIC
15	Instituto Nacional de Normalização e Qualidade	INNOQ
X	Ministério dos Combatentes	MICO
16	Instituto de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional	IPHLN

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2024).

O Quadro 13 representa o universo atual de institutos públicos de investigação tuteladas por instituições governamentais, assim sendo, dos 16 (dezesesseis) institutos

públicos de investigação mapeados nesta pesquisa, 1 (um), INS é tutelado pelo MISAU, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e técnico-científica. Por um lado, encontram-se 2 (dois) institutos, nomeadamente o IIAM e o IAM, tutelados pelo MADER, tendo estas autonomia administrativa e técnico-científica. Ademais, o MIMAIP tutela 2 (dois) institutos, quais sejam, o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP) e o INOM, também dotados de autonomia administrativa e técnico- científica. Por outro lado, destaca-se o MCTES que tutela 4 (quatro) institutos de pesquisa, nomeadamente, IIA, INTIC, PCTM e ACM. Consta neste quadro o INE tutelado pelo Conselho de Ministros (Governo de Moçambique) que, por sua vez, pode indicar um Ministério para a tutela administrativa do instituto. Por sua vez, destaca-se o MTC que tutela 2 (dois) institutos, quais sejam, INAHINA e INAM. Nesse diapasão, consta o MINED que tutela 1 (um) instituto, designado por INDE. Também segue, o MICULTUR que tutela 1 (um) instituto, com a designação de ARPAC. Destaca-se, ainda, o MIC com a tutela de apenas 1 (um) instituto, designado por INNOQ. Por fim, encontra-se o MICO, que também tutela 1 (um) instituto de pesquisa, nomeado como Instituto da IPHLLN. Importa destacar que os institutos públicos de investigação supracitados são dotados de autonomia administrativa, patrimonial, jurídica e técnico-científica.

Quadro 14: Centros de investigação públicos e instituições de tutela e subordinação

I	Ministério Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	MCTES
1	Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Comunitário	CITT
2	Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica	CIDE
3	Centro Nacional de Biotecnologia e Biociências	CNBB
II	Universidade Eduardo Mondlane	UEM
4	Centro de Estudos Africanos	CEA
5	Centro de Análise de Políticas	CAP
6	Centro de Coordenação dos Assuntos do Género	CECAGE
7	Centro de Biotecnologia	CB
8	Centro de Direitos Humanos	CDH
9	Centro de Estudos sobre o Direito da Integração Regional da SADC	CEDIR

10	Centro de Estudo Industriais Segurança e Ambiente	CEISA
11	Centro de Estudos em Engenharia	CEE
12	Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais	CEAGRE
13	Centro Regional de Excelência em Estudos de Engenharia e Tecnologia de Petróleo e Gás	CSOGET
III	Universidade Joaquim Chissano	UJC
14	Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais	CEEI
IV	Universidade Pedagógica de Maputo	UP-MAPUTO
15	Centro de Investigação Interdisciplinar e Extensão	CIIE
V	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	MJCR
16	Centro de Formação Jurídica e Judiciária	CFJJ
VI	Ministério da Saúde	MISAU
17	Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário	CRDS
VII	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique	IIAM
18	Centro Zonal Sul	CZS
19	Centro Zonal Centro	CZC
20	Centro de Experimentação Florestal	CEF
21	Centro de Liderança e Pesquisa do Arroz	CLPA
22	Centro Internacional da Batata Doce de polpa alaranjada	CIP
23	Centro de Investigação e Treino em Saúde de Chókwé	CITSC
24	Centro de Pesquisa de Águas Marinhas e Pescas	CEPAM
25	Centro Zonal Nordeste	CZN
26	Centro de Investigação Agrária de Mapupulo – Montepuez	CIAMM
VIII	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	MEDH
27	Centro de Estudos de Políticas Educativas	CEPE

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

A lógica de funcionamento e organização dos centros de investigação públicos não se difere da lógica da análise do Quadro 13, referente aos institutos de investigação públicos,

uma vez que são tutelados pelos Ministérios, dotados de autonomia científica, administrativa, patrimonial e financeira, ademais, os centros de investigação quando inseridos nos institutos de investigação públicos e universidades públicas, administrativamente se encontram também subordinados aos órgãos máximos das instituições de investigação e universidades. Diante do exposto, o MCTES tutela 3 (três) centros de investigação; o MJCR tutela somente 1 (um) centro; o MISAU tutela 1 (um) centro; e o MINED tutela igualmente 1 (um) centro de investigação. No que concerne às universidades públicas, destaca-se a UEM que congrega 10 (dez) centros de investigação, dotadas de autonomia, administrativa, científica, patrimonial, financeira e disciplinar, todavia os órgãos máximos de direção dos centros são designados pelo Reitor e subordinados funcionalmente aos órgãos máximos da universidade; por outro lado, se encontram a UJC e UP-Maputo com um centro de pesquisa cada, também dotadas de autonomia, mas com os órgãos máximos destes subordinados aos órgãos máximos das Universidades. Por último, o IIAM integra na sua estrutura organizacional 9 (nove) centros de investigação distribuídos pelo território nacional, com autonomia, mas subordinados funcionalmente o responsável máximo do Instituto de Investigação.

Quadro 15: Laboratórios de investigação públicos

Laboratórios de Investigação Públicos		Siglas
I	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	MOPHRH
1	Laboratório de Engenharia de Moçambique	LEM
II	Universidade Eduardo Mondlane	UEM
2	Laboratório de Biotecnologia	LB
III	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	MADER
3	Laboratórios de Sementes de Chókwè	LSC
4	Laboratório Veterinário	LV

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

A natureza dos laboratórios descritos no Quadro 15 se vincula às regras de tutela estabelecidas nas normas e regulamentos supracitados, por conta da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, disciplinar e regulamentar. Os laboratórios são dirigidos por um diretor-geral à semelhança dos institutos públicos de investigação e centros de investigação públicos. Os laboratórios supracitados são tutelados por Ministérios, com exceção do laboratório de Biotecnologia que está integrado à estrutura da UEM.

Quadro 16: Unidades de investigação públicos

Unidades de Investigação Públicos		Siglas
I	Universidade Eduardo Mondlane	UEM
1	Arquivo Histórico de Moçambique	AHM
2	Museu de História Natural	MHN
II	Ministério dos Recursos Minerais e Energia	MIREME
3	Museu Nacional de Geologia	MNG
III	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas	MIMAIP
4	Museu das Pescas	MP
IV	Ministério da Terra e Ambiente	MTA
5	Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental	AQUA
V	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique	IIAM
6	Posto Agronômico de Nhacoongo	PAN
7	Estação Zootécnica de Angónia	EZA
8	Estação Agrária de Sussundenga	EAS
9	Estação Agrária de Gúrué	EAG
10	Posto Agronômico de Ntengo Umodzi -Angónia	PANUA
VI	Instituto Nacional de Saúde	INS
11	Núcleo de Investigação Operacional de Pemba	NIOP

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2024).

As unidades de investigação são tuteladas e subordinadas a Ministérios, universidades e institutos públicos de investigação. Assim, a UEM enquanto IES congrega unidades de investigação capazes de responder aos desígnios estabelecidos no eixo de ensino e pesquisa desenvolvidos nos diversos centros de pesquisa, faculdades e escolas pertencentes a sua estrutura organizacional. As unidades adstritas à UEM são as seguintes: AHM e MHN, que apesar de ser parte da UEM, estão abertas aos públicos externos da Universidade. Os Ministérios governamentais integram na sua estrutura organizacional

unidades de investigação tuteladas, os Ministérios que tutelam unidades de investigação são: MIREME tutela o MNG; o MIMAIP tutela o Museu das Pescas e, por fim, o MTA tutela a AQUA. Por último, destacam-se 2 (dois) institutos tutelados por Ministérios que, por sua vez, congregam unidades de investigação a elas subordinadas, nomeadamente o IIAM que conta com 5 (cinco) unidades de investigação, representadas por: PAN, EZA, EAS, EAG e PANUA; INS possui somente uma unidade de investigação, nomeadamente o NIOP.

Quadro 17: Resumo das instituições de investigação públicas

N.	Descrição	Qtde.
1	Institutos de Investigação	16
2	Centros de Investigação	27
3	Laboratórios de Investigação	4
4	Unidades de Investigação	11
Total		58

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2024).

Em resumo, a configuração das instituições públicas de investigação científica de Moçambique atendem a seguinte estrutura: 16 (dezesesseis) institutos públicos de investigação; 27 (vinte e sete) centros de investigação; 4 (quatro) laboratórios de investigação; e 11 (onze) unidades de investigação. Esses institutos, centros, laboratórios e unidades de investigação são tuteladas e subordinados por Ministérios, universidades, institutos públicos de investigação, obedecendo uma lógica regulamentar inscrita nos regulamentos e normas de criação dessas instituições, garantido a prossecução dos objetivos estabelecidos pelas instituições de tutela e subordinação. Ademais, importa referir que a lógica tutelar e de subordinação varia de instituição, isto é, as instituições tuteladas e subordinadas às entidades acima mencionadas, têm autonomia científica, financeira, patrimonial, disciplinar e administrativa em relação aos processos de gestão das suas instituições.

Quadro 18: Institutos privados e não-governamentais de investigação

N.	Instituição	Siglas
----	-------------	--------

N.	Instituição	Siglas
1	Observatório do Meio Rural	OMR
2	Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança	CESAB
3	Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais	CEMO
4	Centro de Investigação em Saúde de Manhiça	CISM
5	Centro de Pesquisa do Chókwè	CPC
6	Centro Internacional Para Saúde Reprodutiva	ICRH
7	Instituto de Estudos Sociais e Económicos	IESE
8	<i>Mozambique Institute for Health Education and Research</i>	MIHER
9	<i>International Institute of Tropical Agriculture</i>	IITA
10	Conselho Internacional para a Investigação em Agro-silvicultura (ICRAF): Programa Regional da África Austral	ICRAF

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2024).

A configuração das instituições de investigação privadas (Quadro 18) de Moçambique atende à lógica de independência e inserção no estabelecimento de linhas de investigação ou temáticas de pesquisa. Assim sendo, a emergência de instituições de investigação privada em Moçambique se inicia a partir dos anos de 1990, com a Constituição democrática que encerra um período de centralização e planificação econômica alicerçada no socialismo vivido em Moçambique entre 1975 e 1990. A abertura da economia e do sistema político de Moçambique propiciou o surgimento de organizações privadas de natureza política, econômica, social e científica. Foi nesta senda, que surgiram instituições de investigação privadas. Contudo, as instituições de investigação privadas disputam recursos de instituições doadoras a par da dependência do Estado Moçambicano. Este cenário parece contribuir para as tensões político-intelectuais entre os institutos de investigação públicas e instituições de Investigação privadas, interessadas em questões de natureza científica.

As instituições de investigação científica privadas estabelecidas em Moçambique a partir dos anos de 1995 não denotam um crescimento quando comparadas ao número de instituições públicas de investigação. Todavia, no que concerne ao impacto da pesquisa das instituições públicas e privadas de investigação, pode-se inferir que as instituições de investigação privadas têm estado em evidência na produção científica relevante para a

compreensão dos problemas e fenômenos alinhados aos interesses de pesquisa dessas instituições.

A configuração das instituições de investigação privadas de Moçambique atendem à estrutura apresentada no Quadro 18, assim sendo, pode-se destacar a contribuição do IESE no campo de pesquisa das Ciências Sociais e Humanas, assim como o CISM no tocante a área de Saúde Pública, a par do INS, como instituições importantes na produção de conhecimento científico no contexto moçambicano e internacional. Não obstante, importa referir que as instituições de investigação públicas de Moçambique participam do processo de produção de conhecimento científico de qualidade nacional e internacional. Ambas as instituições são relevantes no quesito de formação de novos pesquisadores e produção de novo conhecimento. Moçambique conta com 10 (dez) instituições de investigação privada. Este número representa os dados mapeados nas instituições que tutelam a área de C&T de Moçambique.

5.2 TRAJETÓRIA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

A trajetória organizacional do IESE se enquadra nos interesses intelectuais de seus fundadores que, por sua vez, estabeleceram no IESE áreas de investigação que respondam aos desafios políticos, econômicos e sociais de Moçambique. Pesquisadores favoráveis a universidade pública, que apesar da ligação profissional com a UEM fundaram um instituto de pesquisa voltado às preocupações intelectuais causadas pela herança do CEA marxista de Aquino de Bragança e Ruth First, contudo, estes pesquisadores constituem-se como possuidores de capital intelectual puro e institucionalizado e, a partir dos grupos de pesquisa estabelecidos no IESE, nomeadamente: ‘Cidadania e Governança’; ‘Pobreza e Social e Economia e Desenvolvimento’ estabeleceram teorias, conceitos, métodos e modelos de análise das questões políticas, sociais e econômicas de Moçambique.

As áreas de investigação do IESE apesar de compreenderem temáticas diferentes e interesses de pesquisa de micro comunidades internas, se conectam através do eixo epistemológico de economia política gerada pela herança do CEA marxista de 1976-1986. Esta herança pode ser visualizada na organização e funcionamento da pesquisa do IESE. As áreas temáticas desenvolvidas no IESE (Quadro 19).

Quadro 19: Áreas de investigação do IESE

Áreas de Investigação	Ementa
Cidadania e Governação	Centra-se no estudo do processo de construção do Estado e da governação democrática. Os projetos de investigação promovidos no âmbito deste grupo tratam de questões relativas à participação eleitoral, à média e à cultura política dos partidos e dos cidadãos e à relação entre os cidadãos e seus representantes políticos, com destaque para os mecanismos de participação a nível local.
Economia e Desenvolvimento	Tem por enfoque o estudo da economia política, dos padrões de acumulação em Moçambique e da sua transformação. O grupo tem enfoque em três questões fundamentais e interligadas: (i) as dinâmicas de mobilização e alocação de recursos, olhando para o papel do Estado, política fiscal e de despesa pública, a expansão e dinâmicas das instituições financeiras, e as implicações e padrões macroeconómicos daqui emergentes; (ii) os padrões de produção, comércio e investimento emergentes, a sua relação com dinâmicas de acumulação primitiva e os desafios de diversificação e articulação da base produtiva; e (iii) dinâmicas, tendências e crises económicas regionais e internacionais e suas implicações para Moçambique.
Pobreza e Proteção Social	Inserir o estudo das condições de vida, pobreza e prosperidade no contexto dos mecanismos, iniciativas e ações de proteção social visando proporcionar uma segurança humana digna, reduzir, mitigar os fatores de vulnerabilidade e risco de carência e insegurança dos cidadãos. Os projetos de investigação promovidos no GDI-PPS abrangem diferentes mecanismos de proteção social, associados a sistemas amplos ou restritos, <i>ex-ante</i> ou <i>ex-post</i> , públicos e privados, incluindo sistemas financeiros (formais ou informais) contributivos e não contributivos ou de assistência social caritativa.
Moçambique no Mundo	Estuda as relações de Moçambique com o Mundo, particularmente com os países da África Austral e com as chamadas economias emergentes nomeadamente Brasil, Índia, Rússia e China (BRICS). Mais concretamente, são analisadas questões relacionadas com o impacto da expansão do capital sul-africano na África Austral pós-apartheid; dependência estrutural e histórica das economias regionais em relação à economia sul-africana; representação, cidadania e participação política na África Austral; características, impacto e implicações da presença dos BRICS em África.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *website* do IESE (2024).

As áreas de investigação do IESE possibilitam compreender o foco da pesquisa coletiva do IESE e estabelecer inferências lógicas em torno das temáticas mais representativas do devir dos pesquisadores seniores do IESE e sua relação com a formação de novos pesquisadores. As áreas de investigação do IESE são constituídas por pesquisadores seniores e seus antigos discentes com formação no nível de graduação na UEM e, posteriormente formados no exterior, em geral na França e Inglaterra. As micro comunidades se manifestam nas publicações inscritas na série ‘Desafios para Moçambique’ estabelecida pelo IESE em 2009, com a publicação do primeiro livro da série em 2010, em que se inserem as publicações de pesquisadores permanentes do IESE, pesquisadores

associados e pesquisadores nacionais e internacionais de instituições independentes. A série ‘Desafios para Moçambique’ está correlacionada às áreas de investigação do IESE.

5.3 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PESQUISADORES PERMANENTES DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS (2010-2023)

Apresenta-se a produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE (Apêndice A) na série ‘Desafios para Moçambique’, publicação mais importante do Instituto. Invocou-se o CEA marxista da UEM como tendo sido fundamental na formação intelectual dos três fundadores do IESE, nomeadamente Luís de Brito (investigador fundador do CEA em 1976), Carlos Nuno Castel-Branco e Antônio Francisco, antigos estudantes do curso de Desenvolvimento (1979-1981), coordenado por Ruth First (então Diretora de Investigação do CEA de 1977 a 1982, ano da sua morte, assassinada por bomba armada nos escritórios do CEA na UEM). Os fundamentos teórico-metodológicos do CEA foram mobilizados pelo IESE na formulação de programas de pesquisa que culminaram com a publicação de resultados de pesquisa na série em questão.

Importa referir que a série ‘Desafios para Moçambique’ conta com 13 (treze) números publicados, reunindo capítulos de pesquisadores nacionais e internacionais, mas para efeitos desta pesquisa destacaram-se apenas os capítulos escritos pelos pesquisadores permanentes do IESE no período de 2010 a 2023. Este período contou com entradas e saídas de pesquisadores no IESE, entretanto apesar de alguns pesquisadores terem saído do IESE para outras instituições nacionais e internacionais, considerou-se importante integrá-los na análise, por conta de suas contribuições para a consolidação da pesquisa em Ciências Sociais e Humanas impactante na esfera pública e intelectual moçambicana.

Parte dos trabalhos publicados na série ‘Desafios para Moçambique’ entre 2010 e 2023 compreende a síntese de vários projetos de pesquisa envolvendo os pesquisadores seniores do IESE e os pesquisadores juniores com a participação de pesquisadores associados, o que demonstra o caráter formativo do IESE, bem como a continuidade de alguns traços do CEA marxista no que tange a intervenção dos pesquisadores no debate de temas candentes de Moçambique contemporâneo.

O CEA durante os anos do seu auge, manteve uma revista científica que servia de veículo para a publicação de resultados de pesquisa de pesquisadores que desenvolvem pesquisa sobre Moçambique e sua relação com a África Austral, sendo que parte dos artigos

foram escritos por pesquisadores do CEA e associados. A revista do CEA intitulava-se ‘Estudos Moçambicanos’ e contava com publicações na língua portuguesa, entretanto, os dois primeiros números da revista foram publicados em Amsterdã, na língua inglesa, em 1980 e 1981, pela *Holland Committee on Southern Africa* em parceria com a Fundação Mondlane, com o título ‘*Mozambique Studies*’. A semelhança da revista do CEA à série ‘Desafios para Moçambique’ publicada pelo IESE se constitui no veículo mais importante de Moçambique no campo das Ciências Sociais e Humanas, bem como pode ser considerada como sendo uma continuidade do vazio deixado pela revista científica do CEA.

A série ‘Desafios para Moçambique’ do IESE conta com a editoração externa ao Instituto, liderada pelo Editor Nelson Saúte, experiente editor moçambicano que está associado a “Marimbique – Conteúdos e Publicações, Ltda.”, grupo editorial moçambicano. Não sendo um periódico ou livro com revisão de pares, o IESE adota mecanismos de avaliação tradicional, uma vez que os textos inseridos na série passam por análises de pesquisadores experientes nos assuntos abordados nos capítulos, e contam com a perícia do editor executivo do IESE, Nelson Saúte, editor com uma longa experiência em matéria de editoração de livros, jornais e revistas.

Contudo, apesar da garantia de qualidade oferecida pelos pesquisadores seniores associados ao IESE e a coordenação editorial, acredita-se que este veículo poderia migrar para o formato de um periódico científico, visto que alguns pesquisadores do IESE já participaram como editores de revistas internacionais sobre questões africanas, concretamente, o pesquisador Carlos Nuno Castel-Branco e Luís de Brito. Carlos Nuno Castel-Branco editou juntamente com Elisa Greco, um número especial da *Review of African Political Economy* sobre Moçambique, em 2022, e Luís de Brito editou a revista *Politique Africaine*, tendo escrito o editorial do número especial sobre Moçambique, em 2010. Além da experiência editorial dos pesquisadores do IESE em revistas de prestígio internacional sobre questões africanas, o IESE conta com vários parceiros internacionais, constituídas por universidades, centros de pesquisa e pesquisadores individuais que poderiam compor um conselho editorial da série ‘Desafios para Moçambique’ no formato de periódico científico *online* e físico. Esta migração para o formato de periódico poderia credibilizar ainda mais os conteúdos publicados na série. Os pesquisadores do IESE têm publicado artigos e capítulos de livros em veículos com revisão por pares internacionais, seja em periódicos científicos ou

livros organizados e publicados em editoras internacionais de prestígio, contudo, não constitui interesse desta pesquisa mapear essas publicações.

A série ‘Desafios para Moçambique’ está dividida em três partes, representando as áreas de pesquisa do IESE, nomeadamente: ‘Cidadania e Governação’; ‘Economia e Desenvolvimento’; ‘Pobreza e Proteção Social’; e ‘Moçambique no Mundo’. Essas áreas estão correlacionadas as seções estabelecidas na série ‘Desafios para Moçambique’, ademais, pode-se inferir que boa parte dos pesquisadores do IESE apesar de estarem vinculados a uma área de investigação, tem publicado seus resultados de pesquisa em duas ou mais seções da série, isto é, as pesquisas não se centram apenas em uma única área de investigação.

Vale ressaltar que a área de investigação ‘Cidadania e Governação’ está associada a Seção de ‘Política e Sociedade’, uma vez que os produtos dos pesquisadores associados a área de investigação podem ser encontrados tanto na Seção ‘Política’, quanto na Seção ‘Sociedade’; a área de investigação ‘Pobreza e Proteção Social’ está associada a Seção ‘Política, Sociedade e Economia’, por conta de os pesquisadores deste grupo publicarem seus resultados de pesquisa nessas seções da série; a área de investigação ‘Economia e Desenvolvimento’ está associada a Seção ‘Economia, Moçambique no Mundo e Sociedade’, uma vez que parte dos artigos publicados por pesquisadores vinculados a esta área estarem inseridos nessas seções da série. Por último, a área de investigação ‘Moçambique no Mundo’ está associada à mesma Seção ‘Moçambique no Mundo’, visto que os pesquisadores do IESE associados a esta temática publicam seus resultados de pesquisa nesta Seção.

A produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE ao longo dos anos 2009 a 2022 representa 122 (cento e vinte dois) capítulos de livros publicados na série ‘Desafios para Moçambique’ entre 2010 e 2022. Assim sendo, a Seção mais produtiva da série é a Seção ‘Economia’ com 57 (cinquenta e sete) capítulos de livros; seguida pela Seção ‘Política’ com 29 (vinte e nove) capítulos; a Seção ‘Sociedade’ com 21 (vinte e um) capítulos; e, por último, a Seção ‘Moçambique no Mundo’ com 15 (quinze) capítulos.

A distribuição de capítulos por seções propiciou verificar a área de investigação mais produtiva, entretanto, alguns achados encontrados na Seção ‘Economia’ da série ‘Desafios para Moçambique’ foi escrita por pesquisadores vinculados a área de investigação ‘Pobreza

e Proteção Social’, que concentra boa parte da produção intelectual da Seção ‘Sociedade’, mas que participa com alguns capítulos na Seção ‘Política e Economia’.

A Seção ‘Moçambique no Mundo’ na série ‘Desafios para Moçambique’ foi inscrita a partir de 2010, e conta com poucos capítulos inseridos, isto se deve ao fato de apenas dois pesquisadores do IESE publicarem seus resultados nas temáticas associadas à Seção, são estes Sérgio Chichava e Carlos Nuno Castel-Branco, membros da área de investigação ‘Cidadania e Governança’ e ‘Economia e Desenvolvimento’, respectivamente. Ademais, o IESE estabeleceu três áreas de investigação no início do seu funcionamento, assim, a área de investigação ‘Moçambique no Mundo’ estabelecida posteriormente conforme apresentado no *website* é constituída apenas por um pesquisador do IESE que tem realizado pesquisa em colaboração com pesquisadores internacionais. De acordo com Chichava (2019, p.321) “[...] a pesquisa sobre «Moçambique no Mundo» ficou enquadrada no grupo «Cidadania, Participação e Governança», com a perspectiva de futuramente se constituir em grupo de pesquisa autónomo”. Esta temática pode ser considerada continuidade do grupo de pesquisa da África Austral do CEA marxista, assim como representa interesses de pesquisa dos pesquisadores acima referenciados.

Existe uma correlação positiva entre as ementas das áreas de investigação do IESE e o produto do devir de seus pesquisadores publicado na série ‘Desafios para Moçambique’. E ao longo dos últimos anos tem se consolidado uma cultura epistêmica virada para questões candentes de Moçambique contemporâneo, por meio de pesquisas de campo em regiões propensas a conflitos no Norte de Moçambique, isso evidencia que o interesse do IESE é compreender a fundo as questões emergentes do País e ajudar na compreensão dos fenômenos a partir do compromisso com a verdade e ética na pesquisa científica, alicerçada na produção científica isenta e de qualidade.

A série ‘Desafios para Moçambique’ conta com publicações de pesquisadores nacionais e internacionais que têm participado nos eventos organizados pelo IESE, bem como pesquisadores parceiros do IESE em projetos de pesquisa desenvolvidos em Moçambique ou que contemplam Moçambique como parte de projetos de pesquisa maiores. A divulgação dos trabalhos publicados na série ‘Desafios para Moçambique’ tem sido apregoado pelo IESE como uma maneira de envolver os diversos públicos nos debates suscitados pelos resultados das pesquisa dos pesquisadores do IESE e associados,

estabelecendo conexões sobre a produção científica e disseminação nas universidades, organizações da sociedade civil, bibliotecas, e outros membros da sociedade moçambicana interessados na construção de uma cidadania participativa no processo de construção do Estado Moçambicano. A série 'Desafios para Moçambique' e outras publicações do IESE são disponibilizadas gratuitamente em formato digital no *website* do IESE propiciando o acesso aberto dos resultados das pesquisas realizadas, bem como os membros do IESE tem proferido palestras nas diversas províncias moçambicanas divulgando os resultados das pesquisas por meio da série 'Desafios para Moçambique'.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O presente capítulo compreende a análise e discussão dos dados coletados no campo, quais sejam, no IESE, realizou-se 3 (três) entrevistas, duas (2) com antigos diretores e uma (1) com o atual diretor. Por outro lado, na UEM, efetuou-se quatro (4) entrevistas, duas (2) com os coordenadores do curso de Economia e de Sociologia; duas (2) entrevistas com os chefes de departamento de Sociologia; e Administração Pública e Ciência Política.

Importa referir que na FLCS, concretamente no Departamento de Administração Pública e Ciência Política, no período da recolha de dados, não foi possível entrevistar os coordenadores do curso de Ciência Política e de Administração Pública, na altura, o chefe de Departamento de Administração Pública e Ciência Política respondia pelos cursos de Administração Pública e de Ciência Política. Este facto condicionou o acesso à informação referente aos cursos mencionados.

Vale mencionar que apesar de ter realizado a entrevista com o Chefe de Departamento de Administração Pública e Ciência Política, este não possibilitou o acesso a dados detalhados dos Cursos de Administração Pública e de Ciência Política, pelo fato de que suas atribuições e competências não estarem vinculadas à gestão dos referidos cursos de graduação, pois as atribuições e competências dos coordenadores de cursos de graduação vinculam-se a gestão científica e pedagógica dos cursos.

Quadro 20: Entrevistas realizadas no IESE, na FLCS e na FE/UEM

Número de Entrevistas	Entrevistado
Entrevista 1 (E1)	Atual Director do IESE
Entrevista 2 (E2)	Antigo Director do IESE
Entrevista 3 (E3)	Antigo Director do IESE
Entrevista 4 (E4)	Chefe de Departamento de Administração Pública e Ciência Política
Entrevista 5 (E5)	Chefe de Departamento de Sociologia
Entrevista 6 (E6)	Coordenador do Curso de Economia
Entrevista 7 (E7)	Coordenador do Curso de Sociologia

Fonte: Elaboração própria (2025).

No que concerne aos questionários, foram aplicados 5 (cinco) aos docentes dos cursos de Economia, Administração pública e Ciência Política, nomeadamente, 2 (dois) docentes do curso de Economia e 3 (três) docentes do curso de Administração Pública e Ciência Política. Ademais, os docentes do curso de Administração Pública e Ciência Política inquiridos lecionam em ambos os cursos.

Quadro 21: Questionários aplicados aos docentes dos Cursos de Economia, Administração Pública e Ciência Política da FE e da FLCS/UEM

Número de docentes	Cursos
Docente 1	Economia
Docente 2	Economia
Docente 3	Administração Pública Ciência Política
Docente 4	Administração Pública Ciência Política
Docente 5	Administração Pública Ciência Política

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ademais, foram aplicados 160 (cento e sessenta) questionários aos discentes dos Cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública e de Ciência Política da FLCS e FE, tendo sido distribuídos da seguinte maneira: 10 (dez) discentes por cada ano de frequência e por curso (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição dos discentes por ano cursado

Ano/Área de formação	Sociologia	Economia	Administração Pública	Ciência Política	Total
Primeiro Ano	10	10	10	10	40
Segundo Ano	10	10	10	10	40
Terceiro Ano	10	10	10	10	40
Quarto Ano	10	10	10	10	40
Total	40	40	40	40	160

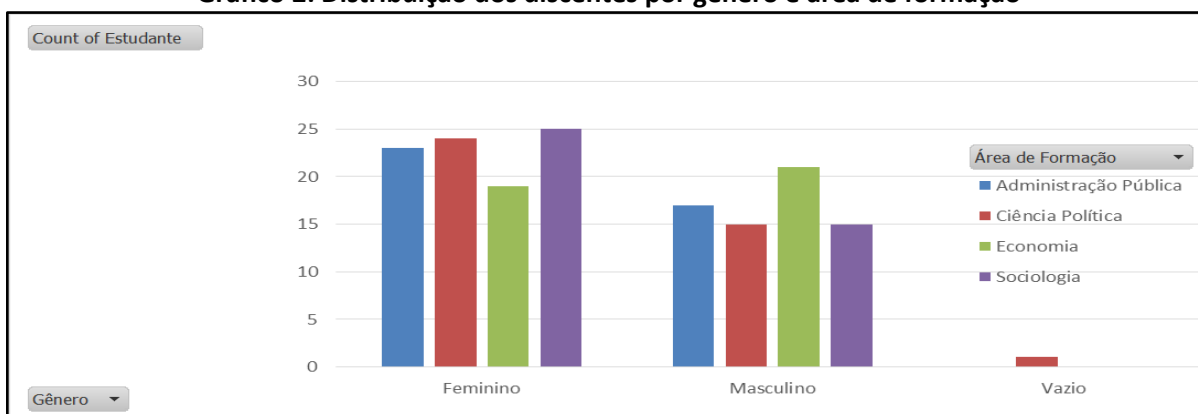
Fonte: Elaboração própria (2025).

A distribuição dos discentes por área de formação e gênero evidenciou que os cursos de Sociologia, Ciência Política e Administração Pública contam com maior número de discentes do gênero feminino, onde 25 (vinte e cinco) discentes de Sociologia são do gênero feminino e 15 (quinze) do gênero masculino; 24 (vinte e quatro) discentes do curso de Ciência Política são do gênero feminino e 15 (quinze) do gênero masculino, por conta de um discente do curso de Ciência Política não ter indicado o gênero; 23 (vinte e três) discentes do curso de Administração Pública são do gênero feminino e 17 (dezessete) do gênero masculino.

Em contrapartida, no curso de Economia, dos 40 (quarenta) discentes inquiridos, 21 (vinte e um) representam o gênero masculino e 19 (dezenove) o gênero feminino. Os dados gerais da representação do gênero feminino na generalidade dos cursos do gráfico abaixo é de 91 (noventa e um) contra 68 (sessenta e oito) discentes do gênero masculino, 1 (um) discente que não indicou seu gênero, totalizando 160 (cento e sessenta) discentes.

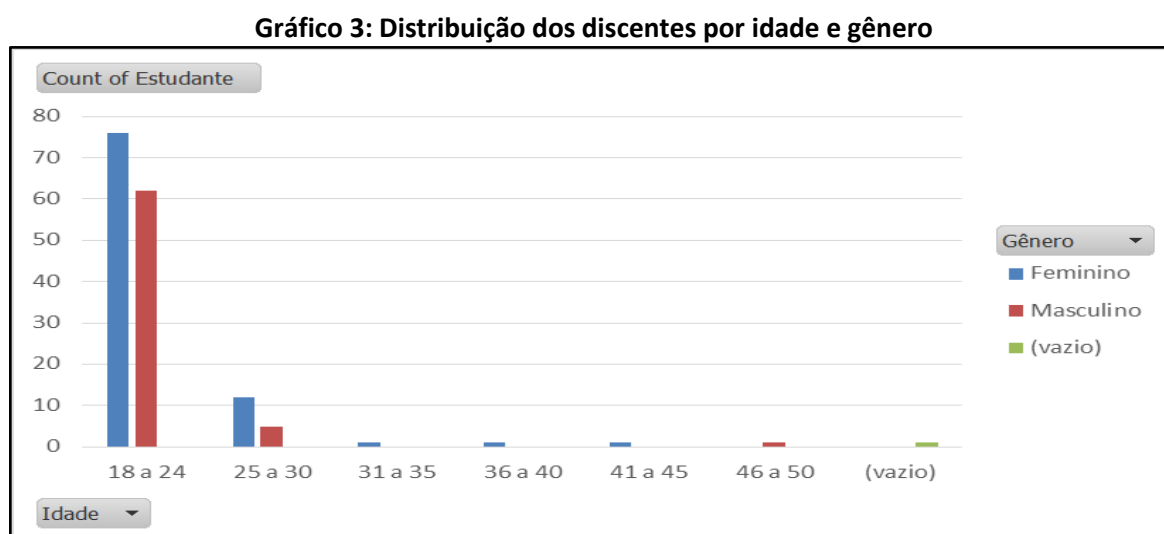
Estes dados apresentam o mesmo padrão nas estatísticas oficiais da UEM de 2022, onde os discentes do gênero feminino dos cursos de Sociologia, Administração Pública, Ciência Política e Economia apresentam números de novos ingressos maiores do que o gênero masculino, especificamente, Sociologia - 12 (doze) discentes do gênero masculino contra 37 (trinta e sete) discentes do gênero feminino; Administração Pública - 17 (dezessete) discentes do gênero masculino e 34 (trinta e quatro) do gênero feminino; Ciência Política - 16 (dezesseis) discentes do gênero masculino e 33 (trinta e três) do gênero feminino; e Economia - 25 (vinte e cinco) discentes do gênero masculino e 29 (vinte e nove) discentes do gênero feminino (UEM, 2023).

Gráfico 2: Distribuição dos discentes por gênero e área de formação



Fonte: Elaboração própria (2025).

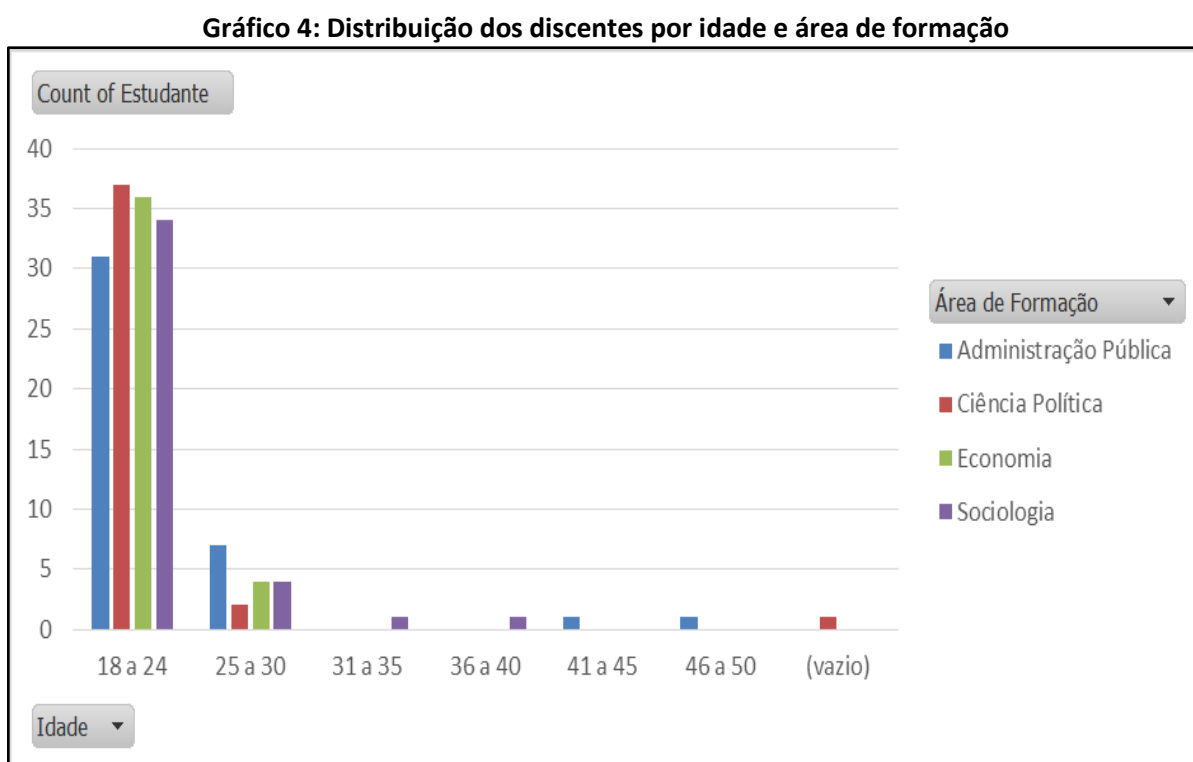
Como avançado acima, a amostra abrangeu 160 (cento e sessenta) discentes, dos quais, 91 (noventa e um) do gênero feminino e 68 (sessenta e oito) do gênero masculino, 1 (um) discente que não indicou seu gênero. O Gráfico 3, apresenta dados referentes ao gênero e faixa etária dos discentes dos cursos de graduação em Sociologia, Economia, Administração Pública, Ciência Política, inquiridos. A faixa etária dos 18 a 24 anos concentra o maior número de discentes inquiridos, sendo 76 (setenta e seis) do gênero feminino e 62 (sessenta e dois) do gênero masculino. A faixa etária dos 25 a 30 anos corresponde a 12 (doze) discentes do gênero feminino e 5 (cinco) discentes do gênero masculino. Por último, se encontra o menor número de inquiridos, distribuído nas faixas etárias de 36 a 40; 41 a 45; e 46 a 50, com 1 (um) discente por cada faixa etária, dentre estes, 3 (três) representam o gênero feminino, 1 (um) o gênero masculino, e 1 (um) não mencionou o gênero no âmbito do inquérito.



Fonte: Elaboração própria (2025).

A distribuição dos discentes por idade e área de formação corresponde a estrutura apresentada no gráfico anterior. Os dados do Gráfico 4 indicam a concentração de discentes das áreas de formação de Sociologia, Administração Pública, Ciência Política e Economia na faixa etária dos 18 a 24 anos. Sendo 37 (trinta e sete) discentes do curso de Ciência Política, 36 (trinta e seis) discentes do curso de Economia, 34 (trinta e quatro) discentes do curso de Sociologia, e 31 (trinta e um) do curso de Administração Pública. A representação apresentada na faixa etária anterior, o curso de Administração Pública apresenta o menor número de discentes, contudo, na faixa etária de 25 a 30 aparece com 7 (sete) discentes, ou

seja, 3 (três) a mais em relação aos cursos de Sociologia e Economia que apresentam 4 (quatro) discentes cada. Os dados apresentados neste gráfico apresentam regularidades com o gráfico anterior, uma vez que, tratam da faixa etária, apenas diferem em relação à área de formação e gênero. Por conseguinte, os dados 3 (três) gráficos apresentam o mesmo padrão ou estrutura, isto, decorre da relação que se estabeleceu entre gênero, faixa etária e área de formação.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os dados apresentados nesta seção correspondem aos sujeitos da pesquisa, nomeadamente, docentes, gestores do IESE, gestores da FLCS, gestor da FE, discentes da FE e FLCS e docentes da FE e FLCS da UEM. Os dados dos discentes demonstram uma tendência de o gênero feminino apresentar números relativamente maiores do que o gênero masculino. Estes dados corroboram com estatísticas governamentais e da UEM sobre a população discente matriculada nos cursos de Sociologia, Administração Pública, Ciência Política e Economia em 2022, discentes do gênero masculino representam 70 (setenta) e do gênero feminino são representados por uma população discente de 133 (cento e trinta e três) novos ingressos (UEM, 2023).

Entretanto, no quesito pesquisadores, gestores do IESE e coordenadores dos cursos de graduação entrevistados, todos são do gênero masculino. Este padrão parece compreender a estrutura de gestão do IESE e das Faculdades de Economia e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM.

6.1 RESGATE HISTÓRICO DO CURSO DE SOCIOLOGIA DA FLCS/UEM

O currículo de graduação em Sociologia (CGS) da FLCS, do Departamento de Sociologia da UEM foi aprovado no ano de 2013. O Curso de Sociologia iniciou em 1995, com a criação da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), cuja duração era de três anos, que compreendia o nível de bacharelato em Ciências Sociais, que dava acesso a Licenciatura, iniciada no ano de 2000, com a duração de dois anos letivos.

A UFICS foi desenhada no intuito de promover a investigação científica iniciada no CEA da UEM. Importa realçar que o espírito de pesquisa desenvolvido no CEA da UEM não encontrou amparo na UFICS, por essa razão parte dos antigos docentes testemunham que o “I” referente ao termo ‘investigação’ não cumpriu seu papel na Unidade criada em 1995, por conta da dificuldade de mobilização de recursos para a pesquisa e conflitos internos na UEM⁶.

Anos mais tarde, houve transformações institucionais na UEM, a partir de uma visão estratégica, em que a UFICS passou a ser designada por FLCS, em 2004 (fruto da unificação com a Faculdade de Letras). As transformações ocorridas na UEM em 2006, proporcionaram a revisão curricular, resultante da reformulação dos currículos de Bacharelato e de Licenciatura, no intuito de harmonizar com os demais cursos da FLCS, bem como, adequar os currículos na reforma curricular em curso na UEM, de modo que, os cursos de Licenciatura tivessem a duração de 4 (quatro) anos, isto levou a eliminação do Bacharelato.

Em 2009, o Departamento de Sociologia, Direção Pedagógica, Faculdades e demais setores da UEM iniciam o processo de harmonização e integração regional. Nesta perspectiva, o Departamento de Sociologia, entendeu ser oportuno rever o currículo de Sociologia como mais uma oportunidade para melhorar a qualificação dos seus graduandos e, também, como um estímulo às novas formas de cooperação científica-profissional ao nível nacional e internacional. Desta forma, o currículo estruturou-se com uma formação inicial de 3(três) anos e, posteriormente, deveria ser seguido de

⁶ Siteo; Brito. Conferência: Legado da UFICS: Ciências Sociais e Desenvolvimento em Moçambique, 2025.

duas (2) formações de pós-graduação; o mestrado, com duração de dois (2) anos e doutoramento, de três (3) anos (CGS, 2013, p.3).

As reformas ocorridas neste período visavam ajustar os currículos de Licenciatura da UEM, com vista a atender as tendências verificadas no contexto do ensino superior na Região Austral da África e, sendo assim, era oportuno harmonizar os currículos de Licenciatura da UEM. Este período coincide com a realização das IV Eleições Democráticas em Moçambique, em 2009, bem como a entrada em vigor da Lei nº 27/2009, de 29 de setembro, Lei do Ensino Superior, revogada pela Lei nº 23/2023, de 17 de março. A reforma do subsistema do Ensino Superior em Moçambique, por meio da revisão da Lei do Ensino Superior, constitui um esforço de harmonização e adequação do sistema de graus académicos a luz do modelo da União Europeia, como assinala (Taimo, 2010), que proporcionou estabelecer três ciclos de formação e duração dos ciclos de Licenciatura (3 a 4 anos); Mestrado (1.5 a 2 anos); e Doutorado (3 anos). A duração dos cursos de licenciatura, mestrado e doutorado adotados pela Lei de Ensino Superior de Moçambique de 2009, procurava estabelecer princípios e normas inspiradas na chamada “Declaração de Bolonha” (1999), instaurado na União Europeia, no intuito de harmonizar o subsistema de ensino superior com a Região Austral da África e, sobretudo com a União Europeia, por meio da adoção de preceitos estabelecidos na “Declaração de Bolonha”.

A Declaração de Bolonha pressupunha a criação de um Espaço Europeu de Educação Superior, através dos seguintes instrumentos e objetiva:

1. Adoção de um sistema comparável de titulações e graus que facilite o reconhecimento académico e profissional nos distintos países membros; 2. Adoção de um sistema baseado em dois ciclos (com alguma flexibilidade, 3 anos para o Bacharelado, equivalente a 180 créditos, e 2 para o Mestrado, com 120 créditos); 3. Estabelecimento de um sistema comum de créditos (*ECTS-European Credit Transfer System*), que permita flexibilidade, transparência, transferência, comparabilidade internacional e acumulação; 4. Promoção de mobilidade de professores, pesquisadores, estudantes e pessoal administrativo; 5. Promoção de cooperação para assegurar a qualidade; e 6. Promoção de desenvolvimento curricular comparável (Sobrinho, 2008, p. 118).

Em 2009, com a implementação do modelo de duração de 3 (três) anos, a UEM procedeu a auscultação da sua comunidade académica, com o propósito de avaliar a qualidade do currículo ora implementado. Neste contexto, o Departamento de Sociologia iniciou um amplo debate interno sobre ajustamento curricular, envolvendo docentes e estudantes. Sendo que, os estudantes entendiam que o currículo de 3 (três) era satisfatório,

entretanto, carecia de alinhamento de conteúdos programáticos, com intuito de promover-se o aprofundamento de algumas matérias, relacionadas com a metodologia de investigação e teorias sociológicas.

Por outro lado, os docentes do Departamento, sugeriram que o currículo de 3 (três) anos fosse acrescido mais 1 (um) ano letivo. Ademais, como forma de colmatar lacunas, que tinham sido notadas na formação dos estudantes, com destaque ao frágil conhecimento acerca de métodos e técnicas de pesquisa de campo, dificuldades na redação de textos acadêmicos, bem como a necessidade de entrosamento entre teoria e prática (CGS, 2013).

No contexto do debate havido no Departamento de Sociologia, evidencia-se que, tanto estudantes, assim como docentes, corroboram a ideia segundo a qual, a duração do curso de Licenciatura em Sociologia, de 3 (três) anos, deveria ser acrescido mais 1 (um) ano, bem como reforçar a componente de metodologia de investigação e correlacionar os conteúdos teóricos com a prática de pesquisa social, no campo, assim como reforçar a componente do estudo independente, dando primazia ao estudante, enquanto o centro do ensino, pesquisa e extensão universitária. Com isso, com base na construção colaborativa do currículo de Sociologia de 2013, pretendia proporcionar que [...] os estudantes teriam uma maior oportunidade de aprofundar aspectos relevantes do campo da Sociologia como são os casos de metodologias de investigação, teorias, e articulação entre teoria e prática quer em seminários de pesquisa quer em trabalhos práticos de investigação (CGS, 2013, p. 4, *grifos do autor*).

Ademais, constituem objetivos do curso de graduação em Sociologia: desenvolver competências para o campo profissional, auxiliando o estudante no prosseguimento de estudos avançados, ao nível de pós-graduação (CGS, 2013).

Importam destacar a relevância do curso de graduação em Sociologia, mediante os seguintes elementos, elencados no (CGS, 2013, p. 5):

1. Permite a compreensão sistêmica da vida em sociedade à luz da aplicação de instrumentos teóricos e metodológicos, específicos do campo de ensino. É crucial uma consciência crítica que possibilite a criação, análise e avaliação ao nível micro e macrosocial sobre os fenômenos sociais.
2. No que se refere à realidade moçambicana, destacam-se fenômenos sociais marcados pela precariedade social, nomeadamente, as desigualdades sociais; pobreza; criminalidade; prostituição; violências; discriminação na base da religião e filiação partidária; desemprego;

propagação de bonecas endêmicas como o HIV e Sida, a malária, entre outros.

3. Visa formar sociólogos que tenham um acervo de conhecimentos sociológicos e espírito de investigação e sua aplicação na reflexão da realidade em Moçambique e no contexto internacional, em particular as regiões da África Austral e Subsaariana. [...] o curso pode proporcionar aos graduados uma capacidade de análise comparativa acerca dos fenômenos sociais num contexto regional, que é marcado não somente pelos problemas sociais, mas também por grandes transformações, instabilidade política, migrações, conflitos étnicos, entre outros.
4. Os graduados em Sociologia poderão observar o mundo social a partir de uma ampla diversidade de perspectivas culturais, ajudando, por conseguinte, a dissipar os preconceitos criados uns grupos relativamente aos outros. O curso de Sociologia é relevante no sentido de proporcionar aos graduados uma apurada cultura académica que os habilite a uma inserção crítica na sociedade e na vida profissional.

Os pontos apresentados como relevantes na formação dos graduados em Sociologia estão dependentes da operacionalização da filosofia da formação em Sociologia. Assim sendo, o modelo curricular proposto enfatiza a aprendizagem significativa, com base nos seguintes pilares: (i) conhecimento científico; (ii) componente afetivo emocional; (iii) habilidades; (iv) atitudes e valores. A didática de ensino superior deve adoptar métodos de ensino centrado no estudante, de modo, a possibilitar que o estudante seja capaz de continuar por si próprio o processo de aprendizagem, em função dos seus interesses, ou de necessidades específicas do seu trabalho ao longo e após a formação.

No processo de ensino e aprendizagem o subsistema de ensino superior, deve permitir que: (i) o corpo docente potenciar a tranquilidade emocional dos estudantes; (ii) gere um estado de confiança dos estudantes através da motivação, estímulo e predisposição em expressar livremente suas ideias; (iii) pretende-se que os estudantes desenvolvam competências de aprender a aprender, de modo a construir conhecimento com eficácia e criatividade; (iv) proporcionar a apropriação do saber aos estudantes, por meio de atividades de leitura, debates e, participação em programas de pesquisa; (v) a adopção de um modelo democrático como forma de potencializar as habilidades comunicativas e sociais dos estudantes (CGS, 2013).

As estratégias de ensino adotadas no Curso de Graduação em Sociologia da FLCS, no âmbito do (CGS, 2013), se materializam a partir de: (i) trabalho independente - o estudante tem a possibilidade de identificar literatura relevante para as diferentes disciplinas, ler e discutir em grupo; (ii) aulas magistrais - estas aulas são oferecidas pelos docentes das

respectivas disciplinas e convidados, provenientes do mundo acadêmico, político econômico e sociedade civil, em geral; (iii) aulas práticas - são destinadas a discussão individual e em grupo de temas das aulas magistrais, e realização de exercícios de aplicação; (iv) seminários de orientação - visa reforçar ações de iniciação científica dos estudantes a investigação desenvolvidas nas diferentes disciplinas e nos anos anteriores, bem como a elaboração de projetos de pesquisa para o TCC (CGS, 2013).

Ademais, a forma de avaliação estabelecida no currículo de graduação em Sociologia consiste: na participação dos estudantes nas aulas; trabalho de ensaio; testes escritos individuais; avaliação do estudante pelos seus colegas; apresentações e discussões em grupo; relatório de investigação; exames escritos individuais; e trabalho de fim de curso. As formas de avaliação estabelecidas pretendem testar as seguintes capacidades do estudante: identificar literatura relevante para cada cadeira e usá-la de forma crítica; desenvolver raciocínio lógico e claro, com base na literatura e experiência prática; apresentar e desenvolver coerentemente ideias e argumentos; e analisar situações concretas com base em teorias e conceitos discutidos nas diferentes disciplinas (CGS, 2013, p. 12).

A estrutura curricular do Curso de Sociologia apresenta a seguinte distribuição das disciplinas nos três (3) grupos, a saber: 1. Disciplinas básicas ou nucleares, em número de 21 (vinte e um) disciplinas; 2. Disciplinas complementares, em número de 16 (dezesseis) disciplinas, entre Sociologia Especializada, Aplicada e outras Ciências; 3. Disciplinas opcionais de escolha do estudante, dentre 4 (quatro) disciplinas oferecidas por outros cursos.

A matriz curricular do primeiro ano do Curso de Sociologia da FLCS (Quadro 22), contempla 10 (dez) disciplinas, distribuídas por 5 (cinco) disciplinas no primeiro semestre, e 5 (cinco) disciplinas no segundo semestre. Das disciplinas oferecidas no primeiro semestre, 8 (oito) são consideradas pelo CGS (2013) como sendo disciplinas nucleares, nomeadamente: Introdução às Ciências Sociais; Moçambique Contemporâneo; Estatística para as Ciências Sociais I; Técnicas de Redação Acadêmica; Introdução à Sociologia; Fundamentos de Sociologia; Metodologia de Investigação em Sociologia; e Estatística para as Ciências Sociais II. As disciplinas do primeiro ano do curso de Sociologia congregam 2 (duas) disciplinas de outras ciências com as quais estabelece relações de natureza interdisciplinares, quais sejam, Introdução à Antropologia e Psicologia Social.

Quadro 22: Matriz curricular do primeiro ano do Curso de Sociologia

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
I	I	Introdução às Ciências Sociais	I	II	Fundamentos de Sociologia
I	I	Moçambique Contemporâneo	I	II	Metodologia de Investigação em Sociologia
I	I	Estatística para as Ciências Sociais I	I	II	Estatística para as Ciências Sociais II
I	I	Técnicas de Redação Acadêmica	I	II	Introdução à Antropologia
I	I	Introdução à Sociologia	I	II	Psicologia Social

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

O critério de definição de grupos de disciplina estabelecido no CGS (2013) atendeu os anseios apresentados na auscultação feita aos docentes e estudantes de Sociologia, entre 2011 e 2012, enquadrados no espectro das reformas curriculares para graduação em curso na UEM. Em 2011, boa parte dos cursos de graduação da UEM, tinham duração de 3 anos. Esta estrutura gerou obstáculos pedagógicos e epistemológicos no seio da comunidade acadêmica, razão pela qual gestores, docentes, discentes e pesquisadores corroboraram com a necessidade de revisão curricular e acréscimo de mais 1 (um) ano letivo.

Na auscultação feita aos docentes e discentes do Curso de Sociologia havia convergência entre 2 (dois) grupos, por um lado, os discentes propunham a necessidade de aprofundamento de conteúdos programáticos relacionados a metodologia de investigação e teorias sociológicas e, por outro lado, os docentes destacavam o frágil conhecimento de métodos e técnicas de pesquisa de campo, bem como a dificuldade de redação de textos acadêmicos e a articulação da teoria e prática por parte dos discentes.

O Quadro 23 apresenta 4 (quatro) disciplinas nucleares, nomeadamente: Teorias Sociológicas Clássicas; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Teorias Sociológicas Clássicas II; e Análise de Dados. As disciplinas complementares instituídas pelo CGS (2013) estão subdivididas em três blocos, a saber: Bloco I - Sociologia Especializada; Bloco II - Sociologia Aplicada; e Bloco III - Outras Ciências.

Assim, as disciplinas complementares inseridas no segundo ano de Sociologia compreendem 4 disciplinas do Bloco I, Sociologia Especializada I, II, III, e IV; e 1 (uma) disciplina do Bloco II, denominada de História do Pensamento Africano.

Quadro 23: Matriz curricular do segundo ano do Curso de Sociologia

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
2	III	Teorias Sociológicas Clássicas I	2	IV	Teorias Sociológicas Clássicas II
2	III	Métodos e Técnicas de Pesquisa	2	IV	Análise de Dados
2	III	Sociologia Especializada I	2	IV	Sociologia Especializada IV
2	III	Sociologia Especializada II	2	IV	História do Pensamento Africano
2	III	Sociologia Especializada III	2	IV	Sociologia Aplicada I

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

Importa referir que as disciplinas do Bloco I - Sociologia Especializada, contemplam as seguintes disciplinas: Sociologia das Desigualdades e Estratificação Social; Sociologia do Desenvolvimento; Sociologia dos Processos Indenitários; Sociologia Rural; Sociologia Política; Sociologia do Ambiente; Sociologia Econômica; Sociologia das Organizações; Sociologia Urbana; Sociologia da Família; Sociologia da Infância e da Juventude; Sociologia do Crime; Sociologia do Trabalho; Sociologia da Cultura; Sociologia do Direito; Sociologia da Religião; Sociologia da Literatura; Sociologia das Prisões; Sociologia da Saúde; e Sociologia da Comunicação.

Sendo 20 (vinte) disciplinas inseridas no Bloco I, compreende-se que os critérios de programação das disciplinas especializadas dependem de a capacidade do Departamento de Sociologia mobilizar docentes do Curso e de outras Faculdades, bem como de destacados especialistas para lecionarem o conjunto de disciplinas referentes às subáreas da Sociologia elencados no Bloco I. O Quadro 24 apresenta 4 (quatro) disciplinas nucleares do curso, nomeadamente: Teorias Sociológicas Contemporâneas I; Seminário de pesquisa I; Teorias Sociológicas Contemporâneas II; Seminário de pesquisa II; e 4 (quatro) disciplinas complementares do Bloco I, Sociologia Especializada 5,6,7 e 8 . Por último, seguem-se 2 (duas) disciplinas do Bloco II - Sociologia Aplicada 2 e 3.

Quadro 24: Matriz curricular do terceiro ano do Curso de Sociologia

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
3	V	Teorias Sociológicas Contemporâneas I	3	VI	Teorias Sociológicas Contemporâneas II
3	V	Seminário de pesquisa I	3	VI	Seminário de pesquisa II

3	V	Sociologia Especializada 5	3	VI	Sociologia Especializada 7
3	V	Sociologia Especializada 6	3	VI	Sociologia Especializada 8
3	V	Sociologia Aplicada 2	3	VI	Sociologia Aplicada 3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

A distribuição de disciplinas nucleares, complementares, do Bloco I, II e III parece atender a uma estrutura piramidal, em que a base é constituída majoritariamente por disciplinas nucleares, a parte intermediária, por disciplinas do Bloco I - Sociologia Especializada e o topo por uma mescla de disciplinas nucleares e complementares. As disciplinas do Bloco II - Sociologia Aplicada são as seguintes: Planejamento, Gestão e Avaliação de Projetos; Políticas Públicas e Equidade Social; Desenvolvimento Comunitário; Mulher e Empoderamento; Política Social; Planejamento Urbano Participativo; Gênero e Direitos Humanos; Demografia; Conflito, Violência e Paz; e Uma Abordagem Sociológica.

O perfil de disciplinas do Bloco II - Sociologia Aplicada parece corresponder aos interesses de pesquisa e de aplicação prática em projetos de consultoria do Departamento de Sociologia como um todo e em particular dos docentes do departamento. Esta constatação pode ser evidenciada a partir da produção científica dos docentes do Departamento de Sociologia, os projetos de consultoria em que estes participam, bem como nas instituições de pesquisa e de consultoria em que prestam serviços.

Quadro 25: Matriz curricular do quarto ano do Curso de Sociologia

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
4	VII	Seminário de orientação	4	VIII	Sociologia Especializada 10
4	VII	Sociologia Especializada 9	4	VIII	Sociologia do Conhecimento
4	VII	Tendências Sociológicas Atuais	4	VIII	Trabalho de Fim de Curso
4	VII	Laboratório Sociológico	4	VIII	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

As disciplinas do Quadro 25 representam o topo da pirâmide de formação em Sociologia. O Seminário de Orientação; Sociologia do Conhecimento, Tendências Sociológicas Atuais; Laboratório Sociológico; e Trabalho de Fim de Curso correspondem a dimensão epistemológica da Sociologia, propiciando a articulação entre a teoria do conhecimento

sociológico, as relações interdisciplinares, transdisciplinares, multidisciplinares, pluridisciplinares, disciplinares; com a prática sociológica e a produção de conhecimento em Sociologia, fundamentada por conceitos, teorias, métodos, experiência e funcionalismo. A constituição de uma disciplina científica atende aos critérios e acordos de grupos ou comunidades de acadêmicos e pesquisadores. As disciplinas de Sociologia Especializada, enquadradas no segundo do quarto ano do curso de Sociologia, demonstram o carácter transdisciplinar da Sociologia.

O Bloco III - Outras Ciências, em que constam disciplinas de outras áreas do conhecimento, tais como: Introdução à Antropologia; Introdução à Ciência Política; Introdução à Administração Pública; Introdução à Economia; Psicologia Social; Demografia; Moçambique Contemporâneo; e História do Pensamento Africano, sentenciam o carácter interdisciplinar genuíno da Sociologia com outras disciplinas científicas, e sua inserção nas Ciências Sociais e Humanas. As disciplinas nucleares evidenciam o carácter disciplinar da Sociologia e multidisciplinar; e as disciplinas do Bloco II evidenciam as características multidisciplinares da Sociologia. O programa curricular do Curso de Graduação em Sociologia é eclético e congregador de relações interdisciplinares, transdisciplinares, pluridisciplinares e multidisciplinares.

6.1.1 Análise dos questionários aplicados aos discentes de Sociologia da FLCS/UEM

O projeto pedagógico do Curso de Sociologia traduz a relevância, os objetivos, o perfil do graduado, filosofia de formação, a estrutura e duração do curso, o conteúdo e planos de estudos do curso; bem como as referências bibliográficas que a par das estratégias de ensino, e formas de avaliação, possibilitam a formação teórica e prática dos graduados, consolidando a identidade acadêmica, por meio do desenho do perfil profissional e ocupacional do graduado em Sociologia.

O número total 243 (duzentas e quarenta e três) é de referências, correspondente a 200 (duzentas) referências bibliográficas internacionais, ou seja, de outros países, com maior ênfase na Europa e América do Norte; referências do continente africano inseridas nos planos temáticos das disciplinas do Curso são 11 (onze); e 32 (trinta e duas) são referências bibliográficas de Moçambique, escritos por moçambicanos ou escritos sobre Moçambique;

por último, o projeto pedagógico do Curso de Sociologia não contempla nenhuma referência bibliográfica produzida e disseminada pelo IESE (Quadro 26).

Quadro 26: Número de referências presentes nos projetos pedagógicos dos Cursos de Sociologia

Curso	Disciplinas	Internacional	África	Nacional	IESE	Total
Sociologia	41	200	11	32	0	243

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como indica o Quadro 26, a literatura internacional de Sociologia ganha mais destaque no projeto pedagógico do curso de graduação, em detrimento da literatura produzida em Moçambique, ou sobre Moçambique, assim como, a literatura produzida na Região Austral da África. Esta representação por meio das referências bibliográficas presentes nos projetos pedagógicos, pode estar associada à tradição intelectual dos docentes dos cursos, assim como pela pertinência da literatura internacional para a construção do perfil do graduado em Sociologia. Sendo a Sociologia uma disciplina com raízes ocidentais, é difícil não contemplar literatura de clássicos e contemporâneos da disciplina de Sociologia.

Contudo, apesar da hegemonia de teóricos do ocidente ou da diáspora moçambicana e africana, sendo o conhecimento socialmente construído, seriam viáveis que as referências bibliográficas nacionais e africanas fossem contempladas nos planos temáticos das disciplinas, principalmente disciplinas que estão associadas ao campo de pesquisa e de especialização dos docentes dos cursos e de instituições de pesquisa nacionais. Ademais, é importante conhecer a literatura fundadora e pertinente de uma disciplina, mas também se faz necessário conhecer a literatura secundária que se utiliza de teóricos internacionais para responder aos problemas da sociedade moçambicana.

A escolha dos sujeitos da pesquisa tem como fundamento o fato de o Curso de Sociologia ser fruto da UFICS, a primeira unidade de formação em Ciências Sociais de Moçambique pós-independência e, por conseguinte, estar alinhado aos interesses de pesquisa do IESE. Como instituição de pesquisa na área das Ciências Sociais e Humanas, o IESE tem como objetivo “[...] produzir conhecimento e capacidade intelectual e alimentar o debate público sobre questões do desenvolvimento económico, social e político de Moçambique” (IESE, *Website*, 2025). A operacionalização do objetivo do IESE é viabilizada pelas áreas de investigação, que congregam pesquisadores permanentes e associados

reunidos em projetos de pesquisa, liderados por pesquisadores seniores que, por sua vez, ditam regras metodológicas, teóricas e conceituais que são absorvidas por jovens pesquisadores.

Igualmente, importa destacar que o Curso de Sociologia foi contemplado nesta pesquisa como unidade de controle, uma vez que a lógica da pesquisa estabeleceu como critério de seleção de unidades de pesquisa, a existência de docentes dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Humanas com vínculo empregatício no IESE. Assim sendo, analisar o Curso de Sociologia possibilita produzir dados capazes de validar a lógica de escolha de unidades de recolha de dados, bem como propicia a verificação das hipóteses, objetivos e a tese defendida nesta tese. Produzir dados ancorados aos ditames históricos-intelectuais pode enviesar a análise e influenciar as conclusões, por isso constitui prioridade nesta pesquisa, a diversificação de fontes de informação e de sujeitos de pesquisa.

O grupo social constituído por discentes do Curso de Sociologia corresponde a amostra estabelecida nos outros cursos analisados na presente pesquisa, 10 (dez) por ano de frequência, totalizando 40 (quarenta) discentes inquiridos. O Curso de Sociologia não possui nenhum docente com vínculo empregatício com o IESE, por isso, as perguntas referentes às disciplinas que os discentes do curso frequentaram no semestre anterior, a forma como os docentes compartilham informação científica obrigatória da disciplina, as fontes de informação usadas frequentemente na disciplina e se a biblioteca da Universidade contempla conteúdos informacionais referentes a bibliografia produzida e disseminada pelo IESE, não foi respondida pela maioria dos discentes.

Entretanto, sendo um Curso que representa o escopo de interesse teórico, metodológico e conceitual dos pesquisadores do IESE, no processo de produção de conhecimento, procurou-se a medida do possível interagir com os discentes sobre disciplinas que utilizavam bibliografia gerada e disseminada pelo IESE.

Nesse sentido, para constar da análise dos dados produzidos pelos inquéritos aplicados aos estudantes do Curso de Sociologia, e quando apresentada a questão referente às disciplinas frequentadas pelos discentes no semestre anterior, ministradas por docentes com vínculo empregatício no IESE, boa parte dos discentes não indicou nenhuma disciplina, entretanto, como estratégia de mapeamento do acesso e uso da informação científica gerada e disseminada pelo IESE, procurou-se perceber se os discentes, apesar de não terem

como docentes pesquisadores do IESE, teriam algum contato com a literatura gerada e disseminada pelo IESE.

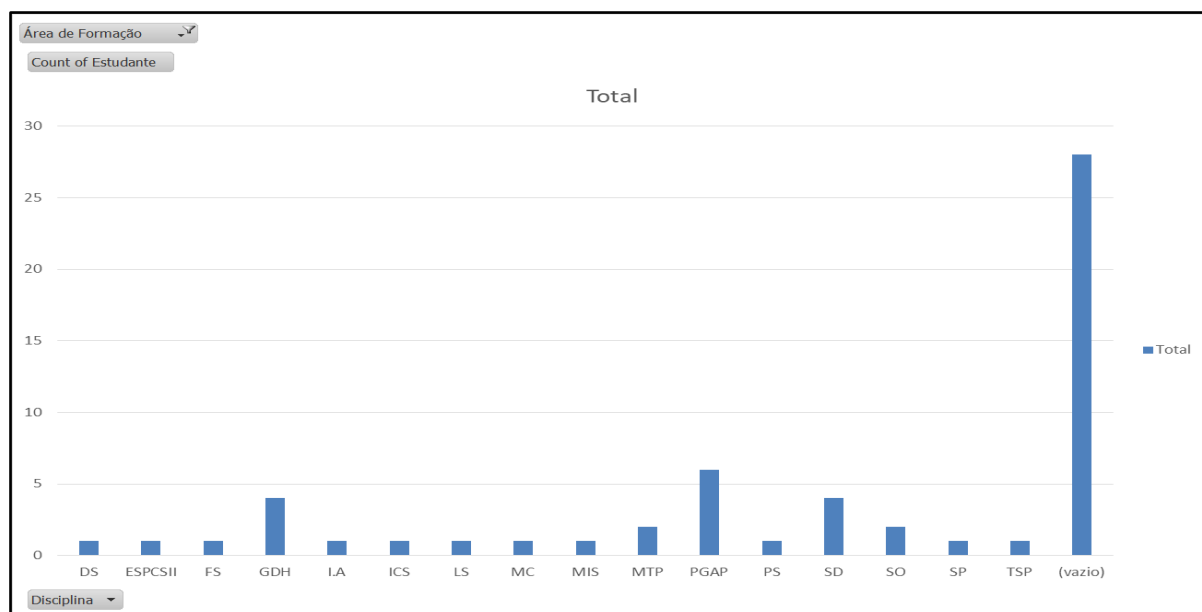
De acordo com o Gráfico 5, os discentes indicaram 16 (dezesesseis) disciplinas do Curso de Sociologia, nomeadamente: Planejamento, Gestão e Avaliação de Projetos, com 6 (seis) indicações; Sociologia do Desenvolvimento, com 4 (quatro) menções; Gênero e Direitos Humanos, com 4 (quatro) indicações; Métodos e Técnicas de Pesquisa, com 2 (duas) indicações; e Desenvolvimento Comunitário; Estatística para Ciências Sociais II; Fundamentos de Sociologia; Introdução à Antropologia; Metodologia de Investigação em Sociologia; Moçambique Contemporâneo; Psicologia Social; Introdução à Sociologia; Introdução às Ciências Sociais; Sociologia Política; Tendências Sociológicas Atuais; e Sociologia das Organizações, com 1 (um) indicação por cada, respectivamente.

Contudo, o Gráfico 5 apresenta 28 (vinte e oito) indicações de nenhuma disciplina informada, isto é se refere ao número de discentes que não indicaram nenhuma disciplina referente às disciplinas que frequentaram no semestre anterior ministradas por docentes com vínculo empregatício no IESE.

Os inquiridos relatam que fazem uso da literatura do IESE para a redação de trabalhos de ensaio e relatórios de investigação, mencionam também que alguns docentes indicam a pertinência da literatura gerada e disseminada pelo IESE, como sendo importante para a compreensão da realidade social de Moçambique, bem como dos fenômenos sociais, políticos e econômicos enfrentados na contemporaneidade.

O fato de o Curso não contar com a participação de investigadores do IESE no seu quadro docente, não impede que os discentes e docentes promovam o compartilhamento e uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Não obstante, a literatura do IESE, ser importante para quem estuda Moçambique, nas suas dimensões políticas, econômicas, sociais, de integração regional e sua relação com o mundo, boa parte dos discentes demonstram desconhecer a existência deste Instituto.

Gráfico 5: Curso de Sociologia UEM - Disciplinas frequentadas pelos discentes



Fonte: Elaboração própria (2025).

Analisou-se a questão referente à maneira como o docente compartilha informação científica no que tange a bibliografia obrigatória da disciplina, no intuito de captar os tipos de meios utilizados com frequência, sobretudo, meio tradicional (partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital), meio formal (recomendação pelo docente da utilização da biblioteca da Universidade), meio informal (grupo de WhatsApp da disciplina), e ferramentas digitais formais em uso na Universidade.

Importa ressaltar que os discentes do Curso de Sociologia inquiridos nesta pesquisa arrolaram disciplinas frequentadas nos semestres anteriores a aplicação do questionário, entretanto, o preenchimento dos espaços referentes as alternativas ou opções não foram proporcionais às disciplinas indicadas. Assim sendo, existem variações nos diversos gráficos, sobretudo, nos espaços vazios, designados como “Nenhum” ou nenhuma indicação. Boa parte dos inquiridos deixou alguns espaços em que indicam disciplinas em branco, ou seja, indicaram as disciplinas, mas não assinalaram as opções arroladas no quadro de respostas.

Os dados referentes ao meio de compartilhamento de bibliografia obrigatório pelo docente apresentam 28 (vinte e oito) discentes que não indicaram disciplinas. Dos 12 (doze) discentes que indicaram disciplinas frequentadas no Curso de Sociologia, arrolaram 16 (dezesesseis) disciplinas; o Gráfico 5 apresenta a indicação de 33 (trinta e três) espaços vazios em que os inquiridos indicaram disciplinas, entretanto este número se refere a 28 (vinte e oito) discentes que não indicaram nenhuma disciplina e 5 (cinco) disciplinas indicadas, mas

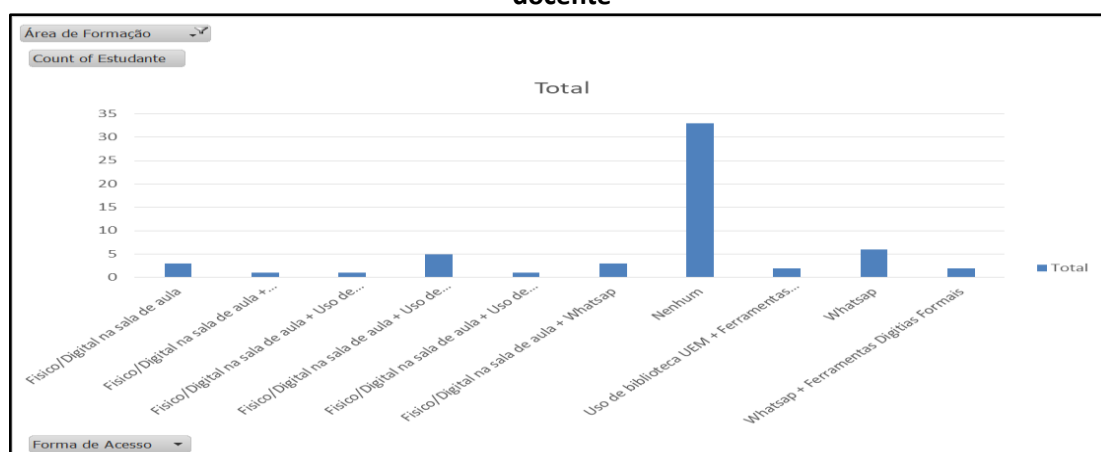
sem preenchimento de opções referente aos meios de compartilhamento usado pelo docente.

Das disciplinas mencionadas pelos discentes inquiridos, destacam-se 6 (seis) indicações de disciplinas em que mencionam que os docentes partilham a bibliografia obrigatória, por meio do WhatsApp da disciplina. Em seguida, os inquiridos destacam 5 (cinco) disciplinas que os docentes priorizam a combinação dos meios de compartilhamento da bibliografia obrigatória, nomeadamente: partilham cópias na sala de aula no formato físico ou digital; recomendam a utilização da Biblioteca da UEM; ferramentas digitais formais em uso na Universidade.

Ademais, em 3 (três) disciplinas, os docentes compartilham a bibliografia obrigatória através da partilha de cópias na sala de aulas no formato físico ou digital; e 3 (três) disciplinas fazem a combinação do compartilhamento de bibliografia, por meio da partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital e WhatsApp. E em 2 (duas) disciplinas os inquiridos mencionam que o docente recomenda a utilização da biblioteca da UEM e compartilha a bibliografia obrigatória da disciplina, por meio de ferramentas digitais formais em uso na UEM.

Por último, 1 (uma) disciplina o docente compartilha a bibliografia obrigatória, por via da combinação de cópias na sala de aula no formato físico ou digital e ferramentas digitais formais em uso na UEM; e 1 (uma) disciplina indicada por um inquirido, o docente compartilha a bibliografia por meio de cópias na sala de aula no formato físico ou digital e recomenda a utilização da Biblioteca da UEM (Gráfico 6).

Gráfico 6: Curso de Sociologia UEM - Meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente

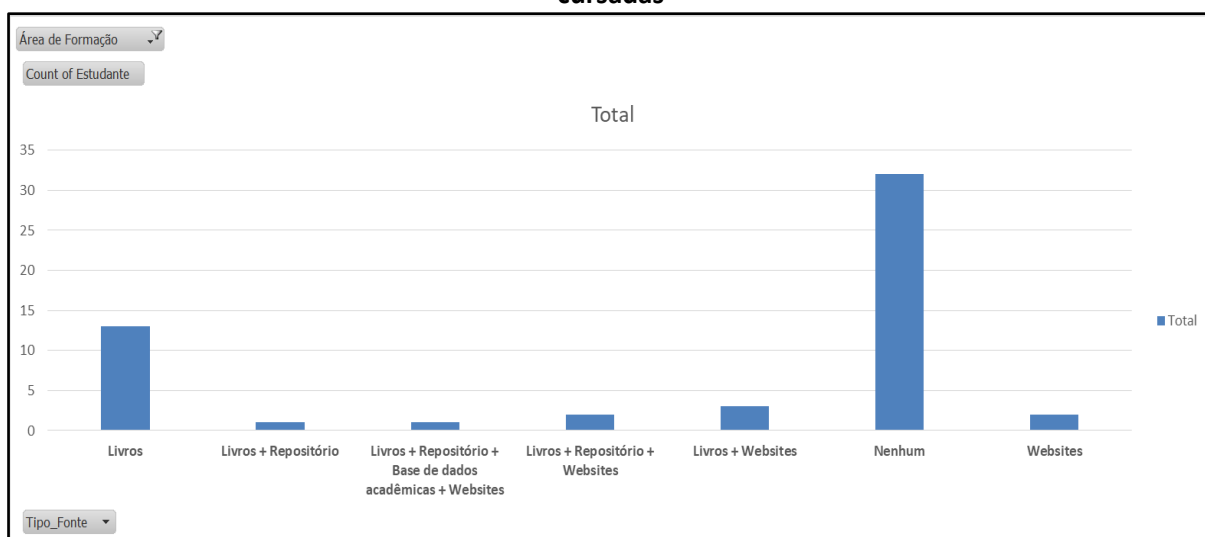


Fonte: Elaboração própria (2025).

Procurou-se analisar quais as fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas indicadas pelos discentes de graduação em Sociologia (Gráfico 7). Constata-se que as fontes de informação usadas frequentemente nas disciplinas indicadas no Gráfico 6 (anterior) são os livros, que representam 13 (treze) menções, seguidos pela associação de livros e *website*, com 3 (três) indicações. Seguem-se a combinação livros, repositório e *websites*; e *website*, com 2 (duas) indicações cada, respectivamente. Um (1) discente indica diversidade de fontes de informação usadas frequentemente nas disciplinas, nomeadamente, livros, repositório, base de dados acadêmicas e *websites*, com 1 (uma) menção; e, por último, 1 (uma) indicação de fontes associadas de informação referente a livros e repositório.

Esta representação das fontes de informação usadas frequentemente nas disciplinas arroladas pelos discentes, sendo que alguns optaram por indicar apenas uma fonte, outros indicaram diferentes fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas elencadas. O Gráfico 7 apresenta um vazio de 31 (trinta e um), referente a 3 (três) disciplinas arroladas pelos discentes sem mencionar as fontes de informação usadas com frequência e os 28 (vinte e oito) inquiridos que não indicaram nenhuma disciplina.

Gráfico 7: Curso de Sociologia UEM - Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

A apropriação social do conhecimento científico pelos discentes do Curso de Sociologia da FLCS da UEM ocorre por meio da produção e disseminação de conhecimento científico nas diferentes fontes de informação e seus suportes (Gráfico 7), pelos produtores

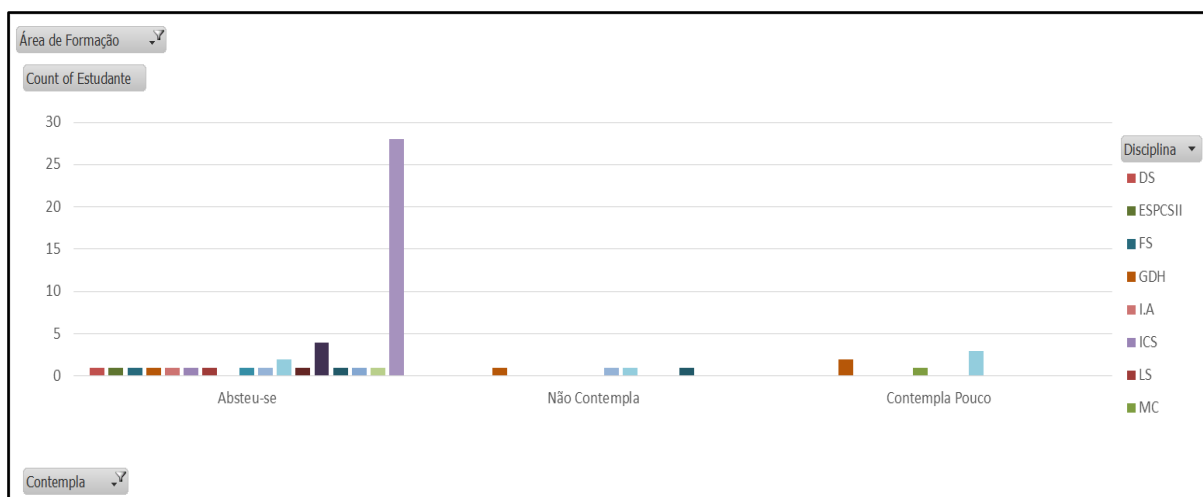
de conhecimento, entre eles, docentes, pesquisadores, discentes de pós-graduação; que delegam às editoras comerciais, acadêmicas, grandes grupos editoriais, bibliotecas e outras unidades de informação, as unidades de produção e apropriação do conhecimento, instituições de pesquisa e instituições de ensino superior, através dos seus *websites*, repositórios e eventos.

Desse modo, a informação científica chega ao grupo social constituído por discentes, no formato digital e físico, mediado pelos docentes no âmbito da sala de aula, que apresentam os planos temáticos e analíticos com referências bibliográficas obrigatórias e complementares. A leitura de artigos, livros, teses, dissertações, *briefings*, *working papers*, trabalhos de eventos, constitui a atividade meio para o início da apropriação social do conhecimento científico. Esta atividade ocorre por meio da mediação dos docentes, recorrendo à didática de ensino superior e formas de avaliação dos discentes, estes procuram motivar os discentes para que se apropriem do conhecimento e possam responder com perspicácia as diferentes formas de avaliação e participação na sala de aula.

Quando analisada a questão sobre se a Biblioteca da UEM contempla conteúdos informacionais referentes a bibliografia produzida e disseminada pelo IESE, no que se refere às disciplinas arroladas pelos inquiridos. Os dados apresentados no Gráfico 8 informam que 28 (vinte e oito) discentes não indicaram disciplinas e 19 (dezenove) mencionam disciplinas sem opções preenchidas; os inquiridos destacam 4 (quatro) disciplinas que a Biblioteca da UEM não contempla a bibliografia produzida e disseminada pelo IES, mais especificamente: Gênero e Direitos Humanos; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Sociologia das Organizações e Planeamento; Gestão e Avaliação de Projetos.

No que concerne a opção contempla pouco, destacam-se as seguintes disciplinas: Planeamento, Gestão e Avaliação de Projetos, com 3 (três) indicações; Gênero e Direitos Humanos com 2 (duas) menções; e Moçambique Contemporâneo com 1 (uma) indicação. Apesar de o projeto pedagógico do Curso de Sociologia não contemplar referências bibliográficas do IESE, os discentes mencionam que fizeram uso da literatura nas disciplinas arroladas (Gráfico 5), sobretudo, para a produção de trabalhos de ensaio em grupo e individual, bem como para a produção de relatórios de pesquisa.

Gráfico 8: Curso de Sociologia UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM



Fonte: Elaboração própria (2025).

Dados apresentados no Quadro 27 relacionam o tipo de acesso e uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Dos 40 (quarenta) discentes do Curso de Sociologia, 21 (vinte e um) inquiridos nunca tiveram acesso e não tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Por outro lado, 14 (catorze) discentes informaram que raramente tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, sendo que destes: 7 (sete) tem acesso a literatura do IESE, por meio do professor; e 7 (sete) recorrendo ao *website* do IESE. Por último, 5 (cinco) discentes indicam que tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, dos quais: 3 (três) tem acesso através do professor; e 2 (dois) recorrendo ao *website* do IESE.

Quadro 27: Curso de Sociologia UEM – Análise do tipo de acesso e uso da literatura do IESE

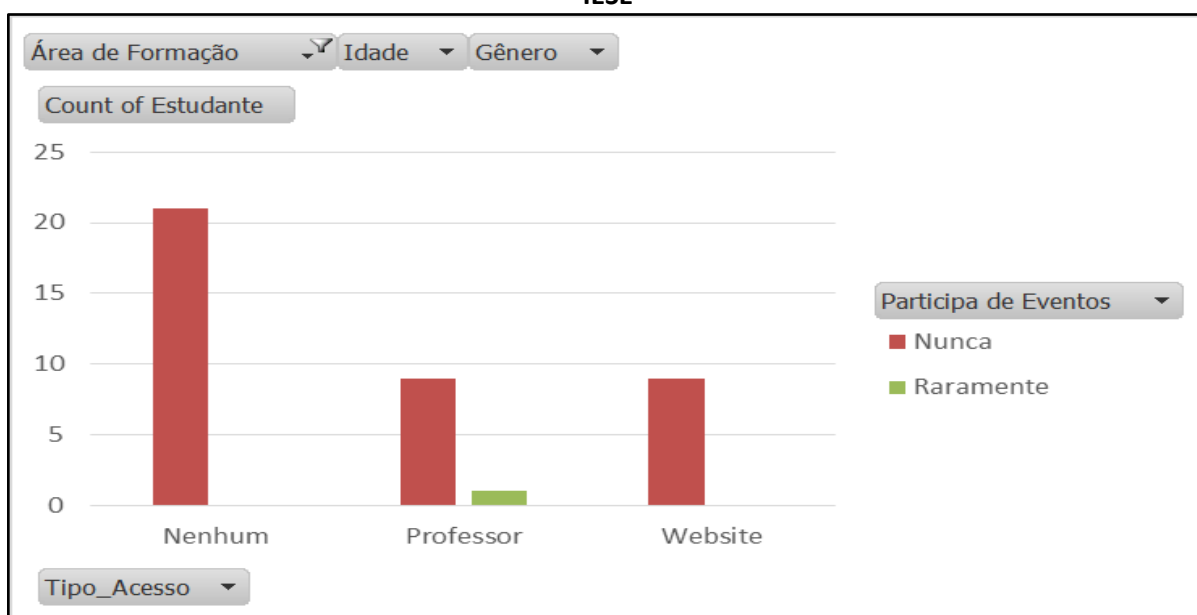
Tipo de Acesso	Nunca	Raramente	Frequentemente	Sempre	Total
Nenhum	21	-	-	-	21
Professor	-	7	3	-	10
Website do IESE	-	7	2	-	9
Total	21	14	5	-	40

Fonte: Elaboração própria (2025).

Analisou-se a relação entre tipo de acesso e a participação em eventos organizados pelo IESE. Destaca-se 1 (um) discente que acessa a literatura do IESE através do professor que indica participar raramente dos eventos organizados pelo IESE; 9 (nove) discentes que têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor afirmam

nunca ter participado em eventos organizados pelo IESE; e 9 (nove) estudantes que têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE recorrendo ao Website do IESE, dizem nunca participam de eventos organizados pelo IESE. Dos 40 (quarenta) discentes do curso de Sociologia inquiridos, 20 (vinte) discentes indicam que nunca participaram de eventos organizados pelo IESE e não destaca nenhuma opção arrolada na pergunta referente a como acessar o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE (Gráfico 9).

Gráfico 9: Curso de Sociologia UEM - Relação entre tipo de acesso e participação em eventos do IESE

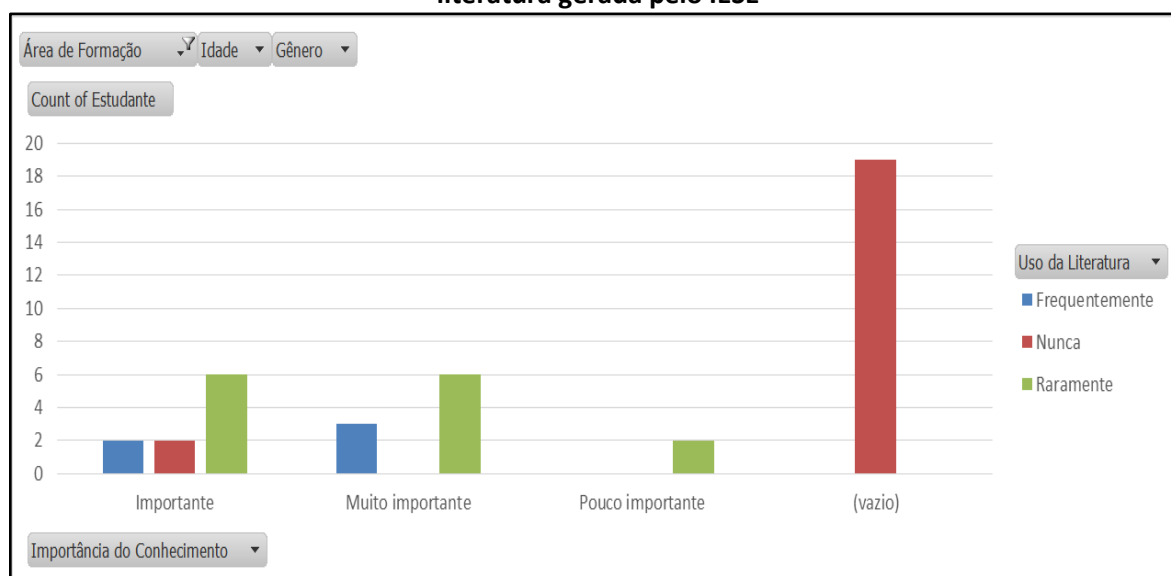


Fonte: Elaboração própria (2025).

No que diz respeito à relação entre a importância do conhecimento do IESE e uso da literatura do IESE, 19 (dezanove) discentes inquiridos que indicaram que nunca têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, não preencheram as opções que constam da pergunta referente a importância do conhecimento produzido pelo IESE para o entendimento de questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique; e dos 10 (dez) inquiridos que indicam que o conhecimento do IESE é importante para o entendimento de questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, 6 (seis) assinalam que raramente tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IES, 2 (dois) que indicam nunca ter feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, e 2 (dois) frequentemente têm feito uso da literatura do IESE.

Os dados evidenciam também, que 8 (oito) discentes que apontam que o conhecimento produzido pelo IESE é muito importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, 6 (seis) raramente tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, e 3 (três) frequentemente têm usado a literatura gerada e disseminada pelo IESE (Gráfico 10).

Gráfico 10: Curso de Sociologia UEM - Relação entre a importância do conhecimento e uso da literatura gerada pelo IESE



Fonte: Elaboração própria (2025).

No que tange a relação entre acesso, uso e importância do conhecimento do IESE, considerou-se as seguintes classificações: “4” (quatro) - representa “Sempre”; “3” (três) - representa “Frequentemente”; “2” (dois) - significa “Raramente”; “1” (um) representa “Nunca”; e “0” (zero) representa os que não escolheram nenhuma das opções arroladas.

Referente aos dados apresentados na Tabela 2, correlacionando o acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE por meio do professor, mas essa ação é considerada “pouco importante” por parte dos discentes, evidencia-se a média de 2 (dois) que representa a opção raramente.

Quando o acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, por meio do professor, é considerado “muito importante” pelos discentes respondentes, evidencia-se a média de 2.43, isto é, está entre 2 (dois) - raramente e 3 (três) frequentemente.

No caso do acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE estar associado à opção “importante” evidencia-se a média de 2 - que representa a opção raramente.

Tabela 2: Relação entre acesso, uso da literatura e importância do conhecimento do IESE

Variáveis	(vazio)	Pouco importante	Muito importante	Importante	Total
Professor	-	2.00	2.43	2.00	2.30
Website	-	-	2.00	2.29	2.22
Nenhum	1.00	-		1.00	1.00
Total	1.00	2.00	2.33	2.00	1.62

Fonte: Elaboração própria (2025).

Por outro lado, quando o acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE é realizado por meio de *websites* e ser considerado como “muito importante” no entendimento dos discentes evidencia-se a média de 2.00 que representa a opção raramente. Quando o acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE é realizado por meio do *website* do IESE, e ser considerada a opção “importante” pelos discentes inquiridos, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de 2.29, que representa a opção raramente.

6.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO DE ECONOMIA DA FE/UEM

O currículo de Licenciatura em Economia (CLE) da FE (2012) se insere no quadro de reformas estabelecidas pelo Plano Estratégico da UEM (2008-2012), aprovado pelo Conselho Universitário da UEM, em agosto de 2008. O Plano Estratégico de 2008-2012 tinha como objetivos a concepção, implementação e monitoria da reforma acadêmica tendo em vista a integração regional (CLE, 2012, p. 3). Com isso, o espírito da reforma curricular que culminou com o estabelecimento do CLE (2012) visava adequar o currículo a Lei nº 27/2009, de 29 de setembro, Lei do Ensino Superior, revogada pela Lei nº 23/2023, de 17 de Março; ao Decreto 32/2010 do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Acadêmicos (SNATCA); e outros instrumentos legais da UEM.

Nesse período, o Curso de Licenciatura em Economia tinha a duração de 3 (três) anos, fazendo justiça aos primados da Lei de Ensino Superior em voga e aos ditames regionais e internacionais alimentados por movimentos de reformas curriculares do ensino superior europeu e de outros quadrantes que pretendiam harmonizar o sistema de ensino superior nos seus continentes e países. Este modelo oriundo da Declaração de Bolonha não reuniu consensos entre acadêmicos, docentes, discentes e gestores das universidades por

reduzir a carga horária dos discentes, comprimir conteúdos e simplificar teorias, conceitos e métodos. Assim, como ocorreu em outras Faculdades da UEM, a FE promoveu debates e auscultação com vista a alinhar os seus currículos à realidade do País, sem discorrer com o contexto regional e internacional.

A auscultação e debate que levou a geração do CLE (2012) mobilizou a participação de docentes da FE; discentes e representantes do Núcleo de Estudantes da Faculdade de Economia (NEFE); entidades empregadoras; e outras entidades e instituições nacionais e internacionais interessadas no curso de Economia. O processo de revisão curricular levado a cabo na FE foi semelhante ao vivenciado no Departamento de Sociologia. Contudo, podem ser enumeradas algumas estratégias de trabalho diferentes de outras Faculdades; a reforma curricular do Curso de Economia atendeu aos seguintes procedimentos: 1. Análise do contexto nacional e internacional; 2. Avaliação dos planos de licenciatura em Economia aprovados em 2004 e 2010 – no intuito de identificar oportunidades de reforma; 3. Avaliação dos planos de licenciatura em Economia nacionais, regionais e internacionais, como forma de adequar o ajustamento ao contexto local e mundial atual; 4. Desenho do modelo curricular; 5. Desenho do plano de estudo; 6. Desenho dos planos temáticos; e 7. Plano de implementação (CLE, 2012, p.5).

Este processo possibilitou abrir diversas saídas profissionais e garantir que os graduados em Economia pudessem responder às exigências do mundo do trabalho, bem como harmonizar os conteúdos lecionados no Curso com as perspectivas nacionais, regionais e internacionais, de modo que os graduados do Curso pudessem ser competitivos no contexto regional, nacional e internacional na área de Economia.

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Economia da FE compreende três grupos de disciplinas, quais sejam; Disciplinas Nucleares; Disciplinas Auxiliares; e Disciplinas de Especialização. As disciplinas nucleares correspondem a um componente obrigatório e se relaciona aos conteúdos sobre teoria econômica, visando garantir que os graduados em Economia possuam habilidades intelectuais referentes a Epistemologia da Economia; as disciplinas auxiliares correspondem às outras áreas do conhecimento, contudo são importantes para consolidar métodos, teorias e conceitos da área de Economia; e, por último, as disciplinas de especialização se referem às áreas de atuação do futuro graduado em Economia.

O projeto pedagógico do Curso de Economia da FE da UEM, possibilita identificar variáveis para a instauração de indicadores de apropriação social do conhecimento, sobretudo, quando define *a priori* o público alvo do Curso, que discorre sobre: 1. o Curso de Economia proporciona uma formação em Ciências Econômicas, empresariais e técnicas de contabilidade com um grande enfoque para as disciplinas da Macroeconomia; 2. o candidato ao Curso de Economia deve possuir profundos conhecimentos de Ciências Numéricas, como a Aritmética e Matemática; para que possa lidar com assuntos inter-relacionados aos grandes agregados econômicos, com um misto de análises setoriais e microeconômicos, tocando com ferramentas quantitativas e econométricas. Este perfil de candidato, quando associado a orientação vocacional para estudantes finalistas do nível secundário, aplicado por IES, pode garantir que os candidatos ao Curso de Economia possam estar alinhados à filosofia do Curso e da Instituição, bem como possibilita a mensuração da apropriação social do conhecimento.

Ademais, o perfil dos graduados em Economia deve estar alinhado aos seguintes elementos: 1. Comportar-se de acordo com os requisitos culturais e éticos, estéticos (gostos e aparência); 2. Ter espírito de iniciativa e de partilha, de abertura e de mudança, de responsabilidade e de empreendedorismo para além da área do seu saber; 3. Aplicar os instrumentos básicos de análise micro e macroeconômica; 4. Interpretar e analisar a realidade econômica em nível regional, nacional e global; 5. Elaborar, adaptar e interpretar modelos econômicos; 6. Preparar e analisar informação econômica fundamental de apoio ao processo de tomada de decisão; 7. Aplicar métodos quantitativos na análise econômica; 8. Formular políticas aplicáveis a contextos reais; 9. Analisar eventos macroeconômicos nacionais e internacionais e ser capaz avaliar as suas implicações; 10. Levar a cabo estudos setoriais e desenvolver modelos econômicos adequados ao contexto em análise, com base na teoria econômica; e 11. Elaborar estratégias econômicas de proteção de recursos nacionais do meio ambiente e de defesa da soberania (CLE, 2012, p.9-10).

O perfil profissional do graduado está associado a dois polos distintos e complementares, quais sejam, domínio do saber e domínio do saber-fazer, ou seja, associar a teoria à prática. Esse processo se materializa, por meio das aulas, formas de avaliação, e estratégias de ensino e aprendizagem promovidas pelo CLE (2012).

Alguns elementos elencados no CLE (2012) sobre o perfil dos graduados em Economia, assim como o perfil ocupacional parecem coabitar com os trabalhos desenvolvidos pela área de investigação do IESE, sobretudo, Economia e Desenvolvimento, de onde se podem arrolar as seguintes linhas de pesquisa: 1. As dinâmicas de mobilização e alocação de recursos, olhando para o papel do Estado, política fiscal e de despesa pública, a expansão e dinâmicas das instituições financeiras, e as implicações e padrões macroeconômicos daqui emergentes; 2. Os padrões de produção, comércio e investimento emergentes, a sua relação com dinâmicas de acumulação primitiva e os desafios de diversificação e articulação da base produtiva; e 3. Dinâmicas, tendências e crises econômicas regionais e internacionais e suas implicações para Moçambique.

Por outro lado, está a área de investigação do IESE, intitulada de ‘Pobreza e Proteção Social’, em que pugna pela seguinte linha de pesquisa dominante: os projetos de investigação promovidos no GdI-PPS abrangem diferentes mecanismos de proteção social, associados a sistemas amplos ou restritos, *ex-ante* ou *ex-post*, públicos e privados, incluindo sistemas financeiros (formais ou informais) contributivos e não contributivos ou de assistência social caritativa. Assim sendo, estas linhas de pesquisa estão relacionadas ao perfil do graduado, bem como pelo perfil ocupacional, uma vez que os projetos de investigação e as linhas de pesquisa do IESE geram conhecimento científico capaz de alimentar a formação dos graduados em Economia, dotando-os de capacidades e habilidades capazes de alimentar o seu devir e o futuro ocupacional.

Nesse sentido, concluído o Curso em Economia, o graduado deverá atuar nas seguintes áreas: 1. Administração pública local e/ou nacional; 2. Banca e empresas afins (corretoras de seguros e Bolsa de Valores); 3. Empresas de diferentes ramos de atividade (empresas de consultoria; de produção de bens e serviços; de extração de recursos naturais; de exploração de recursos florestais, marinhos e aéreos); 4. Organismos econômicos e financeiros nacionais e internacionais; 5. Organismos da defesa da soberania e segurança; 6. Gabinetes de estudos, instituições de ensino e de investigação; e 7. Empreendedorismo para a criação de postos de trabalho para si próprios e para terceiros (CLE, 2012, p.12).

Entretanto, para a materialização do perfil do graduado, perfil profissional e perfil ocupacional do licenciado em Economia dependem das estratégias de avaliação adotadas, tais como métodos ativos e métodos expositivos associados às seguintes técnicas: projetos

individuais; ensaios; trabalho de grupo; pesquisa; seminários; estudo de casos baseados em fatos reais ou simulados próximos aos que o estudantes vão enfrentar na vida profissional; resolução de problemas; projeção de vídeos, filmes, *slides*; *workshops*; e palestras (CLE, 2012, p.13).

Por último, as estratégias de avaliação adotadas possibilitarão a apropriação social do conhecimento pelos estudantes. Assim, de acordo com o CLE (2012), constituem instrumentos de avaliação os seguintes: exposição oral; avaliação pelos colegas; relatório das discussões em grupo; testes orais e escritos; exames orais e escritos; relatórios de investigação; e seminários.

O número de disciplinas do Curso de Licenciatura em Economia é de 59 (cinquenta e nove). O Quadro 28 contém disciplinas nucleares e disciplinas auxiliares do Curso. As disciplinas nucleares inscritas no primeiro ano do Curso de Economia são as seguintes: Introdução à Microeconomia; Matemática I; Introdução a Gestão; Introdução à Macroeconomia; Matemática II; Matemática Financeira; Estatística I.

Como nos informa o CLE (2012, p.6) as disciplinas nucleares do curso “[...] são de frequência obrigatória visando alocar o arcabouço da teoria econômica na sua plenitude com o objetivo de alcançar a economia”. Igualmente, estas disciplinas parecem alinhadas com as valências e pressupostos estabelecidos no CLE (2012), de que os candidatos ao curso devem possuir para lograr sucesso na sua formação.

Outras disciplinas do primeiro ano, nomeadamente: Métodos de Estudos e Pesquisa; Informática; Noções de Comércio; e Introdução ao Direito; são disciplinas auxiliares e, mais uma vez, como avança o CLE (2012, p. 6) destaca “[...] que apesar de não serem do ramo de economia a frequência é obrigatória e auxiliam o Graduando, a saber, estar na economia”.

Essas disciplinas promovem relações interdisciplinares, transdisciplinares e pluridisciplinares, entre a Economia e outras Ciências. Também proporciona que docentes de diferentes unidades da UEM possam interagir com docentes de outros cursos ou faculdades.

Quadro 28: Matriz curricular do primeiro ano do Curso de Economia

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
1	I	Introdução à Microeconomia	1	II	Introdução à Macroeconomia

1	I	Matemática I	1	II	Matemática II
1	I	Métodos de Estudos e Pesquisa	1	II	Introdução ao Direito
1	I	Introdução a Gestão	1	II	Matemática Financeira
1	I	Informática	1	II	Estatística I
1	I	Noções de Comércio	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

Noutro desenvolvimento, encontram-se as disciplinas do segundo ano do Curso de Economia, em que estão inscritas 7 (sete) disciplinas nucleares, a saber: Microeconomia I; Macroeconomia I; Estatística II; Contabilidade Financeira I; Microeconomia II; Macroeconomia II; e Econometria I; que continuam sedimentando a formação dos graduandos com materiais que propiciam o entendimento da teoria econômica, com vista ao domínio do saber.

O segundo ano do Curso de Economia continua privilegiando as disciplinas auxiliares que correspondem às disciplinas de outras ciências ou áreas de conhecimento, como forma de consolidar o domínio do saber econômico alicerçado na interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade que caracterizam os currículos de graduação da UEM. Neste caso, o Curso inscreveu as seguintes disciplinas nucleares: Direito Empresarial; Inglês Técnico; e Finanças Públicas (Quadro 29).

Quadro 29: Matriz curricular do segundo ano do Curso de Economia

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
2	III	Microeconomia I	2	IV	Microeconomia II
2	III	Macroeconomia I	2	IV	Macroeconomia II
2	III	Estatística II	2	IV	Econometria I
2	III	Direito Empresarial	2	IV	Inglês Técnico
2	II	Contabilidade Financeira I	2	IV	Finanças Públicas

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

No terceiro ano do Curso de Economia o número de disciplinas nucleares inscritas se constituem em 8 (oito) disciplinas: Economia Agrária; Econometria II; Economia

Internacional I; Economia do Meio Ambiente; História do Pensamento Econômico; Economia Internacional II; Empreendedorismo; e Economia Monetária.

Este conjunto de disciplinas reforça o espírito avançado pelo CLE (2012), no que concerne ao reforço das habilidades dos graduandos em matérias de teoria econômica e está alinhado ao perfil do graduado, perfil ocupacional, bem como aos objetivos do Curso de Economia. Assim sendo, apesar de serem disciplinas da área da Economia, elas se apresentam como áreas nascidas da fusão de disciplinas e de áreas de atuação da Economia.

Este padrão apresentado de escalonamento de disciplinas corresponde ao padrão estabelecido em cursos de graduação da UEM e parece corresponder à natureza aberta dos cursos, que se relacionam com outras áreas de conhecimento, por meio de relações interdisciplinares, transdisciplinares, pluridisciplinares e multidisciplinares, conferido solidez na formação dos graduandos em Economia.

As 2 (duas) disciplinas auxiliares inseridas na matriz de disciplinas do terceiro ano, representam a componente prático do Curso de Economia, classificado pelo CLE (2012) como sendo, o domínio do saber-fazer, conforme segue: Fiscalidade e Análise e Gestão de Projetos (Quadro 30).

Quadro 30: Matriz curricular do terceiro ano do Curso de Economia

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
3	V	Economia Agrária	3	VI	História do Pens. Econômico
3	V	Econometria II	3	VI	Economia Internacional II
3	V	Economia Internacional I	3	VI	Empreendedorismo
3	V	Fiscalidade	3	VI	Análise e Gestão de Projetos
3	V	Economia do Meio Ambiente	3	VI	Economia Monetária

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

As disciplinas nucleares inseridas na matriz curricular do quarto ano do Curso de Economia (Quadro 30), nomeadamente: Economia do Desenvolvimento; Seminários de Investigação; Economia de Moçambique; e Estágio ou Monografia; com exceção da última, foram ou são ministradas pelos fundadores do IESE e seus discípulos, também pesquisadores do IESE.

Importa referir que a disciplina de Economia do Desenvolvimento em 2019, foi lecionada pelo Professor Catedrático (Professor Titular), membro fundador do IESE, antes do seu desligamento da UEM e do IESE, e tinha como assistente o pesquisador permanente do IESE, Moisés Silvestre Siúta, integrante da área de investigação ‘Pobreza e Proteção Social’, fundada por Antônio Francisco.

A disciplina Seminários de Investigação, em 2012, era lecionada por 3 (três) pesquisadores do IESE, nomeadamente: Antônio Francisco; Carlos Nuno-Castel-Branco; e Luís de Brito; membros fundadores do IESE, antigo Diretor de Investigação, coordenador da área de investigação de ‘Pobreza e Proteção Social’; antigo Diretor do IESE e coordenador da área de investigação ‘Economia e Desenvolvimento’ do IESE; e, por último, antigo Diretor do IESE e coordenador da área de investigação ‘Cidadania e Governação’, respectivamente. Nesse ano, a disciplina de Seminários de Investigação contemplava literatura do IESE e de Moçambique. A disciplina de Seminários de Investigação de 2012 apresentava os seguintes objetivos:

A cadeira “Seminários” foi introduzida no novo currículo de transição para passar da licenciatura de 3 anos para a de 4 anos. A cadeira está colocada no último ano da licenciatura e é a última, contemporaneamente com o período de redacção da monografia. A cadeira está pensada como uma forma de tentar remediar as dificuldades dos estudantes de construir argumentos, desde a formulação de perguntas sobre o mundo real até à escolha e uso de conceitos e de informação para o desenvolvimento das respostas a estas perguntas (Programa da Disciplina de Seminários de Investigação, 2012, p.1).

Em 2019, a disciplina de Seminários de Investigação passou a ser lecionada pelo Professor Catedrático António Francisco e seus 2 (dois) assistentes, nomeadamente, Alfeu Vilanculos e Moisés Silvestre Siúta. Desta feita, os objetivos estabelecidos em 2012 deram lugar ao seguinte objetivo ou pressuposto:

O ensino desta disciplina pressupõe que o estudante já completou praticamente todas as cadeiras curriculares da Licenciatura, encontrando-se presentemente na fase de começar a formular e preparar o projecto de trabalho individual de fim do curso. Esta disciplina toma em consideração a in experiência de pesquisa científica individual dos estudantes, orientando-os no processo de esboço e formulação dos seus projetos de pesquisa de fim de curso, em conformidade com as principais etapas do processo de investigação detalhadas no programa. Por outro lado, a disciplina orienta o estudante a fazer uso de ferramentas modernas e fundamentais na análise e tratamento de dados, bem como na elaboração do seu trabalho final de pesquisa. A cadeira de Seminários de Investigação tem como objectivos

centrais: Orientar os estudantes no processo de concepção, formulação e preparação do projecto individual de pesquisa, indicando-lhes um conjunto de técnicas, abordagens e ferramentas fundamentais para o trabalho de investigação conducente à tese; Praticar algumas das ferramentas de exploração (revisão da literatura, análise e exploração de dados), nomeadamente: 1) Uso da sala virtual via *Moodle*; 2) Revisão e exploração da literatura; 3) Zotero na organização das referências bibliográficas; 4) *R software* e/ou outros softwares adequados à exploração estatística e econométrica de dados. Terminar o semestre com um projeto detalhado do trabalho de fim de curso para conclusão posterior (Programa da Disciplina de Seminários de Investigação, 2019, p. 1).

O Plano Temático da disciplina de Seminários de Investigação em 2019, já não contemplava referências bibliográficas do IESE e nem de Moçambique. Esta mudança parece ter amparo nos pressupostos e objetivos da disciplina explanados acima. A disciplina de Economia de Moçambique lecionada pelo Professor Doutor José Chichava e Carlos Muianga, pesquisador permanente do IESE, até 2024, atualmente pesquisador associado, contempla na totalidade a literatura de Moçambique.

Quadro 31: Matriz curricular do quarto ano do Curso de Economia

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
4	VII	Investigação Operacional	4	VIII	Seminários de Investigação
4	VII	Economia do Desenvolvimento	4	VIII	Optativa III
4	VII	Economia de Moçambique	4	VIII	Optativa IV
4	VII	Optativa I	4	VIII	Estágio ou Monografia
4	VII	Optativa II	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

As disciplinas optativas do Curso de Economia inscritas no plano curricular se concentram no quarto ano. Assim, como estabelecido pelo CLE (2012, p.6) às Disciplinas de Especialização (Optativas) que são de escolha opcional, visam conferir aos licenciados as ferramentas necessárias do saber-fazer para o pleno sucesso no desempenho das suas funções nas diversas áreas de atuação profissional.

6.2.1 Análise dos questionários aplicados aos discentes de Economia da FE/UEM

O projeto pedagógico do curso de Economia da FE da UEM conta com 59 (cinquenta e nove) disciplinas, distribuídas em três grupos, nomeadamente, disciplinas nucleares,

auxiliares e de especialização. O curso conta com 26 (vinte e seis) disciplinas nucleares; 12 (doze) disciplinas auxiliares; e 22 (vinte e duas) disciplinas de especialização. A distribuição das disciplinas em grupos parece coerente com os objetivos do Curso, perfil profissional do graduado, perfil ocupacional do graduado e a filosofia de formação do Curso de Economia.

A semelhança de outros cursos de graduação, o Curso de Economia conserva conteúdos programáticos do tronco comum dos cursos lecionados na FE da UEM, sobretudo, Economia, Contabilidade, Informática, Gestão, Introdução ao Direito e Direito Empresarial, Métodos Quantitativos e Estatísticos Aplicados à Economia, Inglês, Economia Internacional, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Fiscalidade, Empreendedorismo, Funções Práticas de Gestão, Comportamento Organizacional e Estratégia, Seminários de Investigação, e Relatório de Estágio e Monografia.

As formas de culminação dos estudos em Economia atendem aos seguintes elementos:

O primeiro ciclo de aprendizagem em economia termina com a conclusão das cadeiras curriculares e a aprovação no relatório do estágio. Alternativamente os estudantes podem realizar uma monografia ou um exame de Estado em substituição da apresentação do relatório final do estágio (CLE, 2012, p. 23).

Ademais, o tronco comum se estabelece a partir de:

Como forma de assegurar a materialização das competências definidas para os três cursos, nomeadamente a ampliação de conhecimentos de base que permitirão uma melhor assimilação das matérias específicas adstritas a cada curso a Faculdade de Economia estabeleceu que os três primeiros semestres formassem o Tronco Comum e sejam obrigatoriamente frequentados por todos os estudantes ingressados na Contabilidade e Finanças, Economia e Gestão (*Ibid.*).

Este modelo de estrutura curricular da FE é semelhante ao modelo estabelecido na UFICS (1995) e na FLCS, mas com algumas diferenças. O Seminário de Investigação possibilita que os discentes possam dominar as técnicas de como elaborar trabalhos científicos; e o Relatório de Estágio e Monografia propicia que os graduandos compilem os resultados do estágio ou desenvolvam um tema demonstrando os conhecimentos adquiridos (CLE, 2012). Por conseguinte, tanto o Relatório de Estágio, assim como a monografia se constituem em espaços privilegiados para a ocorrência da apropriação social do conhecimento científico pelos graduandos do Curso de Economia.

No que se refere às referências bibliográficas inscritas nos planos temáticos das disciplinas, nucleares, auxiliares e de especialização do Curso de Economia, constata-se o mesmo padrão evidenciado pela distribuição de referências no Curso de Sociologia. Assim sendo, as referências bibliográficas internacionais, ou seja, de fora do continente africano representam cerca de 208 (duzentos e oito), seguidos de referências bibliográficas nacionais, de Moçambique que contam com 33 (trinta e três) referências, de um total de 241 (duzentos e quarenta e uma) referências bibliográficas.

Quadro 32: Número de referências presentes no projeto pedagógico do Curso de Economia

Curso	Disciplinas	Internacional	África	Nacional	IESE	Total
Economia	59	208	0	33	0	241

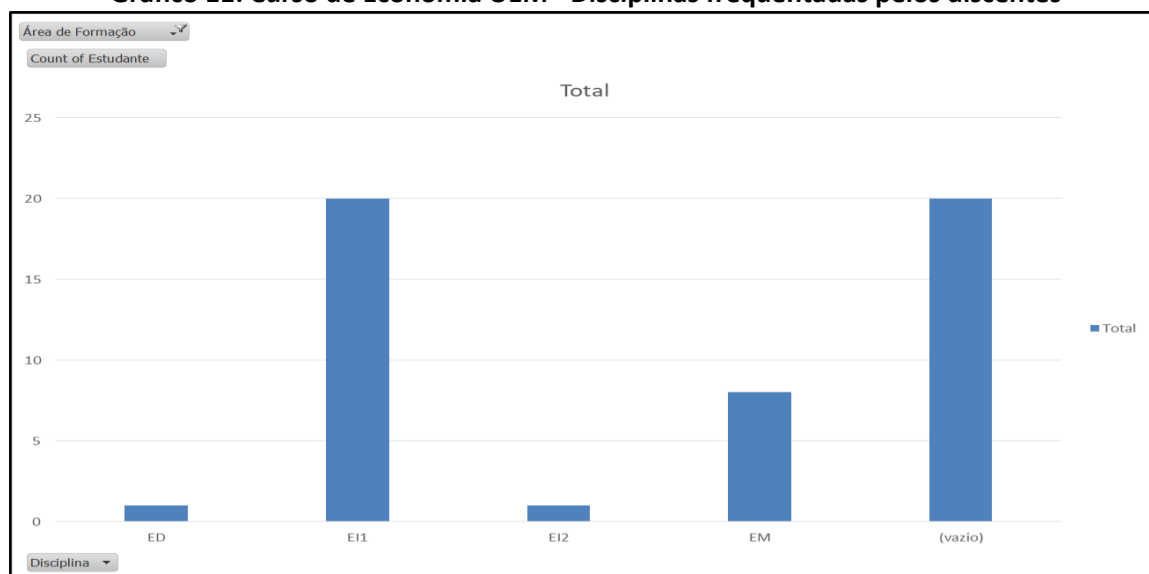
Fonte: Elaboração própria (2025).

A escolha do Curso de Economia como parte da unidade de recolha de dados deveu-se ao fato de alguns pesquisadores do IESE possuírem vínculo empregatício com a FE da UEM. Os discentes do Curso de Economia quando questionados sobre as disciplinas frequentadas, nos semestres anteriores a realização da pesquisa de campo, ministradas por docentes com vínculo empregatício no IESE, indicaram 4 (quatro) disciplinas, a saber: Economia Internacional I; Economia Internacional II; Economia do Desenvolvimento; e Economia de Moçambique.

Dos 40 (quarenta) discentes, 8 (oito) indicaram ter frequentado a disciplina de Economia de Moçambique; 20 (vinte) discentes mencionaram ter frequentado a disciplina de Economia Internacional I; 1 (um) discente indicou que frequentou a disciplina de Economia Internacional II; 1 (um) discente também indicou que frequentou a disciplina de Economia do Desenvolvimento; e, por último, 20 (vinte) discentes não indicaram nenhuma disciplina frequentada.

Estes 20 (vinte) discentes frequentam o primeiro e segundo ano. E os discentes que mencionaram ter frequentado disciplinas ministradas por docentes com vínculo empregatício no IESE, representam o terceiro e quarto anos.

Assim sendo, os discentes do Curso de Economia inquiridos nesta pesquisa só tiveram contato com docentes com vínculo empregatício no IESE, no terceiro e quarto anos do Curso (Gráfico 11).

Gráfico 11: Curso de Economia UEM - Disciplinas frequentadas pelos discentes

Fonte: Elaboração própria (2025).

A bibliografia obrigatória de disciplinas ministradas em Universidades costuma estarem disponíveis nas bibliotecas universitárias, entretanto com o passar do tempo e de diferentes fatores, as bibliotecas apesar da sua capacidade de reinvenção perderam usuários, a partir da possibilidade de uso de outros meios de compartilhamento informais e formais instituídos pela sociedade e pelas próprias instituições de ensino superior.

O período da pandemia Covid-19 fez com que programas de pós-graduação, graduação, e outros subsistemas de ensino adotassem ferramentas tecnológicas para fazerem face ao bloqueio imposto pela pandemia. Nesse sentido, a maioria das universidades e instituições de ensino adotaram ferramentas digitais formais e informais para se manterem operacionais e garantir que as aulas e outras atividades de ensino, pesquisa e extensão decorrem na normalidade.

Assim, ao equacionar uma pergunta sobre a maneira como o docente compartilha informação científica referente a bibliografia da disciplina, surgiram 4 (quatro) opções possíveis, nomeadamente: o docente partilha cópias na sala de aula em formato físico ou digital (meio tradicional); o docente recomenda a utilização da biblioteca da Universidade (meio formal); o docente partilha a informação científica referente a bibliografia obrigatória da disciplina no grupo de WhatsApp da disciplina (meio informal); e o docente compartilha a informação científica referente a bibliografia obrigatória da disciplina, por meio de ferramentas digitais formais em uso na Universidade.

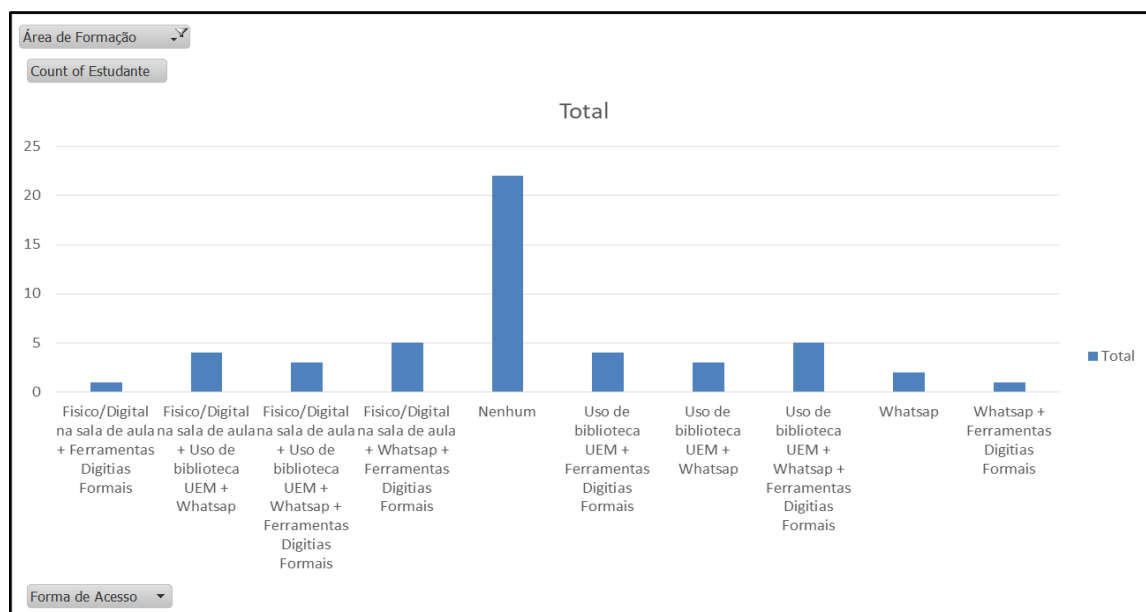
Com isso, quando questionados sobre os meios de compartilhamento de bibliografia obrigatória da disciplina, tendo em conta as disciplinas arroladas na pergunta anterior, 22 (vinte e dois) discentes não mencionaram nenhum meio de compartilhamento de informação científica referente a bibliografia obrigatória pelos docentes.

Dos 20 (vinte) discentes que indicaram disciplinas frequentadas no Gráfico 5 (anterior) mencionam disciplinas que os docentes compartilham informação científica, por meio do grupo de WhatsApp da disciplina, ferramentas digitais formais em uso na Universidade e recomendam a utilização da biblioteca da Universidade; 5 (cinco) discentes indicam disciplinas que os docentes compartilham bibliografia obrigatória, através da combinação de partilha de cópias na sala de aula em formato físico ou digital, grupo de WhatsApp da disciplina, e ferramentas digitais formais em uso na Universidade; 4 (quatro) discentes destacam que os docentes compartilham bibliografia obrigatória da disciplina, por meio de partilha de cópias na sala de aula em formato físico ou digital, grupo de WhatsApp da disciplina e recomendam a utilização da biblioteca da Universidade.

O compartilhamento de informação científica referente à bibliografia obrigatória da disciplina promove vários meios, assim sendo 3 (três) discentes destacam disciplinas que os docentes adotam os seguintes meios de compartilhamento: partilha cópias na sala de aula em formato físico ou digital, recomendam a utilização da biblioteca da Universidade, grupo de WhatsApp da disciplina, e ferramentas digitais formais em uso na Universidade; 2 (dois) discentes mencionam disciplinas em que o docente somente partilha informação científica referente a disciplina através do grupo de WhatsApp da turma.

Por último, 1 (um) discente menciona uma disciplina em que o docente compartilha informação científica a partir da combinação do grupo de WhatsApp da disciplina e de ferramentas digitais formais em uso na Universidade; e 1 (um) discente indica disciplina que o docente compartilha informação bibliográfica obrigatória, por meio da partilha de cópias na sala de aula em formato físico ou digital e de ferramentas digitais formais em uso na Universidade.

Gráfico 12: Curso de Economia UEM - Meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente



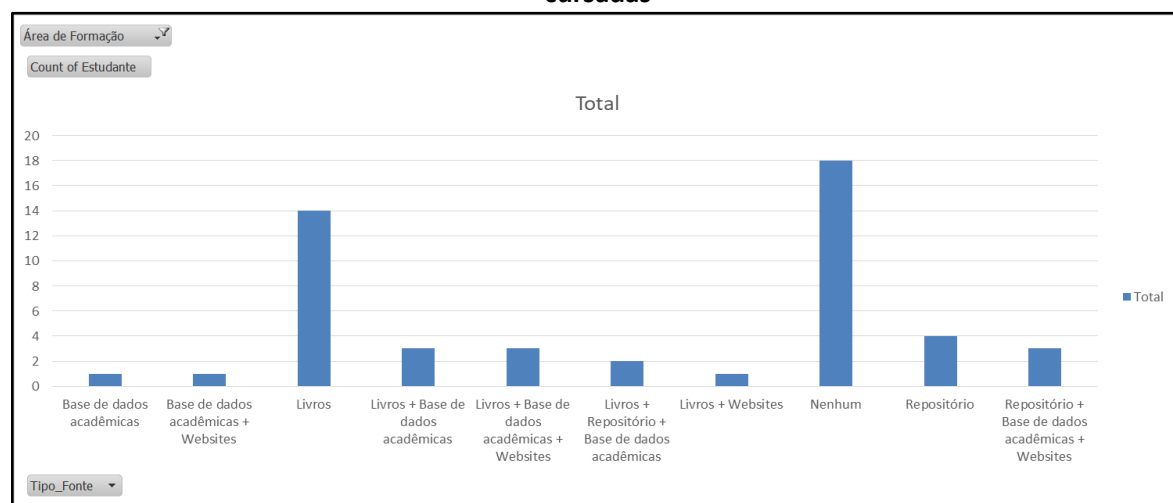
Fonte: Elaboração própria (2025).

As fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas pelos discentes da FE da UEM são: livros; repositórios; base de dados acadêmicas; e *Websites*. Neste sentido, 14 (catorze) discentes responderam que a fonte de informação usada com frequência nas disciplinas arroladas é o livro; 4 (quatro) discentes selecionaram a opção repositório; 3 (três) discentes indicam a combinação das seguintes fontes de informação: repositório, base de dados acadêmicas e *websites*. Também, 3 (três) discentes indicam a combinação de fontes de informação utilizadas com frequência nas disciplinas, quais sejam: livros, base de dados acadêmicas e *websites*. E mais 3 (três) discentes indicam outra combinação de fontes de informação utilizadas nas disciplinas do Curso de Economia, mais especificamente: livros e base de dados acadêmicas.

Por outro lado, dados apresentados no Gráfico 13 evidenciam que 2 (dois) discentes que selecionaram a combinação entre as seguintes fontes de informação: livros, repositório e base de dados acadêmicas. Por último, 1 (um) discente selecionou a opção: base de dados acadêmicas; 1 (um) indicou que a fonte de informação, base de dados acadêmicas e *websites*; e 1 (um) selecionou as fontes de informação, livros e *websites*.

Nessa perspectiva, destacam-se os livros como a fonte de informação mais utilizada com frequência nas disciplinas selecionadas pelos discentes do Curso de Economia, sobretudo, do terceiro e do quarto anos.

Gráfico 13: Curso de Economia UEM - Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

A pergunta referente a bibliografia do IESE que consta dos planos temáticos das disciplinas mencionadas, se estão disponíveis na Biblioteca da Universidade (Gráfico 13) cujos dados evidenciam que 20 (vinte) discentes do primeiro e segundo ano se abstiveram de selecionar opções, uma vez que não indicaram ter feito nenhuma disciplina lecionada por docentes com vínculo empregatício no IESE.

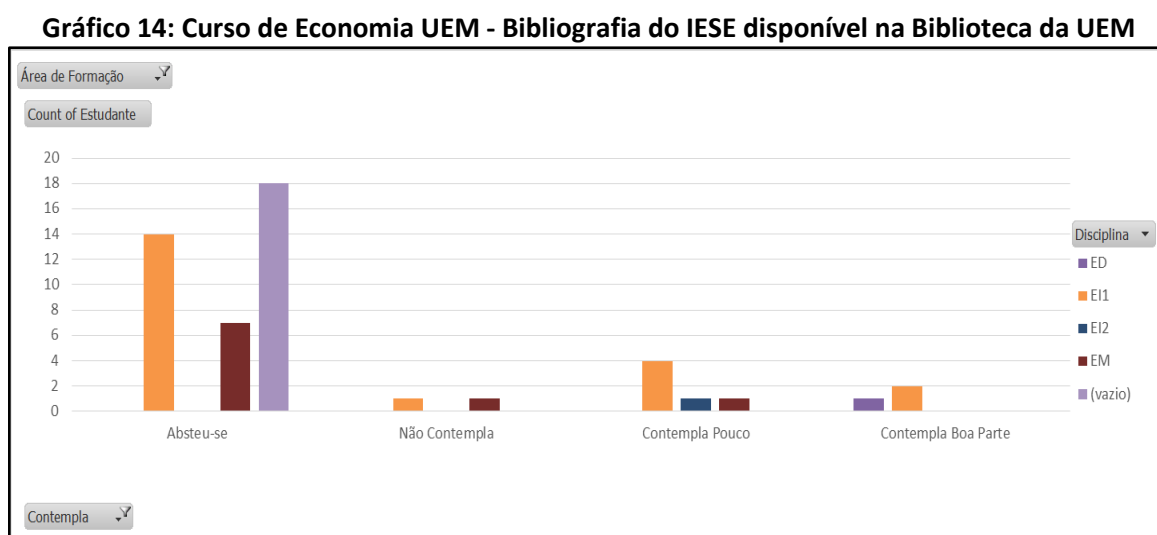
Contudo, registam-se também dois grupos de discentes, que indicaram disciplinas, mas optaram por não indicar opções por entenderem que as disciplinas ministradas pelos docentes com vínculo empregatício com o IESE não contemplam bibliografia do IESE. As disciplinas em que os discentes se abstiveram de selecionar as opções são: Economia de Moçambique, com 7 (sete) abstenções e Economia Internacional com 14 (catorze) abstenções.

Um (1) discente que indicou a disciplina de Economia Internacional I, e 1 (um) discente indicou a disciplina de Economia de Moçambique, ambos selecionaram a opção “não contempla” conteúdos informacionais referentes a bibliografia produzida e disseminada pelo IESE.

A opção “contempla pouco”, verificou-se que 4 (quatro) discentes indicaram a disciplina de Economia Internacional I, 1 (um) indica a disciplina de Economia Internacional II; e o último destacou a disciplina de Economia de Moçambique. Dessa maneira, evidencia-se que o projeto pedagógico do Curso não contempla a bibliografia do IESE e, assim, pode-se

inferir que os 6 (seis) estudantes podem ter tido acesso a bibliografia da disciplina para a realização de trabalhos das disciplinas indicadas.

Os discentes do terceiro e quarto ano já possuem maturidade suficiente para recorrerem a literatura pertinente que possa satisfazer suas necessidades informacionais, assim pode-se entender que o fato de os planos temáticos das disciplinas do Curso não contemplarem a literatura do IESE, a Biblioteca da Universidade pode contemplar a literatura do IESE na totalidade, desse modo 3 (três) discentes selecionaram a opção “contempla boa parte”, demonstrando que a literatura do IESE está disponível na Biblioteca da UEM (Gráfico 14).



Fonte: Elaboração própria (2025).

A relação entre como o discente do Curso de Economia acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE e o uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, vai de encontro com o desafio colocado pela apropriação social do conhecimento científico produzido nos institutos de pesquisa para o setor produtivo e o terceiro setor, bem como para a sociedade em geral, entendendo que sociedade envolve uma amálgama de grupos sociais, famílias, comunidades, organizações diversas, entre outras.

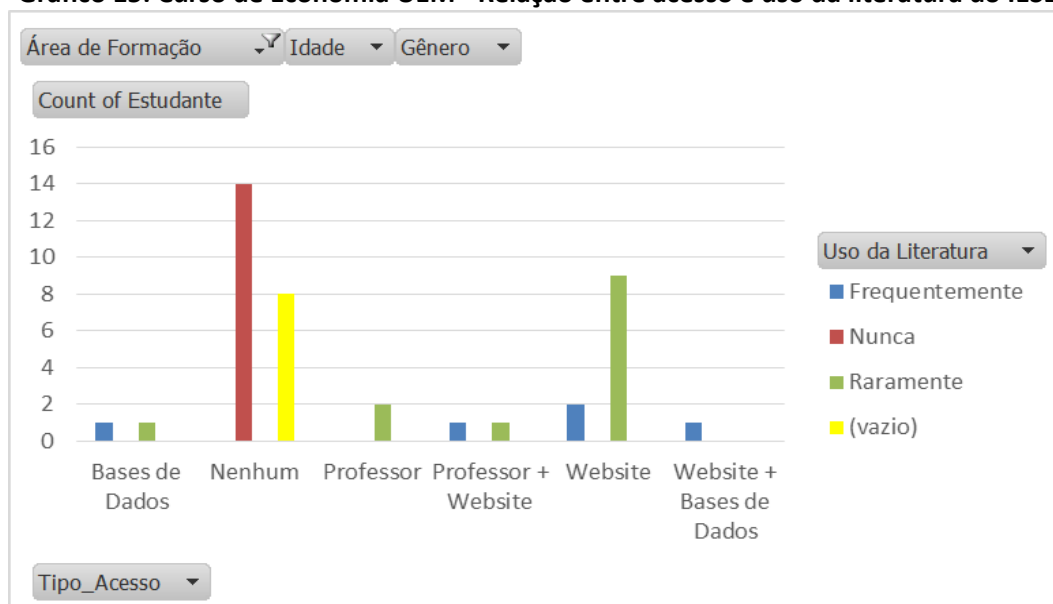
Dos 40 (quarenta) discentes inquiridos no Curso de Economia, 22 (vinte e dois) discentes que selecionaram a opção “nunca” fizeram uso da literatura produzida pelo IESE, não marcaram nenhuma opção na pergunta referente a forma como acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE. Neste diapasão, constata-se que o acesso ao

conhecimento é determinante para que os discentes possam fazer uso, ou seja, há uma relação objetiva entre estes dois processos.

Por outro lado, 11 (onze) discentes que informaram que têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE recorrendo ao *website* do IESE. Dos pesquisados, 9 (nove) selecionaram a opção “raramente” e 2 (dois) discentes assinalaram a opção que “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 2 (dois) discentes que têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor, selecionaram a opção que “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; os discentes que indicaram que tem acesso do conhecimento gerado e disseminado pelo IESE por meio das bases de dados acadêmicas, 1 (um) assinalou a opção “raramente” e 1 (um) “frequentemente” mencionou que tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Em outra vertente, quando os discentes têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE a partir da combinação, através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, 1 (um) assinalou a opção que “raramente” e 1 (um) selecionou a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e em relação ao discente que assinalou que acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, recorrendo ao *website* e a bases de dados acadêmicas, selecionou a opção que “frequentemente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE (Gráfico 15).

Gráfico 15: Curso de Economia UEM - Relação entre acesso e uso da literatura do IESE



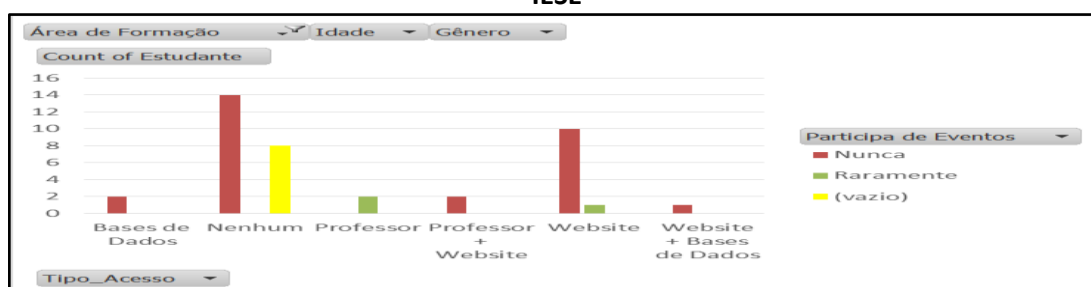
Fonte: Elaboração própria (2025).

A relação entre o tipo de acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE e a participação dos docentes em eventos organizados pelo IESE, destacam-se os discentes que têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor, dos quais 2 (dois) discentes selecionaram a opção que “raramente” participam nos eventos organizados pelo IESE; 1 (um) discente que tem acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE recorrendo ao *website* do IESE, assinalou que “raramente” participa dos eventos organizados pelo IESE e, por outro lado, 9 (nove) discentes que têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, recorrendo ao *website* do IESE, “nunca” participaram dos eventos organizados pelo IESE.

Invertendo a relação, os discentes que nunca participaram em eventos organizados pelo IESE, deste total 22 (vinte e dois) discentes abstiveram-se de indicar a opção referente a forma como têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE; 2 (dois) discentes que “nunca” participaram dos eventos organizados pelo IESE, selecionaram a opção base de dados acadêmicas, 2 (dois) selecionaram a opção que acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor e do *website* do IESE, e 1 (um) discente tem acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE por meio do *website* e base de dados acadêmicas.

Os dados apresentados no Gráfico 16 enfatizam a relação entre discentes e docentes; os docentes da FE, com vínculo empregatício ou não no IESE, podem constituir-se como vetores de disseminação do conhecimento gerado no IESE para a Universidade, por isso, o dado referente à relação entre os discentes que têm acesso ao conhecimento produzido pelo IESE, por meio do professor tem participado “raramente” nos eventos do IESE, este número pode parecer ínfimo, mas representa a força da relação entre docentes e discentes.

Gráfico 16: Curso de Economia UEM - Relação entre tipo de acesso e a participação em eventos do IESE



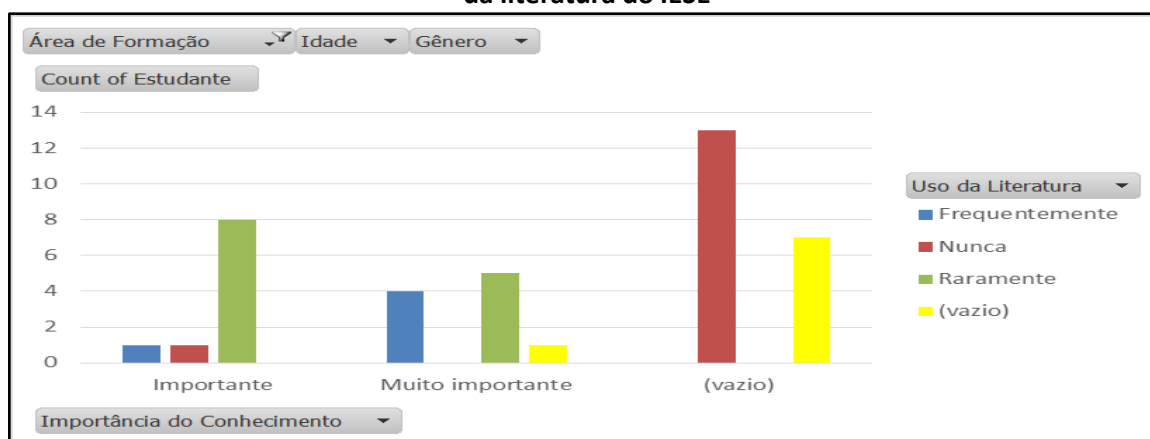
Fonte: Elaboração própria (2025).

Quando se analisa a relação entre uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE e importância do conhecimento do IESE (Gráfico 17), importa destacar que 20 (vinte) discentes não selecionaram ou deixaram em branco as opções referentes à importância do conhecimento do IESE para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique; 13 (treze) selecionaram a opção que “nunca” fizeram uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 7 (sete) não selecionaram nenhuma opção referente ao uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Dos pesquisados 10 (dez) discentes selecionaram a opção de que o conhecimento produzido e pelo IESE é “muito importante” para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, sendo que destes: 1 (um) discente não selecionou nenhuma opção sobre uso da literatura do IESE; 5 (cinco) discentes selecionaram a opção “raramente” ter feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 4 (quatro) discentes destacam que tem feito “frequentemente” o uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Os discentes que consideram o conhecimento do IESE como sendo importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique: 8 (oito) discentes selecionaram a opção “raramente” ter feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 1 (um) discente selecionou a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 1 (um) discente assinalou a opção “nunca” ter feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Gráfico 17: Curso de Economia UEM - Relação entre a importância do conhecimento do IESE e uso da literatura do IESE



Fonte: Elaboração própria (2025).

Importa destacar que na Tabela 3 estabelecem-se pesos para o uso da literatura, com isso, “4” (quatro) indicaram “sempre”; “3” (três) mencionaram “frequentemente”; “2” (dois) informaram “raramente”; “1” indicaram “nunca”; e “0” refere-se à “abstenção”.

Para efeitos desta análise, considerou-se que quando os discentes do Curso de Economia escolhem a opção acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor e selecionam a opção importante, ou seja, de que o conhecimento produzido pelo IESE é importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de 2 (dois), que representa raramente.

Por outro lado, quando os discentes selecionam a opção acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, em correlação com a opção muito importante, isto é, o conhecimento produzido pelo IESE é importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é 2 (dois), referente a raramente.

Quando os discentes do Curso de Economia acessam o conhecimento do IESE através do professor e recorrendo ao *website* do IESE em correlação com a opção importante, no quesito do conhecimento do IESE ser útil para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, a média é 3 (três), referente a frequentemente.

Nessa mesma perspectiva, quando os discentes selecionam que tem acesso ao conhecimento do IESE recorrendo ao *website* do IESE em correlação com a escolha da opção de que o conhecimento produzido pelo IESE é muito importante, a média de uso é 2.40, isto é, está entre 2 (dois) raramente e 3 (três) frequentemente.

No mesmo espírito, quando os discentes não mencionam nenhum tipo de acesso ao conhecimento do IESE, e não mencionam a importância do conhecimento produzido pelo IESE, a média é de 0.65, ou seja, estão entre 0 (zero) abstenção, e 1 (um) nunca; e os discentes que não selecionam nenhuma opção referente ao acesso do conhecimento do IESE em correlação com a opção de que o conhecimento é importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, a média é 1 (um), referente a nunca.

Tabela 3: Relação entre acesso e uso da literatura e a importância do conhecimento do IESE

Tipo de Acesso	(vazio)	Muito importante	Importante	Total
Professor	-	-	2.00	2.00
Professor + Website	-	2.00	3.00	2.50
Website	-	2.40	2.00	2.18
Nenhum	0.65	0.00	1.00	0.64
Bases de Dados	-	2.50		2.50
Total	0.65	2.11	2.00	1.33

Fonte: Elaboração própria (2025).

Por último, os discentes que selecionaram que tem acesso ao conhecimento do IESE por meio de bases de dados acadêmicas e consideram o conhecimento do IESE muito importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, a média de uso da literatura do IESE é 2.50, isto é, a média está entre 2 (dois) raramente e 3 (três) frequentemente.

6.3 ESTRUTURA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA FLCS/UEM

O estabelecimento de uma disciplina científica com raízes epistemológicas ocidentais, especificamente, os Estados Unidos da América, França, Alemanha e Inglaterra desafiam os desenvolvedores curriculares disciplinares e especialistas em desenho de currículo; a conceber currículos acadêmicos ajustados às origens da disciplina, suas principais correntes, paradigmas, teorias, conceitos, métodos, relações interdisciplinares, transdisciplinares, pluridisciplinares e multidisciplinares; tendo em conta o contexto local, regional e internacional, com vista a desenvolver nos graduandos, habilidades científicas, práticas ou experienciais, sob o manto de disciplinas nucleares, complementares alicerçadas em estratégias de ensino e formas de avaliação, conducentes a apropriação social do conhecimento científico.

De acordo com o Catálogo dos Cursos de Graduação da UEM (CCG, 2016) os objetivos do curso e perfis ocupacionais concebidos pelos desenvolvedores do currículo de licenciatura em Administração Pública da FLCS, determinam que:

Este curso visa responder às exigências do mercado de trabalho, cada vez mais competitivo através de licenciados em administração Pública para trabalharem no desenvolvimento de políticas, planificação e administração

de organizações governamentais, não-governamentais e privadas e com capacidade de realizar pesquisa na vasta área de administração Pública de modo a contribuir para o desenvolvimento de instituições e organizações que interagem com o público, em prol da boa governação no país (CCG, 2016, p.112).

Ademais, o currículo desenvolvido visa concretamente: 1. Desenvolver nos graduandos habilidades analíticas para compreender o funcionamento da administração pública e servi-la; 2. Dotar os graduados de conhecimento científico, capacidade de análise e de ferramentas nas áreas de governança, organização e gestão que lhes permitam atuar ética e profissionalmente na administração pública; 3. Desenvolver nos graduandos habilidades profissionais para trabalhar na gestão dos recursos humanos, materiais, financeiros e de informação nas organizações; 4. Estabelecer o alicerce para os graduados prosseguirem estudos de pós-graduação em administração pública e outros programas relacionados (CCG, 2016, p.112).

No que concerne ao perfil profissional dos graduados formados em Administração Pública, estes poderão exercer as atividades em: 1. Áreas de administração pública estatal ou autárquicas, especialmente em setores ligados ao desenvolvimento e políticas sociais; 2. Domínio das organizações não-governamentais, associações e organizações da sociedade civil em geral, que atuam em campos de interesse público; 3. Consultoria e investigação; e 4. Estudo, planejamento e assessoria.

Os objetivos do curso, perfil ocupacional, perfil profissional, estratégias de ensino, formas de avaliação, estrutura e duração do curso, conteúdo do curso e planos de estudos, referências bibliográficas das disciplinas, e formas de culminação do curso de Administração Pública constituem elementos importantíssimos para o desenvolvimento da apropriação social do conhecimento pelos graduandos.

Contudo, as variáveis elencadas devem estar associadas a outros elementos que podem ser considerados na mensuração e concretização da apropriação social do conhecimento no contexto do ensino superior, tais como: 1. Orientação vocacional para estudantes finalistas do nível secundário aplicado pelas IES; 2. Aula de orientação sobre o curso e orientação profissional; 3. Visita guiada de novos ingressos à Biblioteca da instituição de ensino superior; 4. Didática de ensino superior; 5. Estágio profissional em entidades públicas e privadas coerentes com a área de formação; 6. Iniciação científica e profissional dos graduandos; 7. Competências e habilidades desenvolvidas pelos graduandos; 8.

Produção de monografias coerentes com o perfil profissional do curso, objetivos do curso e as problemáticas relacionadas à política, sociedade, economia e cultura do país; 9. Perfil do docente do ensino superior; e 10. Acesso à informação científica produzida pela universidade.

Os pressupostos teóricos conceptuais para o desenvolvimento de um instrumento de mensuração da apropriação social do conhecimento no âmbito do ensino superior teve como base a pesquisa de Escobar Ortiz (2021) sobre como medir a apropriação social da Ciência e Tecnologia (C&T) e da proposta de Portela Huertas *et al.* (2021) sobre a análise dos processos de apropriação social do conhecimento de egressos de um curso de Psicologia.

Estas pesquisas compreendem duas vertentes diferentes, mas complementares. Por um lado, Escobar Ortiz (2021) parte da análise das alternativas que têm sido utilizadas para definir indicadores de apropriação social da C&T na política científica da Colômbia. As alternativas estabelecidas para a definição de indicadores sobre a apropriação social da C&T na Colômbia analisadas por Escobar Ortiz (2021), em que considera os indicadores contraditórios e inapropriados. Por outro lado, Portela Huertas *et al.* (2021) discorrem sobre os processos de apropriação social do conhecimento de egressos do Curso de Psicologia da *Fundación de Estudios Superiores Monseñor Abraham Escudero Montoya* (FUNDES), em que procuram correlacionar o perfil profissional dos egressos definidos nos objetivos do Curso com os trabalhos de conclusão de curso apresentados.

A matriz curricular do primeiro ano do Curso de Administração Pública estão inscritas 11 (onze) disciplinas, das quais, 6 (seis) são nucleares, concretamente: Introdução ao Trabalho Científico; Introdução à Economia; História das Ideias Políticas; Introdução às Ciências Sociais; Metodologia de Investigação em Ciências Sociais; e Introdução à Ciência Política.

Estas disciplinas compreendem aspectos epistemológicos do campo, uma vez que são disciplinas de cunho interdisciplinares, transdisciplinar e multidisciplinares, conferindo aos graduandos bases teóricas, metodológicas, conceptuais, com vista à introdução sobre os paradigmas, correntes e teorias no campo de estudos gerais da Administração Pública.

No que se refere às disciplinas complementares do primeiro ano, os desenvolvedores do currículo, inscreveram 5 (cinco) disciplinas, designadamente, História Econômica e Social

do Mundo; Economia do Desenvolvimento; Fundamentos de Sociologia; Inglês I; e Inglês II (Quadro 33).

As disciplinas complementares têm sido particularmente associadas às relações interdisciplinares da disciplina com outras ciências, assim como para responder a necessidades locais, do mercado do trabalho, ou para desenvolver habilidades comunicacionais e perspectivas analíticas baseadas na compreensão de fenômenos regionais e globais associados ao mundo das ideias e práticas intelectuais gerais.

Quadro 33: Matriz curricular do primeiro ano do Curso de Administração Pública

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
1	I	Introdução ao Trabalho Científico	1	II	Metodologia de Investigação em Ciências Sociais
1	I	História Econômica e Social do Mundo	1	II	Introdução à Ciência Política
1	I	Introdução à Economia	1	II	Economia do Desenvolvimento
1	I	História das Ideias Políticas	1	II	Fundamentos de Sociologia
1	I	Inglês I	1	II	Inglês II
1	I	Introdução às Ciências Sociais	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

As disciplinas inseridas no Quadro 34 correspondem à matriz curricular do segundo ano de Administração Pública. Neste ano, diferentemente do primeiro ano, estão inscritas 7 (sete) disciplinas nucleares, a saber: Estado e Governança; Organização e Gestão; Técnicas de Comunicação, Liderança & Resolução de Conflitos; Introdução à Ciência da Administração Pública; Direito Administrativo I; Políticas Públicas; Administração e Gestão Pública (Processo Administrativo).

Estas disciplinas possibilitam consolidar os conhecimentos adquiridos no primeiro ano do curso, visto que na sua maioria estão relacionadas à administração pública como prática e aplicação, bem como propiciam uma interação concreta com os objetos de estudo da disciplina; e, por último, como aludido acima, estas disciplinas compreendem os paradigmas da administração pública, concretamente, o paradigma da Administração Pública como Ciência Jurídica; como Ciência Administrativa; e como Ciência Política.

Por outro lado, encontram-se as disciplinas complementares do segundo ano, nomeadamente: Métodos Quantitativos I; Métodos Quantitativos II; Teoria do Desenvolvimento Sustentável; Regimes e Sistemas Públicos (Direito Constitucional); e Análise e Avaliação de Políticas Públicas. Diferentemente das disciplinas complementares do primeiro ano, estas estão mais próxima da componente prática e aplicada do curso de Administração Pública.

Quadro 34: Matriz curricular do segundo ano do Curso de Administração Pública

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
2	III	Estado e Governação	2	IV	Organização e Gestão (TGA/RH)
2	III	Métodos Quantitativos I	2	IV	Métodos Quantitativos II
2	III	Teoria do Desenvolvimento Sustentável	2	IV	Técnicas de Comunicação, Liderança & Resolução de Conflitos
2	III	Introdução à Ciência da Administração Pública	2	IV	Direito Administrativo I
2	III	Políticas Públicas	2	IV	Análise e Avaliação de Políticas Públicas
2	III	Regimes e Sistemas Públicos (Direito Constitucional)	2	IV	Administração e Gestão Pública (Processo Administrativo)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

As disciplinares curriculares do terceiro ano do Curso de Administração Pública contam com 8 (oito) disciplinas nucleares, especificamente: Reforma do Sector Público: Teorias Práticas; Gestão de Finanças Públicas e *Procurement*; Gestão dos Recursos Humanos do Estado; Direito Administrativo II; Gestão da Informação na Administração Pública (TIC); Contabilidade Pública e Normas Públicas Financeiras; Elaboração de Projetos e Empreendedorismo; e Normas de Organização e Funcionamento da Administração Pública.

Disciplinas orientadas para áreas de especialização e de interesse da Administração Pública, e adequada para a consolidação do perfil profissional e ocupacional dos graduandos do curso.

As disciplinas complementares do terceiro ano do curso são 2 (duas), nomeadamente: Planificação & Gestão Estratégica; Governação Local, que tanto podem ser de especialização, quanto de aplicação prática do curso.

Por último, a matriz apresenta duas disciplinas opcionais, I e II. As disciplinas opcionais abrem espaço para a introdução de disciplinas de outras áreas que são pertinentes no determinado momento em que não há possibilidade de revisão curricular (Quadro 35).

Quadro 35: Matriz curricular do terceiro ano do Curso de Administração Pública

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
3	V	Reforma do Sector Público: Teorias Práticas	3	VI	Gestão da Informação na Administração Pública (TIC)
3	V	Gestão de Finanças Públicas e <i>Procurement</i>	3	VI	Contabilidade Pública e Normas Públicas Financeiras
3	V	Gestão dos Recursos Humanos do Estado	3	VI	Elaboração de Projetos e Empreendedorismo
3	V	Planificação & Gestão Estratégica	3	VI	Governança Local
3	V	Direito Administrativo II	3	VI	Normas de Organização e Funcionamento da Administração Pública
3	V	Disciplina Opcional I	3	VI	Disciplina Opcional II

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

O desenho curricular possibilita que o Curso possa atingir os objetivos estabelecidos em seu currículo. As disciplinas nucleares inscritas no quarto ano do Curso de Administração Pública estão associadas ao escopo ou objetivos do curso, isto é, compreendem as funções e cultura organizacional da administração pública enquanto instituição pública.

São empregadas as práticas profissionais e a relação da administração com seus públicos. Ademais, são disciplinas de cunho prático e experiencial, ou seja, propiciam o desenvolvimento de habilidades conceituais, práticas e éticas do graduando. As disciplinas consideradas nucleares são 5 (cinco), concretamente: Comunicação e Marketing Institucional; Governança Eleitoral; Ética na Administração Pública; Seminário de Pesquisa Aplicada; e Seminário de Pesquisa Aplicada e Estágio Profissional.

São disciplinas que proporcionam acelerar o processo de apropriação social do conhecimento, uma vez que executam trabalhos, projetos de monografias e estágios profissionais. As disciplinas opcionais neste ano são 2 (duas), este espaço possibilita a rotatividade de disciplinas e compreendem os interesses dos discentes, uma vez que estas só são oferecidas quando existe um número significativo de discentes que se inscrevem.

Quadro 36: Matriz curricular do quarto ano do Curso de Administração Pública

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
4	VII	Comunicação e Marketing Institucional	4	VIII	Disciplina Opcional IV
4	VII	Políticas de Emprego e Renda (Políticas Públicas Sociais)	4	VIII	Seminário de Pesquisa Aplicada e Estágio Profissional
4	VII	Governança Eleitoral	-	-	-
4	VII	Ética na Administração Pública	-	-	-
4	VII	Seminário de Pesquisa Aplicada	-	-	-
4	VII	Disciplina Opcional III	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

Na matriz curricular do Curso de Administração Pública foi possível evidenciar que sua estrutura se encontra alicerçada em três grupos de disciplinas, nomeadamente, disciplinas nucleares, de especialização, aplicadas e opcionais. Atende aos ditames estabelecidos em cursos de graduação, em que inicia com disciplinas de cunho metodológico, de história de ideias, acima de tudo no que se refere a epistemologia da disciplina, depois aparecem disciplinas de natureza disciplinar, em seguida de cunho de especialização e aplicadas e, por último, de cunho experiencial, no âmbito profissional, com estágios profissionais e de cunho de iniciação científica com seminários de pesquisa, em que se produzem projetos conducentes a redação do TCC ou relatórios de investigação e de estágio.

As estratégias de ensino e as formas de avaliação são mais aprofundadas nestes contextos, assim, propiciam a independência ou autonomia dos discentes na busca, armazenamento, organização, recuperação, descarte e uso da informação científica e técnica para a produção de trabalhos de iniciação científica, com vista a responder as atividades estabelecidas pelos docentes.

6.3.1 Análise dos questionários aplicados aos discentes de Administração Pública da FLCS/UEM

Um excelente projeto pedagógico é aquele que está centrado nas problemáticas e fenômenos nacionais, isto é, é importante conhecer o estado da arte das disciplinas

ministradas nas universidades nacionais, a partir da literatura internacional, continental, nacional e regional, desde que se enfatize a literatura centrada gerada no contexto nacional e regional.

As referências bibliográficas possibilitam o estabelecimento de uma cultura acadêmica dos discentes, a leitura é fundamental para a apropriação social do conhecimento, o conhecimento produzido nas instituições de pesquisa e nas universidades pode ser disseminado, por meio da comunicação científica, isto é, através de veículos como revistas científicas, eventos científicos, anais de congressos, livros e capítulos de livros, base de dados acadêmicas, *websites* de instituições de pesquisa e universidades, repositórios de universidades, entre outros veículos. Este conhecimento é dirigido aos docentes, pesquisadores, discentes do ensino superior e cientistas.

A forma como as referências bibliográficas são inseridas nos planos temáticos das disciplinas dos cursos de graduação, devem proporcionar que os planos analíticos possam ser flexíveis, no sentido de propiciar a adequação aos problemas e fenômenos com os quais a sociedade e o país se debatem.

Os dados apresentados no Quadro 37 referentes às referências bibliográficas do projeto pedagógico do Curso de Administração Pública da FLCS da UEM parecem cumprir com o padrão estabelecido nos cursos de graduação de Moçambique. Contudo, como não foi possível ter acesso ao projeto pedagógico do Curso de Administração Pública, optou-se por recolher planos temáticos, através dos discentes inquiridos.

O Curso de Administração Pública, de acordo com o CCG (2016), conta com 43 (quarenta e três) disciplinas, distribuídas entre, nucleares, complementares e opcionais. Contudo, para possibilitar a análise do programa curricular recolheu-se 21 (vinte e um) planos temáticos das disciplinas do Curso. Destas disciplinas, o número de literatura internacional que corresponde a 290 (duzentos e noventa) referências bibliográficas, maioritariamente da Europa, América latina, especificamente o Brasil, América do Norte, sobretudo dos Estados Unidos da América; este padrão internacional tem a ver com a origem da formação dos docentes do Curso, principalmente no nível de mestrado e doutorado.

Em relação a literatura da África, os planos temáticos analisados contam com cerca de 9 (nove) referências bibliográficas. No que concerne à literatura nacional, os planos

temáticos apresentam 32 (trinta e duas) referências bibliográficas, majoritariamente constituída por legislação e documentos governamentais.

Os planos temáticos analisados concentram 6 (seis) referências do IESE, é possível generalizar de que o padrão não alteraria mesmo que se recupera-se os planos temáticos do Curso. A literatura do IESE, apesar de estar relacionada com o programa curricular do Curso de Administração Pública e ter docentes com vínculo empregatício no IESE não contempla a literatura gerada e disseminada pelo IESE; entretanto, esse padrão não afeta o acesso e uso, bem como a importância e a participação nos eventos organizados pelo IESE.

Quadro 37: Número de referências nos projetos pedagógicos do Curso de Administração Pública

Curso	Disciplinas	Internacional	África	Nacional	IESE	Total
Administração Pública	43 (21)	290	9	32	6	337

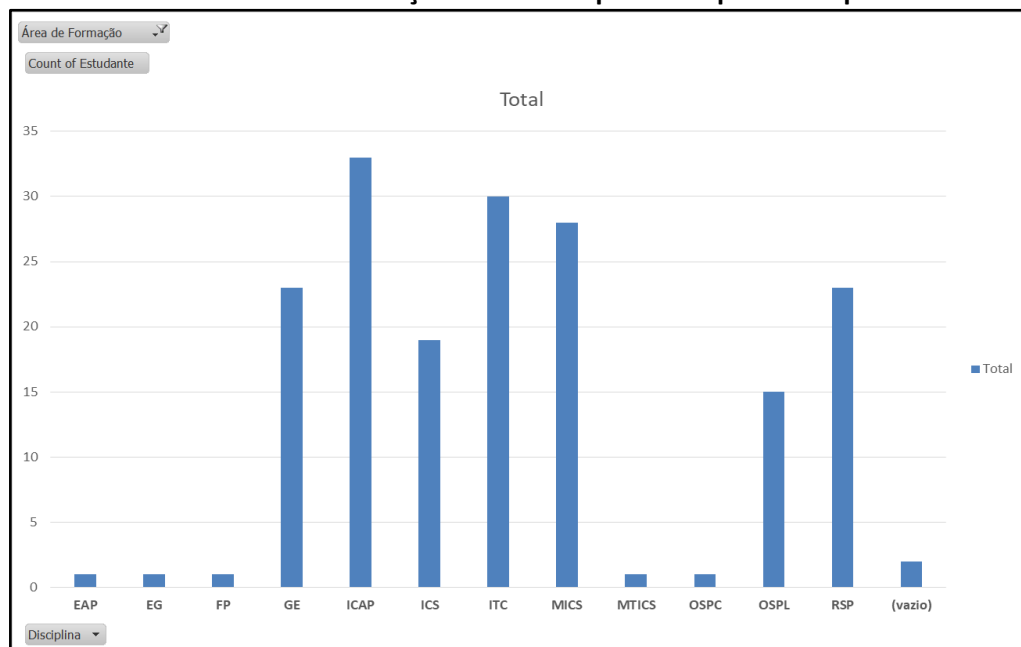
Fonte: Elaboração própria (2025).

Os dados do (Gráfico 18) indicam que as disciplinas ministradas pelos docentes com vínculo empregatício no IESE, mencionadas pelos discentes do Curso de Administração Pública. As disciplinas indicadas pelos discentes são: Ética na Administração Pública (EAP); Reforma do Sector Público: Teorias Práticas (RSP); Introdução à Economia (IA)/Economia Geral (EG); Governação Eleitoral (GE); Introdução a Ciência da Administração Pública (ICAP); Introdução as Ciências Sociais (ICS); Introdução ao Trabalho Científico (ITC); Metodologia de Investigação em Ciências Sociais (MICS); Organização Social e Política Comunitária (OSPC); Oferta de Serviços Públicos Locais (OSPL).

Dos discentes que indicaram disciplinas ministradas por docentes com vínculo no IESE, frequentadas no semestre anterior, 33 (trinta e três) discentes selecionaram a disciplina de Introdução à Ciência da Administração Pública; 30 (trinta) discentes mencionaram a disciplina de Introdução ao Trabalho Científico; 29 (vinte e nove) selecionaram a disciplina de Metodologia de Investigação em Ciências Sociais; 23 (vinte e três) discentes indicaram a disciplina de Reforma do Setor Público: Teorias Práticas; 23 (vinte e três) discentes indicaram a disciplina de Governação Eleitoral; 19 (dezenove) discentes selecionaram a disciplina de Introdução às Ciências Sociais; 15 (quinze) discentes indicaram a disciplina de Oferta de Serviços Públicos Locais; 1 (um) discente selecionou a disciplina de Organização Social e Política Comunitária; 1 (um) discente indicou a disciplina de Filosofia

Política; 1 (um) discente indicou a disciplina de Economia Geral; e 1 (um) discente indicou a disciplina de Ética na Administração Pública.

Gráfico 18: Curso de Administração UEM - Disciplinas frequentadas pelos discentes



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os meios de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelos docentes do Curso de Administração Pública são os seguintes: partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital (meio tradicional); recomenda a utilização da Biblioteca da UEM (meio formal); partilha no grupo de WhatsApp da disciplina (meio informal); e ferramentas digitais formais em uso na Universidade. Estes meios de compartilhamento de conhecimento no âmbito do ensino e aprendizagem compreendem o contexto histórico nacional e internacional, em que as instituições de ensino superior estão confrontadas.

Atualmente, o compartilhamento da bibliografia obrigatória das disciplinas parece ser dominado pelo docente, isto é, as opções arroladas na questão evidencia de que maneira o docente compartilha informação científica referente a bibliografia obrigatória da disciplina, denota a dominação da figura do docente como provedor e não como mediador da informação científica em sala de aula ou em prol do cumprimento do plano de leitura da disciplina.

A emancipação do discente na coleta, armazenamento, organização, uso e apropriação do conhecimento, dependem das estratégias de ensino e das formas de

avaliação impostas pelo projeto pedagógico, bem como da cultura pedagógica e acadêmica do docente em sala de aula.

Diante do exposto, o Gráfico 19 destaca como meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória das disciplinas, com maior predominância, a combinação de meios, em que os docentes das disciplinas indicadas pelos discentes, partilham cópias na sala de aula no formato físico ou digital; partilham no grupo de WhatsApp da disciplina; e que recomendam a utilização da Biblioteca UEM, com 44 (quarenta e quatro) opções indicadas pelos discentes. No Gráfico 19, a opção “nenhum”, com 32 (trinta e duas) representa as disciplinas arroladas pelos discentes, sem que selecionassem opções, dentre as quatro possíveis.

O segundo meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória predominante nas disciplinas arroladas pelos discentes do Curso de Administração Pública se refere ao compartilhamento de cópias na sala de aula no formato físico ou digital e partilha no grupo de WhatsApp da disciplina, com 18 (dezoito) indicações; e o WhatsApp com 18 (dezoito) indicações.

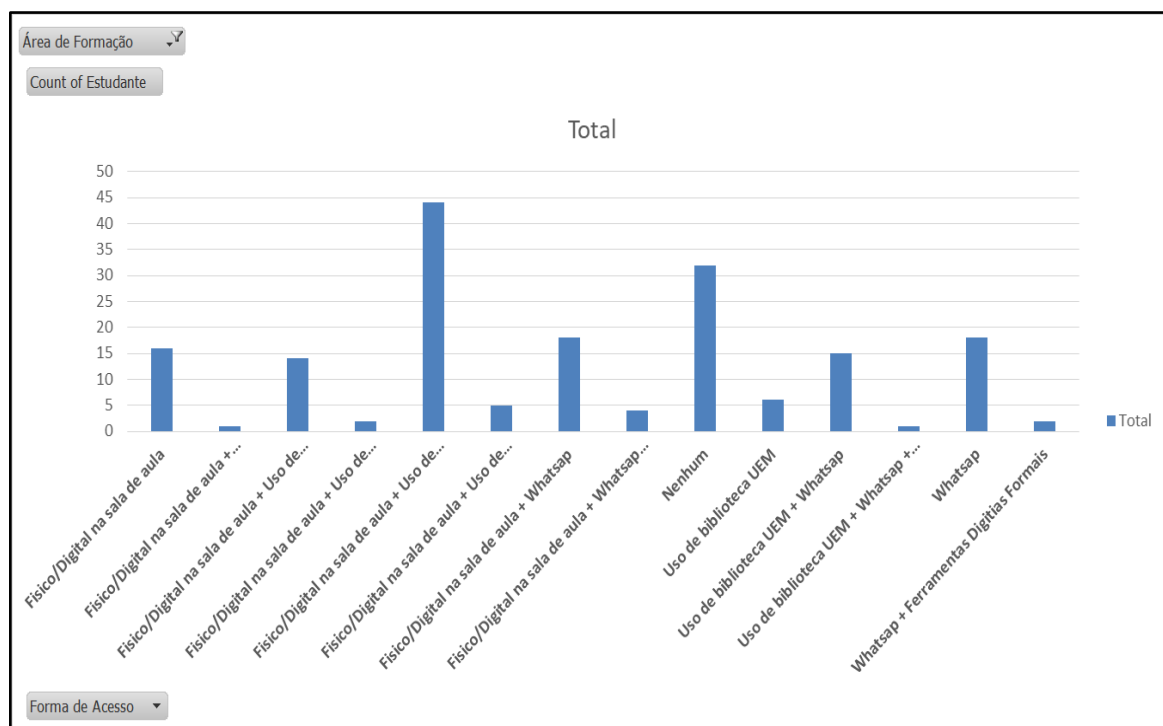
O terceiro meio de compartilhamento dominante nas disciplinas arroladas pelos discentes é o meio tradicional, qual seja, partilha cópias na sala de aula no formato físico ou digital, com 16 (dezesesseis) menções.

O quarto meio de compartilhamento de literatura obrigatória corresponde a combinação de partilha no grupo de WhatsApp da disciplina e recomenda a utilização da Biblioteca da UEM, com 15 (quinze) indicações.

O quinto meio de compartilhamento predominante é partilhar cópias na sala de aula no formato físico ou digital e recomenda a utilização da Biblioteca da UEM, com 14 (catorze) indicações.

O sexto meio indicado pelos discentes como sendo promovido pelos docentes e a opção recomenda a utilização da Biblioteca da UEM, com 6 (seis) indicações.

Gráfico 19: Curso de Administração UEM - Meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente



Fonte: Elaboração própria (2025).

Cinco (5) discentes mencionaram que o docente da disciplina partilha cópias na sala de aula no formato físico ou digital, recomenda a utilização da Biblioteca da UEM, partilha no grupo de WhatsApp da disciplina e ferramentas digitais formais em uso na Universidade.

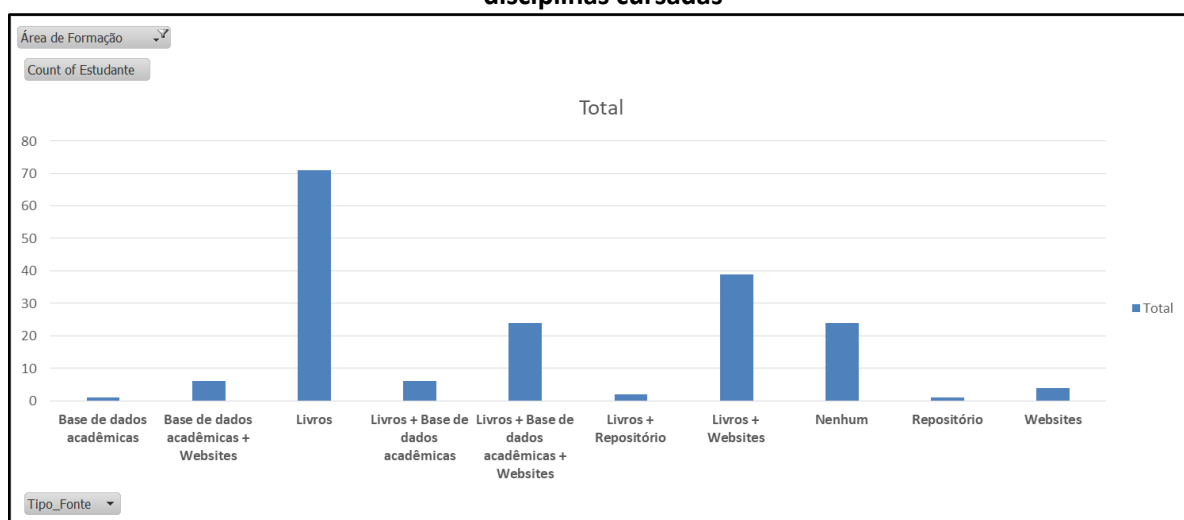
Ademais, os discentes indicaram que os docentes também compartilham bibliografia obrigatória das disciplinas por meio de partilha no grupo de WhatsApp da disciplina e ferramentas digitais formais em uso na universidade, com 2 (duas) menções; e compartilham por meio da combinação de partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital, recomenda a utilização da Biblioteca UEM, e por meio de ferramentas digitais formais em uso na Universidade.

Por último, um discente indicou que o docente compartilha bibliografia por meio da combinação, recomenda a utilização da Biblioteca da UEM, partilha no grupo de WhatsApp da disciplina, e através de ferramentas digitais formais em uso na universidade; e um discente indicou que o docente compartilha bibliografia obrigatória da disciplina, por meio da partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital e através de ferramentas digitais formais em uso na Universidade.

O Gráfico 20, demonstra que a fonte de informação usada frequentemente nas disciplinas indicadas pelos discentes do Curso de Administração Pública são os livros físicos, com 70 (setenta) indicações; seguido da combinação de livros e *websites*, com 39 (trinta e

nove) menções; outra fonte destacada pelos discentes que usam frequentemente nas disciplinas arroladas e a combinação de livros, base de dados acadêmicas e *websites*, com 24 (vinte e quatro) indicações; de outro lado, se encontra a combinação de fontes de informação, livros e base de dados acadêmicas, com 6 (seis) menções, bem como a combinação de base de dados acadêmicas e *websites*, também com 6 (seis) indicações; segue-se a fonte de informação usada frequentemente nas disciplinas arroladas, qual seja, *websites*, com 4 (quatro) indicações; livro e repositório com 2 (duas) indicações; e, por último, com 1 (uma) indicação cada, as seguintes fontes de informação: repositório e base de dados acadêmicas.

Gráfico 20: Curso de Administração UEM - Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

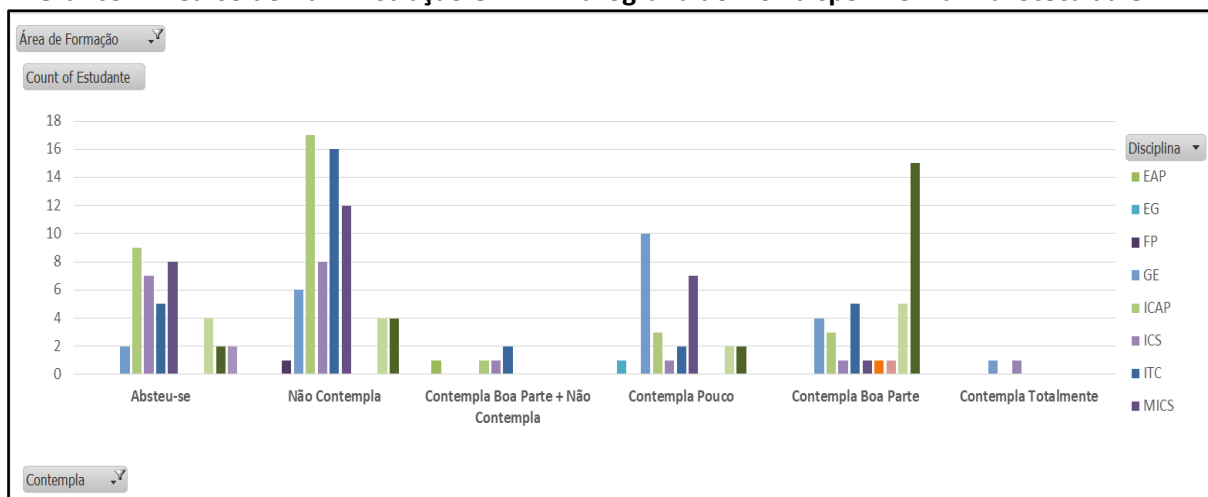
No que diz respeito ao Gráfico 21, referente a se a Biblioteca da UEM contempla conteúdos informacionais referentes a bibliografia produzida e disseminada pelo IESE, destacam-se 178 menções do total geral, dos quais pode-se mencionar 6 (seis) opções, nomeadamente: abster-se; não contempla; contempla boa parte e não contempla; contempla pouco; contempla boa parte; e contempla totalmente.

No que concerne as abstenções, os dados indicam 8 (oito) disciplinas, que os discentes indicaram, mas deixaram em branco as opções, com 39 (trinta e nove) vezes; em relação a opção “não contempla”, 8 (oito) disciplinas apresentam 68 (sessenta e oito) indicações; a combinação “Contempla boa parte” e “Não contempla”, com 5 (cinco) indicações; na opção “Contempla boa parte”, dados de 8 (oito) disciplinas apresentam 36

(trinta e seis) menções; na opção “Contempla boa parte” da bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM, destacam-se 28 (vinte e oito) indicações; já a combinação das opções “Contempla boa parte” e “Não contempla”, os dados apresentam 5 (cinco) indicações, em 4 (quatro) disciplinas; e, por último, a opção “contempla totalmente” apresentou o menor número de vezes 2 (duas) indicadas pelos discentes por meio de disciplinas.

Assim sendo, as opções assinaladas pelos discentes, evidenciam que a Biblioteca da UEM contempla poucos conteúdos informacionais referentes à bibliografia produzida e disseminada pelo IESE. Contudo, sendo que toda literatura produzida pelo IESE está disponível em formato físico e digital, sendo a Biblioteca da UEM um espaço com acesso à Internet e com acervo físico de livros e cadernos do IESE, pode-se inferir que toda a bibliografia gerada pelo IESE pode ser acessada na Biblioteca da UEM.

Gráfico 21: Curso de Administração UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM



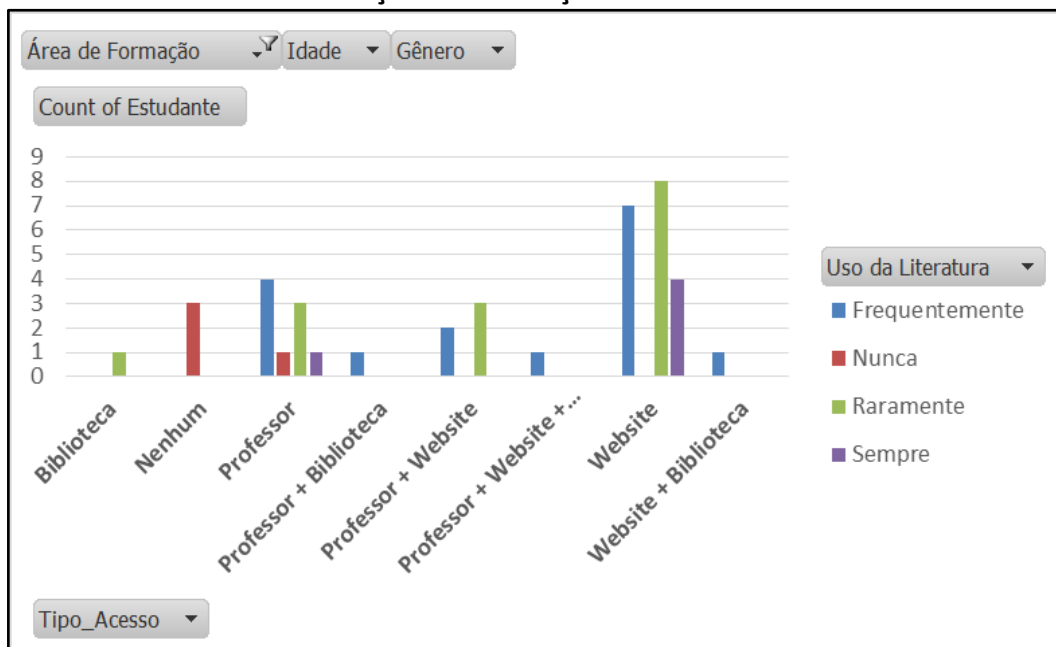
Fonte: Elaboração própria (2025).

O Gráfico 22 analisa o meio de acesso e uso da literatura do IESE. Quando os discentes indicam o “website” como o meio de acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, em relação ao uso da literatura do IESE, 8 (oito) discentes selecionaram a opção uso “raramente”; 7 (sete) discentes indicaram a opção uso “frequentemente”; e 4 (quatro) discentes selecionaram a opção “sempre”.

Os discentes que mencionam que têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor, 4 (quatro) discentes selecionaram a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, 3 (três) discentes indicaram que “raramente” tem feito uso da literatura do IESE, 1 (um) discente

indicou que “sempre” tem feito uso da literatura do IESE, e 1 (um) discente selecionou que “nunca” têm feito uso da literatura do IESE.

Gráfico 22: Curso de Administração UEM - Relação entre acesso e uso da literatura do IESE



Fonte: Elaboração própria (2025).

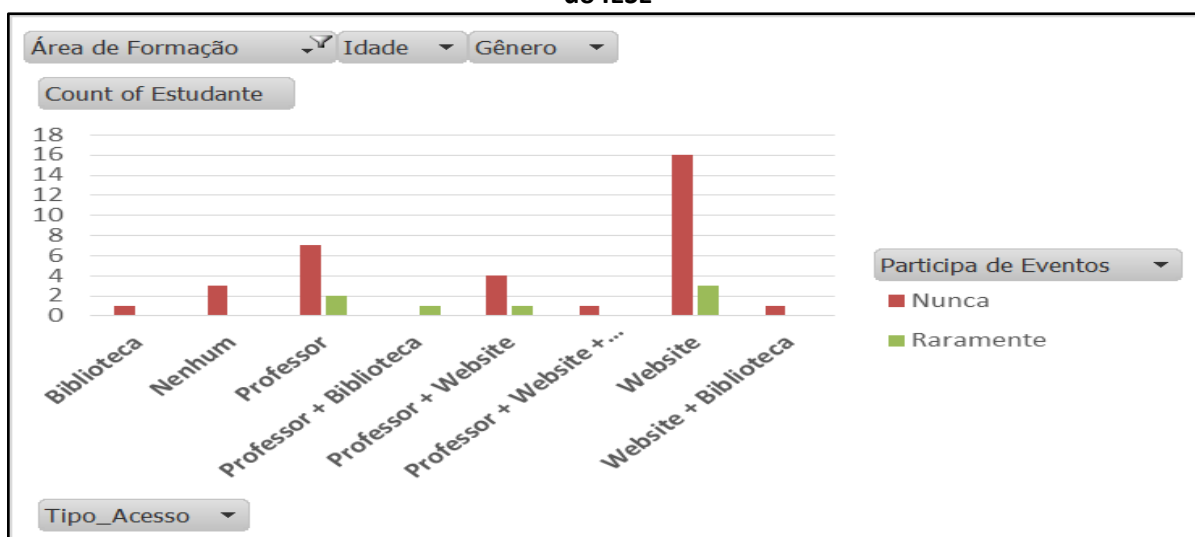
Por outro lado, quando os discentes combinam os meios de acesso ao conhecimento do IESE, sobretudo através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, 2 (dois) discentes selecionaram a opção “frequentemente”, e 3 (três) discentes a opção “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Por último, quando 1 (um) discente, indica que acessa o conhecimento do IESE recorrendo ao *website* do IESE e à Biblioteca da Universidade, indica que usa “frequentemente” a literatura do IESE; 1 (um) discente selecionou as opções acessa o conhecimento do IESE via Professor, *website* e Biblioteca da Universidade, indicou a opção “frequentemente” uso a literatura do IESE; e 1 (um) discente que selecionou que tem acesso ao conhecimento do IESE através do professor e da Biblioteca da Universidade, escolheu a opção “frequentemente” uso a literatura gerada e disseminada pelo IESE.

O Gráfico 23 estabelece a relação entre o meio de acesso e participação em eventos do IESE. Quando os discentes escolhem a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE recorrendo ao *website* do IESE, 3 (três) discentes escolheram a opção

“raramente” participa dos eventos organizados pelo IESE, 16 (dezesesseis) discentes selecionaram a opção “nunca” participam de eventos organizados pelo IESE.

Por outro lado, os discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento do IESE através do professor, 2 (dois) discentes escolheram a opção “raramente” participa dos eventos organizados pelo IESE; os discentes que indicaram que têm acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, 1 (um) discente selecionou a opção “raramente” participa de eventos organizados pelo IESE, 4 (quatro) mencionaram que “nunca” participam de eventos organizados pelo IESE.

Gráfico 23: Curso de Administração UEM - Relação entre tipo de acesso e participação em eventos do IESE



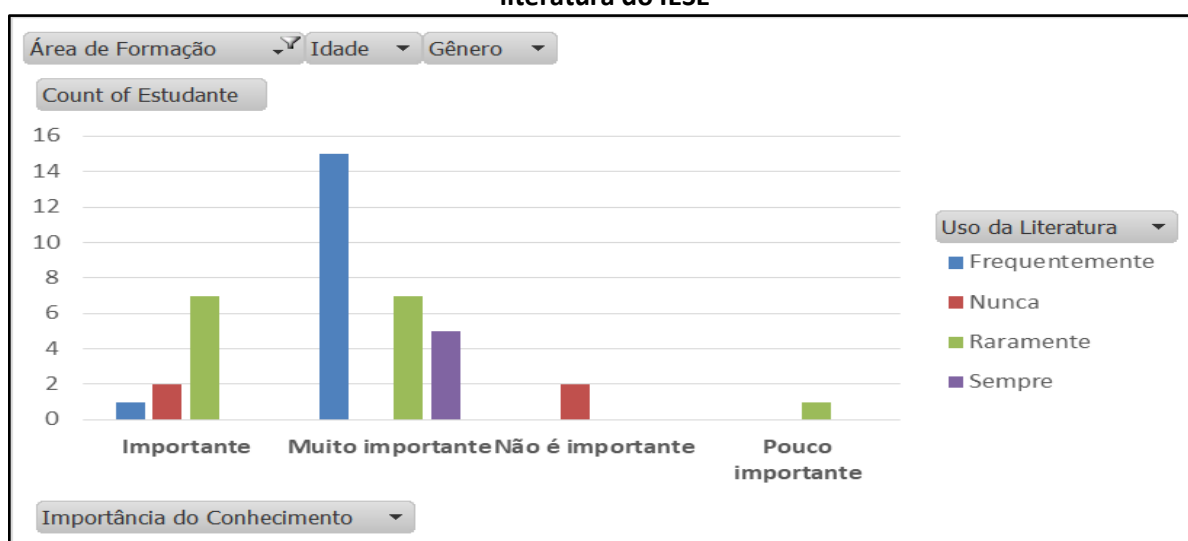
Fonte: Elaboração própria (2025).

Por outro lado, o discente que selecionou as opções acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor e recorrendo a Biblioteca da Universidade, indicou que “raramente” participa de eventos organizados pelo IESE; o discente que acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE por meio da Biblioteca, afirma que “nunca” participa de eventos organizados pelo IESE; segue-se o discente que selecionou que acessa o conhecimento do IESE através do Professor, recorrendo ao *website* do IESE e recorrendo a Biblioteca da Universidade, afirma que “nunca” participa de eventos organizados pelo IES; o discente que acessa o conhecimento do IESE recorrendo ao *website* do IESE e por meio da Biblioteca da Universidade, declara que “nunca” participa de eventos organizados pelo IESE; por último, 3 (três) discentes que se abstiveram de responder o meio de acesso ao conhecimento do IESE, “nunca” participaram de eventos organizados pelo IESE.

O Gráfico 24 destaca a relação entre a importância do conhecimento e o uso da literatura do IESE. Dos 40 (quarenta) discentes do Curso de Administração Pública inquiridos, destacam-se 27 (vinte e sete) discentes que selecionaram a opção “muito importante” na questão que procura compreender se o conhecimento produzido pelo IESE é importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique. Destes, 15 (quinze) discentes selecionaram a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, 7 (sete) discentes indicaram que “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, e 5 (cinco) discentes selecionaram a opção “sempre” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Assim sendo, a correlação entre importância do conhecimento produzido pelo IESE e uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é positiva.

Gráfico 24: Curso de Administração UEM - Relação entre a importância do conhecimento e uso da literatura do IESE



Fonte: Elaboração própria (2025).

Ademais, 10 (dez) discentes selecionaram a opção “importante” no que diz respeito a pergunta sobre se o conhecimento produzido pelo IESE é importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique. Destes, 7 (sete) discentes “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, 1 (um) discente “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, e 2 (dois) discentes selecionaram a opção “nunca” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Neste prisma, a correlação entre as duas variáveis continua positiva.

Estes dados indicam que 1 (um) discente selecionou a opção “pouco importante”, no que concerne a seguinte pergunta: o conhecimento produzido pelo IESE é importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, correspondendo a opção “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. E, por último, 2 (dois) discentes selecionaram a opção “não é importante”, por conseguinte, “nunca” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

A Tabela 4 relaciona três variáveis, nomeadamente, acesso e uso da literatura e importância do conhecimento do IESE. Assim sendo, quando os discentes escolhem a opção acesso ao conhecimento do IESE recorrendo à Biblioteca da Universidade em correlação com a opção “muito importante” na linha da importância da literatura do IESE para o entendimento de questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, a média de uso da literatura do IESE é de “2” (dois), que significa “raramente”.

Quando os discentes selecionam a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor em correlação com a opção “muito importante”, em relação à importância do conhecimento do IESE para o entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais, a média de uso da literatura é de “3” (três) que significa “frequentemente”.

Quando o acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE ocorre, através do professor e recorrendo a biblioteca em correlação com a opção “importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de “3” (três), referente a “frequentemente”.

Quando os discentes selecionam que acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE é de 2.50 , isto e, está entre “raramente” “2” (dois) e “frequentemente” “3” (três).

Tabela 4: Relação entre acesso e uso da literatura e a importância do conhecimento do IESE

Acesso	Pouco importante	Não é importante	Muito importante	Importante	Total
Biblioteca			2.00		2.00
Professor			3.00	1.67	2.56
Professor + Biblioteca				3.00	3.00

Acesso	Pouco importante	Não é importante	Muito importante	Importante	Total
Professor + Website			2.50	2.00	2.40
Professor + Website + Biblioteca			3.00		3.00
Website	2.00		3.07	2.00	2.79
Website + Biblioteca			3.00		3.00
Nenhum		1.00		1.00	1.00
Total	2.00	1.00	2.93	1.90	2.55

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor, recorrendo ao *website* do IESE e recorrendo a Biblioteca em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de “3” (três) que representa “frequentemente”.

Os discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE recorrendo ao *website* do IESE em correlação com a opção “pouco importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de “2” (dois) que significa “raramente”.

Os discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE recorrendo ao *website* do IESE em correlação a opção “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE é de 3.7, que representa “frequentemente”.

Quando os discentes escolhem a opção acessa o conhecimento do IESE em correlação a opção “importante”, a média de uso da literatura do IESE é de “2” (dois) referente à “raramente”.

Este padrão de correlação é positivo. Quando os discentes selecionam a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, recorrendo ao *website* do IESE e recorrendo a Biblioteca em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de “3” (três), referente a “frequentemente”.

Os discentes que não selecionaram nenhuma opção sobre o acesso ao conhecimento do IESE, em correlação com as opções “não é importante” e “importante”, a média de uso é de “1” (um), referente à opção “nunca”.

6.4 ANÁLISE DAS DINÂMICAS ESTRUTURAIS DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA FLCS/UEM

O curso de Licenciatura em Ciência Política da FLCS da UEM tem a duração de 4 anos letivos e um conjunto de 240 (duzentos e quarenta) créditos acadêmicos. A semelhança dos cursos de Sociologia e de Administração Pública se refere ao fato de que são herdeiros da UFICS, iniciada em 1992, cujas atividades somente passaram a serem realizadas em 1995, a partir da implantação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais (1995) com duração de 3 anos. Em relação a cronologia dos cursos criados e implementados em Moçambique tem-se: Antropologia e Administração Pública (1999); Sociologia (2000); e Ciência Política (2001) (Fernando Ganhão; Sergio Vieira, Ruth First; Luís de Brito, Manuel de Araújo, Fátima Mendonça, Emília Morais) (Testemunhos de Narciso Matos e Luís de Brito, em março de 2025).

Segundo Luís de Brito (2025, comunicação oral) o Vice-Reitor Acadêmico António Saraiva de Sousa era contra a abertura do Curso de Ciências Sociais na UEM, pois o considerava irrelevante. Contudo, “[...] foi o então Reitor da UEM, Narciso Matos, quem apadrinhou os proponentes para introduzirem o referido Curso, propiciando suporte institucional e moral.

O Curso de Ciências Sociais apresentava-se como inovador por conta da sua estrutura organizativa, boa parte das atividades curriculares era destinada ao estudo independente, ou seja, os discentes ficavam mais tempo fora da sala de aula e mais tempo em atividades de leitura e pesquisa. Esta postura pedagógica e formativa incomodava muitas vozes na Universidade. A UFICS iniciou suas atividades em 1995 e terminou em 2003, com a fusão das Faculdades de Letras e da UFICS, em 2003.

O Curso de Ciência Política da FLCS da UEM tem como objetivo:

O Curso de Licenciatura em Ciências Políticas tem por objetivo formar profissionais capazes de contribuir para a constituição de uma massa crítica e/ou laboral que possa participar ativamente no processo democrático moçambicano, propondo e buscando soluções para o alargamento, aprofundamento e consolidação da governação democrática em Moçambique (CCG, 2016).

O perfil profissional e ocupacional do graduado em Ciência Política da FLCS da UEM compreende os seguintes sectores:

1. Organismos do Estado, desde o nível central até o local, incluindo as autarquias; Instituições de ensino e pesquisa;
2. Organizações cujo fim é a conquista e exercício do poder (partidos políticos);
3. Organizações não-

governamentais com o enfoque sobre a democracia, direitos humanos, desenvolvimento, etc.; 4. Instituições políticas como o Parlamento e órgãos de administração eleitoral; 5. Organismos regionais, internacionais e multilaterais como a SADC, União Africana, o Banco Mundial, ONU, etc.; 6. Contribuição com artigos, monografias e participação em encontros, colóquios e debates; 7. Elaboração da política Informativa do organismo a que pertence (CCG, 2016).

O objetivo do Curso de Ciências Políticas da FLCS e o perfil ocupacional do graduado antecipam as disciplinas que se constituem em nucleares e complementares. O exercício da política pode ser alargado às elites políticas, económicas, sociais, culturais e artísticas dos diferentes países do globo, que exercem um papel fundamental nas dinâmicas das instituições políticas; processos políticos; comportamento político; pensamento político; e relações de poder. A literatura científica produzida pelo IESE, bem como por estudiosos de Ciência Política; Teoria geral do Estado seja, juristas, especialistas em Relações Internacionais, entre outras áreas de conhecimento em Moçambique, contribuem com arcabouço teórico e técnico capaz de alimentar o debate político sobre áreas de interesse da Ciência Política.

Os sustentáculos do cenário político nacional se materializam a partir do Estado, Governo, parlamento, tribunais, partidos políticos, instituições de pesquisa e de ensino superior que trabalham com áreas relacionadas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais estabelecidos e transitórios; contribuem de que maneira para o alargamento do debate público sobre problemáticas e fenómenos associados às instituições políticas nacionais. Contudo, apesar da relevância institucional do curso de Ciência Política da FLCS, importa mencionar que, instituições de pesquisa, de ensino, e livros fundacionais das Ciências Sociais moçambicanas, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI) do Instituto ISRI, atual UJC; o livro de Eduardo Mondlane (1969), “Lutar por Moçambique”; livro publicado primeiramente na língua inglesa pela editora *Penguin Books*, em Londres; surgiram outras edições fora de Moçambique; anos mais tarde, destaca-se a publicação em língua portuguesa do livro “Lutar por Moçambique”, em Moçambique, sob a chancela do CEA da UEM, na “coleção Nosso Chão”.

Nos capítulos anteriores, concretamente no que se dedica ao IESE, procurou-se associar o IESE como sendo uma continuidade do CEA da UEM, a partir do trabalho de Fernandes (2017) e Michel Cahen (2017), mas com um alargamento ligeiro dos legados do

UFICS, relatados por Cahen (2017) quando menciona a unidade como um espaço de formação de excelência em Ciências Sociais. Com isso, o autor refere-se que:

Mas, entre o «CEA marxista» e o IESE – vamos discutir depois se o IESE é marxista! –, houve a Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), que tinha como objetivo ser uma parte de uma faculdade unificada e de alta qualidade de Letras e Ciências Sociais e Humanas. Num País pobre e com poucos professores, a ideia era concentrar os esforços num número reduzido de estudantes para criar quadros de qualidade e comprometidos com o País. Isto é, criar excelência, o que é bem diferente de criar elite. A UFICS não conseguiu provocar a formação dessa faculdade alargada, mas formou uma impressionante série de estudantes de alto nível. Posso testemunhá-lo pessoalmente! Em Bordéus, minha cidade, faço um grande esforço para ter, todos os anos, mestrandos moçambicanos e, mais tarde, doutorandos no Instituto de Estudos Políticos, com bolsas da Cooperação Francesa. Até há poucos anos, a quase totalidade dos estudantes que satisfaziam os requisitos do recrutamento vinha da UFICS e, depois, do Departamento de Ciência Política e Administração Pública, que, em parte, é herdeiro da UFICS. E esses estudantes, apesar do choque das tradições académicas, apesar de terem o francês como terceira ou quarta língua, depois do português, do inglês e de uma língua africana, foram sempre excelentes (Cahen, 2017, p.22).

Este trecho citado constitui a única referência que o autor faz da UFICS no capítulo, com isso, faz sentido alargar as influências do IESE a UFICS, uma vez que, esta instituição para além de ser um espaço onde pesquisadores como Luís de Brito e Carlos Nuno Castel-Branco lecionaram, foi fundamental para a formação de pesquisadores que se tornaram quadros permanentes do IESE; tais como, Salvador Forquilha e Sérgio Chichava, antigos Diretores do IESE, que foram discentes da UFICS. Para além destes nomes, existiram outros, que se tornaram referências nos diferentes setores do Estado, Governo e atores relevantes da sociedade civil moçambicana; outros se estabeleceram como docentes universitários, pesquisadores em instituições de pesquisa públicas e privadas. O atual Diretor do IESE, foi discente da UFICS. Isto e, para além de invocar-se o CEA como preponderante é promotora de uma atmosfera que influenciou o IESE, deve-se mencionar a UFICS, enquanto espaço ou meio preponderante para a formação de instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e de organizações de consultoria.

A matriz curricular do primeiro ano Curso de Ciência Política, congrega disciplinas nucleares e complementares, nomeadamente: Introdução ao Trabalho Científico; História das Ideias Políticas; Metodologia de Investigação em Ciências Sociais; Introdução às Ciências Sociais; Introdução à Ciência Política; Economia do Desenvolvimento; e 6 (seis)

disciplinas complementares, quais sejam, História Econômica e Social do Mundo; Introdução à Economia; Moçambique Contemporâneo; Inglês I; Fundamentos de Sociologia; e Inglês II (Quadro 38).

Contudo, importa destacar a disciplina ‘Moçambique Contemporâneo’, disciplina que transita da UFICS a FLCS; na UFICS nos anos iniciais do curso de bacharelado em Ciências Sociais, foi concebida e lecionada por Luís de Brito, então Diretor da UFICS e docente da Unidade. Esta disciplina é também parte da matriz curricular do curso de Sociologia da FLCS, isto demonstra o quão importante é para a compreensão das dinâmicas políticas, sociais, económicas e culturais de Moçambique. Como indicado ao longo deste trabalho, Luís de Brito, para além de ter sido Diretor da UFICS, foi o segundo Diretor do IESE, e figura bastante influente na formação de jovens cientistas da área de Administração Pública e Ciência Política.

Quadro 38: Matriz curricular do primeiro ano do Curso de Ciência Política

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
1	I	Introdução ao Trabalho Científico (N)	1	II	Metodologia de Investigação em Ciências Sociais (N)
1	I	História Econômica e Social do Mundo	1	II	Introdução às Ciências Sociais (N)
1	I	Introdução à Economia	1	II	Introdução à Ciência Política (N)
1	I	Moçambique Contemporâneo	1	II	Fundamentos de Sociologia
1	I	História das Ideias Políticas (N)	1	II	Economia do Desenvolvimento (N)
1	I	Inglês I	1		Inglês II

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

A distribuição de disciplinas do segundo ano do curso de Ciência Política parece ir de acordo com o desenho curricular dos cursos de graduação da UEM, isto é, as disciplinas complementares, tais como: Políticas Públicas; Teorias do Estado; Métodos Quantitativos I; Introdução ao Direito; e Pensamento Político Africano; representam áreas que se relacionam com a Ciência Política por meio da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e multidisciplinaridade.

As disciplinas nucleares permitem a consolidação epistemológica dos graduandos, uma vez que, estão relacionadas com áreas de interação, bem como de áreas de aplicação,

assim sendo, as disciplinas nucleares (Quadro 39), particularmente: Introdução à Ciência da Administração Pública e Relações Internacionais, apesar de serem de outras áreas, coabitam no mesmo espaço epistêmico com a Ciência Política.

Outras disciplinas nomeadamente: Teoria do Desenvolvimento Sustentável; Análise e Avaliação de Políticas Públicas; Sociologia Política; Instituições Políticas; e Métodos Quantitativos II, constituem áreas de aplicabilidade da área de Ciência Política, áreas de pesquisa, bem como instrumentos metodológicos do fazer Ciência Política, principalmente para sondagens e aplicação de questionários de percepção.

Quadro 39: Matriz curricular do segundo ano do Curso de Ciência Política

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
2	III	Introdução à Ciência da Administração Pública (N)	2	IV	Análise e Avaliação de Políticas Públicas (N)
2	III	Políticas Públicas	2	IV	Introdução ao Direito
2	III	Teorias do Estado	2	IV	Sociologia Política (N)
2	III	Relações Internacionais (N)	2	IV	Instituições Políticas (N)
2	III	Teoria do Desenvolvimento Sustentável (N)	2	IV	Pensamento Político Africano
2	III	Métodos Quantitativos I	2	IV	Métodos Quantitativos II (N)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

As disciplinas nucleares (Quadro 40) representam áreas clássicas e emergentes de atuação da Ciência Política, nomeadamente: Estudos Eleitorais; Gênero e Poder Político; Teoria da Democracia e Democratização; Governação e Gestão de Conflitos; Política Moçambicana; Globalização e Desenvolvimento; Política e Religião; e Opinião Pública, e podem ser vistas como um desdobramento ou aprofundamento das disciplinas nucleares do segundo ano do Curso de Ciência Política.

No que concerne às disciplinas complementares, quais sejam: Política Comparada; Governação Local; Governação Eleitoral, estas estão relacionadas às áreas de pesquisa do Curso, cujos conteúdos são de aplicabilidade prática das teorias e, também, aos interesses de pesquisa de instituições de pesquisa nacionais.

Desse modo, entre várias linhas de investigação estabelecidas na FLCS, pode-se destacar a linha “Estado, Governação e Cidadania”, que parece aglutinar os interesses do Curso de Ciência Política e de Administração Pública. Esta linha tem como escopo o seguinte:

Esta linha de investigação preocupa-se com a lógica da organização burocrática e a forma como esta estrutura campos de interação nas organizações. As discussões sobre a lógica de organização burocrática serão orientadas para a análise e elaboração de trabalhos com enfoque em Moçambique, África e o mundo. Num contexto de formação do Estado e contínuas reformas no sector público é necessário documentar e analisar criticamente o legado desses processos. Pretende-se aprofundar os aspectos relativos à governação e os pressupostos que devem nortear as reformas da administração pública local, seja a descentralização assim bem como a desconcentração, pelo seu potencial de criar as condições para a construção e consolidação do Estado e da Cidadania (UEM, *Website*, 2025).

A linha de investigação pode ser associada à área de investigação do IESE, relacionada a “Cidadania e Governação”, que:

Centra-se no estudo do processo de construção do Estado e da governação democrática. Os projetos de investigação promovidos no âmbito deste grupo tratam de questões relativas à participação eleitoral, aos media e à cultura política dos partidos e dos cidadãos e à relação entre os cidadãos e seus representantes políticos, com destaque para os mecanismos de participação a nível local (IESE, *Website*, 2025).

Estas duas linhas de investigação parecem evidenciar a relação que existe entre a UFICS e o IESE. Com isso, os objetivos programáticos do curso de Ciência Política, bem como de Administração Pública, estão relacionados com os objetivos do IESE e de suas áreas de investigação; por isso, partes dos pesquisadores permanentes e associados do IESE lecionam ou lecionaram nos cursos de Ciência Política e de Administração Pública.

Quadro 40: Matriz curricular do terceiro ano do Curso de Ciência Política

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
3	V	Estudos Eleitorais (N)	3	VI	Política Moçambicana (N)
3	V	Gênero e Poder Político (N)	3	VI	Globalização e Desenvolvimento (N)
3	V	Teoria da Democracia e Democratização (N)	3	VI	Política e Religião (N)
3	V	Política Comparada	3	VI	Governação Eleitoral
3	V	Governação e Gestão de Conflitos (N)	3	VI	Opinião Pública (N)

3	V	Governança Local	-	-	-
---	---	------------------	---	---	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

Por último, a matriz curricular do quarto ano do Curso de Ciência Política da FLCS (Quadro 41) congrega 5 (cinco) disciplinas nucleares, que estão relacionadas ao escopo do Curso, às áreas de pesquisa e aos objetos de estudo da Ciência Política. Estas disciplinas inscritas na matriz são: Processos e Regimes Políticos na África Austral; Questões Teóricas e Metodológicas na Política Comparada; Cooperação e Integração Regional; Processo Decisório; e Estágio Profissional.

Quadro 41: Matriz curricular do quarto ano do Curso de Ciência Política

Ano	Semestre	Disciplinas	Ano	Semestre	Disciplinas
4	VII	Processos e Regimes Políticos na África Austral (N)	4	VIII	Seminário de Pesquisa Aplicada
4	VII	Política, Ambiente e Recursos Naturais	4	VIII	Estágio Profissional (N)
4	VII	Questões Teóricas e Metodológicas na Política Comparada (N)	-	-	-
4	VII	Cooperação e Integração Regional (N)	-	-	-
4	VII	Processo Decisório (N)	-	-	-
4	VII	Estudo dos Medias Africanos	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

As disciplinas complementares do quarto ano do curso de Ciência Política, abarcam: Política, Ambiente e Recursos Naturais; Estudo dos Medias Africanos; e Seminário de Pesquisa Aplicada, possibilitando a exploração de áreas transversais às Ciências Sociais e Humanas.

Parece repetitivo, mas o desenho curricular responde às dinâmicas internas da disciplina e influências epistemológicas e de cultura acadêmica dos desenvolvedores e docentes que participam no desenho curricular. Este curso congrega docentes e pesquisadores com formação em graduação, mestrado e doutoramento de distintas latitudes, tais como, Inglaterra, Moçambique, França, Brasil, Holanda, África do Sul, entre

outros. Essa diversidade de escolas e origens dos docentes parece ser preponderante no desenho curricular dos cursos.

6.4.1 Análise dos questionários aplicados aos discentes de Ciência Política da FLCS/UEM

Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação representam os objetivos do curso, relevância do curso, perfil do graduado, perfil profissional e ocupacional do graduado, filosofia de formação, estrutura e duração do curso, conteúdo do curso, formas de culminação dos cursos, classificação final do curso, tabela de precedências, plano de transição e programas temáticos das disciplinas, entre outros. Para efeitos desta pesquisa, como apresentado no (Quadro 42), não foi possível ter acesso ao projeto pedagógico do curso de Ciência Política da FLCS da UEM, contudo, recorreu-se aos planos temáticos recolhidos juntos aos discentes do curso. Desta recolha, foi possível recolher 17 (dezessete) planos temáticos e analíticos do Curso.

Quadro 42: Número de referências nos planos temáticos do Curso de Ciência Política

Curso	Disciplinas	Internacional	África	Nacional	IESE	Total
Ciência Política	43 (17)	259	4	51	14	328

Fonte: Elaboração própria (2025).

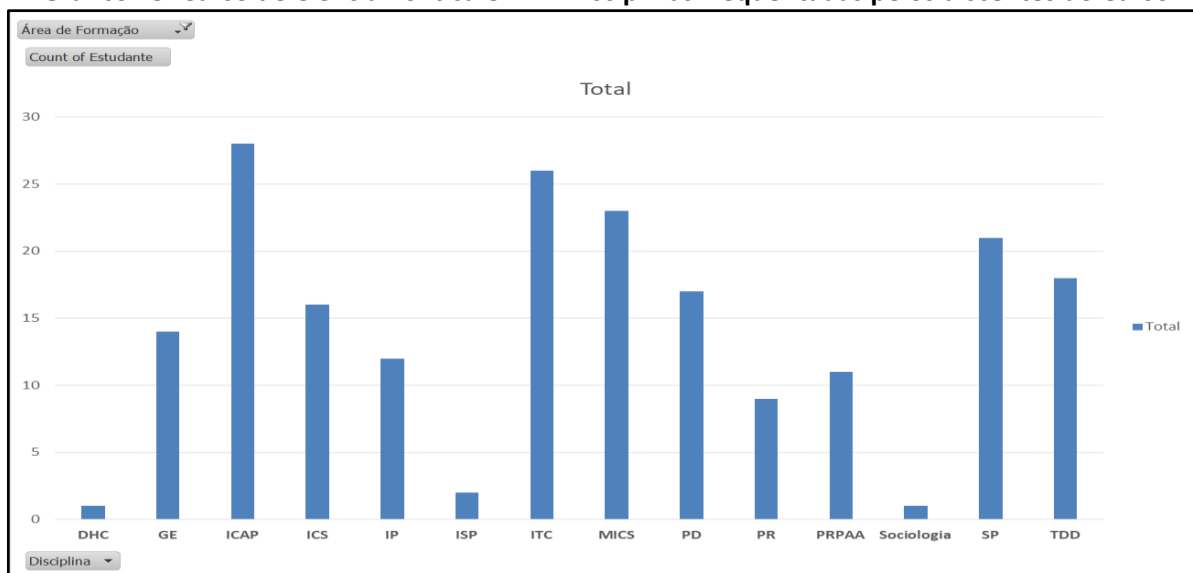
O *checklist* de referências bibliográficas nos planos temáticos e analíticos do Curso de Ciência Política se cingiu aos 17 (dezessete) planos temáticos recolhidos no campo. Destes planos temáticos, encontram-se inseridos 301 (trezentas e uma) referências bibliográficas, das quais 259 (duzentas e cinquenta e nove) são internacionais, 4 (quatro) são da África; 51 (cinquenta e uma) são nacionais, e 14 (catorze) são do IESE.

A escolha das referências bibliográficas inscritas nos planos temáticos do Curso de Ciência Política parece estar alinhada com a identidade acadêmica dos proponentes. Assim sendo, boa parte dos docentes do Curso de Ciência Política da FLCS da UEM com grau acadêmico de mestrado e doutorado fizeram a formação no exterior, tais como: Inglaterra, Moçambique, França, Brasil, Holanda, África do Sul, Portugal, entre outros.

Os discentes do Curso de Ciência Política quando instados a indicar as disciplinas que frequentaram no semestre anterior ministradas por docentes com vínculo empregatício no IESE, estes indicaram 14 (14) disciplinas, das quais: 28 (vinte e oito) indicaram ter

frequentado a disciplina 'Introdução à Ciência da Administração Pública'; 26 (vinte e seis) mencionaram ter frequentado a disciplina de 'Introdução ao Trabalho Científico'; 23 (vinte e três) informaram ter frequentado a disciplina 'Metodologia de Investigação em Ciências Sociais'; 21 (vinte e um) referiram ter frequentado a disciplina 'Sociologia Política'; 18 (dezoito) indicaram ter frequentado a disciplina 'Teoria da Democracia e Democratização'; 17 (dezessete) mencionaram ter frequentado a disciplina 'Processo Decisório'; 16 (dezesseis) informaram ter frequentado a disciplina 'Introdução às Ciências Sociais'; 14 (catorze) mencionaram ter frequentado a disciplina 'Governança Eleitoral'; 12 (doze) indicaram ter frequentado a disciplina 'Instituições Políticas'; 11 mencionaram ter frequentado a disciplina 'Processos e Regimes Políticos na África Austral'; 9 (nove) informaram que frequentaram a disciplina 'Política e Religião'; 2 (dois) mencionam que frequentaram a disciplina 'Introdução a Sociologia Política'; 1 (um) indicou que frequentou a disciplina 'Fundamentos de Sociologia'; e 1 (um) discente informou que frequentou a disciplina 'Direitos Humanos e Cidadania' (Gráfico 25).

Gráfico 25: Curso de Ciência Política UEM - Disciplinas frequentadas pelos discentes do Curso

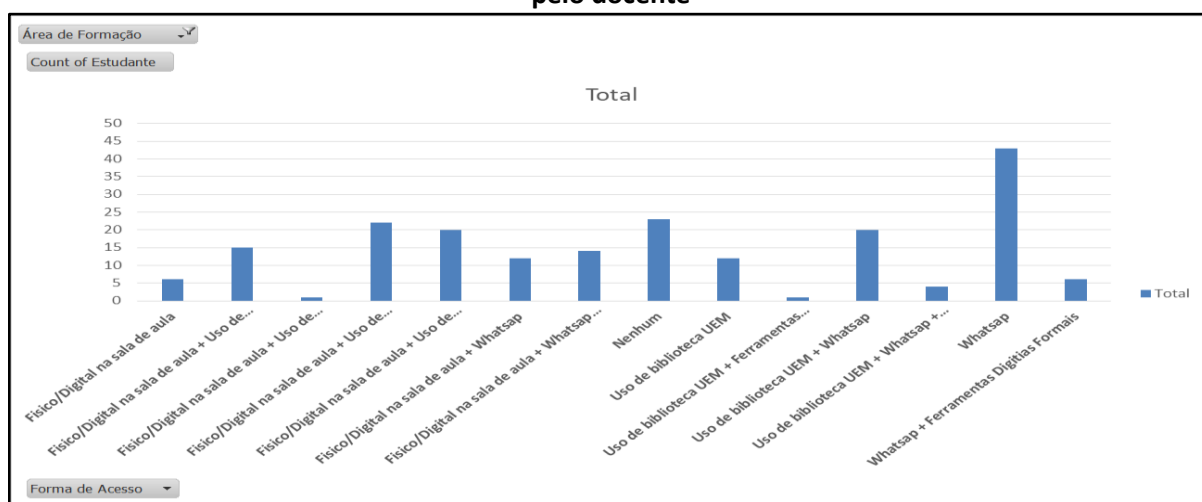


Fonte: Elaboração própria (2025).

Os dados apresentados no Gráfico 26 são referentes à maneira como o docente compartilha informação científica referente à bibliografia obrigatória da disciplina, informadas no Gráfico 25. O meio de compartilhamento frequentemente utilizado pelos docentes das disciplinas arroladas pelos discentes do Curso de Ciência Política se refere a

partilha por meio do WhatsApp da disciplina (meio informal) mencionado (43 vezes); seguido da combinação partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital (meio tradicional), recomenda a utilização da Biblioteca da UEM e partilha no grupo de WhatsApp da disciplina, mencionada pelos discentes (22 vezes); outros meios de compartilhamento de informação científica, combinando a partilha cópias na sala de aula no formato físico ou digital, recomenda a utilização da Biblioteca da UEM, e através de ferramentas digitais formais em uso na Universidade, mencionada (20 vezes).

Gráfico 26: Curso de Ciência Política UEM - Meio de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente



Fonte: Elaboração própria (2025).

Por outro lado, pode-se mencionar a combinação dos meios de compartilhamento de informação científica presentes nas disciplinas mencionadas pelos discentes, tais como: recomenda a utilização da Biblioteca UEM e partilha no grupo de WhatsApp da disciplina, mencionada pelos discentes (20 vezes); outro destaque se refere aos meios de compartilhamento mencionados pelos docentes, quais sejam: partilha cópias na sala de aula no formato físico ou digital e recomenda a utilização da Biblioteca UEM, mencionada (15 vezes). A combinação dos meios de compartilhamento de informação científica por docentes, nomeadamente, a partilha cópias na sala de aula no formato físico ou digital, no grupo de WhatsApp da disciplina e por meio de ferramentas digitais formais em uso na Universidade, mencionada (14 vezes).

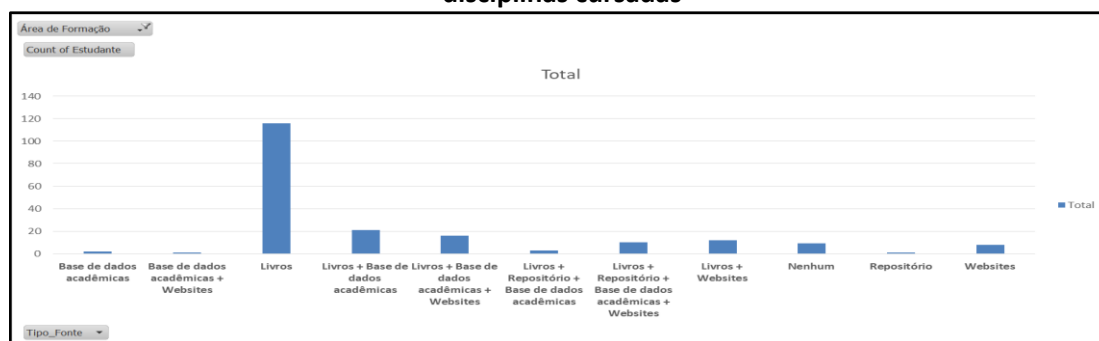
Importa referir que há uma diversidade de meios de compartilhamento de informação científica referente à bibliografia obrigatória das disciplinas ministradas por

docentes com vínculo empregatício no IESE, mas parece haver uma primazia nos meios informais e tradicionais. Contudo, destaca-se que os discentes mencionam (12 vezes) que os docentes recomendam a utilização da Biblioteca da UEM.

Ademais, o compartilhamento também inclui a combinação de o docente partilhar cópias na sala de aula no formato físico ou digital, no grupo de WhatsApp da disciplina, mencionadas (12 vezes). Os discentes mencionam (6 vezes) que os docentes também, partilham cópias na sala de aula no formato físico ou digital; mencionam também que os docentes compartilham informação científica, por meio do grupo de WhatsApp da disciplina e de ferramentas digitais em uso na Universidade (6 vezes); além disso, informaram que partilham de cópias na sala de aula no formato físico ou digital, recomenda a utilização da Biblioteca da UEM e de ferramentas digitais formais em uso na Universidade, mencionada (1 vez); e mencionam 1 (vez) que o docente recomenda a utilização da Biblioteca da UEM e de ferramentas digitais formais em uso na Universidade.

Em relação às fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas pelos discentes de Ciência Política, ministradas pelos docentes com vínculo empregatício no IESE, destaca-se o livro, mencionado (116 vezes); seguido da combinação do livro e base de dados Acadêmicas, indicada (21 vezes); livros, base de dados acadêmica e *websites*, indicadas (16 vezes); livros e *websites*, mencionados (12 vezes); livros, repositório, base de dados acadêmica e *websites*, mencionados (10 vezes) (Gráfico 27).

Gráfico 27: Curso de Ciência Política UEM - Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

Adicionalmente, destacam-se os *websites*, indicados (8 vezes); livros, repositório e base de dados acadêmicas, indicados (3 vezes); base de dados acadêmicas, indicadas (2 vezes). Por último, base de dados acadêmicas e *websites*, assim como, repositório, mencionados (1 vez), respectivamente.

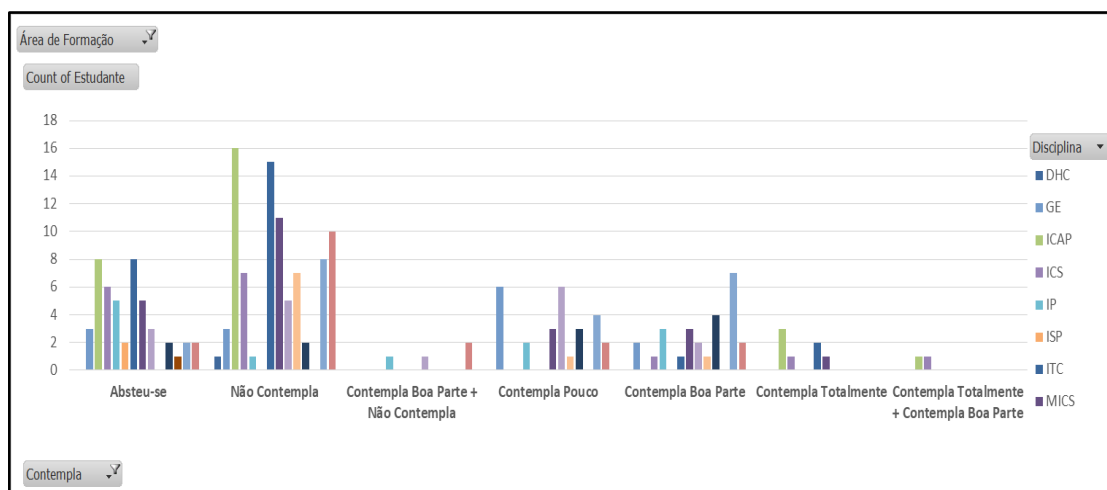
A questão referente se a Biblioteca da UEM contempla conteúdos informacionais referentes à bibliografia produzida e disseminada pelo IESE, possibilita aferir o grau de conhecimento da literatura do IESE inserida nos planos temáticos dos docentes com vínculo empregatício no IESE. Contudo, o preenchimento das opções pelos discentes do Curso de Ciência Política: ‘contempla na totalidade’, ‘contempla boa parte’, ‘contempla pouco’, e ‘não contempla’ foi baseada na intuição e não fundamentada em planos temáticos. Por isso, algumas disciplinas, apesar de não contemplarem referências bibliográficas do IESE, os discentes mencionaram que contemplavam.

Entretanto, sendo a pergunta direcionada se a Biblioteca contemplava conteúdos bibliográficos inseridos nas disciplinas arroladas, isso pode ter induzido os discentes a responderem de forma intuitiva.

Entretanto, os dados não estão distantes da realidade dos conteúdos informacionais inscritos nos planos temáticos, mas em relação à Biblioteca da UEM estão disfarçados, uma vez que a literatura do IESE está disponível em formato físico na Biblioteca, sobretudo o produto mais importante do IESE, qual seja, ‘Desafios para Moçambique’. Além disso, o IESE disponibiliza todas as publicações físicas na base digital, isto é, como a Biblioteca disponibiliza o acesso a rede Internet aos usuários, os discentes têm acesso ao *website* do IESE a partir da Biblioteca.

Os dados apresentados no Gráfico 28 evidenciam as percepções dos discentes em relação a bibliografia do IESE disponível na Biblioteca. Importa referir que: os discentes que mencionam a opção de que a biblioteca “não contempla” conteúdos informacionais do IESE, aparece (86 vezes); os discentes que indicaram disciplinas, mas deixaram em branco as opções, foram (47 abstenções); a opção que a Biblioteca da UEM “contempla pouco”, mencionam (27 vezes); a opção “contempla boa parte”, é mencionada (26 vezes); “contempla totalmente”, mencionada (7 vezes); “contempla boa parte” e “ não contempla”, é mencionada (4 vezes); e “Contempla totalmente” e “contempla boa parte”, é mencionada (2 vezes).

Gráfico 28: Curso de Ciência Política UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM



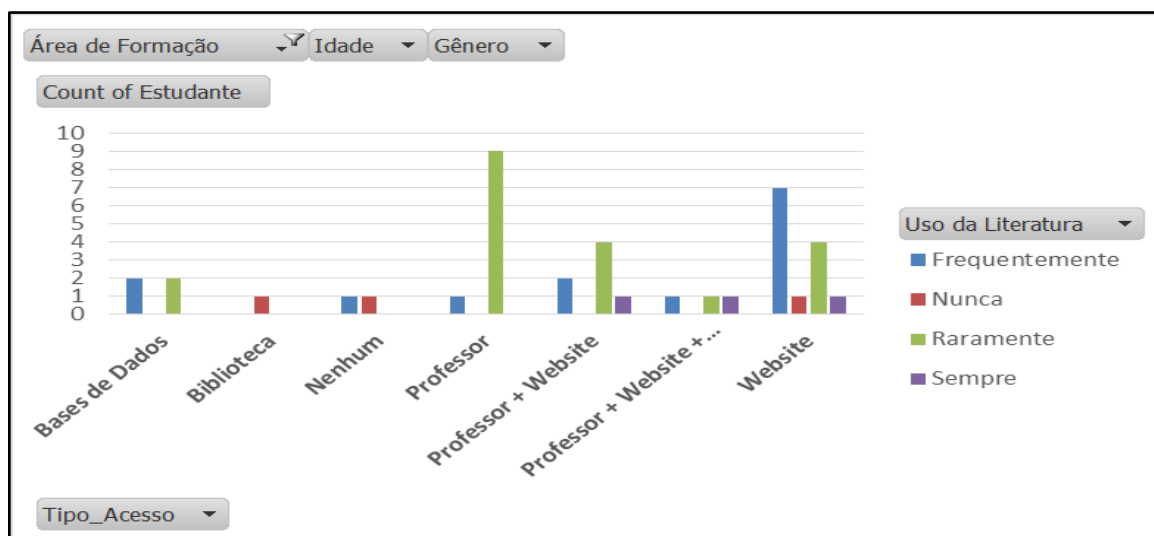
Fonte: Elaboração própria (2025).

No que tange à como o discente acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE em relação ao uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE (Gráfico 29), destaca-se o acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE recorrendo ao *website* do IESE, 7 (sete) discentes mencionaram que “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 4 (quatro) discentes indicaram que “raramente” tem feito uso da literatura do IESE; 1 (um) discente mencionou que “sempre” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 1 (um) informou que “nunca” usa a literatura do IESE.

Ademais, 9 (nove) discentes mencionaram que acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor, indicaram que “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 1 (um) discente informou que “frequentemente” têm feito uso da literatura do IESE.

Quando os discentes indicam que acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, 4 (quatro) discentes indicaram a que “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminado pelo IESE; 2 (dois) discentes mencionam que “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 1 (um) discente afirmou que “sempre” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Gráfico 29: Curso de Ciência Política UEM - Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM



Fonte: Elaboração própria (2025).

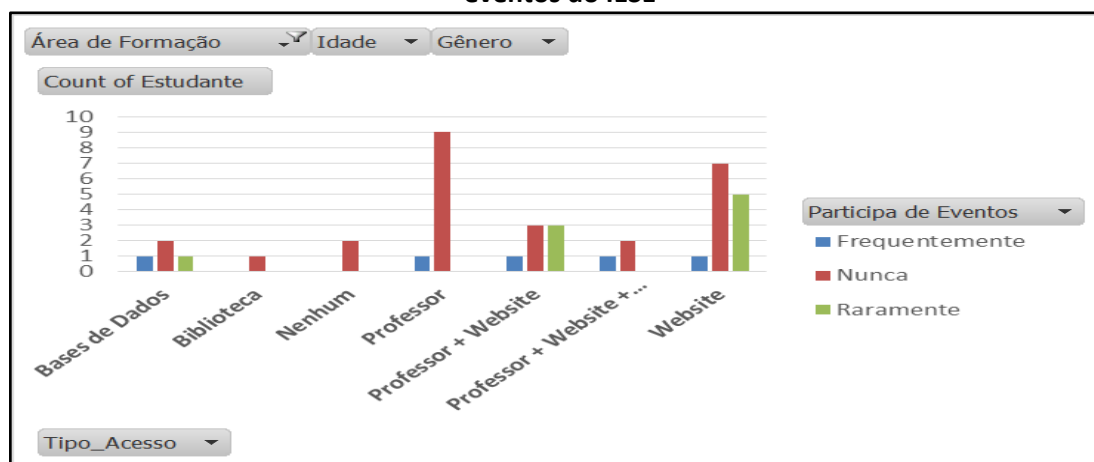
Igualmente, quando os discentes indicam que acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE por meio da base de dados acadêmicas, 2 (dois) discentes indicaram que “frequentemente” têm feito uso da literatura do IESE; e 2 (dois) discentes informaram que “raramente” tem feito uso da literatura do IESE.

Quando os discentes combinaram o tipo de acesso ao conhecimento do IESE, através do professor, recorrendo ao *website* do IESE, por meio da bases de dados e recorrendo a Biblioteca da Universidade, 1 (um) discente informou que “raramente” têm feito uso da literatura do IESE; 1 (um) discente indicou que “raramente” têm feito uso da literatura do IESE; e 1 (um) discente mencionou que “sempre” têm feito uso da literatura do IESE.

Além disso, 2 (dois) discentes que não indicaram nenhuma opção sobre como acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, 1 (um) discente informou que “frequentemente” têm feito uso da literatura do IESE; 1 (um) discente destacou que “nunca” usou a literatura do IESE; e 1 (um) discente que mencionou que acessa o conhecimento do IESE, recorrendo a Biblioteca da Universidade, entretanto, ressaltou que “nunca” usa a literatura do IESE.

O padrão apresentado no Gráfico 29, corrobora com o padrão do Gráfico 30. Assim sendo, 13 (treze) discentes que mencionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, recorrendo ao *website* do IESE, destes: 7 (sete) informaram a opção “nunca” usa a literatura do IESE; 5 (cinco) selecionaram a opção “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 1 (um) discente indicou a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Gráfico 30: Curso de Ciência Política UEM - Relação entre tipo de acesso e a participação em eventos do IESE



Fonte: Elaboração própria (2025).

Ademais, 10 (dez) discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através do professor, destes: 9 (nove) discentes mencionaram que “nunca” tem feito uso da literatura do IESE; e 1 (um) discente informou que “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Verificou-se que 7 (sete) discentes que indicaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, destes: 3 (três) discentes “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 1 (um) discente informou que “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; contudo 3 (três) discentes destacaram que “nunca” terem feito uso da literatura do IESE.

Observou-se que 4 (quatro) discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, por meio da bases de dados, destes: 1 (um) discente informou que “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 1 (um) informou que “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; por outro lado, 2 (dois) discentes mencionaram que “nunca” fizeram uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Além disso, 3 (três) discentes que selecionaram as opções acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através do professor, recorrendo ao *website* do IESE, por meio das bases de dados e da Biblioteca da Universidade, destes: 1 (um) discente informou

que “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 2 (dois) indicaram que “nunca” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

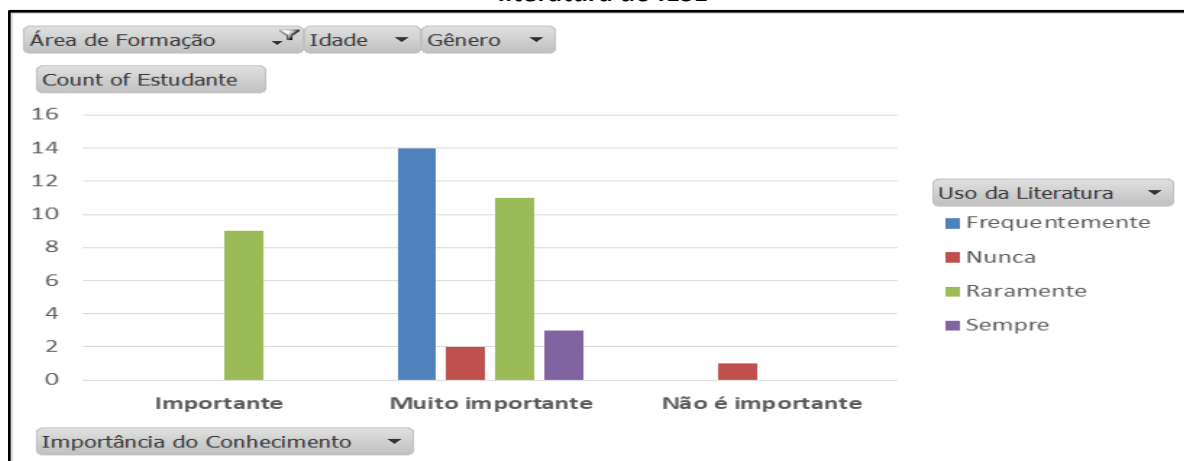
Ademais, 2 (dois) discentes não indicaram nenhuma opção sobre como acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, bem como informaram que “nunca” fizeram uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Por último, 1 discente mencionou que acessa o conhecimento do IESE por meio da Biblioteca da Universidade, entretanto, “nunca” fez uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE.

A relação entre importância do conhecimento e uso da literatura do IESE, dos 40 (quarenta) discentes, destacam-se 30 que selecionaram a opção “muito importante” referente ao entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique; 14 (catorze) selecionaram a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 11 (onze) indicaram a opção “raramente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 3 (três) selecionaram a opção “sempre” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 2 (dois) informam que “nunca” usaram a literatura gerada e disseminada pelo IESE.

Para os 9 (nove) discentes que responderam a opção “importante”: 9 (nove) informaram que “raramente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. E o discente que indicou a opção “não é importante”, destacou que “nunca” fez uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE (Gráfico 31).

Gráfico 31: Curso de Ciência Política UEM - Relação entre a importância do conhecimento e uso da literatura do IESE



Fonte: Elaboração própria (2025).

A correlação que se estabelece entre acesso e uso da literatura e a importância do conhecimento do IESE (Tabela 5), pode ser considerada positiva, uma vez que quando os discentes selecionam a opção de acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através da Biblioteca da Universidade, em correlação com “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE é de “1” (um) que representa “nunca”.

Os discentes que indicam que acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor em correlação com “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos docentes é de 2,20, o que representa “raramente”.

Quando a correlação é entre acessa o conhecimento do IESE através do professor com a opção “importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2 (dois) que representa “raramente”.

Os discentes que indicaram que acessam o conhecimento do IESE, através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2.67, está entre “raramente” (2) e “frequentemente” (3).

Por último, os discentes que escolhem a opção acessa o conhecimento do IESE através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, em correlação com a opção “importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2 (dois), que representa “raramente”.

Tabela 5: Relação entre acesso e uso da literatura e a importância do conhecimento do IESE

Tipo de Acesso	Não é importante	Muito importante	Importante	Total
Biblioteca	-	1.00	-	1.00
Professor	-	2.20	2.00	2.10
Professor + Website	-	2.67	2.00	2.57
Website	-	2.73	2.00	2.62
Nenhum	1.00	3.00		2.00
Bases de Dados	-	2.67	2.00	2.50
Professor + Website + Bases de Dados + Biblioteca	-	3.00		3.00
Total	1.00	2.60	2.00	2.43

Fonte: Elaboração própria (2025).

Por outro lado, os discentes que selecionam a opção acessa o conhecimento do IESE recorrendo ao *website* do IESE, em correlação com a “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2.73, está mais próximo de “frequentemente” (3).

Os discentes que selecionam a opção acessa o conhecimento do IESE recorrendo ao *website* do IESE, em correlação com “importante”, a média de uso da literatura do IESE é de 2 (dois) “raramente”.

Quando os discentes não selecionam a opção acesso ao conhecimento do IESE, em correlação com a opção “não importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 1 (um) que representa “nunca”.

Em contrapartida, quando os docentes não mencionam nenhuma opção de acesso ao conhecimento do IESE, em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura pelos discentes é de 3 (três) que representa “frequentemente”.

Os discentes que selecionam a opção de acessar o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através da base de dados acadêmica, em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso do conhecimento gerado e disseminado pelo IESE por parte dos discentes é de 2.67, o que representa entre “raramente” e “frequentemente”.

Os discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento do IESE através da base de dados acadêmica, em correlação com a “importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE por discentes é de 2 (dois), que significa “raramente”.

Por fim, vale destacar que os discentes que indicaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor, recorrendo ao *website* do IESE, bases de dados e recorrendo a Biblioteca da Universidade, em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, por discentes é de 3 (três), que significa “frequentemente”.

As competências e habilidades desenvolvidas pelos graduandos das IES iniciam com a aula de socialização sobre o curso e orientação profissional; visita guiada dos novos ingressantes à Biblioteca da IES; didática de ensino superior; estágio profissional em entidades públicas e privadas coerentes com a área de formação; iniciação científica e profissional dos graduandos. Entretanto, para Almeida Júnior (2010, p.80, grifo nosso):

A ação do profissional da informação, bem como do docente enquanto mediadores na sala de aula medeiam à necessidade de informação e as

informações adequadas que sanam ou satisfazem essa necessidade. Tais informações são recuperadas no universo informacional. Em suma, esses profissionais medeiam à necessidade informacional e as informações apropriadas destacadas do universo informacional. O usuário (alunos de graduação) apenas se apropria da informação por meio da leitura. Não existe outra forma para que essa apropriação se realize.

A definição de indicadores de mensuração sobre apropriação social do conhecimento na literatura especializada tem articulado indicadores relacionados à divulgação da C&T dos centros de produção de conhecimento, quais sejam universidades e instituições de pesquisa, setor produtivo e terceiro setor. Os indicadores são majoritariamente inscritos em políticas públicas de CT&I de países em vias de desenvolvimento, marcadamente da América Latina, onde o conceito de apropriação social do conhecimento parece comportar incoerências, por conta da diversidade de definições nos documentos de políticas públicas de CT&I, bem como na literatura científica que discorre sobre a temática.

Contudo, apesar da variedade conceitual sobre apropriação social do conhecimento, parece unânime que o conceito está relacionado com a divulgação da Ciência produzida nas universidades e instituições de pesquisa para a sociedade, por meio de uma linguagem comum a realidade social e das organizações dos vários setores de atividade que constituem objeto de pesquisa das instituições de ensino e de pesquisa, e legítimos receptores da produção científica gerada e produzida nas instituições de produção de conhecimento científico (Marín Agudelo, 2012; Roatta Acevedo, 2013).

A definição do indicador referente à orientação vocacional para estudantes finalistas do nível secundário aplicado por IES, bem como o indicador referente à realização de aulas de socialização do curso aos novos ingressos por profissionais, docentes, gestores ou antigos estudantes correspondente à área de formação dos ingressantes. As IES, sejam públicas ou privadas, se encontram em um mercado de competição por estudantes que agregam valor ao processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a geração de conhecimento e projetos inovadores para a sociedade, empresas e instituições públicas.

Assim sendo, as IES definem programas de divulgação dos cursos que lecionam para as instituições de ensino médio e técnico profissional, como forma de angariar potenciais candidatos para suas instituições. Chapman (1981) desenvolveu um modelo que determina a escolha de uma determinada faculdade pelos estudantes do ensino médio, com o objetivo de auxiliar os gestores universitários responsáveis pelo estabelecimento de uma política de

seleção, no intuito de auxiliar a identificação das pressões e influências que precisam considerar nesse contexto.

O modelo desenvolvido por Chapman (1981) se constitui na base para a instauração dos dois primeiros indicadores sobre apropriação social do conhecimento no âmbito do ensino superior definidos nesta pesquisa, nomeadamente: 1. Orientação vocacional para estudantes finalistas do nível secundário aplicado por IES; 2. Aula de orientação sobre o curso e orientação profissional, uma vez que se considera como fundamental para a apropriação social do conhecimento nas IES a qualidade dos estudantes ingressantes e a coerência vocacional com os cursos escolhidos para sua formação no nível superior. O modelo sugere que a escolha da faculdade ou curso pelos estudantes é influenciada por um conjunto de características dos próprios estudantes em combinação com uma série de influências externas, quais sejam: (1) influência de pessoas significativas; (2) características fixas da instituição; (3) próprio esforço da instituição para se comunicar com os futuros alunos (Chapman, 1981, p.492).

7 APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO GERADO E DISSEMINADO PELO IESE JUNTO AOS GRADUANDOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UEM

O contexto organizacional ou de pesquisa pode favorecer a concretização da apropriação social do conhecimento, sobretudo quando os docentes e pesquisadores interiorizarem os objetivos, métodos de ensino e aprendizagem, formas de avaliação, literatura obrigatória, interesses de pesquisa, cultura organizacional, cultura informacional, implícita ou explícita nos instrumentos legais associados ao ensino, pesquisa e extensão estabelecidos na organização, bem como o conhecimento tácito e explícito da organização e tácito do campo de pesquisa, e de fenômenos sociais.

Esta apropriação primária do docente o habilita com conhecimento experiencial, explícito, promovendo a autonomia dos discentes na sala de aulas. Assim, a realidade representada na literatura internacional, nacional e regional inscrita nos planos temáticos e analíticos, bem como no imaginário de percepção dos docentes, pode espreitar aos discentes a fazer uso de literatura diferenciada e compreensão de contextos distintos, com isso, garantindo a apropriação social do conhecimento pelos discentes, por conseguinte a emancipação e transformação da percepção e uso das fontes de informação para responder os desafios e as problemáticas associadas ao contexto de atuação dos discentes.

7.1 ANÁLISE DOS OBJETIVOS DOS CURSOS DE SOCIOLOGIA, ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIÊNCIA POLÍTICA VINCULADOS AO IESE

O *checklist* de referências bibliográficas dos projetos pedagógicos dos cursos de Sociologia e Economia, e dos planos temáticos dos cursos de Administração Pública e de Ciência Política (Quadro 43) possibilita mais bem compreender as dinâmicas e influências epistemológicas dos proponentes ou desenvolvedores de currículos, uma vez que os planos temáticos dos cursos apresentam o mesmo padrão de referências bibliográficas, basicamente as referências bibliográficas refletem a teoria de conhecimento das disciplinas, por conseguinte a epistemologia que as orienta, teoria, conceitos, modelos, origens, objeto de estudo, métodos e as relações que as disciplinas estabelecem com outras áreas do conhecimento, a partir das relações de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e multidisciplinaridade.

Evidencia-se que todos os cursos adotam literatura ocidental, principalmente dos seguintes países, Alemanha, França, Estados Unidos da América, Reino Unido e da América Latina, sobretudo do Brasil, talvez pelo fato de partilharem a mesma língua científica e oficial.

No que concerne à identidade dos docentes dos cursos de Economia, é majoritariamente anglo-saxônica; em relação ao Curso de Sociologia, este tem influências franco-germânicas e anglo-saxônicas; no que tange ao Curso de Administração Pública, é diversificada com influências anglo-saxônicas, francesa, germânica, norte-americana e brasileira; quanto ao Curso de Ciência Política, é majoritariamente influenciada pela França, Alemanha, Inglaterra, Brasil, Estados Unidos de América, entre outros.

Contudo, parte do arcabouço teórico das disciplinas, bem como das referências bibliográficas representam a identidade intelectual dos docentes dos cursos e da natureza universal dos cursos de Ciências Sociais e Humanas.

Quadro 43: Número de referências presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública e de Ciência Política da UEM

Cursos	Disciplinas	Internacional	África	Nacional	IESE	Total
Sociologia	41	200	11	32	0	243
Economia	59	208	0	33	0	241
Administração Pública	43 (21)	290	9	32	6	337
Ciência Política	43 (17)	259	4	51	14	328
Total	186	957	24	148	20	1149

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública e de Ciência Política partilham disciplinas, bem como capital humano, por conta de algumas disciplinas opcionais serem ministradas por docentes dos cursos de ambas as faculdades. Nesse sentido, das 41 (quarenta e uma) disciplinas do Curso de Sociologia, detém 243 (duzentas e quarenta e três) referências bibliográficas inscritas nos planos temáticos das disciplinas, distribuídas da seguinte maneira: 200 (duzentas) referências bibliográficas são internacionais, referentes ao continente europeu, América Latina e América do Norte; 32 (trinta e duas) referências bibliográficas representam a literatura gerada e disseminada em Moçambique, bem como

trabalhos acadêmicos sobre Moçambique; 11 (onze) referências bibliográficas inscritas nos planos temáticos do curso são de origem africana, isto é, geradas e disseminadas a partir da África, bem como da diáspora africana, mas relacionadas ao continente africano; e, por último, o Curso de Sociologia não contém nenhuma referência bibliográfica do IESE inscrita nos planos temáticos das disciplinas.

No que tange ao Curso de Economia, das 59 (cinquenta e nove) disciplinas, há um registro de 241 (duzentas e quarenta e uma) referências bibliográficas inscritas nos planos temáticos das disciplinas do Curso, destas: 208 (duzentos e oito) referências correspondem a literatura internacional; 33 (trinta e três) corresponde a literatura nacional ou de Moçambique, maioritariamente constituída de literatura cinzenta. Os planos temáticos das disciplinas do Curso não contemplam literatura de África, muito menos do IESE.

O Curso de Administração Pública conta com 43 (quarenta e três) disciplinas, entretanto para efeitos desta pesquisa recorreu-se aos planos temáticos disponibilizados pelos discentes, por conta da dificuldade de aceder ao projeto pedagógico do Curso, ou seja, não foi possível ter acesso ao projeto pedagógico. Desse modo, na falta do projeto pedagógico do Curso, analisou-se 21 (vinte e um) planos temáticos, assim foi possível identificar um total de 337 (trezentas e trinta e três) referências bibliográficas, distribuídas da seguinte maneira: 290 (duzentos e noventa) correspondem a literatura internacional, 32 (trinta e dois) referentes a Moçambique, dentre estas, literatura cinzenta; 9 (nove) correspondem a literatura africana; e 6 (seis) referências bibliográficas do IESE.

Por último, o curso de Ciência Política conta com 43 (quarenta e três) disciplinas curriculares, entretanto, como não foi possível recuperar o projeto pedagógico do Curso, analisou-se 17 (dezessete) planos temáticos que apresentam um conjunto de 328 (trezentos e vinte e oito) referências bibliográficas inscritas nos planos temáticos do curso, distribuídas da seguinte forma: 259 (duzentos e cinquenta e nove) internacionais; 51 (cinquenta e um) foram geradas e disseminadas em Moçambique, bem como literatura sobre Moçambique ou escrita por Moçambicanos ou estrangeiros na diáspora; 14 (catorze) foram produzidas e disseminadas pelo IESE; e 4 (quatro) são do continente africano.

Conclui-se que os cursos de Ciências Sociais e Humanas analisadas têm pouca literatura do IESE, nacional, bem como africana inscrita nos planos temáticos das disciplinas. A literatura internacional destaca-se em todos os cursos, infere-se que deve ser pelo fato de

estas disciplinas terem origem ocidental e a maior parte da literatura ser também dos contextos da origem das disciplinas ou de contextos onde estas se desenvolveram bastante, tendo programas de pós-graduação, instituições de pesquisa, associações nacionais e internacionais, revistas científicas especializadas, e uma comunidade consolidada de pesquisadores das disciplinas.

No caso Moçambicano, bem como africano, as Ciências Sociais e Humanas encontram-se em franco crescimento, não é por acaso, que os cursos de Ciências Sociais em Moçambique, terem sido criados nos anos 1990 e não existiam revistas científicas capazes de alimentar a produção científica da área, bem como disseminar conhecimento sobre o contexto nacional sobre produção de conhecimento em Ciências Sociais. Boa parte dos pesquisadores e docentes de Ciências Sociais e Humanas publicam artigos e capítulos de livros em revistas e editoras internacionais. Por outro lado, os docentes dos cursos de Ciências Sociais e Humanas de Moçambique são avaliados pela sua comunidade com critérios exógenos, o que impele a comunidade a publicar fora de Moçambique e em língua inglesa ou francesa.

A relação entre os objetivos dos cursos de Ciências Sociais e Humanas da FLCS e FE da UEM, representados pelo curso de Sociologia, Economia, Administração Pública e de Ciência Política estão relacionados com os objetivos do IESE (Quadro 44), isto é, o Curso de Sociologia como destaca o seu objetivo [...] surge da necessidade de aumentar a capacidade analítica e a compreensão das sociedades em vias de industrialização, bem como,

[...] dá uma atenção particular ao contexto particular aos processos de desenvolvimento e as suas implicações no país e na região; por outro lado, o curso de Economia centra-se nos [...] estudos económicos, sociais e de viabilidade de projetos qualquer dimensão com a necessária competitividade a nível interno e externo; ademais, o curso de Administração Pública, no âmbito da vasta área de administração Pública, pretende contribuir para o desenvolvimento de instituições e organizações que interagem com o público, em prol da boa governação no país; e o curso de Ciência Política busca promover soluções para o alargamento, aprofundamento e consolidação da governação democrática em Moçambique (UEM, 2016; IESE, *Website*, 2025).

Diante do exposto, os objetivos do IESE cobrem os diversos interesses dos cursos ora citados. Através da produção de conhecimento e capacidade intelectual o IESE pretende alimentar o debate público, sobre questões do desenvolvimento económico, social e político de Moçambique. Assim sendo, a produção de conhecimento do IESE se materializa por meio

dos seus produtos e serviços, quais sejam, livros, cadernos IESE, Boletim IDelIAS, Boletim Bibliográfico, outras publicações, conferências, entre outros tipos de eventos.

Quadro 44: Objetivos dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública, Ciência Política vinculados ao IESE

Cursos	Objetivos dos Cursos
Sociologia	A Sociologia enquanto campo de saber surge da necessidade de aumentar a capacidade analítica e a compreensão das sociedades em vias de industrialização e ao longo dos séculos tornou-se instrumento indispensável para o acompanhamento crítico do processo de desenvolvimento dos países. [...] O curso de Sociologia tem por objetivo principal dotar os estudantes e futuros sociólogos de conhecimentos e competências profissionais necessárias para alcançar esta tarefa com todo rigor científico exigido e conforme as normas e princípios internacionais do trabalho sociológico. Neste âmbito, se dará uma atenção particular ao contexto particular aos processos de desenvolvimento e as suas implicações no país e na região.
Economia	A Licenciatura em Economia tem como objetivos formar quadros preparados para desenvolver funções nas áreas respectivas do seu saber nomeadamente atividades de planeamento económico, direção, execução de atividades de consultoria nas entidades públicas, privadas e não-governamentais, investigações a título particular ou institucional dentro dos limites do seu conhecimento, participar individualmente ou em grupo dos estudos económicos, sociais e de viabilidade de projetos qualquer dimensão com a necessária competitividade a nível interno e externo.
Administração Pública	Este curso visa responder às exigências do mercado de trabalho cada vez mais competitivo através de licenciados em administração Pública para trabalharem no desenvolvimento de políticas, planificação e administração de organizações governamentais, não-governamentais e privadas e com capacidade de realizar pesquisa na vasta área de administração Pública de modo a contribuir para o desenvolvimento de instituições e organizações que interagem com o público, em prol da boa governação no país.
Ciência Política	Ciências Políticas tem por objetivo formar profissionais capazes de contribuir para a constituição de uma massa crítica e/ou laboral que possa participar ativamente no processo democrático moçambicano, propondo e buscando soluções para o alargamento, aprofundamento e consolidação da governação democrática em Moçambique.
IESE	O IESE é uma organização de pesquisa independente, que tem como vocação principal realizar investigação científica, através dela, produzir conhecimento e capacidade intelectual e alimentar o debate público sobre questões do desenvolvimento económico, social e político de Moçambique.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

As áreas de investigação dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública, Ciência Política e do IESE estão diretamente relacionadas. O Quadro 45 expõe detalhes referente as temáticas dominantes no Curso de Sociologia, nomeadamente pobreza, desigualdades sociais, violências, discriminação na base da religião e filiação partidária, desemprego que podem ser associados às áreas de investigação do IESE, mais

especificamente ‘Pobreza e Proteção Social’, ‘Economia e Desenvolvimento’, bem como ‘Governança e Cidadania’.

Por outro lado, destacam-se problemáticas ou linhas de orientação do Curso de Economia, tais como: analisar eventos macroeconômicas nacionais e internacionais, elaborar estratégias econômicas de proteção de recursos nacionais do meio ambiente e de defesa da soberania, que podem ser enquadrados nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de investigação ‘Economia e Desenvolvimento’ do IESE.

O Curso de Administração Pública e de Ciência Política, herdeiros naturais da extinta UFICS, unidade que possibilitou a formação de docentes e pesquisadores que atuam no IESE e são docentes dos cursos de Administração Pública e de Ciência Política da UEM congregam-se na linha de investigação da FLCS denominada de Estado, Governança e Cidadania, esta linha de investigação converge com a área de investigação do IESE, ‘Governança e Cidadania’.

Quadro 45: Áreas de Investigação dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública, Ciência Política vinculados ao IESE

Cursos	Áreas de Investigação
Sociologia	[...] fenômenos sociais marcados pela precariedade social, nomeadamente, as desigualdades sociais; pobreza; criminalidade; prostituição; violências; discriminação na base da religião e filiação partidária; desemprego; propagação de doenças endêmicas como o HIV e Sida, a malária, entre outros.
Economia	[...] aplicar os instrumentos básicos de análise micro e macroeconómica; 4. interpretar e analisar a realidade económica a nível nacional, regional e global; 5. elaborar, adaptar e interpretar modelos económicos; 6. preparar e analisar informação económica fundamental de apoio ao processo de tomada de decisão; 7. aplicar métodos quantitativos na análise económica; 8. formular políticas aplicáveis a contextos reais; 9. analisar eventos macroeconómicas nacionais e internacionais e ser capaz avaliar as suas implicações; 10. levar a cabo estudos setoriais e desenvolver modelos económicos adequados ao contexto em análise, com base na teoria económica; e 11. elaborar estratégias económicas de proteção de recursos nacionais do meio ambiente e de defesa da soberania.
Administração Pública	Estado, Governança e Cidadania - Esta linha de investigação preocupa-se com a lógica da organização burocrática e a forma como esta estrutura campos de interação nas organizações. As discussões sobre a lógica de organização burocrática serão orientadas para a análise e elaboração de trabalhos com enfoque em Moçambique, África e o mundo. Num contexto de formação do Estado e contínuas reformas no sector público é necessário documentar e analisar criticamente o legado desses processos. Pretende-se aprofundar os aspectos relativos à governação e os pressupostos que devem nortear as reformas da administração pública local, seja a descentralização assim bem como a desconcentração, pelo seu potencial de criar as condições para a construção e consolidação do Estado e da Cidadania.

Ciência Política	Estado, Governação e Cidadania - Esta linha de investigação preocupa-se com a lógica da organização burocrática e a forma como esta estrutura campos de interação nas organizações. As discussões sobre a lógica de organização burocrática serão orientadas para a análise e elaboração de trabalhos com enfoque em Moçambique, África e o mundo. Num contexto de formação do Estado e contínuas reformas no sector público é necessário documentar e analisar criticamente o legado desses processos. Pretende-se aprofundar os aspectos relativos à governação e os pressupostos que devem nortear as reformas da administração pública local, seja a descentralização assim bem como a desconcentração, pelo seu potencial de criar as condições para a construção e consolidação do Estado e da Cidadania.
IESE	Áreas de Investigação do IESE são: Economia e Desenvolvimento; Pobreza e Proteção Social; Cidadania e Governação; e, Moçambique no Mundo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa (2025).

Os cursos de Administração Pública e Ciência Política compartilham os mesmos docentes e boa parte das disciplinas de ambos os currículos são de tronco comum, por isso a linha de investigação Estado, Governação e Cidadania da FLCS congrega docentes dos 2 (dois) cursos.

7.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTOS DOS CURSOS DE SOCIOLOGIA, ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIÊNCIA POLÍTICA DA UEM: DISCIPLINAS, COMPARTILHAMENTO E FONTES DE INFORMAÇÃO USADAS NOS CURSOS

Dados gerais apresentados no Gráfico 32, referentes às disciplinas frequentadas pelos discentes dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública e Ciência Política, ministradas por docentes com vínculo empregatício no IESE, indicam 25 (vinte e cinco) disciplinas, sem contar com as disciplinas arroladas pelos discentes do Curso de Sociologia.

No período da recolha de dados, o Curso de Economia contava com 3 (três) docentes com vínculo empregatício no IESE; o Curso de Administração Pública e de Ciência Política, contava com 6 (seis) docentes com vínculo empregatício no IESE; e o Curso de Sociologia não conta com nenhum docente com vínculo empregatício no IESE.

Contudo, destes docentes, atualmente 2 (dois) são investigadores permanentes; 2 (dois) são investigadores associados; e 2 (dois) estão desligados do IESE, mas permanecem como docentes nos cursos de Ciência Política e Administração Pública. Ademais, no Curso de Economia, 1 (um) continua sendo pesquisador permanente; e 2 (dois) são pesquisadores associados do IESE.

Quando os docentes inquiridos nesta pesquisa arrolam sobre as disciplinas ministradas, com a inclusão do Curso de Sociologia, registam-se 39 (trinta e nove) disciplinas mencionadas pelos discentes dos cursos de Sociologia, Economia, Administração Pública e de Ciência Política.

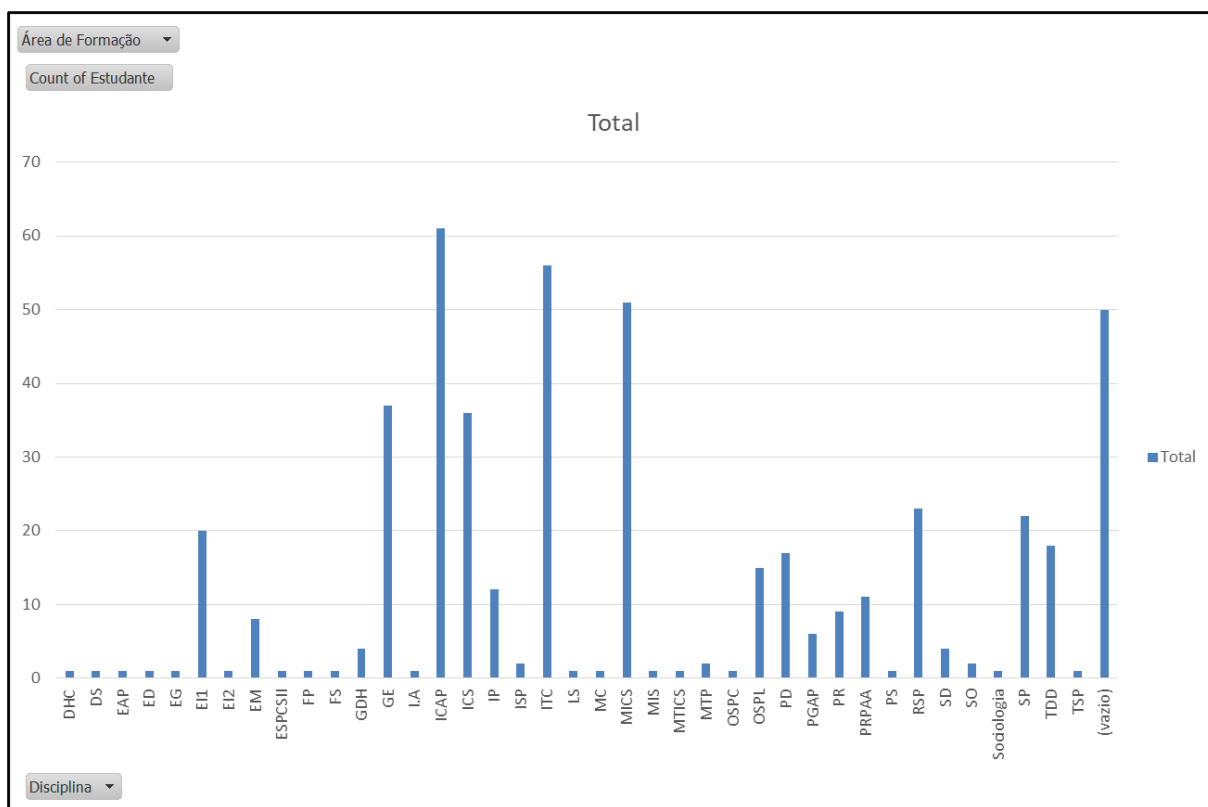
O fato de os discentes dos cursos supracitados indicarem disciplinas ministradas pelos docentes com vínculo empregatício no IESE, pressupõe que a sala de aula se constitui em um espaço para a ocorrência da apropriação social do conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, junto aos graduandos de Ciências Sociais e Humanas. Assim, mesmo que não esteja inserida nos planos temáticos das disciplinas a literatura do IESE, os docentes partilham experiências de pesquisa, problemáticas, fenômenos e propõem compreensões diversificadas das questões candentes do debate público nacional.

Das disciplinas indicadas pelos discentes, destaca-se disciplina de ‘Introdução à Ciência da Administração Pública’, ministrada nos cursos de Administração Pública e de Ciência Política, indicada (61 vezes); em seguida 56 (cinquenta e seis) discentes indicaram ter frequentado a disciplina de ‘Introdução ao Trabalho Científico’; 51 (cinquenta e um) discentes indicaram ter frequentado a disciplina de ‘Metodologia de Investigação em Ciências Sociais’.

Ademais, 50 (cinquenta) discentes inquiridos não mencionaram ter frequentado disciplinas ministradas por docentes com vínculo empregatício no IESE, nomeadamente, 29 (vinte e nove) discentes do Curso de Sociologia; 20 (vinte) discentes do Curso de Economia; e 1 (um) discente do Curso de Administração Pública não mencionou nenhuma disciplina frequentada, ministrada por docentes com vínculo empregatício no IESE.

Além disso, 37 (trinta e sete) discentes mencionaram ter frequentado a disciplina de ‘Governança Eleitoral’; 36 (trinta e seis) discentes mencionam ter frequentado a disciplina de ‘Introdução às Ciências Sociais’; 23 (vinte e três) discentes indicaram a disciplina de ‘Reforma do Sector Público: teoria e prática’; 22 (vinte e dois) discentes indicaram ter frequentado a disciplina de ‘Sociologia Política’; 20 (vinte) discentes indicaram ter frequentado a disciplina de ‘Economia Internacional 1’; entre outras disciplinas.

Gráfico 32: Disciplinas frequentadas pelos discentes dos cursos da UEM



Fonte: Elaboração própria (2025).

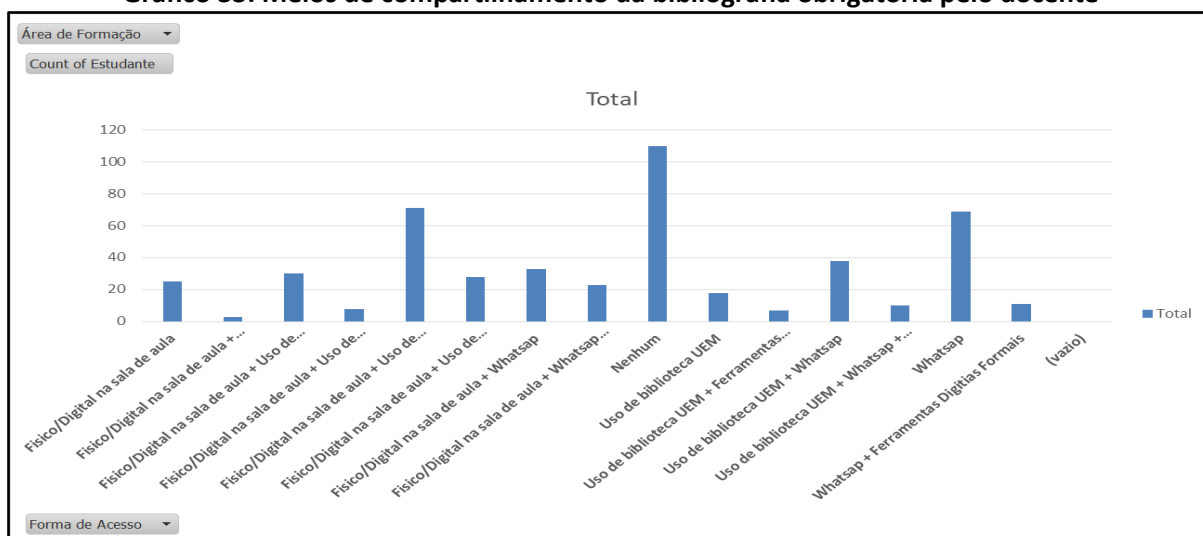
A natureza das disciplinas ministradas pelos docentes com vínculo empregatício no IESE possibilita analisar a diversidade de conceitos, teorias, métodos, figuras intelectuais, e redes de pesquisa estabelecidas a partir dos fundadores do IESE, antigos docentes da FE e FLCs. Como anteriormente informado, os objetivos dos cursos, bem como as áreas de investigação convergem com os objetivos e áreas de investigação do IESE, mesmo que o número de referências bibliográficas do IESE inseridas nos planos temáticos das disciplinas dos cursos analisados não sejam significativas, considera-se que existe uma preponderância de assuntos que interessam aos docentes e discentes dos cursos relacionados à produção do conhecimento do IESE.

A frequência de disciplinas dos docentes com vínculo no IESE, e a forma como os docentes compartilham a bibliografia obrigatória das disciplinas não é suficiente para entender o processo de apropriação social do conhecimento por parte dos discentes, mas propicia instaurar bases para posteriores análises.

Assim sendo, no que concerne a maneira que o docente compartilha informação científica referente à bibliografia obrigatória da disciplina, os dados apresentados no Gráfico 33 demonstram que os docentes priorizam a combinação de meios, com destaque para, a

partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital, recomendam a utilização da Biblioteca UEM, e partilham no grupo de WhatsApp da disciplina, indicado 71 (setenta e uma) vezes; segue a partilha no grupo de WhatsApp da disciplina, com 69 (sessenta e nove) indicações; os discentes inquiridos indicam que os docentes, também, recomendam a utilização da Biblioteca da Universidade e partilham no grupo de WhatsApp da disciplina, com 38 (trinta e oito) indicações; outros discentes mencionam a combinação de partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital e a partilha no grupo de WhatsApp da disciplina, com 33 (trinta e três) indicações; 30 (trinta) indicações no que se refere a combinação das opções recomenda a utilização da Biblioteca da Universidade e a partilha de cópias na sala de aula no formato físico ou digital; por outro lado, os discentes selecionaram a opção partilha cópias na sala de aula no formato físico ou digital, com 25 (vinte e cinco) indicações.

Gráfico 33: Meios de compartilhamento da bibliografia obrigatória pelo docente



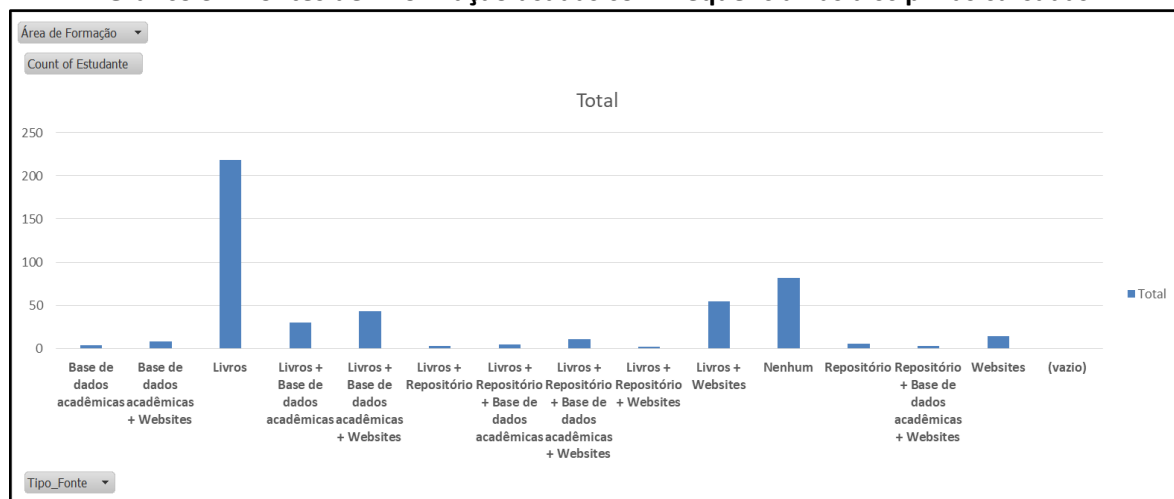
Fonte: Elaboração própria (2025).

Os discentes selecionaram 23 (vinte e três) vezes a opção combinada de que os docentes partilham cópias na sala de aula no formato físico ou digital, partilham no grupo de WhatsApp da disciplina e ferramentas digitais em uso na Universidade; outros discentes selecionaram 11 (onze) vezes a opção combinada de que os docentes partilham no grupo de WhatsApp da disciplina e alguns discentes indicaram 10 (dez) vezes a opção combinada de que dos docentes recomendam a utilização da Biblioteca UEM, partilham no grupo de WhatsApp da disciplina e ferramentas digitais em uso na Universidade; indicaram 8 (oito)

vezes a opção combinada que partilham cópias na sala de aula no formato físico ou digital, recomendam a utilização da Biblioteca da UEM e por meio de ferramentas digitais em uso na Universidade; há 7 (sete) indicações de discentes que selecionaram a opção combinada de que os docentes recomendam a utilização da Biblioteca da UEM e por meio de ferramentas digitais em uso na Universidade; por último, os discentes selecionaram 3 (três) vezes a opção segundo a qual informam que os docentes partilham cópias na sala de aula no formato físico ou digital e por meio de ferramentas digitais em uso na Universidade.

Ao analisar se a pergunta referente às fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas pelos discentes e que foram ministradas por docentes com vínculo empregatício no IESE (Gráfico 34), a fonte de informação mais usada é o livro, selecionada 218 (duzentos e dezoito) vezes; segue livro e *website*, selecionados 55 (cinquenta e cinco) vezes; depois a combinação livros, base de dados acadêmicas e *websites*, indicado 43 (quarenta e três) vezes; outras fontes destacadas pelos discentes são a combinação de livros e base de dados acadêmicas, com 30 (trinta) indicações.

Gráfico 34: Fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas cursadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

As fontes de informação indicadas pelos discentes representados nos dados gerais dos cursos, não se diferem das fontes indicadas em cada curso, isto é, o padrão continua sendo o mesmo. Assim, a combinação de fontes de informação, sobretudo no que tange a base de dados acadêmicas e websites, concentra 8 (oito) indicações; já o repositório aparece indicado 6 (seis) vezes; segue a base de dados acadêmicas com 4 (quatro) indicações; e com 3 (indicações) aparecem as fontes de informação selecionadas pelos discentes, repositório,

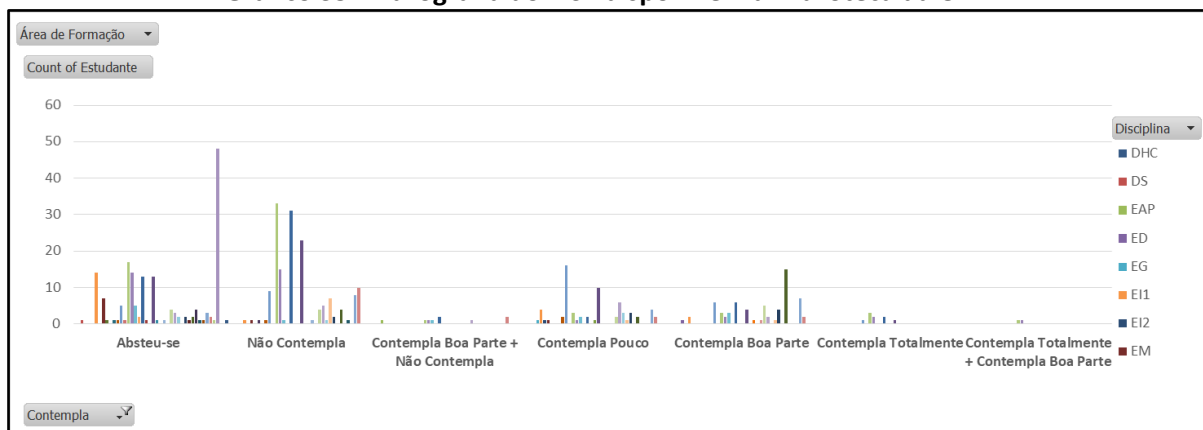
base de dados académicas e *websites*; e livros e repositório, com 3 (três) indicações cada; e, por último, os discentes selecionaram a opção combinada de fontes de informação usadas com frequência nas disciplinas dos 4 (quatro) cursos, livros, repositório e *websites*, com 2 (duas) indicações.

7.3 APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: PRODUÇÃO, DISSEMINAÇÃO, ACESSO, USO, PARTICIPAÇÃO, IMPORTÂNCIA DA LITERATURA DO IESE E DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES NOS GRADUANDOS DA UEM

Tendo em conta que os dados apresentados no Quadro 46, o Gráfico 35 que se segue apresenta dados correspondentes à questão se a Biblioteca da UEM contempla conteúdos informacionais referentes à bibliografia produzida e disseminada pelo IESE, tendo em vista as disciplinas indicadas anteriormente.

Dados gerais evidenciam que a “não contempla” foi selecionada 69 (sessenta e nove) vezes; a opção “contempla boa parte” foi selecionada 65 (sessenta e cinco) vezes; a opção “contempla totalmente” foi selecionada 9 (nove) vezes; também a opção combinada “contempla boa parte” e “não contempla”, foi selecionada 9 (nove) vezes; e a opção combinada “contempla totalmente” e “contempla boa parte”, foi selecionada 2 (duas) vezes.

Gráfico 35: Bibliografia do IESE disponível na Biblioteca da UEM



Fonte: Elaboração própria (2025).

Importa referir uma vez mais que a literatura do IESE está disponível em seu *website*, e a Biblioteca contempla boa parte dos livros ‘Desafios para Moçambique’, e como disponibiliza a rede Internet para os usuários, possibilita que estes tenham acesso ao *website* do IESE e possam descarregar gratuitamente a informação científica necessária para satisfazer as necessidades informacionais dos discentes dos cursos analisados.

Existe uma hierarquia gradual que pode permitir a efetivação da apropriação social do conhecimento no contexto da graduação no ensino superior:

1. Primeiro ano de faculdade - apropriação social do conhecimento científico primário - estágio da apropriação - inexistente. Indicador - questionário discente.
2. Segundo ano de faculdade - apropriação social do conhecimento científico secundária - estágio de apropriação - pré-existente. Indicador - questionário discente.
3. Terceiro ano de faculdade - Apropriação social do conhecimento científico terciária - estágio de apropriação - fraca. Indicador - questionário discente.
4. Quarto ano de faculdade - apropriação social do conhecimento científico quaternário - estágio de apropriação - existente. Indicador - questionário discente.
5. Conclusão do curso de graduação - apropriação social do conhecimento científico quinquenária - estágio de apropriação - forte. Indicador - Trabalho de conclusão de curso.
6. Inserção no mercado de emprego - apropriação social do conhecimento científico septenário - estágio de apropriação - efetivo. Indicador - tipo de agente.

Em resumo, a apropriação social do conhecimento atende aos seguintes níveis: Primeiro - Produção e Disseminação do conhecimento científico por instituições de pesquisa e instituições de ensino superior (Instituições de Pesquisa/IES); Segundo - Coleta, armazenamento, análise, recuperação, descarte, uso da informação, pelos docentes, pesquisadores e discentes (IES/Docentes/Pesquisadores/Estudantes); Terceira - Produção de trabalhos acadêmicos diferenciados, tais como, artigos, livros, capítulos de livros, artigos de conferência, trabalhos de disciplina, relatórios de investigação, relatórios de estágio, monografias, dissertações e teses (Docente/Discentes); 4. Emancipação social, política e profissional dos egressos - (Efetivação da Apropriação/Inserção no Mercado de Trabalho).

Daza Caceido *et al.* (2017) estabeleceram 10 (dez) indicadores para a identificação da apropriação social do conhecimento, dos quais, selecionou-se os seguintes: 5. Fortalecimento das práticas educativas escolares; 6. Intercâmbio e coprodução de conhecimento; 7. Incentivo às vocações científicas; e 8. Tomada de decisão informada.

Estes indicadores são genéricos e não propiciam a correlação com os objetivos dos cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM, contudo, os indicadores 7. Incentivo às vocações científicas e 8. Tomada de decisão informada, podem ser associados a outras temáticas, como inteligência organizacional, trabalhador do conhecimento, entre outros.

Para analisar o tipo de acesso e uso da literatura do IESE, como forma de compreender a apropriação social do conhecimento, estabeleceram-se os seguintes pesos de apropriação: 1. Vazio (0) - representa apropriação social do conhecimento vazia; 2. Nunca (1) - representa apropriação social do conhecimento inexistente; 3. Raramente (2) - representa apropriação social do conhecimento pré-existente; 4. Frequentemente (3) representa apropriação social do conhecimento existente; 5. Sempre (4) - representa apropriação social do conhecimento forte.

Assim sendo, dados da Tabela 6 indicam 47 (quarenta e sete) discentes que não selecionar nenhuma opção referente à questão como acessar o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, entretanto, 1 (um) discente, selecionou a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 38 (trinta e oito) selecionaram a opção “nunca” tem feito uso da literatura do IESE; 8 (oito) discentes se abstiveram e, neste caso, e de acordo com os pesos estabelecidos acima, os 47 discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento inexistente.

Por outro lado, 52 (cinquenta e dois) discentes selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, “recorrendo ao *website* do IESE”, destes: 28 (vinte e oito) discentes selecionaram a opção “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 18 (dezoito) discentes, selecionaram a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 5 (cinco) discentes indicaram a opção “sempre” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 1 (um) discente selecionou a opção “nunca” usa a literatura gerada e disseminada pelo IESE. Assim sendo, os 52 (cinquenta e dois) discentes, se enquadram na apropriação social do conhecimento existente.

Ademais, 31 (trinta e um) discentes selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor, destes: 21 (vinte e um) discentes selecionaram a opção “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 8 (oito) discentes indicam que a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura

gerada e disseminada pelo IESE; 1 (um) discente selecionou a opção “sempre” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 1 (um) discente selecionou a opção “nunca” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. A partir deste resultado, infere-se que estes discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento existente.

Tabela 6: Análise do tipo de acesso e uso da literatura do IESE

Tipo de Acesso	Frequentemente	Nunca	Raramente	Sempre	(vazio)	Total
Bases de Dados	3	-	3	-	-	6
Biblioteca	-	1	1	-	-	2
Nenhum	1	38	-	-	8	47
Professor	8	1	21	1	-	31
Professor + Biblioteca	1	-	-	-	-	1
Professor + Website	5	-	8	1	-	14
Professor + Website + Bases de Dados + Biblioteca	1	-	1	1	-	3
Professor + Website + Biblioteca	1	-	-	-	-	1
Website	18	1	28	5	-	52
Website + Bases de Dados	1	-	-	-	-	1
Website + Biblioteca	1	-	-	-	-	1
Total	40	41	62	8	8	159

Fonte: Elaboração própria (2025).

Além disso, 14 (catorze) discentes selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, dos quais: 8 (oito) discentes selecionaram a opção “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 5 (cinco) discentes, selecionaram a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 1 (um) discente selecionou a opção “sempre” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Assim, 14 (catorze) discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento existente.

Verificou-se que 6 (seis) discentes selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, por meio da base de dados acadêmica, destes: 3 (três)

indicam a opção “raramente” tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 3 (três) selecionaram a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Dessa maneira, estes 6 (seis) discentes se enquadram entre a apropriação social do conhecimento pré-existente e existente.

Observou-se que 3 (três) discentes selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através do professor, recorrendo ao *website* do IESE, por meio da bases de dados e recorrendo a Biblioteca da Universidade, destes: 1 (um) discente, selecionou a opção “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 1 (um) discente indica que a opção “raramente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e o último discente indicou a opção “sempre” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, a medida de apropriação social do conhecimento, tanto pode ser, pré-existente, existente e forte.

Por último, 2 (dois) discentes selecionaram a opção acesso ao conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, recorrendo a Biblioteca da Universidade, destes: 1 (um) discente selecionou a opção “raramente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e outro discente indicou que “nunca” fez uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Diante deste caso, os 2 (dois) discentes se enquadram entre a apropriação social do conhecimento existente e pré-existente.

Os eventos científicos são entendidos como espaços propícios à comunicação científica no âmbito da comunidade acadêmica, e de divulgação e popularização da Ciência, entre as universidades, instituições de pesquisa, unidades de informação, para um público mais amplo e com diversidade de interesses. Os grupos sociais podem ser membros de uma comunidade rural, estudantes dos diversos subsistemas de ensino, pescadores, artesãos, idosos, crianças, jovens, adultos, funcionários públicos, empresas dos diversos setores da economia, entre outros.

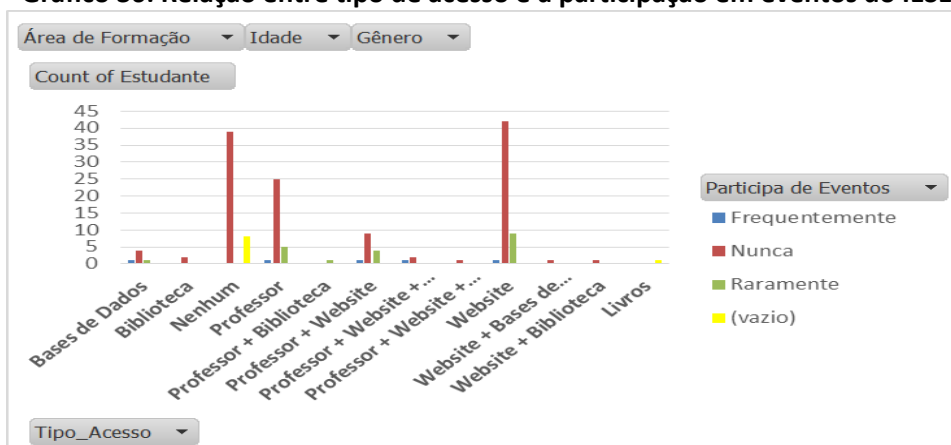
Sendo os eventos do IESE frequentados por diversos públicos, entre estudantes do ensino superior, funcionários públicos, governo local, central, organizações da sociedade civil, doadores e pesquisadores e docentes universitários nacionais e internacionais constitui-se como um espaço propício para iniciação da apropriação social do conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, assim como, um espaço para o IESE se autoavaliar e avaliar

se seus pesquisadores se apropriam do conhecimento gerado e disseminado por outros centros de produção de conhecimento.

O Gráfico 36 destaca a relação entre o tipo de acesso e a participação em eventos do IESE, isto é, em que medida o tipo de acesso influencia a participação dos graduandos de Ciências Sociais e Humanas nos eventos organizados pelo IESE. Dos 160 (cento e sessenta) discentes inquiridos, 50 (cinquenta) discentes selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE recorrendo ao *website* do IESE, dos quais, 40 (quarenta) discentes indicaram que “nunca” participaram de eventos organizados pelo IESE; 9 (nove) discentes selecionaram a opção “raramente” participam de eventos organizados pelo IESE, e 1 (um) discente indicou que “frequentemente” participa de eventos. Desse modo, os 50 (cinquenta) discentes se enquadram entre apropriação social do conhecimento inexistente e pré-existente.

No que concerne ao tipo de acesso e à participação nos eventos organizados pelo IESE eventos, importa referir que 49 (quarenta e nove) discentes não selecionaram a opção relativa à pergunta como acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, dos quais: 41 (quarenta e um) discentes selecionaram a opção “nunca” participa de eventos organizados pelo IESE; e 8 (oito) discentes se abstiveram de indicar uma opção. Assim sendo, os 49 (quarenta e nove) discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento inexistente.

Gráfico 36: Relação entre tipo de acesso e a participação em eventos do IESE



Fonte: Elaboração própria (2025).

Por outro lado, dos 35 (trinta e cinco) discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento do IESE, através do professor, destes: 25 (vinte e cinco) selecionaram que

“nunca” participam de eventos organizados pelo IESE; 5 (cinco) discentes indicam que “raramente” participam; e 1 (um) discente informa que “frequentemente” participa de eventos organizados pelo IESE. Assim, os 35 (trinta e cinco) discentes se enquadram entre apropriação social do conhecimento inexistente e pré-existente.

Discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através do professor e recorrendo ao *website* do IESE foram 14 (catorze) discentes, destes: 9 (nove) selecionaram a opção “nunca” participaram de eventos organizados pelo IESE; 4 (quatro) “raramente” participaram; e 1 (um) discente indicou que “frequentemente” participa de eventos organizados pelo IESE. Desse modo, 14 (catorze) discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento pré-existente.

Dos 6 (seis) discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, por meio das bases de dados acadêmicas, destes: 4 (quatro) indicaram que “nunca” participam de eventos organizados pelo IESE; 1 (um) informou que “raramente” participa; e 1 (um) indicou que “frequentemente” participa de eventos organizados pelo IESE. Dessa maneira, os 6 (seis) discentes se enquadram entre apropriação social do conhecimento inexistente e pré-existente.

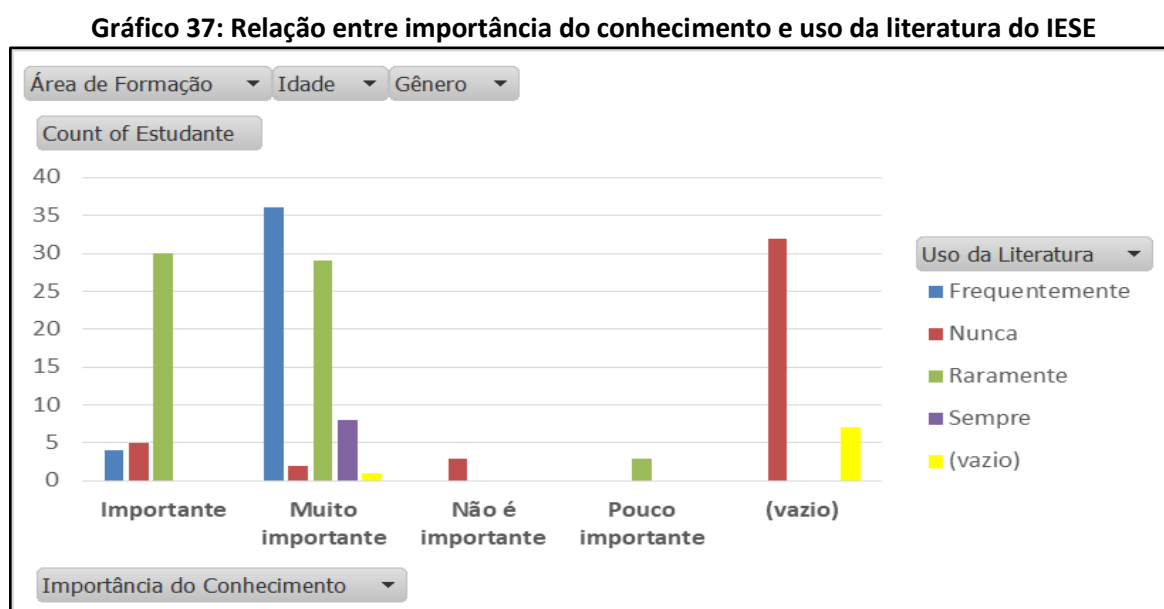
Os discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através do professor, recorrendo ao *website* do IESE, por meio de bases de dados acadêmicas e recorrendo a Biblioteca da Universidade: 2 (dois) discentes indicaram que “nunca” participam; e 1 (um) afirmou que “frequentemente” participa de eventos organizados pelo IESE. Assim, os 3 (três) discentes se enquadram entre apropriação social do conhecimento inexistente e pré-existente.

No que diz respeito à relação entre a importância do conhecimento do IESE para o entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique e uso da literatura do IESE (Gráfico 37), dos 160 (cento e sessenta) discentes, 76 (setenta e seis) selecionaram a opção que o conhecimento produzido pelo IESE é “muito importante”, dos quais: 36 (trinta e seis) indicaram que “frequentemente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 29 (vinte e nove) informaram que “raramente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 8 (oito) discentes mencionaram que “sempre” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 2 (dois) discentes indicaram que

“nunca”; e 1 (um) discente se absteve. Desse modo, os 76 (setenta e seis) discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento forte.

Os discentes que selecionaram a opção que o conhecimento produzido pelo IESE é “importante” para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas, sociais de Moçambique, dos 39 (trinta e nove) discentes: 30 (trinta) discentes informaram que “raramente” têm feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; 5 (cinco) mencionaram que “nunca” fazem uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 4 (quatro) discentes indicaram que “frequentemente” fazem uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Dessa maneira, os 39 (trinta e nove) discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento existente.

Em contrapartida, 39 (trinta e nove) discentes se abstiveram de selecionar uma das opções da pergunta sobre a importância do conhecimento do IESE, dos quais: 32 (trinta e dois) “nunca” fizeram uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE; e 7 (sete) discentes se abstiveram de selecionar uma opção na pergunta referente ao uso da literatura do IESE. Assim sendo, os 39 (trinta e nove) discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento vazia.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os discentes que selecionaram a opção o conhecimento produzido pelo IESE é “pouco importante” para o entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique: 3 (três) discentes selecionaram a opção “raramente” tem feito uso da

literatura gerada e disseminada pelo IESE. Diante disso, estes discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento pré-existente.

Por fim, os discentes que selecionaram a opção o conhecimento produzido pelo IESE “não é importante” para o entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique: 3 (três) discentes selecionaram a opção “nunca” fizeram uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE. Sendo assim, são enquadrados na apropriação social do conhecimento inexistente.

Conforme o exposto em outras seções adotou-se medidas para correlacionar o variável acesso, importância do conhecimento e uso da literatura do IESE, repetido nos gráficos e quadros anteriores para determinar a medida sobre apropriação social do conhecimento. Os dados apresentados na Tabela 7 representam a interseção entre tipo de acesso, importância do conhecimento e uso da literatura do IESE.

Assim, os discentes que escolheram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE em correlação com o conhecimento produzido pelo IESE “é muito importante” para o entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de 1.50, estando entre nunca (1) e raramente (2). Dessa maneira, este dado se enquadra na apropriação social do conhecimento entre inexistente e pré-existente.

Quando os discentes selecionam a opção acessa a literatura gerada e disseminada pelo IESE através do professor, em correlação com o conhecimento produzido pelo IESE “é pouco importante”, a média de uso da literatura é de 2 (dois), que representa “raramente” e, por sua vez, pode-se enquadrar os discentes que selecionam essas variáveis, na apropriação social do conhecimento pré-existente.

Em seguida, os discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, através do professor, correlacionado com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de 2.56, isto é, está entre raramente (2) e frequentemente (3), por conseguinte os discentes envolvidos se enquadram entre apropriação social do conhecimento pré-existente e existente.

Os discentes que indicaram a opção acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE através do professor e recorrendo a Biblioteca da Universidade, em correlação com a opção “importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de 3,

que representa frequentemente, com isso, os discentes envolvidos se enquadra na apropriação social do conhecimento existente.

A opção dos discentes que têm acesso ao conhecimento gerado e produzido pelo IESE, através do professor e recorrendo ao *website* do IESE em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE, por discentes que selecionaram as opções é de 2.55, está entre raramente e frequentemente, e os discentes que correlacionam se enquadram entre apropriação social do conhecimento pré-existente e existente.

Os discentes que correlacionam à opção acessa o conhecimento gerado e produzido pelo IESE, através do professor e recorrendo ao *website* do IESE, com a opção “importante”, a média de uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE é de 2.33, que representa raramente. Assim, os discentes envolvidos se enquadram na apropriação social do conhecimento pré-existente.

Os discentes que selecionaram a opção acessa o conhecimento gerado e produzido pelo IESE através do professor, recorrendo ao *website* do IESE e recorrendo a Biblioteca da Universidade, em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE, por parte dos discentes é de 3, referente a “frequentemente”, e os discentes associados a esta correlação se enquadram na apropriação social do conhecimento existente.

Tabela 7: Relação entre acesso e uso da literatura e importância do conhecimento do IESE

Tipo de acesso	(vazio)	Pouco importante	Não é importante	Muito importante	Importante	Total
Biblioteca	-	-	-	1.50	-	1.50
Professor	-	2.00	-	2.56	1.91	2.29
Professor + Biblioteca	-	-	-	-	3.00	3.00
Professor + Website	-	-	-	2.55	2.33	2.50
Professor + Website + Biblioteca	-	-	-	3.00	-	3.00
Website	-	2.00	-	2.78	2.11	2.52
Website + Biblioteca	-	-	-	3.00	-	3.00
Nenhum	0.82	-	1.00	1.50	1.00	0.87
Bases de Dados	-	-	-	2.60	2.00	2.50
Professor + Website + Bases de Dados + Biblioteca	-	-	-	3.00	-	3.00

Tipo de acesso	(vazio)	Pouco importante	Não é importante	Muito importante	Importante	Total
Total	0.82	2.00	1.00	2.63	1.97	1.99

Fonte: Elaboração própria (2025).

Por outro lado, os discentes que indicaram a opção acessam o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE, recorrendo ao *website* do IESE, em correlação a opção “pouco importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2, o que corresponde a raramente. Os discentes que selecionaram as opções se enquadram na apropriação social do conhecimento pré-existente.

A correlação entre acessa o conhecimento do IESE, recorrendo ao *website* do IESE e a opção “importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2.78, estando entre raramente e frequentemente, por conseguinte os discentes se enquadram entre apropriação social do conhecimento pré-existente e existente.

Ademais, os discentes que selecionam a opção acessa o conhecimento do IESE recorrendo ao *website* do IESE em correlação com a opção “importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2.11, referente a raramente, com isso, estes discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento pré-existente.

Os discentes que indicam a opção acessa o conhecimento do IESE recorrendo ao *website* do IESE e recorrendo a Biblioteca da Universidade em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 3 (frequentemente). Assim, os discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento existente.

Os discentes que não selecionam nenhuma opção referente ao acesso ao conhecimento do IESE, em correlação com a opção “vazio”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 0.82, estando entre abster-se e nunca. Desse modo, os discentes estão enquadrados entre a apropriação social do conhecimento vazio e inexistente.

Quando os discentes não mencionam opções sobre acesso ao conhecimento do IESE em correlação com a opção “não é importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 1 (nunca). Assim, os discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento inexistente.

Por outro lado, os discentes que não selecionam nenhuma opção sobre o acesso ao conhecimento do IESE em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da

literatura do IESE pelos discentes é de 1.50. Sendo assim, os discentes se enquadram entre apropriação social do movimento inexistente e pré-existente.

Por outro lado, os discentes que não mencionam nenhuma opção sobre acesso ao conhecimento do IESE em correlação com a opção “importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 1 (nunca), representando para os discentes a apropriação social do conhecimento inexistente.

Os discentes que indicam a opção acessa o conhecimento do IESE, por meio das bases de dados acadêmicas em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2.60, situando-se entre raramente e frequentemente, com isso, os discentes se enquadram entre apropriação social do conhecimento pré-existente e existente.

Os discentes que indicam a opção acessa o conhecimento do IESE por meio das bases de dados acadêmicas em correlação com a opção “importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 2 (raramente). Desse modo, os discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento pré-existente.

Os discentes que indicaram a opção acessa o conhecimento do IESE através do professor, recorrendo ao *website* do IESE, por meio das bases de dados acadêmicas e recorrendo a Biblioteca da Universidade em correlação com a opção “muito importante”, a média de uso da literatura do IESE pelos discentes é de 3 (frequentemente). Assim sendo, os discentes se enquadram na apropriação social do conhecimento existente.

A apropriação social do conhecimento a partir dos assuntos relatados pelos discentes de Ciências e Humanas vinculadas às áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE, com vínculo empregatício na UEM, possibilita determinar com alguma precisão a compatibilidade dos assuntos relatados pelos discentes e as áreas de trabalho dos pesquisadores permanentes e associados do IESE.

Dos 12 (doze) pesquisadores permanentes e associados do IESE, 5 (cinco) são economistas, e 7 (sete) cientistas sociais, isto é, alguns possuem bacharelato em Ciências Sociais e Humanas, com licenciatura em: História, Administração Pública, Ciência Política, Antropologia; bem como mestrados em Sociologia do político, Ciência Política; e doutorado em Antropologia e Sociologia do Político, Estudos de Desenvolvimento e Ciência Política.

Constituem áreas de trabalho dos pesquisadores permanentes e associados do IESE as seguintes:

- I. Economista (1) - Economia política do crescimento e transformação econômica e sistemas sociais de acumulação de capital em Moçambique e África Subsaariana; Economista (2) - Desenvolvimento econômico em Moçambique. O foco atual da sua pesquisa é a natureza da estratégia de crescimento econômico e suas implicações para a poupança interna, a transição demográfica moçambicana, o gerontocrescimento e a configuração da proteção social; Economista (3) - Economia política da transformação agrária, questões agrária e da terra, e dinâmica de acumulação rural. Padrões de acumulação e de transformação económica e social em Moçambique, economia política agrária e a questão agrária em Moçambique; Economista (4) - Cooperação Sul-Sul, desenvolvimento internacional e movimentos sociais transnacionais; Economista (5) - Desigualdade económica, protecção social, papel e os determinantes da(s) poupança(s) no crescimento e desenvolvimento económico em Moçambique; e
- II. Cientista Social (1) - Democratização; eleições; representações e cultura política; Cientista Político (2) - Eleições, governação e dinâmicas da construção do Estado; Cientista Político (3) - Economia política das instituições e do desenvolvimento, democratização, teoria e reforma do Estado; Cientista Político (4) - Processos de democratização e relações entre Moçambique e economias emergentes; Cientista Político (5) - Governação, Eleições, Movimentos Sociais e conflitos; Cientista Político (6) - Sociologia política da administração pública, políticas de reforma do Estado e da administração, transformação das burocracias e reconstrução do Estado; Cientista Político (7) - descentralização, às eleições e ao Estado (IESE, Website, 2025).

Diante do exposto, compreende-se que os pesquisadores do IESE têm áreas de trabalho ou de interesse compatíveis com os assuntos arrolados pelos discentes dos cursos de Ciências Sociais e Humanas, sobretudo os cursos de Administração Pública e de Ciência Política. Importa referir que os discentes de Sociologia do primeiro 10 (dez), segundo ano 9 (nove), terceiro ano 1(um) e quarto ano 8 (oito) não relatam assuntos aprendidos através da leitura da literatura do IESE.

Os que arrolam assuntos aprendidos através da leitura da literatura do IESE, correspondem a 1 (um) discente do segundo ano, 9 (nove) do terceiro ano e 2 (dois) discentes do quarto ano do Curso de Sociologia. Nessa perspectiva, dos 40 (quarenta) discentes do Curso de Sociologia inquiridos, só 13 (treze) discentes arrolaram assuntos aprendidos, por meio da leitura da literatura do IESE.

Assim sendo, diante do exposto na correlação entre áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE e assuntos arrolados pelos discentes do Curso de Sociologia, bem

como o número de discentes que arrolaram assuntos, quais sejam: 13 (treze) discentes, conclui-se que os discentes do Curso de Sociologia se enquadram entre a apropriação social do conhecimento inexistente (nunca) e pré-existente (raramente).

Em relação ao Curso de Economia, 10 (dez) discentes do primeiro ano, 10 (dez) discentes do segundo ano, 7 (sete) discentes do terceiro ano e 1 (um) discente do quarto ano não mencionam ter aprendido nenhum assunto através da leitura da literatura do IESE. Contudo, 3 (três) discentes do terceiro ano e 9 (nove) discentes do quarto ano mencionaram assuntos aprendidos, por meio da leitura da literatura do IESE.

Diante do exposto, em relação a correlação entre áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE e assuntos arrolados pelos 12 (doze) discentes do Curso de Economia, bem como o número de discentes que arrolaram ter aprendido assuntos, por meio da leitura da literatura do IESE, conclui-se que em termos de aprendizagem de assuntos em correlação com áreas de trabalho do IESE, bem como o número de discentes que arrolaram assuntos aprendidos através da leitura da literatura do IESE, estes se enquadram entre apropriação social do conhecimento, inexistente (nunca) e pré-existente (raramente).

Quadro 46: Apropriação social do conhecimento a partir dos assuntos relatados pelos discentes de Ciências Sociais e Humanas vinculados a áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE

Cursos	Assuntos (palavras-chave) aprendidos pelos discentes por meio da leitura da literatura do IESE
Sociologia	Pobreza (3 vezes); fenômenos sociais (1 vez); problemas sociais (1 vez); Desenvolvimento (1 vez); Índice de Desenvolvimento humano (2 vezes); Desenvolvimento de Moçambique (1 vez); PIB (1 vez); Política (1 vez).
	Desigualdades sociais (1 vezes); saneamento (1 vezes); economia (2 vezes); Desigualdades (1 vezes); violência do gênero (1 vezes); Abstenção eleitoral (1 vez); Questões de investigação social (1 vez).
	Gênero (1 vez); demografia (1 vez); percepções da pobreza (1 vez); linha de pobreza em Moçambique (1 vez); Globalização (1 vez); dimensões de desenvolvimento (1 vez). Políticas Econômicas (1 vez)
Economia	Economia rural (1 vez); Poupança Doméstica em Moçambique (1 vez); Desigualdade em todos os níveis (1 vez); economia do trabalho (1 vez); Mulher (1 vez); indústria extrativa (2 vezes); Desenvolvimento econômico (1 vez); bem-estar social (1 vez); economia de Moçambique (1 vez).
	Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável que tem ocorrido em Moçambique (1 vez); Mega projetos como benéficos ou mãos para economia de Moçambique (1 vez); Mega projetos e políticas econômicas associadas, sobretudo fiscais (1 vez).

Cursos	Assuntos (palavras-chave) aprendidos pelos discentes por meio da leitura da literatura do IESE
	Economia de Moçambique (1 vez); pobreza (2 vezes); crescimento inclusivo (1 vez); Economia de recursos energéticos (1 vez); economia internacional; Política internacional (1 vez); industrialização (2 vezes); Investimento externo nos megaprojetos (1 vez).
Administração Pública	Descentralização (17 vezes); Descentralização política do Estado (1 vez); Corrupção (6 vezes); Funcionários fantasmas (2 vezes); Combate a corrupção (1 vez); desafios enfrentados pelas autarquias (1 vez); economia nacional (1 vez); pobreza (1 vez); processo emancipatório do Estado moçambicano (1 vez); governação ambiental (1 vez); Governação (1 vez); governação local (2 vezes); política econômica (1 vez); Sustentabilidade financeira das autarquias locais (1 vez).
	Políticas públicas de Moçambique (1 vez); Políticas Públicas (4 vezes); ética e responsabilidade (1 vez); Desafios para Moçambique (1 vez); Bolsões de eficácia (2 vezes); Economia Política (1 vez); Desconcentração (1 vez); governação eleitoral (2 vezes); Descentralização administrativa e política (1 vez); arranjos institucionais (1 vez); ajuda externa (1 vez); Políticas públicas pós-independência (PARPA I; PARPA II; PARP) (1 vez); transparência - barômetros (1 vez).
	Reforma do setor público (4 vezes); participação cidadã (2 vezes); democracia (3 vezes); gestão e liderança (1 vez); inovação e empreendedorismo (1 vez); Teorias de dependência econômica (1 vez); Desafios Econômicos de Moçambique (1 vez); indústria extrativa (1 vez); Violência eleitoral e pós-eleitoral (1 vez); Exploração de recursos naturais (1 vez); Autarquias locais (1 vez); desenvolvimento das autarquias locais (1 vez); dívida pública (1 vez).
Ciência Política	Desafios para Moçambique (4 vez); mudanças climáticas (1 vez); Eleições (8 vezes); Eleições em Moçambique (2 vezes); Crise pós-eleitoral (1 vez); Sistemas e regimes políticos (1 vez); Sistema de governo moçambicano (1 vez); Economia de Moçambique (3 vezes); Descentralização (5 vezes); democracia (4 vezes); Política (1 vez); sociedade (1 vez); conflitos (1 vez); Opinião pública (1 vez); Governação (1 vez); Descentralização em Moçambique (1 vez); Pobreza em Moçambique (1 vez); Exploração dos recursos naturais (1 vez); Política Moçambicana (1 vez); aspectos socioeconômicos (1 vez).
	Globalização (1 vez); Abstenção eleitoral (2 vezes); Políticas públicas (4 vezes); Economia (2 vezes); democratização em Moçambique (2 vezes); proteção social (2 vezes); processo de democratização em Moçambique (2 vezes); Fundamentalismo religioso (1 vez); violência religiosa (1 vez); Implicações da violência religiosa no processo democrático (1 vez); economia (1 vez); Governança Política (1 vez); Terra, Agricultura e Meio Ambiente (1 vez); Análise e Influência dos Mega projetos (1 vez); Economia de Mercado (1 vez).
	sistema eleitoral (1 vez); história de Moçambique (1 vez); instituições políticas (1 vez); Participação política (1 vez); Cidadania (1 vez); Direitos humanos (1 vez); terrorismo (1 vez); democracia em África (1 vez); golpes de Estado em África (1 vez); partidos políticos (1 vez); guerra civil em Moçambique (1 vez); conceitos de polarização entre a FRELIMO e Renamo (1 vez); Processo de DDR (1 vez); Eleições em Moçambique (1 vez); questões sociais (1 vez); participação cidadã (1 vez); Economia e Desenvolvimento (1 vez).

Fonte: Elaboração própria (2025).

Dos 40 (quarenta) discentes do curso de Administração Pública, 5 (cinco) discentes do primeiro ano e 7 (sete) discentes do segundo ano, não mencionam ter aprendido nenhum

assunto através da leitura da literatura do IESE, em contrapartida; 5 (cinco) discentes do primeiro ano, 3 (três) discentes do segundo ano, 10 (dez) discente do terceiro ano e 10 (dez) discentes do quarto ano, mencionaram ter aprendido assuntos através da leitura da literatura do IESE. Ademais, as áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE são compatíveis com os assuntos relatados pelos 28 (vinte e oito) discentes do curso de Administração Pública, assim sendo, conclui-se que os discentes do curso de Administração Pública se enquadram entre apropriação social do conhecimento pré-existente (raramente - 2) e existente (frequentemente - 3).

Por um lado, dos 40 (quarenta) discentes do curso de Ciência Política, 5 (cinco) discentes do primeiro ano e 4 (quatro) discentes do segundo ano, não mencionaram ter aprendido assunto através da leitura da literatura do IESE. Por outro lado, 5 (cinco) discentes do primeiro ano, 6 (seis) discentes do segundo ano, 10 (dez) estudantes do terceiro ano, e 10 (dez) discentes do quarto ano, mencionam ter aprendido assuntos através da leitura da literatura do IESE, assim sendo, 31 (trinta e um) discentes do curso de Ciência Política arrolaram assuntos ou palavras-chave relacionadas com a leitura da literatura do IESE, e tendo em conta a compatibilidade dos assuntos arrolados pelos discentes do curso com as áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE, boa parte deles docentes ou antigos documentos dos cursos de Administração Pública e de Ciência Política, conclui-se que os discentes do curso de Ciência Política se enquadram na apropriação social do conhecimento existente (frequentemente - peso 3)

Em suma, diante do exposto conclui-se que os cursos de Administração Pública e de Ciência Política têm forte vínculo com as áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE, bem como o processo de apropriação social do conhecimento junto aos graduandos dos Administração Pública e de Ciência Política da FLCS ocorre pelo fato dos cursos estarem, alinhados aos objetivos do gerais do IESE, áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE e áreas de investigação do IESE, bem como pelo fato de alguns pesquisadores permanente e assoviando do IESE serem docentes dos cursos de Administração Pública e Ciência Política, por isso, estes têm acesso ao conhecimento produzido pelo IESE, fazem uso, participam dos eventos, e conseguem recuperar palavras-chave dos assuntos aprendidos na leitura da literatura do IESE.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese tem como tema Apropriação social do conhecimento científico: estudo de caso sobre a produção científica gerada e disseminada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos de Moçambique. A pergunta de partida estabelece os sustentáculos da tese defendida na presente pesquisa, nomeadamente, de que maneira ocorre a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo IESE nos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM?

Ademais, a tese defendida nesta pesquisa centra-se na relação entre os pesquisadores do IESE enquanto docentes na UEM e a apropriação social do conhecimento científico por parte dos estudantes de graduação, no que tange à informação científica gerada e disseminada pelo IESE. Defende-se que a apropriação social do conhecimento científico, por um lado, depende da predisposição dos estudantes de graduação em Ciências Sociais e Humanas da UEM em conhecer a produção científica gerada e disseminada pelo IESE, por meio do compartilhamento de produtos e serviços referentes à investigação científica de seus pesquisadores permanentes, associados e outros pesquisadores, quais sejam: publicações de livros, cadernos, boletins, conferências, seminários, entre outros. Por outro lado, os pesquisadores do IESE que atuam como docentes na UEM precisam disseminar os produtos e serviços oriundos das pesquisas científicas realizadas no âmbito do IESE à comunidade acadêmica, por meio das disciplinas ministradas, promovendo desse modo a inter-relação entre pesquisa e ensino.

Como objetivo geral, estabeleceu-se: analisar o processo de apropriação social do conhecimento produzido e disseminado pelo IESE junto aos graduandos em Ciências Sociais e Humanas da UEM de Moçambique.

No que se refere aos objetivos específicos, destacam-se os seguintes:

Pode-se destacar que o objetivo analisar as teorias e conceitos sobre apropriação social do conhecimento presentes na literatura da área das Ciências Sociais e Humanas, foi alcançado por meio da revisão sistemática da literatura.

O objetivo verificar os conteúdos programáticos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM no que concerne a produção científica gerada pelo IESE, foi alcançado. Destaca-se que os objetivos dos cursos analisados, estão diretamente relacionados aos objetivos do IESE, bem como da produção científica gerada pelo IESE. Ademais, as áreas de

investigação dos cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM estão diretamente ligadas com as áreas de investigação do IESE.

O objetivo verificar a relação entre a produção, disseminação, acesso e uso do conhecimento gerado pelo IESE, como fatores preponderantes na apropriação social do conhecimento pelos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM, foi alcançado por meio dos questionários aplicados aos discentes, uma vez que contemplam as componentes de acesso, disseminação, e uso do conhecimento gerado pelo IESE.

Por último, o objetivo avaliar como ocorre o processo de apropriação social do conhecimento dos graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM, foi alcançado, por meio, da análise do tipo de acesso e uso da literatura do IESE, relação entre: tipo de acesso e a participação em eventos do IESE; importância do conhecimento e uso da literatura do IESE; acesso e uso da literatura e importância do conhecimento do IESE.

Ademais, priorizou-se a análise da apropriação social do conhecimento a partir dos assuntos relatados pelos discentes de Ciências Sociais e Humanas vinculados a áreas de trabalho dos pesquisadores do IESE.

A produção científica do IESE não está contemplada nas referências bibliográficas dos planos temáticos dos cursos de Sociologia e Economia, bem como é pouco contemplada nos cursos de Administração Pública e Ciência Política. Contudo, existe um espaço neutro de compartilhamento de informação e conhecimento pelos docentes e discentes de conteúdos produzidos no contexto Moçambicano, seja do IESE ou de outros produtores de conhecimento.

A apropriação social do conhecimento não pode ser avaliada somente pelo fato de os conteúdos do IESE estarem ou não inseridos nos planos temáticos das disciplinas dos cursos analisados, isso pode ocorrer por parte dos estudantes, a partir de estudos independentes, tanto no âmbito da sala de aula, quanto nas leituras individuais e coletivas. Os docentes como mediadores e disseminadores de conteúdos podem propiciar a apropriação de diferentes formas e motivarem os estudantes a aprofundarem conhecimentos sobre a realidade social, política e econômica de Moçambique.

A presente pesquisa pretendeu analisar o processo de apropriação social do conhecimento gerado e disseminada pelo IESE junto aos graduandos em Ciências Sociais e Humanas da UEM de Moçambique. Partiu-se do pressuposto de que as plataformas de

disseminação da informação e conhecimento do IESE não alcançam os graduandos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM, devido a este público ter um déficit em relação à competência em informação.

Além disso, questionou-se se os projetos pedagógicos dos Cursos de Ciências Sociais e Humanas da UEM de fato contemplavam em seus planos de ensino os textos produzidos pelos pesquisadores do IESE. O fato de os pesquisadores do IESE serem docentes da UEM acreditava-se que esse fato poderia ser um fator possibilitador no que tange a disseminação da informação gerada pelo IESE aos graduandos de Ciências Sociais e Humanas da Universidade.

A análise da produção e apropriação do conhecimento disseminado pelo IESE requereu o uso de abordagens adequadas para a sua melhor compreensão, porquanto é através dela que se documenta como se chega a um determinado conhecimento. Murteira (2004) entende que conhecimento é a maneira de organizar a informação para responder a uma questão ou resolver um problema. A partir de uma simples acumulação de informação não se traduz em conhecimento, pode inclusive ser um obstáculo ao próprio conhecimento. É necessário que se faça uma análise cuidadosa da informação que, por sua vez, pode possibilitar o entendimento de um fenômeno.

Para a presente pesquisa, por razões subjacentes ao campo de estudo que se enquadra, e a linha de pesquisa que se insere, recorreu-se a Pragmática Universal de Habermas (2002) que propiciou a correlação com as premissas emanadas pela competência em informação em contexto da educação formal da grande área da CI.

Essas pretensões de validade se traduzem na compreensão das regras sociais que proporcionam a compreensão mútua e inteligível. Se o objetivo da Ciência é formular melhor os problemas ou propor soluções aos problemas da sociedade, ela precisa superar o quadro elitista em que se encontra, para possibilitar que seus resultados não sejam apenas entendidos por especialistas, mas que sirvam de fio condutor para que a sociedade como um todo tenha o retorno dos processos que ela participa.

As Ciências Sociais e Humanas, por meio dos vários programas de investigação nacionais ou transnacionais utilizam dados estatísticos e qualitativos extraídos dos participantes ou população que, por sua vez, servem de amostra dos inquéritos e sondagens, entretanto estes não conseguem produzir os resultados com códigos acessíveis aos

sondados ou quantificáveis, os resultados das pesquisas não são por eles apropriados (Habermas, 2002).

A Pragmática Universal de Habermas advoga que a função desta é identificar e reconstruir condições universais de possível compreensão mútua. Este mutualismo precede a partilha do contexto normativo por parte dos participantes do processo de entendimento mútuo.

O trabalho desenvolvido pelo IESE enfoca políticas públicas de âmbito econômico, social, cultural e político. No quadro do desenvolvimento desta noção proposta por Habermas (2002), colocou os estudantes de Ciências Sociais e Humanas da FLCS e FE da UEM de Moçambique como elementos de análise da viabilidade do projeto de Habermas. No sentido que se o entendimento dos estudantes de Ciências Sociais e Humanas quando se deparam com informação especializada produzida e disponibilizada pelo IESE se apropriaram dela ou encontram dificuldades na interpretação da informação disseminada.

A apropriação social do conhecimento se concretiza por meio da inter-relação entre acesso, percepção, compreensão, seleção, análise e uso de dados, informação e conhecimento por parte dos pesquisadores, docentes e discentes no âmbito de uma pesquisa acadêmico-científica, de um projeto teórico ou aplicado, de uma produção de artigo, de uma aula teórica ou laboratorial, tendo como unidade de pesquisa a compreensão de fenômenos sociais que ocorrem na sociedade, organizações públicas e privadas.

Nesse contexto, os fazedores de Ciência se apropriam de dados, informações e conhecimentos desenvolvidos em diferentes comunidades, organizações e outros setores que constituem o campo de estudo e o objeto motivo da investigação. Os pesquisadores recorrem aos aparatos teóricos, conceituais e metodológicos da área de pesquisa, como instrumentos de verificação e validação dos dados, informações e conhecimentos coletados no campo de pesquisa. Ademais, a apropriação social do conhecimento no âmbito do ensino superior depende da natureza e dos objetivos das IES. Existe uma diversidade de IES dependentes da política pública de ensino superior do país no qual está inserida, cada uma atua em um segmento próprio, alinhadas à missão, visão e objetivos definidos por suas comunidades.

A apropriação social do conhecimento ocorre de maneiras diferentes, bem como a interação com o objeto de estudo, fenômenos e problemáticas inerentes à intervenção e

compreensão da comunidade científica da área, o que implica na mobilização de ferramentas teóricas, metodológicas e conceituais próprias. Nesse contexto, cada instituição de ensino superior tem uma vocação específica, mesmo tendo o mesmo escopo, sua missão, visão e objetivos diferem das demais instituições que atuam no mesmo segmento, uma vez que a cultura científica e epistêmica dominante na instituição se manifesta por meio da inter-relação entre o ensino, pesquisa, extensão universitária, bem como do perfil intelectual da comunidade interna da instituição e de seu aparato jurídico legal.

Entende-se que existem duas formas de apropriação, nomeadamente: apropriação coerciva e apropriação espontânea de informação e conhecimento. Diante disto, com recurso a perspectiva de Durkheim (1974) a coerção é exercida no âmbito organizacional, colocando o indivíduo sob o domínio das regras e práticas da organização em que está inserido, ou seja, coerção não é necessariamente o uso da força, ela acontece em decorrência da cultura organizacional, e pode se manifestar na educação, sistema financeiro ou de mercado, na família, na igreja e demais instituições que congregam indivíduos com experiências, cultura e práticas diferentes num jugo organizacional em que reside o primado da lei.

A maneira como os indivíduos agem e pensam no âmbito organizacional depende da cultura organizacional e dos instrumentos a elas associados, o indivíduo enquanto integrante da organização é obrigado a seguir as regras e diretrizes institucionais como um modo de garantir o cumprimento dos objetivos organizacionais. Assim sendo, a apropriação coercitiva da informação e do conhecimento ocorre em decorrência das obrigações acadêmicas dos docentes, pesquisadores e discentes enquanto integrantes de IES dotadas de regulamentos, normas, políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como planos estratégicos, que definem o foco e os objetivos de curto, médio e longo prazos, e se circunscrevem nesse contexto a contribuição definida pelo papel e atividades de cada integrante das IES para que as diretrizes e objetivos traçados sejam alcançados.

Os docentes, discentes e pesquisadores têm obrigação de se apropriar da informação e do conhecimento, de modo que possam agir em consonância com as práticas de avaliação e validação instituídas na instituição de ensino superior em que estão inseridos. Neste caso, a apropriação da informação e do conhecimento é coerente com os desígnios organizacionais coletivos, visto que o fator individual é relegado para outras instâncias em

que só ocorre quando o indivíduo se rebela em relação às regras estabelecidas e produz outras formas de agir e de pensar.

Por outro lado, a apropriação espontânea da informação e do conhecimento decorre da maneira que o indivíduo percebe as ações advindas da aptidão e vocação dos indivíduos enquanto integrantes de uma organização coercitiva. O interesse e a motivação decorrente da pesquisa científica integrada a um projeto de pesquisa, preparação de uma aula, redação de um artigo ou capítulo de livro, levam os docentes, discentes e pesquisadores a se apropriarem da informação e do conhecimento de modo natural desencadeando a produção de conhecimento novo ou incremental, inovação social, disruptiva e radical.

O processo de assimilação de informações, de conhecimentos, de fenômenos, de práticas e de problemáticas, depende da maneira como os intervenientes do processo de pesquisa, ensino e extensão percebem por meio de fatores relacionados à aprendizagem de teorias, conceitos e métodos empregados no âmbito da pesquisa, ensino e extensão. Assim sendo, importa referir que a apropriação espontânea da informação e do conhecimento possibilita a produção de conhecimento novo ou incremental, de maneira a gerar uma inovação e/ou solução para problemas vivenciados na sociedade em geral. Em suma, o papel do ensino superior em devolver o conhecimento à sociedade no formato de soluções pode satisfazer aos objetivos definidos nas políticas públicas de CT&I dos países.

A apropriação social do conhecimento depende do nível social, econômico e cultural de cada país. Nesse sentido, os subsistemas de ensino anteriores ao subsistema de ensino superior, devem ser fortificados do ponto de vista de infraestrutura física, tecnológica, informacional e de capital humano que, por sua vez, precisam ser coerentes com as necessidades dos diversos subsistemas de ensino e das necessidades referentes ao ensino, pesquisa e extensão.

As políticas públicas de CT&I devem ser alinhadas às problemáticas sociais, políticas, econômicas e culturais de cada país. A apropriação social do conhecimento no âmbito do ensino superior depende da maneira que os subsistemas anteriores ao ensino superior trabalham as questões referentes à apropriação social do conhecimento. Nessa perspectiva, as IES precisam estabelecer programas de apropriação social do conhecimento em suas agendas institucionais, como uma maneira de influenciar a materialização das diretrizes

estabelecidas pelas políticas públicas de CT&I, objetivando devolver os resultados das pesquisas para a sociedade em geral.

A presente tese definiu indicadores, pesos ou medidas viáveis para compreender como ocorre a apropriação social do conhecimento junto aos graduandos dos cursos de Sociologia, Economia, Ciência Política e Administração Pública da UEM, assim sendo, estabeleceram-se os seguintes pesos de apropriação: 1. Vazio (0) - representa apropriação social do conhecimento vazia; 2. Nunca (1) – representa apropriação social do conhecimento inexistente; 3. Raramente (2) - representa apropriação social do conhecimento pré-existente; 4. Frequentemente (3) representa apropriação social do conhecimento existente; 5. Sempre (4) - representa apropriação social do conhecimento forte.

A tese não conseguiu alcançar os TCC dos graduados dos cursos arrolados, por conta da dificuldade de acesso as mesmas. Com isso, propõe-se que para estudos posteriores se arrolem os TCC, bem como a empregabilidade dos egressos dos cursos, com vista a aceder de forma cabal a informações que possam garantir a efetividade da apropriação social do conhecimento, uma vez que, o resultado da apropriação social do conhecimento se materializa na produção de conhecimento novo e da inserção dos egressos no mercado de emprego.

Para que se materialize a construção de indicadores consentâneos com a realidade do ensino superior, urge que se desenvolvam indicadores sobre apropriação social do conhecimento no contexto do ensino superior, levando em conta os graduandos. Contudo, priorizou-se a produção de indicadores correspondentes ao âmbito vocacional dos futuros alunos do ensino superior, bem como aspectos relacionados às práticas pedagógicas dos docentes, políticas institucionais de inserção dos alunos ingressantes nas IES e, ainda, o acesso à informação científica e aspectos relacionados à divulgação da Ciência na sociedade.

O estabelecimento de indicadores pode ser subsidiado por pressupostos metodológicos, que subsidiaram o desenvolvimento de um instrumento de mensuração da apropriação social do conhecimento no âmbito do ensino superior e teve como base a pesquisa de Escobar Ortiz (2021) sobre como medir a apropriação social da C&T, bem como a proposta de Portela Huertas *et al.* (2021) sobre a análise dos processos de apropriação social do conhecimento de egressos de um curso de Psicologia. Estas pesquisas compreendem duas vertentes diferentes, mas complementares. Por um lado, Escobar Ortiz

(2021) partiu da análise das alternativas que têm sido utilizadas para definir indicadores de apropriação social da C&T na política científica da Colômbia.

As alternativas estabelecidas para a definição de indicadores sobre a apropriação social da C&T na Colômbia analisadas por Escobar Ortiz (2021), em que considera os indicadores contraditórios e inapropriados. Por outro lado, Portela Huertas *et al.* (2021) discorreu sobre os processos de apropriação social do conhecimento de egressos do Curso de Psicologia da *Fundación de Estudios Superiores Monseñor Abraham Escudero Montoya* (FUNDES), em que procurou correlacionar o perfil profissional dos egressos definidos nos objetivos do Curso com os trabalhos de conclusão de curso apresentados.

A construção de indicadores sobre a apropriação social do conhecimento no ensino superior fundamenta-se nas limitações dos indicadores de apropriação social da C&T mencionados por Escobar Ortiz (2021), bem como no objetivo da proposta de Portela Huertas *et al.* (2021) em que examinaram 140 (cento e quarenta) trabalhos de conclusão do Curso de Psicologia da FUNDES e a correlação entre os temas desenvolvidos nos trabalhos de conclusão de curso com o perfil profissional definido no Curso, bem como com o perfil ocupacional dos egressos no âmbito das atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Para realizarem a análise utilizaram uma matriz, a partir das entrevistas e dos trabalhos de conclusão, cuja análise centrou-se nos conteúdos relacionados ao objetivo geral, método e população alvo objeto da pesquisa (Portela Huertas *et al.*, 2021). A pesquisa definiu como proposta de indicadores de mensuração sobre a apropriação social do conhecimento no ensino superior, os seguintes elementos: 1. Orientação vocacional para estudantes finalistas do nível secundário aplicado por IES; 2. Aula de orientação sobre o curso e orientação profissional; 3. Visita guiada de novos ingressos à Biblioteca da instituição de ensino superior; 4. Didática de ensino superior; 5. Estágio profissional em entidades públicas e privadas coerentes com a área de formação; 6. Iniciação científica e profissional dos graduandos; 7. Competências e habilidades desenvolvidas pelos graduandos; 8. Produção de monografias coerentes com o perfil profissional do graduado, objetivos do curso e as problemáticas relacionadas à política, sociedade, economia e cultura do país; 9. Perfil do docente do ensino superior; 10. Acesso à informação científica produzida pela universidade.

Diante do exposto, a correlação entre as variáveis definidas nos dois primeiros indicadores (1 e 2) sobre apropriação social do conhecimento no ensino superior, alicerçados nas feiras vocacionais promovidas por IES, que propiciam aos futuros alunos das IES a escolha de cursos que correspondem a sua vocação, por meio de testes vocacionais. Os estudantes que ingressam nas IES tendo passado por uma orientação vocacional conjugada à aula de socialização do curso realizada no início da atividade letiva por profissionais, docentes, gestores e egressos possibilita que estejam predispostos a se apropriar dos conhecimentos transmitidos na sala de aulas pelos docentes.

Entretanto, atividades de orientação vocacional, bem como as aulas de socialização dos estudantes ingressantes no ensino superior não são suficientes para que os estudantes estejam aptos para a apropriação efetiva dos conhecimentos transmitidos pelo docente na sala de aula, uma vez que existem outros fatores que determinam a apropriação do conhecimento, tais como os métodos de ensino e aprendizagem conjugados com fatores de natureza cultural, social, entre outros. Contudo, a orientação vocacional e as aulas de socialização dos novos ingressantes podem propiciar condições para o desempenho positivo e sucesso acadêmico e nos anos subsequentes de frequência e manutenção dos estudantes no curso de graduação.

As IES têm a tradição de realizar visitas guiadas à biblioteca da instituição com os novos ingressos (indicador 3), como forma de dar a conhecer aos estudantes o espaço físico da biblioteca, serviços, produtos e recursos informacionais oferecidos. Os conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos de graduação congregam bibliografia obrigatória que deve estar disponível na biblioteca da faculdade e/ou universidade, de modo a propiciar aos estudantes o acesso à informação acadêmico-científica considerada obrigatória para participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, bem como do processo de produção de conhecimento nos contextos das sala de aulas e laboratórios.

A produção de conhecimento nas IES, assim como as atividades de ensino, extensão e administrativas dependem de a capacidade da biblioteca propiciar o acesso a massa informacional atualizada e correspondente às áreas de atuação de cada IES. Assim sendo, o acesso à informação acadêmico-científica disponibilizada pela biblioteca à comunidade estudantil da universidade deve ser acompanhada pela intermediação dos professores em colaboração com os profissionais da informação.

A sala de aula possibilita a adoção de estratégias metodológicas sincrônicas e adequadas às disciplinas curriculares dos cursos, contudo, é importante que as fontes de informação indicadas nas ementas das disciplinas estejam disponíveis na biblioteca das IES, em que “[...] sistemas e serviços de informação podem ser criados para ajudar os usuários para esclarecer e sanar suas dúvidas e interesses durante os primeiros estágios do processo de busca da informação” (Choo, 2003, p.113). O indicador 3 sobre apropriação social do conhecimento no ensino superior contempla variáveis passíveis de se constituírem instrumentos de mensuração, consentâneos com os estudantes dos primeiros dois anos do ensino superior e dos anos subsequentes, consubstanciado nas seguintes variáveis: 1.A biblioteca da universidade possui conteúdos informacionais referentes às bibliografias obrigatórias das disciplinas do curso; 2. Acesso ao material bibliográfico produzido pelos docentes do curso; 3.Uso de fontes de informação.

O indicador 4 sobre apropriação social do conhecimento nas IES versa sobre a didática de ensino superior aplicada nos programas de disciplinas dos cursos. Os docentes universitários devem participar de capacitações psicopedagógicas de modo continuado, como uma maneira de se apropriar de conhecimentos consentâneos com a realidade pedagógica e de ensino. O ensino deve acompanhar as demandas produzidas pela sociedade, empresas, instituições públicas, política, cultura, e demais elementos que contribuem para a estruturação das matrizes curriculares e dos métodos de ensino e aprendizagem, visando responder às problemáticas da sociedade.

O docente participante de formações e capacitações psicopedagógicas pode responder com mais eficiência e eficácia aos desafios do ensino superior. “Por meio da educação, treinamento, da experiência na tarefa, são criadas normas e convenções sobre práticas que levam a uma solução aceitável dos problemas” (Choo, 2003, p.117). Com isso, o docente universitário munido de ferramentas psicopedagógicas pode adotar uma postura consentânea com a natureza do seu trabalho em sala de aula, cumprindo com as seguintes variáveis de mensuração aplicadas aos estudantes, por meio de um questionário com perguntas semiestruturadas, nomeadamente: 1.Apresentação do plano temático da disciplina; 2.Apresentação dos objetivos da disciplina; 3.Apresentação da metodologia de ensino da disciplina; 4.Resultados esperados ao final de cada disciplina; 5.Uso de métodos participativos na sala de aula; 6.Habilidades desenvolvidas pelo graduando nas disciplinas.

O estágio profissional nas entidades públicas e privadas coerentes com a área de formação dos graduandos das IES constituem-se no quinto indicador sobre apropriação social do conhecimento no ensino superior. O estágio profissional tem sido incluído na matriz curricular dos cursos de graduação como parte das disciplinas, possibilitando que os estudantes desenvolvam habilidades práticas dos conhecimentos adquiridos ao longo dos primeiros dois ou três anos no ensino superior, assim contam com a supervisão de um profissional vinculado a organização em que realizam o estágio e co-supervisionado por um docente do curso da IES.

Nesse contexto, o estudante além de participar das atividades rotineiras da organização, desenvolve um relatório de estágio, um produto e/ou serviço atinente aos problemas enfrentados pela organização em que realizou o estágio, possibilitando que as competências e habilidades desenvolvidas pelo estudante em sala de aula em correlação com as práticas desenvolvidas no estágio possam ser utilizadas como mediação e/ou solução de problemas enfrentados na organização.

Entende-se que esse processo propicia a apropriação social do conhecimento, uma vez que os conhecimentos apreendidos em sala de aula se materializam na interação entre a teoria e a prática. As variáveis de mensuração do indicador 5 estão relacionadas a três fatores importantes: 1.Graduando teve oportunidade de estar em contato com o mundo real da profissão; 2.Participação em atividades rotineiras da organização; 3.Produção de relatório de estágio supervisionado.

Os indicadores desenvolvidos na presente pesquisa combinam diversas áreas de conhecimento, o que demonstra que a apropriação social do conhecimento necessita ser entendida a partir de múltiplos conhecimentos e disciplinas cooperantes com a área da Ciência da Informação, o Quadro 47 apresenta os indicadores sobre apropriação social do conhecimento no ensino superior e suas variáveis de mensuração.

Quadro 47: Indicadores de apropriação social do conhecimento no ensino superior

Indicadores	Variáveis
1. Orientação vocacional para estudantes finalistas do nível secundário aplicado por IES	1.1 Feira vocacional. 1.2 Teste vocacional.
2. Aula de socialização sobre o curso e orientação profissional dos alunos	2.1 Perfil do curso. 2.2 Perfil profissional do graduado.

Indicadores	Variáveis
ingressantes, bem como dos alunos dos anos subsequentes de maneira continuada.	2.3 Saídas profissionais do curso. 2.4 Vínculo dos estudantes com a IES ao longo da vida.
3. Visita guiada dos novos ingressantes à Biblioteca da IES.	3.1 Apresentação do espaço físico da(s) biblioteca(s) e dos serviços, produtos e recursos informacionais oferecidos. 3.2 Uso de fontes de informação. 3.3 A biblioteca possui conteúdos informacionais referentes a bibliografia obrigatória das disciplinas do curso. 3.4 Acesso ao material bibliográfico produzido pelos docentes do curso.
4. Didática de ensino superior aplicada nos programas de disciplinas.	4.1 Apresentação do plano temático da disciplina. 4.2 Apresentação dos objetivos da disciplina. 4.3 Apresentação da metodologia de ensino da disciplina. 4.4 Uso de métodos participativos na sala de aula. 4.5 Habilidades desenvolvidas pelo graduando nas disciplinas.
5. Estágio profissional nas entidades públicas e privadas coerentes com a área de formação dos graduandos da IES.	5.1 O graduando teve oportunidade de estar em contato com o mundo real da profissão. 5.2 Participação em atividades rotineiras da organização. 5.3 Produção de relatório de estágio supervisionado.
6. Iniciação científica e profissional dos graduandos da IES.	6.1 Participações em eventos de iniciação científica. 6.2 Participações em eventos promovidos por empresas. 6.3 Produção e apresentação de trabalhos em eventos científicos e profissionais da área de formação. 6.4 Participação em projetos de extensão relacionados a área de formação. 6.5 Participações em grupos de pesquisa. 6.6 Participações em projetos de pesquisa.
7. Competências e habilidades desenvolvidas pelos graduandos da IES.	7.1 Competência em informação. 7.2 Literacia científica. 7.3 Competências em leitura. 7.4 Gerações de pensamento crítico.
8. Produção de trabalhos de conclusão de curso coerentes com o perfil profissional do curso, objetivos do curso e as problemáticas relacionadas à política, economia e cultura no âmbito da sociedade.	8.1 Coerências do trabalho de conclusão de curso com o perfil profissional definido no curso. 8.2 Trabalhos de conclusão de curso vinculados aos problemas da sociedade e das instituições públicas e privadas. 8.3 Inserções dos egressos no mercado de trabalho.

Indicadores	Variáveis
9. Perfil do docente de ensino superior.	9.1 Formações acadêmica. 9.2 Produções científica. 9.3 Participação em eventos. 9.4 Projetos de extensão concluídos e em andamento. 9.5 Projetos de pesquisa concluídos e em andamento. 9.6 Participação em grupos de pesquisa. 9.7 Supervisão de trabalhos de fim de curso.
10. Acesso à informação científica produzida pela universidade.	10.1 Promoção da interação e do fluxo de informação científica e tecnológica entre os investigadores. 10.2 Promoção da interação entre as instituições de investigação e sociedade vinculadas aos saberes locais. 10.3 Estímulo ao desenvolvimento do jornalismo científico; boletins e repositórios institucionais.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A produção de conhecimento nas IES tem início na graduação, por meio de bolsas de iniciação científica concedidas aos graduandos. Considera-se a iniciação científica e profissional dos graduandos das IES como sendo o indicador 6 (seis) de mensuração sobre a apropriação social do conhecimento no ensino superior. A iniciação científica se constitui em um espaço e ambiência entre os graduandos e seus orientadores, em que acontece uma interação direta capaz de gerar nos graduandos uma formação e transformação intelectual que, por sua vez, propicia a integração de conhecimentos adquiridos nas trocas com os orientadores, entre estudantes de diferentes níveis de formação e entre estudantes e outros docentes que integram os mesmos projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, laboratórios de pesquisa e projetos de extensão. Nesses fóruns pode acontecer a apropriação social do conhecimento por parte dos graduandos, fator determinante e que pode contribuir para a geração de conhecimento novo ou incremental, e consentâneo com a cultura acadêmica e epistêmica do orientador.

Massi (2008) discorre sobre a ‘Contribuição da iniciação científica na apropriação da linguagem científica por alunos de graduação em Química’, em que acompanha o percurso trilhado durante um ano por dois alunos de iniciação científica em Química, em torno de o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, cuja coleta de dados recorreu a técnica da entrevista realizada com os orientadores e alunos; a observação direta apoiada na gravação

de áudio; coleta de materiais escritos produzidos pelos alunos. No que tange a análise e interpretação dos resultados, o estudo de Massi (2008) alicerçou-se de teóricos dos campos da Sociologia e Antropologia da Ciência, do método e Análise de Discurso da linha francesa.

Considera-se que há influência dos programas de iniciação científica na apropriação da linguagem científica por parte de alunos de iniciação científica. A apropriação se concretiza por meio do compartilhamento de informação e conhecimento acadêmico-científico nos espaços de interação entre estudantes, docentes, pesquisadores e profissionais da informação mediante a participação em grupos de pesquisa, projetos de pesquisa e projetos de extensão universitária.

As variáveis que sustentam o indicador 6 são: 1.Participação em eventos de iniciação científica; 2.Participação em eventos promovidos por empresas; 3.Produção e apresentação de trabalhos em eventos científicos e profissionais da área de formação; 4.Participação em projetos de extensão relacionados a área de formação; 5.Participação em grupos de pesquisa; 6.Participação em projetos de pesquisa.

O indicador 8 incide sobre a produção de trabalhos de conclusão de curso que são coerentes com o perfil profissional do curso, objetivos do curso e as problemáticas relacionadas à sociedade e às instituições públicas e privadas. Este indicador encerra os processos sobre apropriação social do conhecimento que, por sua vez, incidem diretamente na apropriação social do conhecimento inerente aos alunos de graduação.

Nesta fase far-se-á a análise dos trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos pelos alunos de graduação e a sua coerência com o perfil profissional do curso, bem como com as problemáticas da sociedade e das instituições públicas e privadas. A produção científica dos graduandos se efetiva com o trabalho de conclusão de curso, entretanto, a apropriação só ocorre efetivamente quando o trabalho dos estudantes discorre sobre os conteúdos referentes ao perfil profissional do curso e de problemáticas que afetam a sociedade, sendo que os trabalhos dos alunos podem contribuir com soluções ou compreensão da essência dos problemas da sociedade e das instituições públicas e privadas.

A transformação do aluno em profissional e pesquisador se dá ao longo do percurso desenhado, por meio dos indicadores anteriores, assim sendo, o produto do trabalho dos alunos de graduação deve corresponder a solução de problemas oriundos da sociedade. Desse modo, o produto do trabalho acadêmico-científico dos alunos deve ser devolvido a

sociedade e as instituições públicas e privadas por meio de capital humano especializado e ou inteligência gerada pelos trabalhos acadêmicos.

O desenvolvimento dos dois últimos indicadores sobre apropriação social do conhecimento está centrado no docente e na disseminação de conhecimento científico e tecnológico entre os fazedores do conhecimento e pela sociedade e instituições públicas e privadas. Todavia, não se pode pensar na apropriação social do conhecimento sem a figura mediadora do docente universitário, pois se constitui no sustentáculo do processo de apropriação social do conhecimento no ensino superior o docente formado com alicerces pedagógicos, epistemológicos, teóricos e práticos.

O processo de apropriação social do conhecimento do docente se manifesta por meio da formação acadêmica, que possibilita a produção de conhecimento em articulação com o ambiente empírico onde ocorre a apropriação dos saberes locais ou do senso comum que consolidam as teorias, conceitos e métodos do campo científico. Ademais, existem fóruns apropriados de socialização do conhecimento gerado e produzido no âmbito das IES, como eventos científicos da área de atuação do docente, grupos de pesquisa, projetos de extensão, projetos de pesquisa, supervisão de trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica, proporcionando o compartilhamento de conhecimento explícito e tácito aos graduandos envolvidos nesses fóruns, bem como outros docentes e pesquisadores que atuam em vários subsistemas de ensino superior.

O último indicador subordinado ao tema: acesso à informação científica produzida pela universidade compreende a promoção da interação e do fluxo de informação científica e tecnológica entre os investigadores; promoção da interação entre a IES e a sociedade vinculadas aos saberes locais; estímulo ao desenvolvimento do jornalismo científico; boletins e repositórios institucionais.

O fim último da apropriação social do conhecimento nas IES deve ser a devolução dos resultados das suas pesquisas para efeitos de aplicação do conhecimento na resolução de problemas enfrentados pela sociedade e instituições públicas e privadas. Como exposto nos 10 (dez) indicadores sobre apropriação social do conhecimento no ensino superior, a linguagem científica deve ser apropriada nas IES e só depois pode ser difundida por meio de uma linguagem comum à sociedade e às instituições públicas e privadas.

Contudo, a construção de conhecimento científico deve colaborar com os saberes locais. As políticas públicas de CT&I devem ser formuladas tendo em vista a devolução do conhecimento produzido nas IES para a sociedade e instituições públicas e privadas com vista a geração do desenvolvimento econômico e social das nações. Os indicadores definidos nesta pesquisa podem propiciar a efetivação dos princípios e estratégias governamentais de gestão do conhecimento científico centrado nas competências e habilidades da comunidade científica no acesso, coleta, armazenamento e uso da informação para satisfação das necessidades informacionais no contexto do ensino superior.

O desenvolvimento de indicadores aplicados à apropriação social do conhecimento no âmbito do ensino superior deve ter em conta os graduandos. A construção de indicadores sobre apropriação social do conhecimento recorreu a áreas de conhecimento cooperantes com a área de Ciência da Informação, nomeadamente, Educação, Psicologia, Sociologia e temáticas relevantes para a construção do referencial teórico e metodológico.

Os indicadores construídos foram estabelecidos com fundamentos emprestados e correlacionados ao campo de pesquisa da Ciência da Informação. Assim sendo, os indicadores construídos foram 10 (dez) e suas variáveis, nomeadamente são: 1.Orientação vocacional para estudantes finalistas do nível secundário aplicado por IES; 2.Aula de socialização sobre o curso e orientação profissional dos alunos ingressantes, bem como dos alunos dos anos subsequentes de maneira continuada; 3.Visita guiada dos novos ingressantes à biblioteca da IES; 4.Didática de ensino superior aplicada nos programas de disciplinas; 5.Estágio profissional em entidades públicas e privadas coerentes com a área de formação dos graduandos da IES; 6.Iniciação científica e profissional dos graduandos da IES; 7.Competências e habilidades desenvolvidas pelos graduandos da IES; 8.Produção de trabalhos de conclusão de curso coerentes com o perfil profissional do curso, objetivos do curso e as problemáticas relacionadas à política, economia e cultura da sociedade; 9.Perfil do docente do ensino superior; 10. Acesso à informação científica produzida pela universidade.

Conclui-se que os indicadores voltados a apropriação social do conhecimento no âmbito do ensino superior desenvolvidos nesta pesquisa são coerentes com a experiência de ensino, pesquisa e extensão universitária dos alunos de graduação, bem como a experiência profissional adquirida nos estágios e incubadoras pelos graduandos do ensino superior

propicia a apropriação social do conhecimento, assim como, depois da graduação e inserção no mercado de trabalho os egressos continuam vinculados a IES, por meio de formação contínua e ou participação em projetos de pesquisa e de extensão.

Por isso, a mensuração voltada à apropriação social do conhecimento no âmbito do ensino superior deve iniciar-se ou ter como objetivo compreender o percurso de escolha de curso, faculdade e universidade dos alunos ingressantes na graduação, bem como dos alunos dos anos subsequentes da graduação. Ademais, não sendo suficiente o exposto para a mensuração da apropriação social do conhecimento, apregoa-se a necessidade da mensuração da produção de conhecimento por parte dos docentes, discentes, assim como das práticas pedagógicas dos docentes e, por conseguinte, dos aspectos referentes ao acesso à informação científica disponibilizada pela IES a sociedade.

Contudo, a produção de indicadores de mensuração sobre a apropriação social do conhecimento carece de validação científica e depende da adoção de políticas públicas nacionais voltadas para a apropriação social do conhecimento, bem como de políticas de gestão do conhecimento no âmbito das IES públicas e privadas. Portanto, considera-se esta construção como sendo uma tentativa que pode ser aprimorada com elementos mais integradores de políticas públicas de CT&I, bem como de estratégias de mensuração da CT&I adotadas por países desenvolvidos, organizações regionais, continentais e internacionais, por forma que possa ser consentânea com a realidade dos países e das IES públicas e privadas enquanto espaços de apropriação social do conhecimento que posteriormente é divulgado para as empresas, organizações públicas e privadas e a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, L. M. A. R.; ITABORAHY, A. L. C.; MACHADO, R. P. M. Modelo de maturidade em inteligência organizacional: uma visão integrada à gestão da informação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.30, n.4, p.1-21, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57352/32732>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARAÚJO, C. A. A. Épistémologie des sciences de l'information: histoire intellectuelle des concepts, théories et paradigmes. **Revue Francaise des Sciences de l'information et de la communication**, v. 24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rfsic.12443>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology. San Francisco (CA): Chandler, 1972. 542p.
- BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.
- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. 10.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BRITO, L. M. C. de. **Luís Manuel Cerqueira de Brito**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC. (Depoimento, 2008; 0h55min). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal>. Acesso em: 9 fev. 2024.
- BRITO, L. M. C. de. **Por uma sociologia sem fronteiras**: o exemplo de “O Mineiro Mocambicano”. Maputo: Associação Moçambicana de Sociologia/IESE. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/Aula_Publica_LB.pdf. Acesso em: 9 fev. 2024.

BROOKES, B. C. The foundations of Information Science: Part I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v.2, n.3-4, p.125-133, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01655515800020>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic Monthly**, v.176, n. 1, p. 101-108, 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CAHEN, M. O dever de pesquisar na periferia do mundo. In: CHICHAVA, S. (Org.) **Desafios para Moçambique 2019**. Maputo: IESE, 2019.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986/1028>. Acesso em: 9 maio 2021.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr.2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360/17954>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CHICHAVA, S. O IESE e a pesquisa sobre «Moçambique no mundo (2010-2018)». In: CHICHAVA, S. **Desafios para Moçambique 2019**. Maputo: IESE, 2019. Cap.10; p.321-334.

Choo, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

DARCH, C. Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique, 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais. **Revista de Antropologia**, v.60, n.3, p.112-133, 2017. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2017.141742. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141742>. Acesso em: 9 fev. 2024.

DAVENPORT, T. H. **Pense fora do quadro**: descubra e invista nos seus talentos para maximizar resultados da sua empresa. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

DAVIDSON, E. J. **Evaluation methodology basics**. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DÍAZ LOPEZ, L.; TARANGO, J.; CONTRERAS, C. P. Strategies for inclusive and safe education using virtual reality: From the digital library perspective. **Digital Library Perspectives**, v.35, n.3/4, p.216-226, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/DLP-08-2019-0034>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 6.ed. São Paulo: Nacional, 1974.

ESCOBAR, J. M. La apropiación social de la ciencia y la tecnología como eslogan: un análisis del caso colombiano. **Revista CTS**, v.13, n.38, p.29-57, Jun. 2018. Disponível em: <http://ojs.revistacts.net/index.php/CTS/article/view/65/62>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FERNANDES, C. **Socialismo, pós-socialismo e legados intelectuais**: evidências a partir do CEA (1979-1986) e do IESE (2007-2014). Maputo: CEA, 2017.

FRANCISCO, A.; SUGAHARA, G. **Ciências Sociais e Comunicação**: algumas reflexões do Grupo de Investigação População, Pobreza e Protecção Social do IESE. Maputo: IESE. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/TD/TD-AF.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GEFFRAY, C. Fragments du discours du pouvoir: du bon usage d'une méconnaissance scientifique. **Politique Africaine**, p.71-85, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/polaf_0244-7827_1988_num_29_1_5158. Acesso em: 9 fev. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRALDO GUTIÉRREZ, F. L.; ORTIZ CLAVIJO, L. F.; ZUÑIGA MIRANDA, S. Políticas de Ciencia, Tecnología e Innovación en América Latina y el Caribe y su influencia en la producción y apropiación de la CTI. **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas (RS), v.23, n.1, p.296-316, jan./mar. 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/17751/11147>. Acesso em: 2 jun. 2023.

GIRALDO GUTIÉRREZ, F. L.; ORTIZ CLAVIJO, L. F.; ZAPATA CARDONA, G. A. Laboratorio de Innovación Social: escenario de participación, apropiación social e interdisciplinariedad. **European Public & Social Innovation Review**, v.5, n.1, p.46-57, 2020b. Disponível em: <https://pub.sinnergiak.org/esir/article/view/127/75>. Acesso em: 2 jun. 2023.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique**. Maputo: Conselho de Ministros, 2006.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Agenda 2025** – visão e Estratégias da Nação. Maputo: Comitê de Conselheiros, 2003.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HABERMAS, J. **Racionalidade e Comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

JAUREGUI CABALLERO, A.; ORTEGA PONCE, C. Narrativas transmediáticas en la apropiación social del conocimiento. **Revista Latina de Comunicación Social**, n.77, p.357-372, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4185/RLCS-2020-1462>. Acesso em: 2 jun. 2023.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectivas, 1998. 257p.

LAKATOS, E. M.; Marconi, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003, 310p.

LE COADIC, Y-F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LAZOS RAMÍREZ, L. L.; RUEDA ROMERO, X.; SOSA PEINADO, E.; GARCÍA FRANCO, A.; GARCÍA, J. C.; FELTRERO, R. Educación, comunicación y apropiación de la ciencia desde una perspectiva pluralista: experiencias en la construcción del diálogo para la apropiación social de los conocimientos. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad (CTS)**, v.13, n.38, p.205-226, 2018. Disponível em: <http://www.revistacts.net/wp-content/uploads/2020/03/vol13-nro38-10lazos.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

LIEBOWITZ, J. **Building organizational intelligence: A knowledge management primer**. Boca Raton (FL): CRC Press, 1999.

LOGAN, R. K. **Que é informação?: a propagação da organização na biosfera, na simbiosfera, na tecnosfera e na econosfera**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2012.

MACKAY, D. **Information, mechanism and meaning**. Cambridge (MA): MIT Press, 1969. 206p.

MARÍN AGUDELO, S. A. Apropiación social del conocimiento: una nueva dimensión de los archivos. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v.35, n.1, p.55-62, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179024991005>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MASSARANI, L.; SILVA, C. M. da; ROCHA, M. Análise dos artigos acadêmicos sobre divulgação científica na Colômbia. **Razón y Palabra**, Quito, v.24, n.111, p.258-273, mayo./ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26807/rp.v25i111.1787>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MATSUDA, T. Organizational intelligence: Coordination of human intelligence and machine intelligence. In: BOURGINE, P.; WALLISER, B. (Eds.). **Economics and Cognitive Science**. Amsterdam: Pergamon, 1992. p.171-180. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-041050-0.50021-2>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEJÍA SALDARRIAGA, D.; LONDOÑO RIVERA, A. M.; QUINTERO QUINTERO, P. A. Apropiación social de la ciencia y la tecnología en Medellín: contribuciones al debate sobre su evaluación. **Trilogía Ciencia Tecnología Sociedad**, v.13, n.24, p.163-191, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22430/21457778.1793>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MERTA, A. Informatics as a branch of science. In: FID/RI- International Federation for Documentation. **Study Committee Research on Theoretical Basis of Information**. On theoretical problems of Informatics. Moscow: ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969. p.32-40. (FID 435).

MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKY, R. S. Informatics: its scope and methods. In: FID/RI- International Federation for Documentation. **Study Committee Research on Theoretical Basis of Information**. On theoretical problems of Informatics. Moscow: ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969. P.7-24. (FID 435).

MOÇAMBIQUE. Resolução n. 23/2003, de 22 de Julho de 2003. Política de Ciência e Tecnologia e a Estratégia de sua Implementação (PCTEI). **Boletim da República**: I série, Maputo, n.31, p.349-355, 30 jul. 2003.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005. 120p.

MORESI, E. A. D. Inteligência organizacional: um referencial integrado. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.2, p.35-46, maio/ago. 2001. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/923/960>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MURTEIRA, Mário. **Economia do conhecimento**. Lisboa: Quimera, 2004.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 380p.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NORIEGA, J. Valoración inicial sobre la apropiación social del conocimiento construído con demandantes. Análisis de casos de PDTs en la Universidad Nacional de San Luis Argentina. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos (SP), v.14, n.33, p.329-353, jan., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.58422/repesq.2022.e1240>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ORTEGA HOYOS, A. J.; MARÍN VERHELST, K. La innovación social como herramienta para la transformación social de comunidades rurales. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, n.57, p.87-99, mayo./ago. 2019. Disponível em: <https://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/1056>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PINHEIRO, L. V. R. **A Ciência da Informação entre sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v.12, n.25, jul./dic. 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.0187358xp.1998.25.3884>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: IBICT, 1999a.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999b. p.155-182.

PINHEIRO, L. V. R. A gênese da ciência da informação: os sinais enunciadores da nova área. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p.61-86.

PINHEIRO, L. V. R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.15, n.1, p.13-48, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91220>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; DILL ORRICO, E. G. (Orgs.). **Políticas de memória e informação**. Natal: EDUFRRN, 2006. p.11-142.

PINHEIRO, L. V. R. Mutações na Ciência da Informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.28, n.3, p.115-134, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43317>. Acesso em: 4 abr. 2023.

POLANYI, M. **The tacit dimension**. Gloucester: Peter Smith, 1983 (c1966). 108p.

POPPER, K. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

POPPER, K. R. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PORTELA HUERTAS, M. C.; GUARNIZO ANTE, F. J.; POVEDA AGUJA, F. A. Análisis de los procesos de apropiación social del conocimiento de egresados de Psicología. **Revista Conrado**, v.17, n.83, p.98-108, nov./dic. 2021. Disponível em: <https://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado/article/view/2063/2017>. Acesso em: 2 jun. 2023.

QUEVEDO PINZÓN, E.; FRANCO AVELLANEDA, M. Creencias de docentes de preescolar sobre ciencia y tecnología: desafíos para la apropiación social del conocimiento en la infancia.

Revista Colombiana de Educación, n.84, p.1-22, ene./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17227/rce.num84-11365>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ROATTA ACEVEDO, C. Un giro del servicio al cuidado en las prácticas para la apropiación social de la ciencia y la tecnología (ASCyT): retos metodológicos. **Universitas Humanística**, Bogotá, n.75, p.421-445, ene./jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79128762018>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ROMERO RODRÍGUEZ, J. M.; RAMÍREZ MONTOYA, M. S.; AZNAR DÍAZ, I.; HINOJO LUCENA, F. J. Social appropriation of knowledge as a key factor for local development and open innovation: A systematic review. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v.6, n.44, p.1-13, 2020. Disponível em: 10.3390/joitmc6020044. Acesso em: 2 jun. 2023.

SANT'ANA, R. C. G. Ciclo de vida dos dados: uma perspectiva a partir da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina (PR), v.21, n.2, p.116-142, 2016. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n2p116>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SHANNON, C. E. A Mathematical Theory of Communication. **The Bell System Technical Journal**, v.27, n.3, p.379-423, Jul. 1948. Disponível em: 10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x. Acesso em: 17 abr. 2023.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Urbana: The University of Illinois Press, 1964. 125p.

SOBRINHO, J. D. O processo de Bolonha. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 9, p. 107–132, 2008. DOI: 10.20396/etd.v9in.esp.730. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/730>. Acesso em: 15 jun. 2025.

TAIMO, J. W. Ensino superior em Moçambique: história, política e gestão. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2010. Disponível em: https://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/USQUKAQXVOQD.pdf. Acesso em 1 Julh. 2025.

TZU, S. **A arte da guerra**. São Paulo: Novo Século, 2015. 158p.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Currículo de graduação em Sociologia**. Departamento de Sociologia, 2013.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Currículo de Licenciatura de Economia**. Faculdade de Economia, 2012.

URREGO ESTRADA, G.; JURADO ZAMBRANO, D. A.; GUTIÉRREZ OSSA, J. A. Perfil del administrador público en Colombia: una mirada desde la industria 4.0 y la apropiación social del conocimiento. **Pensamiento Americano**, v.15, n.29, p.71-92, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21803/penamer.15.29.431>. Acesso em: 2 jun. 2023.

URIA-LÓPEZ, S.; RODRÍGUEZ-CRUZ, Y. Inteligencia organizacional: aproximación teórica a su concepción y desarrollo. **Informação & Informação**, Londrina (PR), v.24, n.1, p.356-382, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28283/pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

VALENCIA DE VEIZAGA, M.; MONCADA PATIÑO, J. D. Situación y perspectiva de la investigación en la Escuela Interamericana de Bibliotecología: una visión desde el Sistema Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación de Colombia. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v.30, n.1, p.185-197, ene./jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/1869/1540>. Acesso em: 2 jun. 2023.

VALENTIM, M. L. P. Conceitos sobre gestão do conhecimento: uma revisão sistemática da literatura brasileira. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.30, n.4, p.1-34, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57186/32600>. Acesso em: 17 abr. 2023.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.40, n.1, p.99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais: parte 1**. 4.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

WILENSKY, H. L. **Organizational intelligence: Knowledge and policy in government and industry**. New York: Basic Books, 1967. v.465; 226p.

YAZAN, B. Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake. **Meta: Avaliação** Rio de Janeiro, v.8, n.22, p.149-182, jan./abr. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5.ed. São Paulo: Bookman, 2015. 205p.

ZINS, C. Redefinindo a Ciência da Informação: da “ciência da informação” para a “ciência do conhecimento”. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.21, n.3, p.155-167, set./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/11901/7003>. Acesso em: 17 abr. 2023.

ZINS, C. Conceptions of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.58, n.3, p.335-350, Feb. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.20507>. Acesso em: 17 abr. 2023.

APÊNDICE A - PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PESQUISADORES PERMANENTES DO IESE NA SÉRIE DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
Desafios para Moçambique 2010	I Secção de Política
	1. BRITO, Luís. O sistema eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE, 2009. Cap. 1, p.17-29. 2. FORQUILHA, Salvador C. Governação distrital no contexto das reformas de descentralização administrativa em Moçambique: lógicas, dinâmicas e desafios. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE, 2009. Cap. 2, p.31-49. 3. FRANCISCO, Antonio. Sociedade civil em Moçambique: expectativas e desafios. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE, 2009. Cap. 3, p. 51-105. 4. CHICHAVA, Sérgio e POHLMANN, Jonas. Uma breve análise da imprensa Moçambicana. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE, 2009. Cap. 5, p.127-138.
	II Secção de Economia
	5. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; OSSEMANE, Rogério. Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE, 2009. Cap. 6, p. 141-182. 6. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; MASSINGUE, Nelsa; ALI, Rosimina. Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE, 2009. Cap. 7, p.183-216.
	III Secção de Moçambique no Mundo
	7. CHICHAVA, Sérgio. Moçambique na rota da China: uma oportunidade para o desenvolvimento?. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2010. Maputo: IESE, 2009. Cap. 16, p.337-351.
Desafios para Moçambique 2011	I Secção de Política
	8. FORQUILHA, Salvador C.; ORRE, Aslak. Transformações sem mudanças? os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 2, p.35-53. 9. BRITO, Luís. Revisão da Legislação Eleitoral: algumas propostas para o debate. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 4, p.91-107.
	II Secção de Economia

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	10. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Desafios da mobilização de recursos domésticos: revisão crítica do debate. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 5, p.91-107. 11. OSSEMANE, Rogério. Desafios de expansão das receitas fiscais em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 6, p. 161-181. 12. MASSARONGO, Fernanda; MUIANGA, Carlos. Financiamento do Estado com recurso à dívida: problemas e desafios. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 7, p. 161-181. 13. AMARCY, Sofia; MASSINGUE, Nelsa. Desafios da expansão de serviços financeiros em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 8, p. 185-205. 14. SANDE, Zaqueo. 7 milhões: revisão do debate e desafios para diversificação da base produtiva. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 9, p.207- 228.
	III Secção de Sociedade
	15. FRANCISCO, António. Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente o caso de Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 10, p.231-282. 16. FRANCISCO, António; ALI, Rosimina; IBRAIMO, Yasfir. Protecção social financeira e demográfica desafios para uma segurança humana digna em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 11, p.283-331.
	IV Secção de Moçambique no Mundo
	17. CHICHAVA, Sérgio. As economias “emergentes” no sector agrícola moçambicano: leituras, implicações e desafios. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 14, p.371-400. 18. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Dependência de ajuda externa, acumulação e ownership: contribuição para um debate de economia política. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António. Desafios para Moçambique 2011. Maputo: IESE, 2011. Cap. 15, p.401-466.
Desafios para Moçambique 2012	I Secção de Política
	19. BRITO, Luís. Pobreza, “parpas” e governação. In: BRITO, Luis; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap. 1, p.25-4242.
	II Secção de Economia
	20. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. PARP 2011-2014: contradições, tensões e dilemas. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO,

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	Antônio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.5 , p.105 -115. 21. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno e MANDLATE, Oksana. Da economia extractiva à diversificação da base produtiva: o que pode o PARP utilizar da análise do modo de acumulação em Moçambique?. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.6 , p.117-144. 22. OSSEMANE, Rogério. Será a item relevante para melhorar a gestão dos recursos minerais? Uma análise crítica da experiência. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.7, p.145-164. 23. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; OSSEMANE, Rogério. Política monetária e redução da pobreza em Moçambique: discussão crítica. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.8 , p.185-201. 24. MUIANGA, Carlos. Desafios de desenvolvimento da base produtiva: um olhar a partir do PARP 2011-2014. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.9 , p.203-219. 25. AMARCY, Sofia. Opções de financiamento do investimento público: um olhar crítico sobre o PARP 2012-14. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.10 , p.221-230. III Secção de Sociedade 26. FRANCISCO, Antônio. Política pública e intervencionismo: porque existe o PARP em Moçambique?. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.12 , p. 259-294. 27. SUGAHARA, Gustavo; FRANCISCO, Antônio. Idosos em Moçambique: romper a conspiração do silêncio. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.13 , p.295-331. 28. IBRAIMO, Yasfir. Reflexões sobre emprego e redução da pobreza no PARP: desafios para uma abordagem alternativa. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.15 , p.373-383. IV Secção de Moçambique no Mundo 29. CHICHAVA, Sérgio. Investimento directo estrangeiro e o combate à pobreza em Moçambique: uma leitura a partir do investimento chinês na agricultura. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2012. Maputo: IESE, 2012. Cap.17 , p.411-426.
Desafios para Moçambique 2013	I Secção de Política 30. BRITO, Luís. Breve reflexão sobre autarquias, eleições e democratização. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador. C.;FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.1, p.23-35.

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	II Secção de Economia
	31. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Reflectindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extractiva. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.4, p.81-124. 32. MASSINGUE, Nelsa; MUIANGA, Carlos. Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.5, p.125-147. 33. MASSARONGO, Fernanda. Por que é que os bancos comerciais não respondem à redução das taxas de referência do banco de Moçambique? Reflexões. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.6, p.149-173. 34. LANGA, Epifânia; MANDLATE, Oksana. Questões à volta de ligações a montante com a Mozal. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.8, p.175-210. 35. ALI, Rosimina. Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução de pobreza e desenvolvimento em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.9, p.211-237. 36. IBRAIMO, Yasfir. Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.11, p.265-279.
	III Secção de Sociedade
	37. FORQUILHA, Salvador C. Não basta introduzir reformas para se ter melhores serviços públicos: subsídios para uma análise dos resultados das reformas no subsector de água rural em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.14, p.331-353. 38. FRANCISCO, Antônio. Acção social produtiva” em Moçambique: uma falsa solução para um problema real. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.15, p.357-393.
	IV Secção de Moçambique no Mundo
	39. DÚRAN, Jimena; CHICHAVA, Sérgio. O Brasil na agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.16, p.397-415. 40. CHICHAVA, Sérgio; DÚRAN, Jimena; CABRAL, Lídia; SHANKLAND, Alex; BUCKLEY, Lila; LIXIA, Tang; YUE, Zhang. Discursos e narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2013. Maputo: IESE, 2013. Cap.17, p.417-438.

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
Desafios para Moçambique 2014	I Secção de Política
	41. BRITO, Luís. Uma Reflexão Sobre o Desafio da Paz em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, 2014. Cap.1, p.23-39. 42. FORQUILHA, Salvador C. Do discurso da “história de sucesso” às dinâmicas políticas internas: O desafio da transição política em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, 2014. Cap.3, p.61-82. 43. CHAIMITE, Egídio. Das revoltas às marchas: emergência de um repertório de acção colectiva em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, 2014. Cap.4, p.83-98.
	II Secção de Economia
	44. ALI, Rosimina; IBRAIMO, Yasfir; MASSARONGO, Fernanda; MASSINGUE, Nelsa. Grupos de Poupança e Crédito Rurais como Opção para a Inclusão Financeira: Uma Análise Crítica. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, 2014. Cap.6, p.137-162. 45. LANGA, Epifânia; MASSINGUE, Nelsa. Indústria extractiva e desenvolvimento local: O papel da responsabilidade social empresarial. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, 2014. Cap.9, p.229-245.
	III Secção de Sociedade
	46. FRANCISCO, António; SUGAHARA, Gustavo. Para além do Espaço Fiscal: A Protecção social no Contexto da Transição Demográfica Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, 2014. Cap.11, p.281-312. 47. FRANCISCO, António; SIÚTA, Moisés. O Nascimento da Poupança Doméstica Moçambicana: Evidências e Significado. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, 2014. Cap.12, p.313-363.
	IV Secção de Moçambique no Mundo
	48. CHICHAVA, Sérgio. Acumulação num contexto de lógicas e dinâmicas neo-patrimoniais: O caso da ARPONE em Xai-Xai. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2014. Maputo: IESE, 2014. Cap.15, p.413-425.
Desafios para	I Secção de Política

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
Moçambique 2015	49. BRITO, Luís. Alguns desafios do presidente Nyusi. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.1, p.23-30. 50. CHICHAVA, Sérgio; CHAIMITE, Egídio. A sociedade civil nas eleições de 2014 em Moçambique oportunidade de afirmação perdida?. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.3, p.59-81. 51. FORQUILHA, Salvador C. Descentralização sectorial e provisão de serviços públicos em Moçambique: o caso do sector agrário. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.4, p.83-97.
	II Secção de Economia
	52. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. «capitalizando» o capitalismo doméstico porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.6, p.123-156. 53. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Desafios da sustentabilidade do crescimento económico uma «bolha económica» em Moçambique?. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.7, p.157-199. 54. MUIANGA, Carlos. Dinâmicas actuais de aquisição de terra para investimento em Moçambique: tendências, escala, factores, actores e questões para análise. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antonio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.8, p.201-221. 55. LANGA, Epifânia. «Ligações minadas» o caso dos fornecedores nacionais da vale e do rio tinto em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.9, p.223-245. 56. MANDLATE, Oksana. Capacitação das empresas nacionais e conteúdo local de megaprojectos em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.10, p.247-272.
	III Secção de Sociedade
	57. FRANCISCO, António; SIÚTA, Moisés. Poupança externa num contexto de crescimento económico sem poupança interna. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.12, p.313-348. 58. FRANCISCO, António; SUGAHARA, Gustavo. Por que Moçambique ainda não possui uma pensão universal para idosos?. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2015. Maputo: IESE, 2015. Cap.13, p.349-382.
Desafios para Moçambique 2016	I Secção de Política
	59. BRITO, Luís. Instituições políticas e unidade nacional. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.1, p.25-31.

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	60. FORQUILHA, Salvador C. Democracia e municipalização em Moçambique gradualismo, participação local e serviços básicos. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.3, p.73-91.
	II Secção de Economia
	61. CHIVULELE, Fernanda Massarongo. Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.5, p.113-137.
	62. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.6, p.141-174.
	63. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Desenvolvimento centrado em PME? Problematização crítica desta abordagem. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.7, p.175-223.
	64. ALI, Rosimina; MUIANGA, Carlos. Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias contradições e desafios. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.9, p.255-267.
	III Secção de Sociedade
	65. FRANCISCO, Antônio; SIÚTA, Moisés; SEMEDO, Ivan. Estratégia de crescimento económico em Moçambique desta vez é diferente?. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.10, p.271-328. 66. SAMBO, Michael Godet. O desafio da gentrificação na cidade de Maputo reflexões sobre o sistema habitacional, a política social de habitação e a exclusão social. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.12, p.355-372.
Desafios para Moçambique 2017	IV Secção de Moçambique no Mundo
	67. CHICHAVA, Sérgio. A sociedade civil e o prosavana em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.13, p.375-384.
	68. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. A Grécia e Moçambique dilemas, lições e opções de luta. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2016. Maputo: IESE, 2016. Cap.14, p.385-405.
Desafios para Moçambique 2017	I Secção de Política
	69. BRITO, Luís. Um olhar para a abstenção eleitoral em 2014. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.1, p.23-34.

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	70. FORQUILHA, Salvador C. Descentralização e conflito em Moçambique o desafio da construção do estado. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.2, p.35-59.
	II Secção de Economia
	71. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Contribuição para o método de investigação da economia política de Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.4, p.83-97.
	72. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.5, p.99-164.
	73. LANGA, Epifânia. Dependência de megaprojectos e desindustrialização prematura em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.6, p.165-183.
	74. ALI, Rosimina e MUIANGA, Carlos. Integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.7, p.185-201.
	75. CHIVULELE, Fernanda Massarongo. Política monetária e estrutura produtiva da economia de Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.8, p.203-232.
	76. MANDLATE, Oksana. A bolha económica moçambicana e o papel da porosidade económica na absorção de recursos externos. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.9, p.233-256.
	77. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.10, p.257-302.
	78. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Novas questões e caminhos de investigação. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.11, p.303-308.
	III Secção de Sociedade
	79. FRANCISCO, Antônio A. da Silva. Gerontocrescimento e envelhecimento populacional em África relevância e alcance da pesquisa do IESE. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.; FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.12, p.311-354.
	IV Secção de Moçambique no Mundo
	80. CHICHAVA, Sérgio. Moçambique e a crise político-económica brasileira. In: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador C.;

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	FRANCISCO, Antônio. Desafios para Moçambique 2017. Maputo: IESE, 2017. Cap.14, p.381-394.
Desafios para Moçambique 2018	I Secção de Política
	81. SCHILLER, Armin von; FORQUILHA, Salvador ; BUNK, Saida; KLAWONN, Dominique; KRULL, Jonathan; SENNEWALD, Alina; STEINHILBER, Conrad; BOESELAGER, Juliane von. Aptos para alcançar os seus objectivos? Obstáculos de ordem administrativa à mobilização da receita local nos municípios moçambicanos. In: FORQUILHA, Salvador C. Desafios para Moçambique 2018. Maputo: IESE, 2018. Cap.1, p.33-64.
	II Secção de Economia
	82. FRANCISCO, Antônio; SEMEDO, Ivan . Teste à vontade de consolidação fiscal e orçamental em Moçambique o problema da desorçamentação. In: FORQUILHA, Salvador C. Desafios para Moçambique 2018. Maputo: IESE, 2018. Cap.6, p.165-203.
	83. IBRAIMO, Yasfir . Efeitos macroeconómicos da dívida pública e do serviço da dívida: uma análise empírica de Moçambique. In: FORQUILHA, Salvador C. Desafios para Moçambique 2018. Maputo: IESE, 2018. Cap.7, p.205-221.
	84. LANGA, Epifânia ; NKHONJERA, Maria. Desenvolvimento industrial em contexto de integração económica regional o caso do sector de equipamentos e serviços industriais em Moçambique e na África do Sul. In FORQUILHA, Salvador C. Desafios para Moçambique 2018. Maputo: IESE, 2018. Cap.8, p.223-250.
	85. ALI, Rosimina . Geração de emprego e bem-estar que contradições existem à luz da agro-indústria em Niassa?. In: FORQUILHA, Salvador C. Desafios para Moçambique 2018. Maputo: IESE, 2018. Cap.9, p.251-288.
	86. MUIANGA, Carlos . A questão da terra e os debates sobre opções de transformação agrária e rural em Moçambique. In: FORQUILHA, Salvador C. Desafios para Moçambique 2018. Maputo: IESE, 2018. Cap.10, p.289-305.
Desafios para Moçambique 2019	III Secção de Sociedade
	87. SAMBO, Michael Godet . Vítimas da riqueza? A reprodução da pobreza em zonas de mineração. In: FORQUILHA, Salvador C. Desafios para Moçambique 2018. Maputo: IESE, 2018. Cap.12, p.324-340.
	I Secção de Política
	88. BRITO, Luís . Multipartidarismo, geografia do voto e descentralização em Moçambique. In: CHICHAVA, Sérgio. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019. Cap.2, p.45-54.
	89. POSSE, Lúcio . Identidades étnicas e governação municipal: algumas notas para reflexão a partir do caso da Beira. In: CHICHAVA, Sérgio. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019. Cap.4, p.111-128.
Desafios para Moçambique 2019	II Secção de Economia
	90. IBRAIMO, Yasfir . Dinâmicas de endividamento público em Moçambique na década 2009–2018: uma análise do contributo do livro desafios para Moçambique. In: CHICHAVA, Sérgio. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019. Cap.5, p.131-145.

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	91. MUIANGA, Carlos. Investimento, recursos naturais e desafios para Moçambique. In: CHICHAVA, Sérgio. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019. Cap.6, p.147-164.
	III Secção de Sociedade
	92. FRANCISCO, António Alberto da Silva. Protecção social nos livros desafios para Moçambique: reflexão inspirada nos 12 anos de pesquisa do IESE. In: CHICHAVA, Sérgio. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019. Cap.7, p.167-237. 93. SIÚTA, Moisés. Protecção social e poupança em 10 edições do desafios: que tipo de protecção social pode Moçambique desenvolver?. In: CHICHAVA, Sérgio. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019. Cap.8, p.239-295.
	IV Secção de Moçambique no Mundo
	94. CHICHAVA, Sérgio. O IESE e a pesquisa sobre «Moçambique no mundo» (2010-2018). In: CHICHAVA, Sérgio. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019. Cap.10, p.321-334. 95. SAMBO, Michael. Panorama, reflexões e desafios do IDE da CHINA em Moçambique no contexto dos BRICS. In: CHICHAVA, Sérgio. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, 2019. Cap.11, p.335-351.
Desafios para Moçambique 2020	I Secção de Política
	96. FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. Face ao conflito no norte, o que pode Moçambique aprender com a sua própria guerra civil (1976–1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.2, p.47-55. 97. BRITO, Luís. Geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.3, p.57-64. 98. ANTÔNIO, Bernardino. A governação municipal em contextos de alternância política em Moçambique: algumas notas a partir do município de GURUÉ (2014–2018). In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.6, p.121-137.
	II Secção de Economia
	99. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Finanças internacionais e formação do capitalismo nacional em Moçambique. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.7, p.141-184. 100. MUIANGA, Carlos. A economia de Moçambique e os conflitos e tensões à volta das condições de produção e reprodução agrícola. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.8, p.185-206. 101. IBRAIMO, Yasfir. Tensões, conflitos e inconsistências nas relações entre a política fiscal e monetária em Moçambique. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.9, p.207-233. 102. ALI, Rosimina. Desafios e contradições para uma abordagem sobre trabalho e emprego em Moçambique. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.10, p.235-279. 103. SAMBO, Michael Godet. Investimento directo estrangeiro e o desenvolvimento socioeconómico em Moçambique: DINÂMICAS, TENSÕES E DESAFIOS. In:

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.11, p.281-309.
	III Secção de Sociedade
	104. SIÚTA, Moisés ; CHISHTÉ, Ussene. Protecção social e os principais obstáculos ao financiamento das empresas através da bolsa de valores de Moçambique. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.12, p.313-345.
	IV Secção de Moçambique no Mundo
	105. CHICHAHA, Sérgio . Ugandeses e tanzanianos do al-shabaab: um olhar à dimensão internacional do conflito em Cabo Delgado. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.17, p.429-439. 106. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno . Ligações económicas entre a África do Sul e Moçambique: dinâmicas pós-coloniais e pós-apartheid entre 1990 e 2002. In: FORQUILHA, Salvador. Desafios para Moçambique 2020. Maputo: IESE, 2020. Cap.18, p.441-471.
Desafios para Moçambique 2021	I Secção de Política
	107.PEREIRA, Crescêncio; FORQUILHA, Salvador e SHANKLAND, Alex. Navegando o espaço cívico em contexto da pandemia da covid-19: o caso de Moçambique. In: MACUANE, José Jaime; SIÚTA, Moisés. Desafios para Moçambique 2021. Maputo: IESE, 2021. Cap.1, p.27-55.
	108. POSSE, Lúcio . A covid-19 e as vacinas em Moçambique: algumas notas para reflexão a partir da teoria «sociedade de risco». In: MACUANE, José Jaime; SIÚTA, Moisés. Desafios para Moçambique 2021. Maputo: IESE, 2021. Cap.2, p.57-75.
	109. ANTÓNIO, Bernardino . A covid-19 e suas implicações na governação municipal em Moçambique: um estudo de caso a partir do município de Gondola. In: MACUANE, José Jaime; SIÚTA, Moisés. Desafios para Moçambique 2021. Maputo: IESE, 2021. Cap.3, p.77-99.
	II Secção de Economia
	110. MUIANGA, Carlos ; IBRAIMO, Yasfir . Política económica em contexto de pandemia: uma reflexão em torno das medidas de mitigação dos efeitos da covid-19 sobre a economia de Moçambique. In: MACUANE, José Jaime; SIÚTA, Moisés. Desafios para Moçambique 2021. Maputo: IESE, 2021. Cap.4, p.103-121. 111. SAMBO, Michael Godet . A recessão económica em Moçambique: foi a covid-19? Um olhar a partir do sector externo. In: MACUANE, José Jaime; SIÚTA, Moisés. Desafios para Moçambique 2021. Maputo: IESE, 2021. Cap.5, p.123-146. 112. STEVANO, Sara ; ALI, Rosimina ; JAMIESON, Merle . Essencial para quê? Uma visão global de reprodução social sobre a reorganização do trabalho durante a pandemia da covid-19. In: MACUANE, José Jaime; SIÚTA, Moisés. Desafios para Moçambique 2021. Maputo: IESE, 2021. Cap.6, p.147-174.
	III Secção de Sociedade
	113. SIÚTA, Moisés ; MATUSSE, Félix . Acção social em contexto da covid-19: respostas e

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	desafios em Moçambique. In: MACUANE, José Jaime; SIÚTA, Moisés. Desafios para Moçambique 2021. Maputo: IESE, 2021. Cap.8, p.203-219. 114. SIÚTA, Moisés. Lições da covid-19 sobre o papel da poupança doméstica: o que dizer de Moçambique?. In: MACUANE, José Jaime; SIÚTA, Moisés. Desafios para Moçambique 2021. Maputo: IESE, 2021. Cap.9, p.221-237.
Desafios para Moçambique 2022	I Secção de Política
	115. FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. Dinâmicas da migração e o desenvolvimento da insurgência Jihadista no norte de Moçambique. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. Cap.1, p.38-55. 116. PEREIRA, Crescêncio; Gonçalves, Euclides; FORQUILHA, Salvador; Shankland, Alexander; SCOTT-VILLIERS, Patta. Transição energética e engajamento público em Moçambique. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina.; CHICHAVA, Sérgio.; FORQUILHA, Salvador e MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. Cap.6, p.127-148.
	II Secção de Economia
	117. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Estudando a economia a partir da análise das crises. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. Cap.7, p.152-174. 118. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; MAIA, Diogo. Financeirização, afunilamento da base produtiva e acumulação de capital em Moçambique. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. Cap.7, p.175-203. 119. ALI, Rosimina; STEVANO, Sara. Trabalho na agro-indústria e reprodução social do trabalho em Moçambique: contradições no sistema de acumulação actual. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. Cap.8, p.205-222. 120. MUIANGA, Carlos. A expansão da produção agrícola capitalista e a reprodução social da força de trabalho rural: contradições dentro da lógica de acumulação de capital em Moçambique. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. Cap.9, p.228-251.
	III Secção de Sociedade
	121. ALI, Rosimina; MUIANGA, Carlo. Futuro do trabalho(ador) em Moçambique na era digital. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. Cap.12, p.316-344.
	IV Secção de Moçambique no Mundo
	122. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Alternativas africanas ao desenvolvimento e ao impacto da globalização – notas críticas soltas. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno;

Produções	Produção intelectual dos pesquisadores permanentes do IESE
	ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. Desafios para Moçambique 2022. Maputo: IESE, 2022. Cap.18, p.459-492.

Fonte: Elaboração própria a partir da série Desafios para Moçambique 2010-2022 (2024).

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRETOR

Como objetivo geral, estabeleceu-se: analisar o processo de apropriação da informação produzida e disseminada pelo IESE junto aos graduandos em Ciências Sociais e Humanas da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique.

Entrevistado: Atual Diretor do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE).

Objetivo da entrevista: Compreender o processo de produção de conhecimento científico gerado e disseminado pelo IESE.

Esta entrevista consiste na operacionalização da investigação de tese de doutorado, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Brasil. Os resultados da coleta de dados a partir da entrevista serão utilizados apenas para fins acadêmicos, assim, a análise apresentada na tese não identifica o entrevistado individualmente em nenhum momento. Acreditamos que a sua participação é de fundamental importância, pela vasta experiência que carrega nesta instituição de pesquisa, concretamente o IESE. Reafirmamos que sua identidade, neste estudo, será eticamente preservada. Para que esta entrevista seja fiel ao seu relato, gostaria de gravar a entrevista, se tiver alguma dúvida no decurso da entrevista, posso esclarecer. Você me permitiria fazer a gravação da entrevista?

1 Organização e Funcionamento do IESE

- P1.1 Poderia fazer uma breve apresentação da sua trajetória acadêmica e profissional?
- P1.2 Na qualidade de Diretor do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, como tem sido o seu trabalho?
- P1.3 Qual é o objetivo do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos no âmbito da produção de conhecimento científico na área de Ciências Sociais e Humanas em Moçambique?
- P1.4 Quantas áreas de investigação existem no IESE e quem coordena?
- P1.5 Quantos investigadores têm o IESE (permanentes e associados), pode especificar em que área de investigação estão vinculados?
- P1.6 Como são selecionados e mantidos os investigadores do IESE?
- P1.7 Existe uma política de formação no IESE? Se sim, de que maneira é gerida?
- P1.8 Existem carreiras de investigação no IESE? Se sim, quais são? Como funciona o sistema de carreiras no IESE?
- P1.9 Quais são os critérios de avaliação dos investigadores do IESE?
- P1.10 Existem instrumentos de avaliação da instituição de pesquisa? Se sim, como é feita a avaliação?

2 Produção de Conhecimento Científico no IESE

- P2.1 Como se desenvolve a produção de conhecimento científico no IESE?
- P2.2 Quantos projetos de investigação existem em cada área de investigação do IESE?

- P2.3** A infraestrutura do IESE possibilita o desenvolvimento de competências e habilidades de investigação dos investigadores do IESE?
- P2.4** Qual é o público-alvo a ser atingido pela produção de conhecimento gerada no IESE?
- P2.5** Quem são os parceiros nacionais e internacionais do IESE?
- P2.6** Quantos projetos de investigação existem no IESE em parceria com outras instituições nacionais e internacionais?
- P2.7** Como avaliam os artigos que são publicados na série 'Desafios para Moçambique'?
- P2.8** Quem são os financiadores do IESE?
- P2.9** Existe uma influência dos doadores do IESE na escolha das temáticas e das linhas de produção de conhecimento científico?

3 Disseminação da Produção Científica do IESE

- P3.1** Como são disseminados os resultados de pesquisa gerados no IESE?
- P3.2** Pode detalhar como a produção de conhecimento científico do IESE apresenta inovação ou impacto relevante para a sociedade?
- P3.3** Poderia explicar para quem é direcionado o conhecimento gerado no IESE?
- P3.4** Quais são os veículos de disseminação do conhecimento gerado no IESE?
- P3.5** Qual é o perfil dos usuários do *website* institucional do IESE?

4 Apropriação Social do Conhecimento Gerado e Disseminado pelo IESE

- P4.1** Quantos pesquisadores do IESE são docentes na Universidade Eduardo Mondlane?
- P4.2** Poderia identificar em que faculdades e cursos estes pesquisadores atuam?
- P4.3** Existe alguma diretriz interna no IESE referente a inter-relação entre pesquisa e ensino?
- P4.4** Qual é a relação que existe entre pesquisa e ensino no IESE, tendo em conta que boa parte dos investigadores do IESE leciona na Universidade Eduardo Mondlane?
- P4.5** Quais são os mecanismos utilizados pelo IESE para disseminar conhecimento capaz de ser apropriado por grupos sociais heterogêneos?
- P4.6** O IESE desenvolve projetos de extensão, ou seja, a atividade do IESE contempla a devolução dos resultados de pesquisa às organizações, comunidades, estudantes de graduação e sociedade em geral?
- P4.7** Como é que avalia a inserção da pesquisa do IESE na esfera acadêmica (nos projetos pedagógicos dos cursos relacionados à atividade do IESE na UEM)?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA FUNDADORES

Entrevistado: Fundadores do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE)

Objetivo da entrevista: Compreender o processo de produção de conhecimento científico gerado e disseminado pelo IESE.

Esta entrevista consiste na operacionalização da investigação de tese de doutorado, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Brasil. Os resultados da coleta de dados a partir da entrevista serão utilizados apenas para fins acadêmicos, assim, a análise apresentada na tese não identifica o entrevistado individualmente em nenhum momento. Acreditamos que a sua participação é de fundamental importância, pela vasta experiência que carrega nesta instituição de pesquisa. Reafirmamos que sua identidade, neste estudo, será eticamente preservada. Para que esta entrevista seja fiel ao seu relato, gostaria de gravar a entrevista, se tiver alguma dúvida no decurso da entrevista, posso esclarecer. Você me permitiria fazer a gravação da entrevista?

1 Organização e Funcionamento do IESE

- P1.1** Poderia fazer uma breve apresentação da sua trajetória acadêmica e profissional?
- P1.2** Quais foram as razões pelas quais criou-se o IESE?
- P1.3** Pode nos falar da sua experiência no Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?
- P1.4** Qual é o objetivo do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos no âmbito da produção de conhecimento científico na área de Ciências Sociais e Humanas em Moçambique?
- P1.5** Quais eram as áreas de investigação existentes no IESE na sua gestão, tendo em conta as influências epistemológicas de seus fundadores?
- P1.6** Quantos investigadores estavam associados ao IESE na época em que atuou como coordenador de área de investigação ou diretor do IESE, pode especificar em que área de investigação estavam vinculados?
- P1.7** Como eram selecionados e mantidos os investigadores do IESE?
- P1.8** Existia uma política de formação no IESE? Se sim, de que maneira era gerida?
- P1.9** Existiam carreiras de investigação no IESE? Se sim, quais eram? E como funcionava o sistema de carreiras no IESE?
- P1.10** Quais eram os critérios de avaliação dos investigadores do IESE?
- P1.11** Existiam instrumentos de avaliação da instituição de pesquisa? Se sim, como era feita a avaliação?

2 Produção de Conhecimento Científico no IESE

- P2.1** Como se desenvolvia a produção de conhecimento científico no IESE?
- P2.2** Quantos projetos de investigação existiam em cada área de investigação do IESE?
- P2.3** A infraestrutura do IESE possibilita o desenvolvimento de competências e habilidades de investigação dos investigadores do IESE?

- P2.4** Qual era o público-alvo da produção de conhecimento gerado no IESE?
- P2.5** Quem eram os parceiros nacionais e internacionais do IESE?
- P2.6** Quantos projetos de investigação existiam no IESE em parceria com outras instituições nacionais e internacionais?
- P2.7** Como é que avalia os artigos que foram publicados na série 'Desafios para Moçambique'?
- P2.8** Quem eram os financiadores do IESE na época da sua coordenação?
- P2.9** Na época da sua coordenação, existia alguma influência dos doadores do IESE na escolha das temáticas e das linhas de produção de conhecimento científico?

3 Disseminação da Produção Científica do IESE

- P3.1** Como eram disseminados os resultados de pesquisa gerados pelo IESE na época da sua coordenação?
- P3.2** Na sua coordenação, como avaliava a produção de conhecimento científico do IESE, tendo em conta a inovação ou impacto relevante para a sociedade?
- P3.3** Poderia explicar para quem era direcionado o conhecimento gerado no IESE?
- P3.4** Quais eram os veículos de disseminação do conhecimento gerado no IESE?

4 Apropriação Social do Conhecimento Gerado e Disseminado pelo IESE

- P4.1** Quantos pesquisadores do IESE eram docentes na Universidade Eduardo Mondlane, na altura da sua coordenação?
- P4.2** Poderia identificar em que faculdades e cursos estes pesquisadores atuavam?
- P4.3** Na sua coordenação, existia alguma diretriz interna no IESE referente a ligação entre pesquisa e ensino?
- P4.4** Qual era a relação que existia entre pesquisa e ensino no IESE, tendo em conta que boa parte dos investigadores do IESE lecionava na Universidade Eduardo Mondlane?
- P4.5** Quais eram os mecanismos utilizados pelo IESE para disseminar conhecimento capaz de ser apropriado por grupos sociais heterogêneos?
- P4.6** O IESE desenvolvia projetos de extensão, ou seja, a atividade do IESE contemplava a devolução dos resultados de pesquisa às organizações, comunidades, estudantes de graduação e sociedade em geral?
- P4.7** Como é que avalia a inserção da pesquisa do IESE na esfera académica (nos projetos pedagógicos dos cursos relacionados à atividade do IESE na UEM)?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COORDENADORES DE CURSOS

Entrevistados: Coordenadores dos Cursos de Economia, Sociologia, Administração Pública e Ciência Política, da Faculdade de Economia e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane.

Objetivo da entrevista: Identificar a correlação existente entre os conteúdos bibliográficos inseridos nos projetos pedagógicos dos cursos e conhecimento científico gerado e disseminado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos.

Esta entrevista consiste na operacionalização da investigação de tese de doutorado, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Brasil. Os resultados da coleta de dados a partir da entrevista serão utilizados apenas para fins acadêmicos, assim, a análise apresentada na tese não identifica o entrevistado individualmente em nenhum momento. Acreditamos que a sua participação é de fundamental importância, pela vasta experiência que carrega nesta instituição de ensino superior. Reafirmamos que sua identidade, neste estudo, será eticamente preservada. Para que esta entrevista seja fiel ao seu relato, gostaria de gravar a entrevista, se tiver alguma dúvida no decurso da entrevista, posso esclarecer. Você me permitiria fazer a gravação da entrevista?

1 Organização e Funcionamento do Curso

- P1.1** Poderia fazer uma breve apresentação da sua trajetória acadêmica e profissional?
- P1.2** Como coordenador de curso (Economia, Sociologia, Administração Pública, Ciência Política), como tem sido o seu trabalho?
- P1.3** Os recursos informacionais da biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane contemplam os conteúdos bibliográficos do projeto pedagógico do Curso que coordena?
- P1.4** Quantos docentes do Curso que coordena são pesquisadores do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?
- P1.5** Existe uma relação de cooperação entre o Curso que coordena e o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos? Se sim, em que domínio?
- P1.6** Incentiva os estudantes e docentes do Curso que coordena, a participar dos eventos organizados pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?
- P1.7** Os estudantes e docentes do Curso que coordena têm aderido aos eventos organizados pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?

2 Produção e Disseminação da Produção Científica do IESE

- P2.1** Como avalia a produção científica gerada e disseminada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?
- P2.2** A produção científica gerada e disseminada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos está relacionada aos objetivos programáticos do Curso que coordena?
- P2.3** Quais são os veículos de disseminação de conhecimento produzido e gerado pelos docentes do Curso que coordena?

- P2.4** De que maneira o conhecimento produzido e disseminado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos é compartilhado no Curso que coordena?
- P2.5** Quais são os veículos mais utilizados pelos docentes e discentes do Curso no acesso à informação científica disseminada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (*Website*, Livros, Biblioteca, Redes sociais - *Youtube*, *Facebook*, *Twitter*, entre outros)?

3 Apropriação Social do Conhecimento Gerado e Disseminado pelo IESE

- P3.1** O projeto pedagógico do Curso que coordena contempla a produção gerada e disseminada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?
- P3.2** Poderia mencionar quais as disciplinas do seu Curso que contemplam material bibliográfico produzido e disseminado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?
- P3.3** Sendo docentes e ao mesmo tempo pesquisadores do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos em uma universidade pública, existe algum conflito de interesse desses docentes com relação à Universidade?
- P3.4** A produção científica dos docentes do Curso está contemplada no projeto pedagógico do Curso que coordena?
- P3.5** Quantos estudantes foram supervisionados pelos pesquisadores do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos com vínculo empregatício com o Curso que coordena?
- P3.6** Quantos estudantes do Curso que coordena já receberam algum apoio financeiro e material do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?
- P3.7** As monografias dos estudantes supervisionados pelos pesquisadores do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos com vínculo empregatício no Curso que coordena congregam referências bibliográficas produzidas e disseminadas pelo Instituto?
- P3.8** Os docentes do Curso que coordena tem projetos de pesquisa junto aos pesquisadores do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos?
- P3.9** Considera o conhecimento produzido pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos importante para a formação dos discentes do Curso que coordena?
- P10** Como avalia a apropriação do conhecimento gerado e disseminado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos na comunidade discente do Curso que coordena?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES DAS FACULDADES DE ECONOMIA E DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Questionário direcionado aos docentes dos Cursos de Economia, Sociologia, Administração Pública e Ciência Política, da Faculdade de Economia e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, com vista a coletar dados referentes a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. Este questionário se refere à coleta de dados da investigação da tese de doutorado, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Brasil. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, assim, o questionário é anônimo, não identifica os respondentes individualmente em nenhum momento. Não existem respostas certas ou erradas. Nessa perspectiva, solicitamos que responda de maneira espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões será apenas necessário assinalar um 'X' na opção desejada.

1 Dados Gerais do Docente

1.1 Idade

De 25 a 30 anos	
De 31 a 35 anos	
De 36 a 40 anos	
De 41 a 45 anos	
De 46 a 50 anos	
De 51 a 60 anos	
Acima dos 60 anos	

1.2 Gênero

Masculino	
Feminino	
Outro. Qual?	

1.3 Grau acadêmico

Licenciatura	
Mestre	
Doutor	
Outra. Qual?	

1.4 Área de Formação

--

1.5 Vínculo Institucional com a Universidade

Efetivo	
Colaborador	
Outro. Qual?	

1.6 Tempo de docência no ensino superior

1 ano	
2 anos	
3 anos	
4 anos	
5 anos	
6 anos	
Outro. Qual?	

1.7 Atua como docente no Curso de

Economia	
Sociologia	
Administração Pública	
Ciência Política	

1.8 Assinala com X a categoria em que se enquadra

Professor Catedrático	
Professor Associado	
Professor Auxiliar	
Assistente	
Assistente Estagiário	

2 Organização e Funcionamento do Curso

2.1 Disponibiliza o plano temático e analítico da disciplina que leciona aos discentes no início da disciplina?

Sim	
Não	

2.2 Quais são as fontes informacionais usadas frequentemente na disciplina que leciona? (marque quantas forem necessárias)

Livros	Repositório	Base de dados acadêmicas	Artigos disponibilizados pelo docente	Websites

2.3 A biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane contempla a bibliografia obrigatória do plano temático e analítico da disciplina que leciona?

Contempla na totalidade	Contempla boa parte	Contempla poucos	Não contempla

2.4 Qual é o material bibliográfico mais usado na disciplina que leciona?

Livros	Artigos	Revistas Científicas	Jornais

2.5 Os conteúdos bibliográficos da disciplina que leciona estão disponíveis em que ambiente? (marque quantos forem necessários).

Biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane	
Biblioteca de outras universidades	
Disponibilizados pelo docente em formato físico ou digital	
Via endereço eletrônico (<i>Google Drive/Google Classroom</i>)	
Rede social <i>WhatsApp</i> (grupo da disciplina)	

3 Produção e Disseminação da Produção Científica do IESE

3.1 A produção científica gerada e disseminada pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos está relacionada aos objetivos programáticos da disciplina que leciona?

Sim	
Não	

3.2 O conhecimento produzido e disseminado pelo IESE é compartilhado na disciplina que leciona?

Nunca	Raramente	Frequentemente	Sempre

3.3 O docente se beneficia de atividades de formação realizadas pelo IESE por meio de materiais de divulgação da Ciência?

Nunca	Raramente	Frequentemente	Sempre

3.4 Quais são as disciplinas que leciona que contemplam material bibliográfico produzido e disseminado pelo IESE?

Disciplina	Material do IESE	Qtde.

3.5 Como docente na Universidade Eduardo Mondlane, seus orientandos pesquisam temas relacionados aos seus interesses de pesquisa? Se sim, qual é a proporção de artigos ou trabalhos de sua autoria que são utilizados pelos estudantes na redação dos Trabalhos de Conclusão de Curso?

3.6 Informe quantos estudantes orientou nos últimos cinco anos na Universidade Eduardo Mondlane e quais são/foram os principais temas tratados?

3.7 De que maneira sua produção científica do IESE é apropriada pelos estudantes das disciplinas que leciona?

3.8 Quais são os critérios de seleção de discentes como futuros pesquisadores do IESE?

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DISCENTES DA FACULDADE DE ECONOMIA E DA FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS, DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Questionário direcionado aos discentes dos cursos de Economia, Sociologia, Administração Pública e Ciência Política, da Faculdade de Economia e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, com vista a coletar dados referentes a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. Este questionário se refere à coleta de dados da investigação da tese de doutorado, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Brasil. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, assim, o questionário é anônimo, não identifica os respondentes individualmente em nenhum momento. Não existem respostas certas ou erradas. Nessa perspectiva, solicitamos que responda de maneira espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões será apenas necessário assinalar um 'X' na opção desejada.

1 Dados Gerais do Discente

1.1 Idade

De 25 a 30 anos	
De 31 a 35 anos	
De 36 a 40 anos	
De 41 a 45 anos	
De 46 a 50 anos	
De 51 a 60 anos	
Acima dos 60 anos	

1.2 Gênero

Masculino	
Feminino	
Outro. Qual?	

1.3 Área de Formação

Economia	
Sociologia	
Administração Pública	
Ciência Política	

1.4 Formação anterior

--

1.5 Tempo de duração de formação atual

1 ano	
2 anos	
3 anos	
4 anos	
5 anos	
6 anos	
Outro. Qual?	

2 Organização e Funcionamento do Curso

2.1 Indique as disciplinas que frequentou no semestre anterior leccionados por docentes com vínculo empregatício no IESE?

Disciplinas	O docente disponibilizou o plano temático e analítico (Sim ou Não)	O docente cumpriu com o plano temático e analítico (Sim ou Não)

2.2 De que maneira o docente compartilha informação científica referente a bibliografia obrigatória da disciplina (preencha tendo em conta as disciplinas listadas no quadro anterior)?

Disciplinas cursadas (abreviar o nome da disciplina)	Partilha cópias na sala de aula no formato físico ou digital (meio tradicional)	Recomenda a utilização da biblioteca da Universidade (meio formal)	Partilha no grupo de <i>WhatsApp</i> da disciplina (meio informal)	Ferramentas digitais formais em uso na Universidade

2.3 Quais são as fontes de informação usadas frequentemente na disciplina?

Disciplinas cursadas (abreviar o nome da disciplina)	Livros	Repositório	Base de dados acadêmicas	Websites

2.4 A biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane contempla conteúdos informacionais referentes à bibliografia produzida e disseminada pelo IESE?

Disciplinas cursadas (abreviar o nome da disciplina)	Contempla na totalidade	Contempla boa parte	Contempla pouco	Não contempla

3 Produção e Disseminação do Conhecimento Científico do IESE

3.1 Como acessa o conhecimento gerado e disseminado pelo IESE?

Através do	Recorrendo ao Website	Bases de dados	Biblioteca da
------------	-----------------------	----------------	---------------

professor	do IESE	acadêmicas	Universidade

3.2 Tem feito uso da literatura gerada e disseminada pelo IESE?

Nunca	Raramente	Frequentemente	Sempre

3.3 Participa de eventos organizados pelo IESE?

Nunca	Raramente	Frequentemente	Sempre

4 Apropriação Social do Conhecimento Gerado e Disseminado pelo IESE

4.1 O conhecimento produzido pelo IESE é importante para o seu entendimento sobre questões políticas, econômicas e sociais de Moçambique?

Não é importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante

4.2 Quais são os principais temas que aprendeu através da leitura da literatura produzida e disseminada pelo IESE?

APÊNDICE G - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Unidade de análise: Ambiente de estudo dos estudantes e salas de aulas (docentes e discentes)

Objetivo da observação: Compreender como ocorre a apropriação social do conhecimento científico gerado e disseminado pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE) pelos graduandos de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Eduardo Mondlane.

Categorias de Análise	Notas	Imagens
Ato O que está acontecendo? Qual é a ação?		
Cena Onde está ocorrendo? Qual o cenário da situação?		
Agente Quem está envolvido na ação? Quais são seus papéis?		
Agência Como os agentes agem? Quais os meios utilizados?		
Propósitos Por que as pessoas agem dessa maneira? O que eles querem?		

APÊNDICE H - CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIA POLÍTICA, SOCIOLOGIA E ECONOMIA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Responsáveis: Diretores dos Cursos de Administração Pública, Ciência Política, Sociologia e Economia.

Objetivo: Identificar as referências bibliográficas referentes a produção científica gerada e disseminada pelo IESE nos projetos pedagógicos dos cursos.

Curso	Projeto Pedagógico	Número de Referências Relativas a Produção Científica do IESE
Administração Pública		
Ciência Política		
Sociologia		
Economia		

